

MATEUS DE OLIVEIRA COUTO

A pia e a cruz

A demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-59)

Passo Fundo, fevereiro de 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Mateus de Oliveira Couto

A pia e a cruz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Mário Maestri.

Passo Fundo

2010

AGRADECIMENTOS

Existiram pessoas e instituições que colaboraram e contribuíram para a realização desta pesquisa que tenho a obrigação de fazer um agradecimento especial. Aos professores e colegas Edir Vieira Filho, melhor professor que conheço e responsável pelo meu interesse inicial na história, e Marcelo Parmeggiani, dono de um conhecimento historiográfico invejável que confiou na minha qualidade profissional e que me ensinou muito na prática docente. A Capes e ao PPGH da Universidade de Passo Fundo, que possibilitaram o meu financiamento e ingresso no programa de pós-graduação. Aos professores João Carlos Tedesco, Ana Luiza Setti Reckziegel e Haroldo Carvalho pelas aulas e pelas discussões referentes à temática e a secretária do PPGH Jênifer de Brum pela atenção e cordialidade ao tratar com os alunos do programa.

Ao professor Adelar Heinsfeld, por aceitar participar da minha qualificação e banca de defesa. A professora Ester Gutierrez por aceitar corrigir, debater e participar da banca examinadora. Ao professor e amigo Mário Maestri pela orientação, atenção e paciência que teve comigo ao longo da pesquisa, sempre me cobrando e incentivando.

Aos meus colegas, amigos e familiares por estarem sempre ao meu lado sendo vítimas do meu mau humor e da minha angústia nas horas mais difíceis, especialmente a Fernanda Sampaio da Silva e Cristina de Oliveira Couto que foram fundamentais na lida e ajuda com os registros.

Aos funcionários da Cúria de Pelotas Letícia Farias Schiller e Roberto Aguiar Alam por sempre me receberem com carinho e atenção. Ao professor José Plínio Fachel que, inicialmente, sugeriu essa temática e que me orientou no trabalho monográfico de graduação na UFPEL e aos meus inimigos, pois ao falar mal de mim, me instigaram a pesquisar e me dedicar ao mestrado.

RESUMO

A demografia dos trabalhadores escravizados dos municípios de Herval e Pelotas foi pesquisada com base nos registros de batismo e óbitos das décadas de 1840-50 das Igrejas São João Batista e São Francisco de Paula arquivadas na Cúria Metropolitana de Pelotas. Os espaços geográficos contemplados constituíram importantes regiões para o desenvolvimento econômico da Província e para sua inserção no cenário Imperial. Herval se caracterizou pela pecuária, abastecendo as charqueadas e utilizando o trabalhador feitorizado nas lidas das suas fazendas pastoris.

Pelotas foi ao longo do século 19 foi um importante centro charqueador e desenvolveu sua economia, sociedade, cultura e arte alicerçadas na mão-de-obra escravizada. Os cativos se dedicavam à salgação da carne nos meses de verão (de outubro/novembro a abril/maio) e no período de entressafra do charque, eram empregados na construção civil, tanto que as charqueadas pelotenses possuíam olarias e eram proprietários de imóveis na cidade.

O recorte cronológico escolhido para a análise dos registros está relacionada com as alterações que o sistema servil sofreu nos anos 1840 e 50 no Brasil Imperial e seus reflexos na Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. A lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850 findou com o comércio transatlântico de cativos e o Rio Grande do Sul adquiriu a partir de 1851 a característica de exportador de mão-de-obra servil. A pia e a cruz procurou discutir se houve modificações na população escravizada sul-rio-grandense, dando ênfase aos municípios de Herval, pastoril, e Pelotas, charqueador.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul, Escravidão, Pelotas, População escravizada, Herval;

ABSCTRACT

The demographics of the slave laborers of the cities of Pelotas and Herval was investigated based on the records of baptism and death of the decades of the Churches 1840-50 St. John the Baptist and St. Francis of Paula filed in the Curia Metropolitana de Pelotas. The geographic areas covered were important regions for the economic development of the province and their integration into the Imperial stage. Herval was characterized by cattle, supplying the jerking and using the worker feitorizado read in their pastoral farms.

Pelotas was over the 19th century was an important center charqueadores and developed its economy, society, culture and art grounded in labor-slave labor. The captives were mainly engaged in the salting of meat in the summer months (October / November to April / May) and the off-season the beef jerky were employed in construction, so that the four groups had brick ranches and were homeowners in the city.

The chosen chronological clipping for the analysis of the registers is related with the alterations that the servile system suffered in years 1840 and 50 in Imperial Brazil and its consequences in the Province of the Rio Grande of They are Peter of the South. The law Eusébio de Queirós of 4 of September of 1850 findou with the transtlântico commerce of captives and the Rio Grande Do Sul acquired from 1851 the characteristic of exporter of servile man power. The sink and the cross looked for to argue if south-river-grandense had modifications in the enslaved population, giving emphasis to the cities of Herval, pastoral, and Pelotas, charqueador.

Keywords: Rio Grande do Sul, slavery, Pelotas, Southern population enslaved, Herval

Sumário

Introdução	1
Capítulo I - Demografia Histórica	8
2.1 - Brasil na primeira metade do século 19	17
2.2 - As pressões da Inglaterra e o fim do tráfico negreiro	20
2.3 - O Rio Grande do Sul na rota do tráfico de cativos	30
Capítulo III - Rio Grande do Sul até 1860	34
3.1 - Origem do nome	34
3.2 - Primeiras reduções jesuíticas	35
3.3 - Colônia do Sacramento	37
3.4 - Caminho das tropas	39
3.5 - Fundação de Rio Grande	40
3.6 - Tratados e disputas diplomáticas	42
3.7 - As charqueadas	45
3.8 - Guerra dos Farrapos	49
3.9 - Rio Grande do Sul após a Guerra Farroupilha	52
Capítulo IV - O afro-sul-rio-grandense	56
4.1 - Escravo urbano	62
4.2 - Um abordagem sobre a demografia dos cativos sulinos	68
4.3 - Os trabalhadores escravizados e a Guerra farroupilha	70
4.4 - Origem do trabalhador escravizado rio-grandense	75
Capítulo V - Herval	87
5.1 -- Os registros de batismo – Igreja São Batista (Herval)	92
Capítulo VI - Os registros de óbito – Igreja São João Batista (Herval)	102
Capítulo VII – Pelotas	114
Capítulo VIII - Os registros de óbito – Igreja São Francisco de Paula (Pelotas) .	138

Conclusão	163
Fontes utilizadas	173
Cúria Metropolitana de Pelotas	173
Igreja São João Batista (Herval):.....	173
Bibliografia utilizada.....	174

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Registro de batismo Igreja São Francisco de Paula	nº p. 2
Figura 2 – Registro de óbito Igreja São João Batista	nº p. 3
Figura 3 – Localização do município de Herval	nº p. 87
Figura 4 – Caracterização batismos Herval (1844-59)	nº p. 93
Figura 5– Divisão sexual dos batizados de Herval (1844-59)	nº p. 94
Figura 6 – Anotações dos batizados de Herval (1844-59)	nº p. 94
Figura 7 – Anotações sobre as mães dos batizados – Herval (1844-59)	nº p. 95
Figura 8 – Registro de Batismo Igreja São João Batista Herval	nº p. 97
Figura 9 – Padrinhos dos batizados de Herval (1844-59)	nº p. 99
Figura 10– Madrinhas dos batizados de Herval	nº p. 99
Figura 11 – Origem dos cativos mortos Herval (1847-59)	nº p. 103
Figuras 12 – Comparação dos africanos batizados e mortos de Herval (1844-59)	nº p. 103
Figura 13 – Escravistas que mais registraram óbitos em Herval (1847-59)	nº p. 105
Figura 14 – Idade dos mortos de Herval (1847-59)	nº p. 105
Figura 15 – Escravistas que mais registraram trabalhadores escravizados Herval (1844-59)	nº p. 113
Figura 16 – Porcentagem da população urbana em Pelotas (1820-72)	nº p. 121
Figura 17 – Divisão por gêneros dos batizados em Pelotas (1840-59)	nº p. 125
Figura 18 – Caracterização dos registros de batismo Pelotas (1840-59)	nº p. 127
Figura 19 – Origens dos batizados de Pelotas (1840-59)	nº p. 128
Figura 20 – Caracterização dos batizados de Pelotas (1840-59)	nº p. 128
Figura 21 – Origens de pais dos batizados de Pelotas (1840-59)	nº p. 132
Figura 22 – Caracterização de pais dos batizados de Pelotas (1840-59)	nº p. 133
Figura 23- Padrinhos dos batizados de Pelotas (1840-59)	nº p. 133
Figura 24 – Origens dos padrinhos dos batizados em Pelotas (1840-59)	nº p. 134
Figura 25– Madrinhas dos batizados de Pelotas (1840-59)	nº p. 135

Figura 26 – Origens das madrinhas dos batizados de Pelotas (1840-59)	n° p. 135
Figura 27 – Registro de óbito Pelotas	n° p. 138
Figura 28 – Caracterização dos óbitos de Pelotas (1840-59)	n° p. 139
Figura 29 – Divisão por gêneros dos mortos de Pelotas (1840-59)	n° p. 140
Figura 30 – Africanos arrolados no obituário de Pelotas (1840-59)	n° p. 142
Figura 31 – Características dos mortos de Pelotas (1840-59)	n° p. 143
Figura 32 – Pirâmide etária dos mortos de Pelotas (1840-59)	n° p. 150
Figura 33 – Escravistas que mais registraram óbitos devido à cólera em Pelotas (1840-59)	n° p. 157
Figura 34 – Decessos causados pela cólera em Pelotas (1840-59)	n° p. 158
Figura 35 – Pirâmide etária da população feitorizada de Pelotas (1859)	n° p. 162

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 – Estimativa do tráfico Transatlântico	n° p.26
Tabela 2 – Tráfico transatlântico	n° p. 28
Tabela 3 – Idade dos escravizados pertencentes aos charqueadores	n° p. 31
Tabela 4 – Jornal de um escravo de ganho	n° p. 65
Tabela5 – População do Rio Grande do Sul (1780-1887)	n° p. 70
Tabela 6 – Entradas e saídas de cativos da barra de Rio Grande	n° p.73
Tabela 7 – Tipos de alforrias	n° p. 75
Tabela 8 – Tráfico de cativos para o Rio Grande do Sul (1816-22)	n° p. 76
Tabela 9 – Escravos Alforriados – Pelotas (1832-48)	n° p. 77
Tabela 10 – Homicídios e lesões corporais cometidos por cativos (1832-49)	n° p. 78
Tabela 11 – Homicídios e lesões corporais cometidos por cativos (1832-49)	n° p. 79
Tabela 12 – Origem dos africanos escravizados introduzidos no Rio Grande do Sul 1802-1803	n° p. 83
Tabela 13 – Origens dos escravos fugitivos do Rio Grande do Sul para além fronteiras	n° p. 83
Tabela 14 – Origens das mulheres escravizadas – Porto Alegre (1850-64)	n° p. 84
Tabela 15 – Nacionalidade das mães escravizadas Porto Alegre (1850-70)	n° p. 84
Tabela 16 – Procedência dos africanos alforriados Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão (1800-35)	n° p. 85
Tabela 17 – Nacionalidade da escravaria nas fazendas de Rio Pardo (1819-46)	n° p. 86
Tabela 18 – População livre de Herval (1846)	n° p. 91
Tabela 19 – Cativos de ambos os sexos batizados na Igreja São João Batista Herval (1844-59)	n° p. 92
Tabela 20 – Origens das mães dos batizados Herval	n° p. 96
Tabela 21 – Proprietários que registraram a partir de cinco cativos – Herval (1844-59)	n° p. 98
Tabela 22 – Características dos apadrinhamentos	n° p. 100
Tabela 23 – Nome mais freqüente entre os batizados	n° p. 100
Tabela 24 – Nomes mais freqüentes entre as mães	n° p. 101

Tabela 25 – Nome dos escravistas batismo Herval (1844-59)	n° p. 101
Tabela 26 – Registros anuais de óbito – Igreja São João Batista	n° p. 104
Tabela 27 – Causas das mortandades Herval	n° p. 106
Tabela 28 – Escravistas somente dos registros de batismo (1844-59)	n° p. 108
Tabela 29 – Escravistas presentes nos registros de batismo e óbito – Herval (1844-59)	n° p. 110
Tabela 30 – Escravistas que mais registraram trabalhadores escravizados filhos da mesma mãe em Herval (1844-59)	n° p. 113
Tabela 31 – População de Pelotas (1811- 72)	n° p. 120
Tabela 32 – População de Pelotas em 1858	n° p. 122
Tabela 33 – População livre de Pelotas em 1859	n° p. 123
Tabela 34 – População liberta ou forra de Pelotas em 1859	n° p. 124
Tabela 35 – Batismos de ambos os sexos da Igreja São Francisco de Paula – Pelotas (1840-59)	n° p. 126
Tabela 36 – Escravistas que batizaram mais de dez cativos – Igreja São Francisco de Paula	n° p. 129
Tabela 37 – Características dos apadrinhamentos	n° p. 136
Tabela 38 – Nomes mais freqüentes entre os batizados Pelotas	n° p. 136
Tabela 39 – Nomes mais freqüentes entre as mães dos batizados Pelotas	n° p. 137
Tabela 40 – Registros de óbito Igreja São Francisco de Paula (Pelotas)	n° p. 140
Tabela 41 – Procedência dos cativos registrados no obituário Pelotas	n° p. 142
Tabela 42 – Escravistas que registraram a partir de dez óbitos em Pelotas	n° p. 144
Tabela 43 – Divisão etária dos óbitos de cativos em Pelotas (1840-59)	n° p. 149
Tabela 44 – Principais enfermidades dos óbitos de Pelotas (1840-59)	n° p. 151
Tabela 45 – Enfermidades que causaram decessos de cativos entre zero a cinco anos (1840-59)	n° p. 152
Tabela 46 – Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de seis a dez anos (1840-59)	n° p. 153
Tabela 47 – Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 11 a 15 anos (1840-59)	n° p. 153
Tabela 48 – Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 16 a 20 anos (1840-59)	n° p. 154
Tabela 49 – Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 21 a 25 anos (1840-59)	n° p. 154

Tabela 50 - Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 26 a 30 anos (1840-59)	n° p. 154
Tabela 51 - Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 31 a 35 anos (1840-59)	n° p. 155
Tabela 52 - Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 36 a 40 anos (1840-59)	n° p. 155
Tabela 53 - Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 46 a 50 anos (1840-59)	n° p. 156
Tabela 54 - Enfermidades causadora de óbitos de cativos de 51 a 60 anos (1840-59)	n° p. 156
Tabela 55 – Relação dos escravistas que mais registraram óbitos, seus batismos e a cólera - Pelotas (1840-59)	n° p. 158
Tabela 56 – Comparação entre os registros de batismo e óbito – Pelotas (1840-59)	n° p. 160
Tabela 57 – População feitorizada em Pelotas 1859	n° p. 161

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRGS:	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERGS:	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
CEDHAL:	Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina
E:	Edição
Ed:	Editora
FAE:	Faculdade de Educação
Id ib:	No mesmo lugar
N:	Número do fascículo
NEDH:	Núcleo de Estudos em Demografia Histórica
P:	Página
Ob cit:	Obra citada
V:	Número do volume

Introdução

A demografia da mão-de-obra servil sul-rio-grandense é uma temática pouco abordada pela historiografia sulina. Os dados demográficos dessa população feitorizada apresentam alterações ao longo dos anos, com um destacado crescimento, sobretudo a partir de meados do século 19. Em 1846 o número de cativos na província era de 30846 e, em 1858, de 71911, um aumento de 133,12%.

As possíveis razões dessa dilatação, a contextualização dos elementos relacionados a ela e a fascinação pela história do Brasil Imperial e do Rio Grande do Sul instigam a presente investigação sobre a demografia dos trabalhadores cativos. Diversos historiadores apontam para expansão endógena da população escravizada sulina, elemento singular no Brasil. Aventam também aumento populacional de cativos causado pela entrada de *afro-uruguayos* escravizados.

A pia e a cruz: a demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840-59) objetiva contribuir aos estudos sobre o trabalho dos afro-rio-grandenses escravizados e auxiliar a traçar perfil demográfico dos mesmos. Através dos registros paróquias é possível identificar os cativos que receberam os “santos óleos” na pia batismal e que sofreram baixas por falecimento entre 1840-59, nos dois municípios analisados. Permite igualmente diversas outras informações – os escravistas que mais tiveram nascimentos e mortes; as moléstias que mais abalaram a escravaria e a idade dos cativos registrados nos óbitos.

Os espaços geográficos delimitados foram os municípios de Herval e Pelotas. Herval conheceu ao longo do século 19 uma atividade pastoril-extensiva dominante, abastecendo e contribuindo à dinâmica econômica provincial e, particularmente, das charqueadas. O município de Pelotas desempenhou papel relevante no desenvolvimento do Brasil meridional, em decorrência de ser o principal pólo charqueador, onde se praticavam duras condições de trabalho. A vila e, a partir de 1835, a cidade de Pelotas era um das principais do sul do Brasil. Propõe-se que as condições médias de existência eram muito diversas nas cidades, nas charqueadas, nas fazendas. Procuramos sentir isso através das fontes utilizadas dessa proposta.

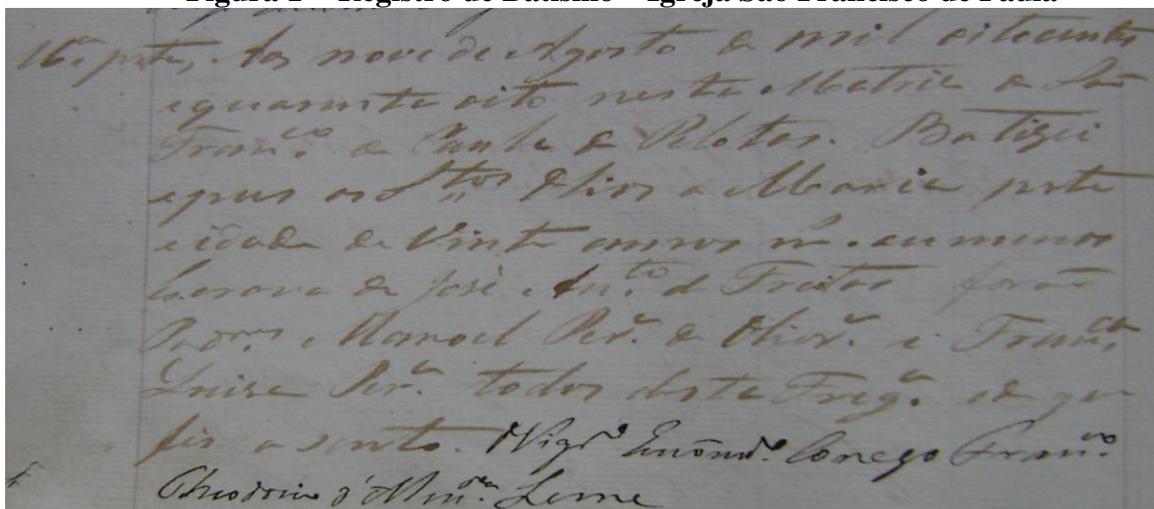
O recorte temporal estabelecido foi de 1840-59, duas décadas que foram marcadas por alterações nas características do trabalho cativo no Brasil e no Rio Grande do Sul. Durante esses vinte anos, ocorrerem transformações fundamentais na sociedade

escravista do Brasil e do Rio Grande do Sul, com destaque para o fim do tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados em 1850. Isso refletiu fortemente na província sulina, uma vez que o cativo era empregado em praticamente todas as suas grandes atividades produtivas – nos transportes, nas olarias, nas plantações, nos trabalhos domésticos, nas estâncias, etc.

Como assinalado, o ano-chave dessa conjuntura foi 1850, marcado pela lei Euzébio de Queirós, que proibiu o comércio transatlântico de trabalhadores feitorizados para o Brasil. A província de São Pedro era qualificada até esse ano como importadora de mão-de-obra servil, tornando-se, entretanto, a partir de 1851, exportadora de trabalhadores escravizados. Procuramos entrever as modificações ocorridas dez anos antes e depois do fim do tráfico.

Como já proposto, as fontes documentais utilizadas para a pesquisa foram os registros de batismo e óbitos das Igrejas São João Batista (Herval) e São Francisco de Paula (Pelotas), arquivados na cúria metropolitana de Pelotas. Os registros de Batismo podem conter o nome do cativo, de seu escravizador, sua cor e procedência, as datas do nascimento e do registro, os nome, principalmente da mãe, a cor e procedência, os padrinhos e se esses forem cativos, a cor e procedência e os proprietários. [Figura 1]

Figura 1 - Registro de Batismo – Igreja São Francisco de Paula



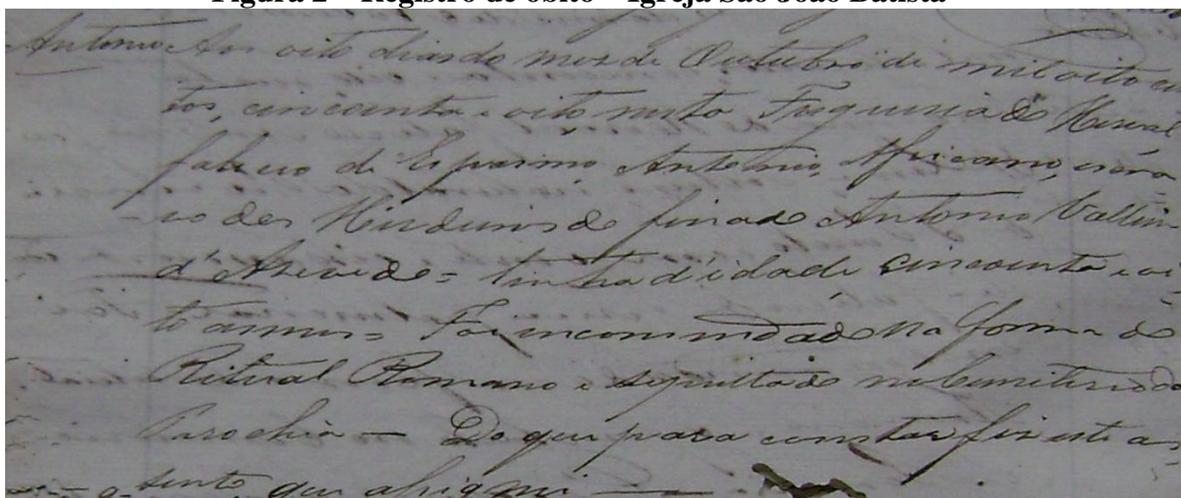
Fonte: Livro de Batismo de escravos 2 (1835-52) – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

“Aos nove de Agosto de mil oitocentos e quarenta e oito nesta Matriz de São Francisco de Paula de Pelotas, batizei e pus os santos óleos a Maria preta idade de vinte anos escrava de José Antônio de Freitas, forão padrinhos

Manoel Pereira de Oliveira e Francisca Luiza Pereira [...]”¹.

Os registros de óbito podem apresentar o nome do trabalhador feitorizado, sua cor, procedência e idade, a data do decesso, indicação sobre os pais, com destaque para a mãe, sua cor e procedência, o nome do escravista e a enfermidade. [Figura 2]

Figura 2 – Registro de óbito – Igreja São João Batista



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas

“Aos oito dias do mes de Outubro de mil oitocentos e cinquenta e oito nesta freguesia do Herval, faleceu de espasmo Antonio africano, escravo dos herdeiros do finado Antonio Valim de Azevedo, tinha de idade cinquenta e oito annos [...]”²

As razões para a opção deste tema foi nosso interesse pela historia do Brasil e, particularmente, do Rio Grande do Sul, no século 19, com destaque para a importante região de Pelotas, onde nascemos e crescemos. Além disso, o contato com as fontes documentais, a possibilidade de exploração desses dados e a pouca reflexão feita sobre eles instigaram a investigação e conduziram a pesquisa. Quando do curso de Graduação, na Universidade Federal de Pelotas, o historiador doutor José Plínio Guimarães Fachel, na disciplina de Brasil Imperial, sugeriu-nos a temática e orientou-nos a monografia.

Na primeira parte da dissertação, observamos algumas considerações sobre a demografia histórica, sua gênese e seu desenvolvimento, comentando alguns trabalhos produzidos no Rio Grande do Sul atinentes à demografia dos trabalhadores feitorizados. No segundo capítulo, abordamos a contextualização, no âmbito Imperial, do período

¹Livro de Batismo de escravos 2 (1835-52) – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas;

²Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

contemplado (1840-59), discutindo sinteticamente o tráfico transatlântico, sua legislação e as negociações atinentes a esse processo; as ambições e interesses dos britânicos; o comércio interno de trabalhadores escravizados; a chegada dos trabalhadores cativos ao território sul-rio-grandense e sua procedência.

Na terceira parte, analisamos sinteticamente aspectos da história do Rio Grande do Sul, desde 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento; o interesse dos ibéricos pelo controle do Prata; a inserção do Sul no contexto colonial; o caminho das tropas; a fundação de Rio Grande; os tratados e a diplomacia ibérica; os açorianos e a triticultura; a instalação das charqueadas; a guerra Farrroupilha (1835-45) e a província após aquele conflito.

No capítulo quatro, debatemos o trabalhador cativo no Sul: na triticultura, chácaras, fazenda pastoril, charqueadas; os cativos urbanos, de aluguel, de ganho; a vida nas cidades e a condição de sobrevivência desses labutadores. Relemos também telegraficamente a questão da demografia dos trabalhadores cativos; o comportamento demográfico servil na província; a Guerra dos Farrapos; o perfil dos trabalhadores escravizados sulinos nas distintas documentações analisadas pela historiografia.

Na quinta parte do trabalho, nos detemos na descrição de Herval e dos registros de batismo da Igreja São João Batista; as origens de Herval, seu desligamento de Jaguarão e desenvolvimento. Nos batismos, verificamos a cor, a procedência, o gênero dos cativos, a data do registro e as características da mãe (cor e procedência), os proprietários, os padrinhos, etc. Foram destacados os nomes que mais apareceram entre os cativos, entre as mães e entre os escravistas. Arrolamos os escravistas que mais registraram os trabalhadores cativos e a frequência de padrinhos escravizados, forros ou livres. Foram divididos os registros por ano e debatido as suas variações.

O capítulo seis foi destinado aos registros de óbitos de Herval, caracterizando-os com relação à cor e à procedência dos cativos. Foi elaborado igualmente um panorama comparativo entre os africanos presentes nos batismos e nos óbitos, assim como apresentado uma divisão anual das mortandades e a sua discussão. A abordagem de pais, com destaque para as mães, dos trabalhadores escravizados foi mencionada. Discutimos os escravistas que foram arrolados nos registros de batismo e óbito, a idade dos cativos, as enfermidades responsáveis pelas mortes, etc.

Foi abordada a comparação entre os principais escravistas apontados nos batismos e óbitos da Igreja São João Batista, o número de mães citadas nos batismos, à média de filhos e as mães que tiveram maior média de filhos batizados.

O capítulo sete foi dedicado aos registros de batismo da Igreja São Francisco de Paula; aos gêneros dos trabalhadores registrados; à divisão anual dos batismos e à discussão desses dados. Houve a caracterização dos batismos, em quantos se constatou a presença das datas de nascimento e batismo, as indicações de pais, de escravistas e os apadrinhamentos. Foram analisados e discutidos as origens dos cativos e a cor dos crioulos e os escravistas que mais batizaram. Abordaram-se também a origem e a cor de pais, a caracterização dos apadrinhamentos e os nomes mais encontrados dos batizados e das mães.

Na oitava parte abordamos os trabalhadores feitorizados registrados no obituário da Igreja São Francisco de Paula entre 1840-59: caracterização dos óbitos; divisão dos gêneros; divisão anual dos óbitos; procedência e cor dos cativos; citação de pais, etc. Foram arrolados e analisados os escravistas que mais registraram óbitos; a idade e as enfermidades causadoras de mortes; as moléstias que mais afetaram a escravaria conforme a divisão etária; a “moléstia reinante”, com ênfase aos escravistas mais atingidos; os meses de maior freqüentes e a divisão por gênero dos decessos.

Alguns trabalhos historiográficos relacionados com o tema pesquisado contribuíram destacadamente para a elaboração desse trabalho. Em *Calabouço urbano: Escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*, defendido em 1993 e publicado em 2002, a historiadora Valéria Zanetti apresentou um panorama do trabalhador escravizado urbano em Porto Alegre naquele período. De forma clara e envolvente, Zanetti traçou um perfil dos cativos citadinos e as possibilidades de adaptação e sobrevivência.

Em *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas – RS (1812-1850)*, defendida em 1993 e publicada em 2002, a historiadora Ana Regina Falkembach Simão contemplou um dos espaços econômico-sociais fundamental do Rio Grande do Sul, Pelotas, uma das matérias de nossa pesquisa. No estudo, analisou as formas de resistência servil; a possibilidade de família, através dos registros de casamento da Igreja São Francisco de Paula, etc. No capítulo “Entre a saúde e a doença”, estudou os registros de óbito, idades e enfermidades que resultaram em baixas de cativos em 1822-1846 e os registros de escravizados enfermos da Santa Casa de Misericórdia, entre 1848-50.

Em *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*, de 1993, a arquiteta e urbanista Ester Gutierrez, com base nos inventários *post-mortem*, mapas, plantas registros prediais e territoriais, mediações e transmissões, produziu um

dos mais completos trabalhos sobre as charqueadas de Pelotas, auxiliando os pesquisadores interessando na temática. A organização do trabalho, a construção civil nos períodos de inverno, a mão-de-obra feitorizada, a alta taxa de masculinidade e a inexistência de relações estáveis entre os cativos e a caracterização das charqueadas e dos charqueadores foram vertentes abordadas por essa destacada estudiosa da escravidão rio-grandense.

Em *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura, e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*, de 2004, a mesma autora discutir em um capítulo a mão-de-obra no século 19, principalmente no período em que a cólera e a tuberculose abalaram a estrutura produtiva pelotense.

Em *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)*, dissertação defendida em 1994, a historiadora Carmen Lúcia Santos Castro pesquisou a realidade das mulheres cativadas em Porto Alegre no século 19, destacando os aspectos da cidade e elementos do cotidiano da escravidão. Mesmo sem abordar os registros do óbito, esse trabalho muito influenciou metodologicamente nossa análise dos registros de batismo e óbito dos municípios de Herval e Pelotas, porque caracterizou os registros de batismo das igrejas do Rosário entre 1850-70 e Madre de Deus entre 1850-64.

Em *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)* dissertação defendida em 1995, através de inventários *post-mortem* encontrados no Arquivo público do estado do Rio Grande do Sul, o historiador Jorge Euzébio Assumpção realizou um levantamento referencial sobre o trabalhador nas charqueadas pelotenses entre 1780-1888. O grau de masculinidade, a faixa etária e as procedências dos feitorizados foram arrolados, divididos em três períodos com características diferentes –1780-1831, 1831-50 e 1850-88. O primeiro período vai até 1831, pois o comércio de cativos era legalizado; o segundo estende-se até 1850, quando a lei Eusébio de Queirós findou o tráfico; e em 1888, fim do último hiato temporal, a lei Áurea aboliu o trabalho escravizado.

Em *Deus é grande, o mato é maior!* história, trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul, de 2002, o historiador Mário Maestri, referencial estudioso da escravidão colonial brasileira, desenvolveu em capítulo considerações sobre a demografia do labutador escravizado sulino, mencionando aspectos do comércio de cativos em direção ao Sul, os índices de entrada e saída de mão de obra servil da barra do Rio Grande e da presença de crianças escravizadas em municípios da província. Muito nos serviu, igualmente, a síntese desse autor, e orientador de nosso trabalho,

sobre a escravidão rio-grandense, na sua terceira versão de *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*, de 2006.

Em *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*, dissertação defendida 2006, o historiador Gabriel Santos Berute realizou fundamental trabalho sobre a demografia dos trabalhadores cativos sul-rio-grandenses. Apoiado em diversas fontes, verificou o comércio de trabalhadores escravizados africanos, ladinos e crioulos em direção ao Sul, a sazonalidade das transações e dos desembarques, as características demográficas dos cativos (naturalidade, condição, gênero e idade) e os portos de procedência dos africanos ladinos.

Em *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (1846-74)*, monografia defendida em 2008, o historiador Bruno Stelmach Pessi pesquisou dezessete inventários *post-mortem* de charqueadores, debatendo em um capítulo o perfil demográfico (gênero, origem e idade) dos trabalhadores escravizados empregados no charque da carne.

Assinalamos nosso agradecimento muito especial ao doutor José Plínio Guimarães Fachel que, como assinalado, nos sugeriu durante a graduação a presente temática; aos funcionários da Cúria metropolitana de Pelotas que sempre nos receberam com atenção quando da coleta dos registros; a Cristina de Oliveira Couto e Fernanda Sampaio da Silva por nos ajudarem na tabulação dos dados e na confecção dos gráficos. Ao professor doutor Mário Maestri, pela amizade, paciência e atenção dispensada na orientação da pesquisa.

Durante cinco anos, mantivemos contato com os registros arquivais; durante dois, analisamos os batismos e óbitos destacados. Esse longo tempo deveu-se à complexidade em trabalhar com documentos do século 19; os limites de disponibilidade no acesso aos registros; ao cuidado de fazer análises atinentes aos dados e no tabulamento das caracterizações. Da Igreja São João Batista foram 906 registros, 724 de batismos e 182 de óbito; da Igreja São Francisco de Paula foram 4398 registros, 2360 de batismo e 2038 de óbito.

Capítulo I - Demografia Histórica

Historicamente, os primeiros levantamentos demográficos serviam para organizar a tributação da população, assim como para o recenseamento militar. Em *Demografia: ciência da população – análise e teoria*, de 1972, o demógrafo Pedro Calderan Beltrão salientou: “Assim, por exemplo, no reino mesopotâmico de Mari, por volta do ano 2000 antes de Cristo, os censos da população não eram coisa insólita; forneciam eles as bases para a aplicação de tributos e para a chamada às armas.”³

Os primeiros censos modernos foram realizados na Europa Nórdica, denominada Escandinávia, no século 18. Nos Estados Unidos, logo após a guerra da emancipação política (1776-83) foi feito o levantamento populacional. Os ingleses e franceses tiveram esses dados em 1801.

No Brasil se realizou o primeiro Recenseamento Geral em 1872, assim entendido o levantamento efetuado com observância dos princípios técnicos que orientam os censos modernos. Os três primeiros recenseamentos gerais brasileiros realizados em 1872, 1890, 1900, se detiveram apenas nos índices populacionais. A partir do quarto recenseamento geral em 1920, o campo de análise foi se ampliando, já que além da contagem dos habitantes, o censo estendeu-se à agricultura, à indústria e aos prédios.⁴

A demografia histórica é um dos campos das ciências sociais que analisa, total e parcialmente, o estado e o movimento de populações, procura apontar as suas causas e conseqüências, assim como colocar as inter-relações da mesma com outros elementos da sociedade. Com isso, o objetivo da demografia histórica é o estudo das populações humanas do período pré-censitário, o qual abrange os períodos pré e proto-estatísticos, ou seja, antes dos levantamentos estatísticos e já com os dados populacionais, respectivamente.

“Para tanto, lança mão, também, das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios, utilizando, além dos dados tradicionalmente considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam

³BELTRÃO, Pedro Calderan. *Demografia: ciência da população – análise e teoria*. Porto Alegre: A nação, 1972. p. 27;

⁴ Cf. Id. Ib. p. 31;

servir ao seu escopo. Presentes estas fontes e aquelas técnicas e modelos, a demografia histórica estende-se ao período censitário. Cumpre observar, ademais, que os resultados propiciados pela demografia histórica não se limitam ao campo estrito dos fenômenos tidos como puramente demográficos, pois também dizem respeito aos demais campos das Ciências Sociais.”⁵

Na medida em que haja os estudos e abordagens das causas e conseqüências do movimento e do estado das populações introduz-se o elemento qualitativo da demografia, o qual serve como contribuição para a análise quantitativa, caracterizando-a como histórica e colocando-a no bojo interdisciplinar com as outras áreas das Ciências Sociais⁶.

A formação dos pesquisadores que se dedicam a demografia história é em grande parte na história e isso acarreta uma grande dificuldade, visto que os historiadores têm limitações para lidar com conceitos e com as bases técnico-metodológicas da demografia, da estatística e a geografia. Outro elemento complicador é conduzir esses conceitos a fim de adaptá-los às necessidades específicas da demografia histórica.⁷

Ainda que os estudos sobre o escravismo brasileiro tenham conhecido um considerável desenvolvimento, notadamente a partir do final da década de 1980, impulsionados pelo centenário da abolição da escravatura, a pesquisa sistemática da demografia da população escravizada encontra-se na gestação, uma vez que os historiadores da população, em um primeiro momento, privilegiaram o trabalhador livre, pouco abordando os cativos e alforriados.

A demografia histórica brasileira sofreu a influência das técnicas e modelos seguidos pelos pesquisadores ingleses e, sobretudo, franceses. Essa contribuição metodológica foi passível de adaptações nos primeiros estudos, tendo em vista as diferenças de realidade do Brasil; nesse processo, destacou-se o trabalho “*A cidade de São Paulo*”, de Maria Luiza Marcílio, publicado em 1974.⁸

Já no momento seguinte, ainda que em um esforço adaptativo, os autores passaram a dedicar-se às particularidades dos setores básicos da população do Brasil,

⁵COSTA, Iraci del Nero da. Por uma definição de demografia histórica. *Boletim de História Demográfica*. São Paulo, FEA-USP, 1(2), 1994.

⁶ CF. COSTA, Iraci del Nero da. Demografia histórica: capítulo da demografia e dimensão da história. *Boletim de História Demográfica*. São Paulo., NEHD-FEA/USP, 6(17), 1999.

⁷ Cf. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo e SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Quarenta Anos de demografia histórica*. In: *Revista brasileira de estudos da população, São Paulo*, v. 22, n° 2, 2005. p 344.

⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Pioneira, 1974.

seu caráter compulsório, amparado pelas práticas mercantilistas, nas quais a sociedade brasileira foi inserida.

Nesse sentido, no que se refere a elementos relacionados às famílias escravizadas tivemos, pioneiramente, o trabalho de Richard Graham com o livro *Escravidão, Reforma e Imperialismo* de 1979, sendo este seguido por artigos de Iraci del Nero da Costa e Francisco Vidal Luna, este referente as famílias escravizadas em Vila Rica (MG).

Em “Nota sobre contribuições metodológicas a demografia histórica brasileira”, de 1991, Iraci Del Nero propõe:

“O privilegiamento dos segmentos populacionais característicos de nossa sociedade colonial abre o segundo momento acima referido. A preocupação com este tema, que já se nota nos trabalhos pioneiros da demografia histórica brasileira [...]”⁹

Escrevendo no início da década de 1990, o autor citado propunha no relativo aos estudos histórico-demográficos, estarmos passando, então, pelo princípio de uma terceira fase, caracterizada pela teorização vinculada às riquíssimas fontes empíricas.

“A abrir o terceiro momento aludido na abertura destas notas estão duas obras nas quais se denuncia a preocupação de se construir uma história regional que, realçando o elemento demográfico, seja capaz de integrar num todo harmônico as distintas dimensões da vida em comunidade. Stuart B. Schwartz (1985) ocupou-se da Bahia e Maria Luiza Marcílio (1986) debruçou-se sobre o evoluir de um núcleo paulista. As implicações metodológicas e teóricas da postura assumida por estes autores ainda não são plenamente estabelecidas, mas, certamente, serão rapidamente enfrentadas, pois há um número expressivo de pesquisas em andamento nas quais denota-se perspectiva analítica similar à dos supracitados estudos.”¹⁰

Os principais colaboradores para a produção das pesquisas sobre demografia histórica da população escravizada estão relacionados à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FAE-USP), mais especificamente ao Núcleo de Estudos em História Demográfica (NEHD) e ao Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina (CEDHAL). Entre esses pesquisadores podemos mencionar Alida C. Metcalf, Francisco Vidal Luna, Horácio Gutiérrez, Iraci Del Nero da Costa, José Flavio Motta. Entretanto, há alguns trabalhos

⁹COSTA, Iraci del Nero da. Contribuições metodológicas à demografia histórica brasileira. *Revista Estudos Econômicos. São Paulo*, IPE-USP, 21(1):137-142, 1991.

¹⁰ *Id ib.*

realizados sobre demografia da população escravizada em outras instituições de ensino.¹¹

Para a execução de um estudo ligado à demografia histórica, o pesquisador tem que fazer uso de outras áreas além da história, já que a geografia, a economia e a matemática estão também diretamente inseridas nesse cenário. A geografia pode contribuir com o estudo das populações, inclusive na sua teorização; as implicações econômicas são igualmente relevantes para a temática. Já a matemática, especialmente, a estatística, é fundamental para a análise dos dados levantados. Um dos exemplos que podemos citar dessa relação interdisciplinar na demografia histórica é *População e Sociedade: evolução das sociedades pré-industriais de 1984*, trabalho organizado pela historiadora Maria Luiza Marcílio, que relacionou a geografia, a economia e a história¹².

Com relação às fontes primárias usadas pela demografia histórica e da população escravizada ganham ênfase os registros de batismo, registros de óbito e de casamento. Todavia, se o trabalho for sobre demografia da população cativa, necessariamente, o pesquisador terá que se contentar, com os registros religiosos, visto que o registro civil entrou em vigor somente no período republicano, a partir de 1889. Contudo, as cúrias metropolitanas disponibilizam seus arquivos para as pesquisas. O que representa sempre uma dificuldade é a conservação de tais documentos. Contarão, igualmente, com outros importantes documentos principalmente da administração civil.

Em seu estudo sobre a demografia da população escravizada no Piauí, de 1993, ligado ao CEDHAL-USP, Miridam Britto Knox salientou:

“Os ‘Livros de Classificação’ apresentam-se como os ‘únicos manuscritos nominativos de um censo nacional’, fornecendo, para algumas localidades, até 15 informações, a saber: número de ordem, número de matrícula de escravo, nome, cor, idade, estado civil, profissão, aptidão para o trabalho, moralidade, nome do senhor, valor do escravo, naturalidade, filiação e pessoas da família. Inúmeras variáveis podem ser cruzadas entre si, a partir dos dados fornecidos pelas Listas. Faixas etárias, razão da masculinidade, distribuição ocupacional dos escravos por sexo e idade, composição do núcleo

¹¹ **UFMG:** CORREÂ, Carolina Perpétuo e PUGSCHITZ, Bruno Lagoa Estanislau. *Um estudo sobre família e demografia escrava: Santa Luzia, Minas Gerais, Século XIX*. FAFICH, UFMG, 2004. **UNICAMP:** CUNHA, Maisa Faleiros da. *Demografia e família escrava: Franca, São Paulo, Século XIX*. UNICAMP, 2009. **UFPR:** ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850*. População e família, São Paulo: Humanitas, v. 1, n. 1, p. 235-260 jan./jun. 1998.

¹² MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *População e Sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.

familiar, estrutura de posse, condições de saúde, valor médio do escravo são exemplos de informações que poderão ser fornecidas.”¹³

Em uma perspectiva cronológica e temática, Iraci del Nero da Costa elaborou o artigo “Apontamentos para a história da demografia histórica no Brasil”, de 1989. Segundo ele, uma das primeiras menções à demografia histórica ocorreu já no início da década de 1930, quando Gilberto Freire, no prefácio da primeira edição de *Casa Grande & Senzala*, destacou a relevância dos documentos paroquiais e demais fontes para os estudos demográficos. Já no final dos anos de 1940, o trabalho sobre Guaratinguetá, de Lucila Herrman, representou um estudo pioneiro, entretanto, isolado e sem similares posteriores.¹⁴

“Outros documentos auxiliam o estudioso da história íntima da família brasileira: [...]os livros de assento de batismo, óbito e casamento de livres e escravos e os de rol de famílias e autos de processos matrimoniais que se conservam em arquivos eclesiásticos.”¹⁵

No artigo citado, Iraci da Costa lembra:

“Foi somente na década de 1960 que as pesquisas histórico-demográficas passaram a desenvolver-se com maior frequência. “Trabalhos iniciais de Luis Lisanti Filho e Maria Luiza Marcilio aos quais seguiu-se La Ville de São Paulo, trabalho seminal do qual resultou a afirmação, em escala internacional e, sobretudo, a nível nacional, da demografia histórica brasileira; dá-se, a contar dele, a divulgação no Brasil, dos métodos desenvolvidos pelos estudiosos franceses da área.”¹⁶

Ainda entre os estudos pioneiros destacam-se as pesquisas desenvolvidas no Estado do Paraná de Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. O levantamento das fontes paranaenses e a existência de cursos de pós-graduação em demografia histórica dilataram o número de trabalhos sobre o Estado do Paraná, uma das maiores áreas de concentração até hoje.

Atualmente, existem projetos em desenvolvimento sobre demografia histórica, inclusive abordando novos temas, como, por exemplo, os estudos demo-econômico dos não-proprietários de trabalhadores escravizados (Iraci Costa), de crescimento vegetativo

¹³ FALCI, M. B. K. . Escravos do Sertão. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1995.

¹⁴ COSTA, Iraci del Nero da. *Apontamentos para a história da demografia histórica no Brasil*. São Paulo, IPE-FEA/USP, 1989.

¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981. (prefácio da primeira edição – p. 29)

¹⁶COSTA, Iraci del Nero da. *Apontamentos para a história da demografia histórica no Brasil*. Ob cit. 1989.

de cativos (Horácio Gutiérrez e C. A. Paiva) e de valor dos trabalhadores escravizados (Nilce Rodrigues Parreira)¹⁷.

“Apesar da diversidade e riqueza de trabalhos, centrados primordialmente em torno da análise da estrutura da posse do cativo, pouco se conhece, ainda hoje, acerca das variáveis demográficas deste grupo, principalmente no que diz respeito à mortalidade e à mobilidade [...] Surpreende, contudo, o escasso uso dos abundantes registros paroquiais que, cruzados com outras fontes utilizadas nesses trabalhos (matrícula de escravos, listas nominativas e inventários, entre outras), poderiam ampliar ainda mais o conhecimento sobre a demografia da escravidão.”¹⁸

Iraci da Costa Nero, que seguimos até aqui, lembra:

“Correlatamente, define-se a preocupação com os rumos da demografia histórica brasileira: quais os temas a enfocar? Não se mostra necessária uma tentativa de generalização e de teorização mais conseqüente? Como incorporar ao estudo áreas e/ou momentos cruciais do tempo (nordeste açucareiro, zona do café para o segundo meado do século XIX etc.)?”¹⁹

A produção historiográfica rio-grandense atinente a demografia de trabalhadores escravizados centra em análises mais abrangentes que mencionam aspectos da oscilação sobre os trabalhadores escravizados. Poucas pesquisas trabalham especificamente com dados demográficos dos cativos sulinos.

Em *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)*, a historiadora Santos Castro, pesquisou a realidade das mulheres cativadas em Porto Alegre no século 19, destacando os aspectos da cidade e elementos do cotidiano da escravidão. Utilizando os registros de batismo das Igrejas Madre de Deus e do Rosário, a autora, realizou um levantamento minucioso

¹⁷ PAIVA, Clotilde A. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*, Tese (Doutorado Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996; GUTIÉRREZ, Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1989; PARREIRA, Nilce Rodrigues. *Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1990.

¹⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo e SCOTT, Ana Sílvia Volpi. *Quarenta Anos de demografia histórica*. In: *Revista brasileira de estudos da população*, São Paulo, v. 22, n° 2, 2005. P 344.

¹⁹ COSTA, Iraci del Nero da. *Apontamentos para a história da demografia histórica no Brasil*. Ob. cit, 1989.

sobre o perfil da mulher cativada porto-alegrense, enfatizando a cor, a nacionalidade, a idade, o apadrinhamento.²⁰

Em *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas – RS (1812-1850)*, a historiadora Simão contemplou um dos espaços geográficos e uma parte do recorte cronológico que optei para pesquisar.²¹

Simão no seu referencial estudo debateu as possibilidades de resistência dos cativos em Pelotas, de formação familiar, através dos registros de casamento da Igreja São Francisco de Paula arquivados na Cúria Metropolitana de Pelotas e, no capítulo seis intitulado *entre a saúde e a doença*, debateu os registros de óbito, as idades e as enfermidades que resultaram em baixas dos trabalhadores escravizados entre 1822-46 e os registros de escravos enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas entre 1848-50.

Outro aspecto destacado pela historiadora Simão foi a abordagem das cartas de alforrias, salientando a importância da idade, a sexualidade dos cativos contemplados, o preço das liberdades e as suas condições.

Em *Deus é grande, o mato é maior!* história, trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul, de 2002, o historiador porto-alegrense Mário Maestri dedicou um capítulo para as considerações sobre a demografia do labutador escravizado sulino, mencionando aspectos do comércio de cativos em direção ao sul, índices de entrada e saída de mão-de-obra servil da barra do Rio Grande e da presença de crianças escravizadas em municípios da província²².

Em *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*, o historiador Assumpção através de inventários *post-mortem* encontrados no Arquivo público do estado do Rio Grande do Sul, realizou um referencial levantamento sobre o trabalhador nas charqueadas pelotenses entre 1780-1888.²³

O grau de masculinidade, a faixa etária e as procedências dos labutadores feitorizados foram arrolados pelo autor, que dividiu a pesquisa em três períodos com

²⁰CASTRO, Carmen Lúcia Santos. *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: Cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994

²¹ SIMÃO, Ana Regina F. *Resistência e Acomodação. A escravidão Urbana em Pelotas*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002. [Malungo 9].

²² MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2002.

²³ ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

características diferentes, entre 1780-1831, 1831-50 e 1850-88. O primeiro período vai até 1831, pois o comércio de cativos era legalizado; o segundo intervalo estende-se até 1850, quando a lei Eusébio de Queirós findou o tráfico transatlântico; e em 1888, fim do último hiato temporal, a lei Áurea aboliu o trabalho escravizado no Brasil.

Em *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*, Santos Berute realizou um fundamental trabalho para os interessados em pesquisar sobre a demografia dos trabalhadores cativados sul-rio-grandenses²⁴.

Berute utilizou as guias de transporte de escravos entre 1788-1802 emitidas pela Provedoria da Fazenda Real pertencentes à documentação avulsa da fazenda, depositada no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, os Códices da Polícia da Corte – código 390 (1816-24) e 421 (1809-24), o Livro do imposto da Sisa dos Cativos (1812-22) e inventários *post-mortem* dos comerciantes de cativos.

Verificou nessas fontes o comércio de trabalhadores escravizados africanos ladinos e crioulos, a sazonalidade das transações e dos desembarques, as características demográficas dos labutadores feitorizados comercializados (naturalidade, condição, gênero e idade) e os portos de procedência dos africanos ladinos.

Em *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (1846-74)*, o historiador Stelmach Pessi ao pesquisar os inventários *post-mortem* de 17 charqueadores constatou a presença de 1019 trabalhadores cativados, 633 entre 1846-50 e 386 entre 1870-74²⁵;

Pessi elaborou um capítulo destinado a debater o perfil demográfico (gênero, origem e idade) dos trabalhadores escravizados empregados no charque da carne e apresentou as origens dos cativos do continente negro.

²⁴ BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro (1790-1825)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006;

²⁵ PESSI, Bruno Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C.1846-C.1874)*. (Monografia). Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

Capítulo II - Contextualização do período (1840-1860)

Para compreender melhor a demografia de trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul entre 1840-60, é fundamental que se contextualize o recorte temporal estabelecido, já que a Província não estava isolada do resto do Brasil no século 19. As questões políticas, econômicas e sociais interferiram no perfil demográfico da população cativa do território rio-grandense.

Com relação ao tráfico negreiro, é importante destacar as relações com a Inglaterra, pois o governo inglês pretendia suprimir a chegada de trabalhadores escravizados da África, desde 1810, pressionando diplomática e militarmente a Coroa portuguesa e, após 1822, os governos de dom Pedro I e dom Pedro II.²⁶

Antes de analisar especificamente as relações diplomáticas entre os governos inglês, português e, a partir de 1822, imperial brasileiro, no que diz respeito ao tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados, é importante destacar a situação política e econômica da Inglaterra, de Portugal e do Brasil, tendo em vista as alterações sofridas por esse último país nos anos 1800.

O recorte temporal para debater sobre as relações entre esses países foi de 1808-1850. Da chegada da Família Real Portuguesa à América, em 1808, até a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que estabeleceu a supressão da vinda de africanos para serem escravizados no Brasil.

Para as autoridades inglesas, esse período é igualmente significativo, visto que aquele país passava pelo aumento da produção com sua Revolução Industrial e almejavam dinamizar a economia, essencialmente no que se refere ao consumo mundial de seus produtos. Necessitava, igualmente, abastecer sua indústria de matérias-primas, conquistando novos fornecedores.

A partir de 1760, ocorreu na Inglaterra o processo de mecanização da produção, onde a divisão do trabalho e a maquinaria aceleravam a produção nas fábricas. A Revolução Inglesa (1640-1688) instalou no país um parlamento burguês, o que propiciou a aceleração do desenvolvimento industrial da Inglaterra.

A primeira etapa da Revolução Industrial correspondeu ao uso do carvão, do ferro e da máquina a vapor, desenvolvendo, a indústria têxtil. Devido à exploração do

²⁶ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 146;

operariado, começaram a surgir movimentos de contestação pelas péssimas condições de trabalho, como Ludismo (1811) e o Cartismo (1837).²⁷

Os países envolvidos no processo industrial, notadamente a partir da segunda metade do século 19, sentiram a necessidade de procurar novas áreas para ampliar seus mercados, para adquirir matéria-prima e explorar mão-de-obra barata. A luta pela garantia dessas condições foi denominada de imperialismo ou neo-colonialismo.²⁸

A África, a Ásia e a América destacaram-se como regiões de expansão industrial da Inglaterra. Quase todos os países da América do Sul receberam apoio da Inglaterra nos seus processos emancipatórios, a fim de controlar mercados antes monopolizados pelas potências coloniais, com destaque para a Espanha.²⁹

2.1 - Brasil na primeira metade do século 19

Desde o processo de formação de Portugal (1139), havia acordos e negociações entre os governos português e inglês. Em *Preeminência inglesa no Brasil*, de 1973, o historiador inglês Alan K. Manchester coloca:

“Desde 1147, quando os cruzados ingleses ajudaram o jovem Afonso Henriques de Borgonha, primeiro rei do novo Estado, a tomar Lisboa dos mouros, até o primeiro quartel do século 19, quando dom João VI ficou privado dos seus melhores domínios ultramarinos, Portugal foi uma peça importante no tabuleiro de xadrez da história européia”.³⁰

Em 1640, com a fim da União Ibéricas, as relações luso-inglesas se intensificaram, tendo em vista a necessidade de o governo português buscar apoio financeiro, depois do fim da união com a Espanha. Ao longo do século 17, assinaram-se vários tratados e acordos comerciais entre Portugal e Inglaterra, como os Tratados de 1642 e 1654, o que ampliou a dependência portuguesa ao capital inglês, possibilitando um acúmulo de capitais à Inglaterra, auxiliando sua primazia industrial.³¹

Essa dependência atinge seu auge com o Tratado de Methuen, em 1703, com o qual vinhos portugueses penetravam, em forma privilegiada, no mercado inglês, e os tecidos britânicos, em Portugal e nas suas colônias. Esse tratado foi tão prejudicial à

²⁷ Cf. HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções* (1789-1848). 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 232-233;

²⁸ Cf. HOBSBAWM, Eric J. *A era do Capital* (1848-1875). 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1996.p. 53;

²⁹ Cf. LOPEZ, Luiz Roberto. *Historia da América Latina*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989. p. 71;

³⁰ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 17.

³¹ Cf. *Id.ib.*. p. 37;

economia portuguesa que foi a mineração brasileira, desenvolvida no século 18, que contribuiu para pagar as dívidas lusitanas com os ingleses.

Em *História do Brasil Colonial*, de 2001, Luiz Roberto Lopes destacou: “Em 1703, Portugal e Inglaterra firmaram o Tratado de ‘Comércio e Amizade’ de Methuen (nome do diplomata inglês que o obteve). Por ele, a Inglaterra se encarregou, virtualmente, da sustentação militar e diplomática da frágil nação lusa numa Europa conflagrada pela guerra de sucessão da Espanha, em troca de uma virtual abertura dos portos lusitanos aos artigos manufaturados britânicos.”

Segue o historiador rio-grandense: “Para a Inglaterra, senhora dos mares e que logo iniciaria a sua fase de expansão capitalista industrial e liberal-burguesa, essa ruptura no protecionismo monopolista do mercantilismo vinha ao encontro da necessidade de ampliar mercados. Quanto a Portugal, a única vantagem que obteve no Tratado de Methuen, no plano econômico, consistiu em privilégios alfandegários na colocação dos seus vinhos no mercado inglês, em detrimento da França.”³²

Em 1808, a chegada da Família Real Portuguesa alterou a estrutura política e administrativa da colônia americana e de Portugal, uma vez que a sede do governo metropolitano instalou-se no Rio de Janeiro, ocorrendo uma inversão política. No entanto, o *status* brasileiro era ainda de uma colônia de Portugal.³³

A situação política brasileira modificou-se com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815. Esse ano foi emblemático para a conjuntura política européia, já que marcou a tentativa dos Estados absolutistas de reorganizar o mapa político europeu e mundial, alterado pelo avanço dos ideais burgueses da França revolucionária. Logo depois do Congresso de Viena, Napoleão foi derrotado definitivamente na Batalha de Waterloo, ficando exilado na ilha de Santa Helena, no Atlântico Sul.³⁴

A mudança sofrida pelo Brasil relacionou-se com o contexto político europeu, uma vez que, para participar dessas decisões, dom João deveria voltar para Portugal ou, se preferisse continuar no Brasil, deveria alterar o *status* da colônia na América. Vinculado com as determinações vindas da capital austríaca, o governo português elevou o Brasil à condição de Reino Unido Portugal, Brasil e Algarves.³⁵

³² LOPES, Luiz Roberto. *História do Brasil Colonial*. 8. ed. Porto Alegre: Novo Século, 2001. p. 67;

³³ Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 10 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002. p. 120.

³⁴ Cf. LOPES, Luiz Roberto. *História do Brasil imperial*. 7.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. p. 21;

³⁵ Cf. FAUSTO, Bóris. *Historia do Brasil*, Ob cit. p.129;

De 1815 até 1822, ocorreram muitas transformações no Brasil e em Portugal, o que levou à emancipação política do Brasil. Em 1820, a revolução constitucionalista do Porto exigiu a volta de dom João VI à Europa, o que ocasionou a volta do fidalgo português à Europa, deixando seu filho, Pedro de Alcântara, como príncipe regente no Brasil.³⁶

A conjuntura política do Brasil nesse período apresentava grupos divergentes. O “Partido” Português desejava a recolonização do Brasil; o “Partido” Brasileiro opunha-se à volta do monopólio e do pacto colonial; alguns mais radicais sonhavam com uma república. Vários episódios, com o *Dia do Fico* (9 de janeiro de 1822) e o dia do *Cumpra-se* (4 de maio de 1822) conduziram dom Pedro a afastar cada vez mais o reino do Brasil do reino de Portugal, o que culminou com o “grito de independência” as margens do Rio Ipiranga em 7 de setembro de 1822.³⁷

Mesmo com o processo de independência política do Brasil, suas características sócio-econômicas não sofreram alterações significativas, permanecendo a grande propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravizado. Até a Proclamação da República, em 1889, o governo brasileiro foi administrado pelos descendentes diretos de Portugal, durante o Primeiro Reinado, com dom Pedro I, e o Segundo, com dom Pedro II. À exceção, é claro, do Período Regencial, de 1831 a 1840.³⁸

O Período monárquico do Brasil (1822-1889) foi marcado por uma forte centralização política e autoritarismo dos imperadores, a partir da outorga, por dom Pedro I, da Constituição de 1824 que estabelecia o “Poder Moderador”. A postura autoritária e centralizadora da monarquia gerou uma série de manifestações, de norte ao sul do país, agravada pelos desmandos e incompetência administrativa do príncipe português e pela grave crise econômica da economia escravista da época.

No período regencial (1831-1840), criaram-se as Assembléias legislativas provinciais que davam uma maior, ainda que relativa, autonomia para as Províncias. Todavia, a insatisfação continuou impulsionando revoltas no Brasil, principalmente porque os presidentes das províncias seguiam sendo nomeados pelo poder central. Em *Revolução Farroupilha*, de 2002, o historiador rio-grandense José Plínio Guimarães Fachel mencionou que:

“[...] mesmo as mudanças institucionais introduzidas pelo Ato Adicional de 1834, que criou as

³⁶ Cf. *Id ib* p. 130.

³⁷ Cf. MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 38-39;

³⁸ Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Ob.cit.. p. 146.

assembléias legislativas provinciais, não permitiram a autonomia política local, pois o presidente da província continuava concentrando amplos poderes e era nomeado pelo governo central.”³⁹

Em *Brasil Império*, de 1986, o historiador Hamilton Monteiro destacou:

“[...] as Assembléias decidiriam, entre outros pontos, acerca da divisão administrativa, judiciária e eclesiástica, da fixação de receita e despesa, da fixação de força policial, da suspensão e demissão de magistrados e do provimento de empregos públicos”.⁴⁰

Em *A monarquia brasileira*, de 1993, por sua vez, o historiador mineiro José Murilo de Carvalho salientou sobre o poder moderador:

“A grande invenção da Constituição de 1824 foi a figura do poder moderador, como quarto poder. A divisão tradicional dos poderes, formulada pela primeira vez por Montesquieu, só falava em três: o executivo, o legislativo e o judiciário.”⁴¹

No Segundo Reinado (1840-1889), após as eclosões das Revoltas Liberais de 1842 e da Revolução Praieira de 1848, houve uma estabilidade política, vigorando no Brasil um aparente sistema parlamentarista, com a criação, em 1847, do cargo de chefe do conselho de ministros. No entanto, devido ao “poder moderador”, que dava amplos poderes ao imperador, como apenas assinalado, o parlamentarismo imperial foi chamado de *às avessas* e o processo eleitoral de eleições *do cacete*.⁴²

2.2 - As pressões da Inglaterra e o fim do tráfico negreiro

O comércio de cativos era praticado por Portugal desde 1444, quando os lusitanos chegaram na Senegâmbia. Em *Comércio proibido de escravos*, de 1988, o historiador Luís Henrique Dias Tavares apontou que:

“no contexto do século XV, Portugal chegou à África e ocupou Arguim (Cabo Branco), de onde progrediu sobre as ilhas do Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Cachel, Bissau, Costa da Pimenta, Costa do Ouro e Costa dos Escravos. Ia construindo fortes e comercializando tudo o que encontrava, destacando-se: ouro, marfim, pimenta e escravos”.⁴³

A partir de 1547, a Coroa da Inglaterra utilizou-se do comércio de seres humanos e, durante séculos, obteve grandes lucros com ele. Em *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica*, de 1998, Alfredo Carlos Teixeira Leite salientou:

³⁹ FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: Ed. UFPel, 2002. p. 48-49;

⁴⁰ MONTEIRO, Hamilton *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1986, p. 45;

⁴¹ CARVALHO, José Murilo de. *A monarquia brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993. p. 22;

⁴² Cf. MONTEIRO, Hamilton *Brasil Império*. *Id ib* p. 45;

⁴³ TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988. p. 101;

“Por séculos a Inglaterra teve, no tráfico negreiro, uma de suas principais fontes de enriquecimento, que ensejou que ela se tornasse a mais poderosa potência marítima do mundo, em todo o século XIX e meados do XX. Essa posição permitiu-lhe [...] impor, sem quase nenhum questionamento, seus pontos de vista a todas as nações latino-americanas, cujos povos estavam despertando no sentido de obterem a emancipação política de sua pátria no início do século XIX.”

Segue o historiador e militar nascido no Rio de Janeiro em 1926:

“Desde 1547, em pleno reinado de Isabel, a Grã-Bretanha entregou-se ao desumano, porém rendoso, comércio de seres humanos. Por ocasião do reinado de Eduardo VI, em 1713, obteve da Espanha um ‘asiento’ que perdurou até 1752 que ensejou àquela nação fabulosos lucros com a introdução de africanos, em regime de monopólio, na região platina.”⁴⁴

Através de regimentos e alvarás expedidos pelo governo de Portugal, os representantes lusitanos na África eram orientados a buscarem um contato amistoso com os africanos para adquirir a mão-de-obra escravizada. Em *Magnatas do tráfico negreiro*, de 1981, o historiador José Gonçalves Salvador colocou:

“para melhor atingirem os objetivos em perspectiva, os portugueses trataram de firmar alianças aqui e acolá com os régulos e os sobas, detentores do poderio entre os indígenas [nativos africanos]. Aos governadores e demais agentes da Coroa, as autoridades metropolitanas em nome do rei e da Fazenda recomendaram usarem de toda a cordialidade possível para com esses fidalgos”.⁴⁵

Na captura dos cativos haviam métodos aceitos pelos africanos e portugueses e outros meios considerados ilegais. Os tradicionais consistiam na condenação por adultério e roubo pelas autoridades africana, na substituição das mulheres, filhos, filhas e parentes por homens escravizados e pelos prisioneiros de guerras; os mecanismos ilegais, estimulados pelo mercado externo, se caracterizava pela pirataria, pela traição e pela força.⁴⁶

⁴⁴ LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998. p. 11;

⁴⁵ SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Pioneira, 1981. p. 78;

⁴⁶ Cf. CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 49;

Em *O escravo no Rio Grande do Sul*, Maestri salientou:

“[...] muitas vezes, um africano reduzido ao cativo circulava por meses no interior da África, de uma aldeia a outra, de um mercado a outro. Caminhava, atado, em fila, ao *libambo*, pelos sertões, sem descanso, carregando cargas pesadas, até chegar aos barracões da costa”.⁴⁷

Antes do embarque na África, os cativos ficavam alojados em choças, armazéns e barracões até a partida. Nesses locais, os africanos eram alimentados e preparados para a penosa expedição. Na espera para o início da viagem, alguns traficantes obrigavam-nos a cultivar mandioca como forma adaptativa à labuta na América. Ainda na costa africana os portugueses realizavam o batismo dos trabalhadores escravizados.⁴⁸

Três regiões da costa atlântica da África destacaram-se como importantes para o comércio de cativos. Guiné, Congo e Angola se caracterizaram pelas suas riquezas naturais e pelo abastecimento do ‘ouro negro’; por isso que, além de Portugal, outros países da Europa, como França, Holanda e Inglaterra cobriam essas áreas.⁴⁹

Em *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*, de 1985, o historiador estadunidense Robert Edgar Conrad estimou que durante o período do tráfico transatlântico entrou no Brasil mais de cinco milhões de africanos. Porém, um fator relevante que o autor observou nesse comércio foi a mortandade.

Conforme Conrad:

“[...] alguns escravos morreram em consequência da violência essencial à sua captura na África, muitos outros nas jornadas entre os lugares que habitavam no interior e os portos dos oceanos Atlântico e Índico, ou enquanto aguardavam o embarque, muito mais ainda no mar, outros nos mercados de escravos brasileiros, e mais ainda durante o processo de ajustamento físico e mental ao sistema escravista no Brasil, a ‘aclimatação’, como era chamado esse processo nas colônias britânicas”.⁵⁰

As doenças a bordo dos navios negreiros eram comuns e as enfermidades que mais afetavam os cativos durante a travessia era o escorbuto, sarna, varíola, sarampo e desistiria. A mortalidade nos tumbeiros era diretamente proporcional ao período de duração da travessia. A viagem entre a costa afro-ocidental e o Brasil levava uma média de quarenta a sessenta dias.

⁴⁷ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: trabalho, resistência e sociedade*. 3.ed.rev.atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 35;

⁴⁸ Cf. SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro*. Ob cit. p. 83;

⁴⁹ Cf. Ib id. p.77;

⁵⁰ CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros*. Ob cit. p. 44.

Da costa oriental da África, esse período durava cerca de três meses. As refeições dos trabalhadores escravizados na viagem ao Brasil era à base de farinha de mandioca, carne-seca, feijão, arroz, milho, batata-doce e peixe salgado, com a ingestão diária de meio litro de água. Os tripulantes ao desembarcar na costa brasileira, doentes e nus, ficavam expostos nos galpões e armazéns até que os interessados os adquirissem.⁵¹

Todavia, no início do século 19, como já assinalado, a Inglaterra vivia a Revolução Industrial e seus interesses na América consistiam em ampliar seu mercado consumidor e obter matéria-prima. Para que esses objetivos tivessem êxito, o governo inglês pressionou, econômica e diplomaticamente, a Coroa portuguesa e, a partir de 1822, o governo imperial brasileiro.⁵²

O português foi atingido com a invasão das tropas francas de Bonaparte, em virtude do bloqueio continental imposto a Inglaterra em dezembro de 1806⁵³. Para invadir o território lusitano, os franceses firmaram um acordo com a Espanha, que permitiu às tropas de general Junot a passagem rumo a Portugal. Essa invasão modificou o cenário político português, uma vez que os franceses e espanhóis dividiriam administrativamente Portugal.⁵⁴

Diante dessa conjuntura turbulenta na Europa, a Coroa portuguesa firmou com a Inglaterra um acordo e, escoltada ela marinha britânica, jogou-se às águas atlânticas, mudando-se para a sua colônia na América. A partir da chegada da Família Real portuguesa, em 1808, houve a *abertura dos portos às nações amigas*, beneficiando não apenas os ingleses, mas colocando um fim ao Pacto Colonial – naquela época a França não era considerada “nação amiga”, devido à invasão a Portugal.⁵⁵

Em 1810, o Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre dom João e o governo inglês, marcou o início das relações econômicas inglesas no Brasil através de vantagens alfandegárias. Por esse acordo, os produtos ingleses pagavam 15% de tarifas, enquanto as mercadorias portuguesas pagavam 16%. Esse tratado atingiu fortemente a já escassa produção artesanal e manufatureira do Brasil, impedindo que ela se desenvolvesse, a seguir.⁵⁶

⁵¹ Cf. MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Ob cit. p. 34;

⁵² Cf. MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 144.

⁵³ Cf. CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações: O século XVIII perante a revolução*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 225.

⁵⁴ Cf. SARAIVA, José Germano. *História Concisa de Portugal – 24ª Ed.*. Lisboa: Europa-América – PT, 2007.p. 261.

⁵⁵ Cf.FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Ob Cit p. 122.

⁵⁶ Cf. RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*: Ob cit p. 146;

Inicialmente, outro objetivo da Inglaterra com relação ao Brasil expresso nos tratados de 1810 foi o extermínio gradativo do tráfico internacional de cativos, pois os britânicos pretendiam reconverter o comércio africano de cativos nas costas do Continente Negro para o de matérias primas. Para isso, devia desorganizar e desarticular o comércio transatlântico, obrigando os reinos e comerciantes negreiros a reorientarem suas atividades.⁵⁷

Outra preocupação das autoridades inglesas era desestruturar o comércio açucareiro do Brasil, já que o nosso produto concorria com o açúcar produzido nas colônias inglesas na América Central, como na Jamaica. A produção brasileira era mais barata, visto que a terra era bem mais acessível e a infra-estrutura saía do Brasil mesmo.

Nesse sentido, Alan K. Manchester destacou:

“O perigo que ameaçava as colônias açucareiras, o de superprodução, seria remediado pela cessação do tráfico escravo dentro dos domínios britânicos, pois tal medida impediria o aumento das plantações de açúcar, por causa da falta de mão-de-obra [...]. A terra era noventa por cento mais barata no Brasil do que na Jamaica, enquanto a maioria dos suprimentos para a plantação de açúcar era obtida dentro do País. Portanto, o plantador brasileiro poderia vender com lucro na Europa, a um preço que significaria a ruína para o dono de plantações das Índias Ocidentais.”⁵⁸

Em *Em costas negras*, de 1997, o historiador Manolo Florentino abordou que os reflexos da pressão da monarquia inglesa sobre a o governo português:

“é possível que o Alvará de 24 de novembro de 1813 fizesse parte das respostas portuguesas às pressões britânicas. Ali se limitava a cinco escravos por tonelada o total de escravos que um negreiro podia carregar, além de ordenar a implantação de medidas relativas à higiene e alimentação dos cativos em trânsito”.⁵⁹

Em 1815, por ocasião do Congresso de Viena, os governos português e britânico firmaram um acordo estabelecendo o compromisso de dom João em restringir o tráfico. Já em 1817, ficou estabelecido que não houvesse tráfico de trabalhadores escravizados africanos em direção ao Brasil acima da linha do Equador. O comércio de cativos seria permitido apenas ao Sul e somente com navios com bandeira lusitana.⁶⁰

⁵⁷ Cf. MAESTRI, Mário. *Servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 42;

⁵⁸ MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 149;

⁵⁹ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 42;

⁶⁰ Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 30.

O processo de independência do Brasil, que, como assinalado, não desencadeou mudanças significativas nas características socioeconômicas, além de estabelecer uma forma de governo distinta das outras nações da América do Sul - a Monarquia autoritária e centralizador -, teve participação relevante da Inglaterra, pois o país representava um importante ponto econômico no sul do continente americano.

Na década de 1820, a Coroa inglesa reconheceu a independência do Brasil. Para tanto, o governo britânico estabeleceu algumas condições: a renovação dos tratados de 1810 e o comprometimento do governo de dom Pedro I em findar, gradativamente, com o tráfico internacional de cativos. Isso repercutiu em 1831, quando a Lei, elaborada pelo governo brasileiro em 1826, entraria em vigor.

Dom Pedro aceitou a essas exigências interessado no apoio dos ingleses na sua disputa lusitana contra os absolutistas, liderados por dom Miguel. O marasmo que conhecia naquele então a produção escravista, devido à crise da mineração escravista no século anterior, determinara verdadeira queda na importação de cativos novos. Situação que se inverteria com a expansão da produção cafeeira, como se pode verificar na (Tabela 1).

Em *A mão-de-obra escrava em Salvador*, de 1988, a historiadora Maria José de Souza Andrade tece o seguinte comentário a respeito desse assunto:

“A partir, porém, da lei de sete de novembro de 1831, o Brasil adotou uma nova posição: declarou livres todos os escravos entrados no território do Brasil daquela data em diante. Executava, entretanto, os escravos matriculados no serviço das embarcações e os escravos fugidos de embarcações ou de território estrangeiro, que, nesse caso, retornariam ao lugar de origem. A lei estabelecia, ainda, para os importadores de escravos penas de prisão, multas e castigos, além de responsabilizá-los pelas despesas com a devolução desde à África.”

A autora conclui: “Essa lei não conseguiu deter o tráfico, servindo, para criar a figura do meia-cara, escravo legalmente livre, oficialmente liberto de todas as correntes do instituto da escravidão [...]”⁶¹ Entretanto, a lei de 1831 foi relativamente cumprida, nos primeiros anos, devido à crise econômica e a ação do governo regencial liberal, como podemos ver na Tabela 1.

O historiador Robert Conrad aborda a legislação atinente aos cativos que chegassem ao Brasil após a Lei Diogo Feijó de 1831:

⁶¹ ANDRADE, Maria José de Souza. *Mão-de-obra escravo em Salvador: 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988. p 69-70.

“As vítimas do tráfico ilegal, então, quer particularmente aptos ou não e apesar de provavelmente inocentes de qualquer crime, seriam privadas de sua liberdade por um período de tempo maior do que as pessoas culpadas pelo tráfico de escravos, cujo banimento na África seria limitado a 5 anos sem qualquer obrigação determinada para trabalhar e melhorar seus hábitos”.⁶²

Uma situação que se inverteria, a seguir, com a expansão da cafeicultura, com o domínio político dos escravistas, após a queda de Feijó e, pela hegemonia do *Regresso* em 1837. O historiador Hamilton Monteiro mencionou:

“a obra do Regresso, também chamado Partido da Ordem ou Partido Conservador, consistiu em erigir de uma vez por todas uma estrutura que garantisse o domínio dos senhores escravocratas e permitisse a reprodução das suas condições materiais de existência”.⁶³

Os números da Tabela 1 evidenciam que, a partir de 1836, o número de cativos chegados da África aumentou substancialmente e o fluxo da mão-de-obra cativada no ano de 1837 foi de 30.243 com relação ao ano anterior, o que indica uma dilatação de 709%.

Tabela 1
Estimativa do tráfico transatlântico (1831-1839)

Ano	Número de cativos
1831	138
1832	116
1833	1.233
1834	749
1835	745
1836	4.966
1837	35.209
1838	40.256
1839	42.182
Total:	124.594

Fonte: Cf. BETHELL, L. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: Edusp, 1976. p. 368; MAESTRI, Mário. *Império*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 107.

O comércio transatlântico de trabalhadores escravizados teve sequência após a lei que o proibia em 1831, pois as características da economia brasileira exigiam essa mão-de-obra. Embora as províncias do Norte e Nordeste passassem pela crise da cotonicultura, o café despontava no sudeste como um produto em expansão comercial e necessitava dos trabalhadores feitorizados. Outro produto que carecia de cativos era o

⁶² CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros*. Ob cit. p. 71

⁶³ MONTEIRO, Hamilton M. *Brasil Império*. Ob cit. p. 37;

açúcar, já que os engenhos não possuíam tecnologia suficiente para substituir o braço cativado.⁶⁴

Em 1844, com o fim dos acordos com os britânicos, o governo imperial - nas mãos dos liberais - após o golpe da Maioridade em 1840, estabeleceu a Tarifa Alves Branco, elevando fortemente os impostos sobre as importações, o que retirou as vantagens alfandegárias, adquiridas em 1810, da Inglaterra. Essa medida, que teve um indiscutível efeito protecionista sobre a produção artesanal e manufatureira do Brasil, deveu-se às dificuldades orçamentárias do governo, que atingiria, com ela e com a produção cafeeicultora, nos anos seguintes, situação superavitária.⁶⁵

Os governantes da Inglaterra sentindo-se prejudicados com essa medida, e impacientes com as dificuldades postas pelo comércio escravista brasileiro nas costas da África, contrapuseram-se através do *Bill Aberdeen*. Por essa lei, aprovada no parlamento britânico em 8 de agosto de 1845, os navios da esquadra inglesa tinham o direito de capturar e até destruir qualquer embarcação suspeita de estar realizando o comércio de escravos, mesmo que estivessem em águas territoriais do Brasil.

Em *A abolição*, publicada por primeira vez em 1982 e, ampliada e corrigida, em 2008, a historiadora paulista Emília Viotti da Costa comenta:

“[...] a Inglaterra passou a subvencionar publicações abolicionistas com o intuito de exercer pressão sobre o Parlamento. Simultaneamente, intensificou sua campanha contra os negreiros. Em total desrespeito à soberania brasileira, navios ingleses invadiram as águas territoriais nacionais em sua perseguição aos contrabandistas de escravos. Por ato aprovado pelo Parlamento inglês em 1845, foi declarado lícito o apresamento de qualquer embarcação empregada no tráfico de escravos”.⁶⁶

A fiscalização britânica foi ineficiente depois de 1845 e o comércio de cativos intensificou-se até 1850. O aumento da demanda dos produtos brasileiros nos Estados Unidos e na Europa é reflexo da sua expansão nas exportações. Esse crescimento econômico do Brasil está relacionado com os interesses ingleses de livre comércio, a partir de 1830, com argumentos favoráveis a entrada de produtos brasileiros obtidos

⁶⁴ Sobre a continuação do tráfico transatlântico após 1831 ver: CONRAD, Robert. *Tumbeiros*. Ob cit. p. 90 e RODRIGUES, Jaime. O infame comércio. Ob cit. p. 27.

⁶⁵ Cf. FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. Ob. cit. p. 197;

⁶⁶ COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 28;

com o trabalho escravizado. Em 1846 o parlamento britânico aprovou o *Sugar Duties Act*, que permitia a penetração do açúcar brasileiro produzido por cativos.⁶⁷

Em 1850, houve episódio relacionado ao *Bill Aberdeen* que abalou as relações diplomáticas entre os governos imperial e britânico, no litoral do Paraná, mais exatamente dentro da baía de Paranaguá, onde comandante Schomberg, do vapor de guerra *Cormorant*, desrespeitou a soberania e o mar territorial imperial ao envolver-se em combate ao comércio de cativos. Esse fato causou indignação nos escravistas, que galvanizaram a opinião pública da época e as forças militares imperiais.⁶⁸

Os dados indicam que o fluxo de trabalhadores escravizados continuou elevado na década de 1840, principalmente após o *Brazilian Slave Trade Act on 1845* (Bill Aberdeen), o que levou ao aumento das discussões entre os governos do Brasil e da Inglaterra. [Tabela 2]

Tabela 2
Tráfico transatlântico (1840-1850)

Ano	Número de cativos
1840	30.000
1841	16.000
1842	17.435
1843	19.095
1844	22.849
1845	19.453
1846	50.324
1847	56.172
1848	60.000
1849	54.000
1850	23.000
Total:	348.328

Fonte: *Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Rio de Janeiro, 1853.p. 8 in: RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*: Ob. cit. p. 193.

Ao analisar esses índices verifica-se que em 1846, o número de trabalhadores feitorizados trazidos para o Brasil aumentou cerca de 30.871, o que representa 258,69% com relação ao ano anterior, que marcou a assinatura do *Bill Aberdeen*. Ao comparar as porcentagens da primeira metade da década de 1840 com a segunda, observa-se que de 1846-1850 ingressou 243.496 trabalhadores escravizados, 118.664 a mais que de 1840-1845, o que corresponde ao aumento de 195,05% de cativos. Esse salto já se devia em parte à formação de reservas pelos negreiros e escravistas, devido à consciência do fim próximo do tráfico.

⁶⁷ Cf. CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros*. Ob cit. p.133.

⁶⁸ Cf. LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica* Ob cit p. 201.

Apoiado no Anexo E do Relatórios da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1846, o documento nº 6 do Relatório de 1848, os documentos nº 145, 146, 147, 148 e 149 do Relatório de 1850 e do Anexo B do Relatório de 1851, Teixeira Leite, expôs a lista de 368 navios brasileiros capturados pelas autoridades inglesas de 8 de agosto de 1845, até 1º de maio de 1851. Os dados apresentam a classe e o nome da embarcação apreendida, os motivos da captura e as coordenadas geográficas do local da apreensão. Do total de 368 apreensões, 320 foram realizadas por motivos de suspeita da prática do comércio de cativos, o que corresponde a 86,95%.⁶⁹

Evidentemente que, para patrulhar o oceano Atlântico, a Inglaterra teria que dispor de uma marinha eficiente, e essa situação era uma realidade desde o século 17: esse processo teve início com os *Atos de Navegação*, em 1651, que lhes permitiu desenvolver um excelente comércio marítimo e sua marinha mercante. Ter o controle dos mares era fundamental para exercer uma política imperialista eficiente. Segundo o “Evangelista do Poder Naval”, como era conhecido o almirante estadunidense Alfred Thayer Mahan (1840-1914), “aquele que comanda o mar controla todas as coisas”.⁷⁰

Em 1850, a lei Eusébio de Queiros determinou o fim do tráfico transatlântico de cativos, iniciando processo que ensejaria, décadas mais tarde, em 1888, o fim da escravidão no Brasil. A extinção total do tráfico internacional de cativos demorou mais alguns anos para ocorrer, uma vez que a Lei de 1850 não foi 100% cumprida, havendo ainda, em 1854, a Lei Nabuco de Araújo dando direito às autoridades brasileiras de punir os indivíduos envolvidos na vinda de trabalhadores escravizados da África.⁷¹

Com relação ao comércio de cativos, é importante separar os interesses do governo inglês dos interesses dos comerciantes ingleses. Como visto anteriormente, a monarquia da Inglaterra precisava ampliar seus mercados em virtude da Revolução Industrial e, em virtude disso, pressionou os governos portugueses e brasileiros para por fim ao tráfico negreiro.

Os comerciantes ingleses não tinham interesse na abolição do tráfico transatlântico de trabalhadores escravizados já que os produtos britânicos eram escambados por cativos na África. Robert Conrad salienta:

⁶⁹ Cf. *Id IB*. p. 143;

⁷⁰ Cf. HEINSFELD, Adelar. *Pensamento geopolítico: da geopolítica clássica às novas geopolíticas*. Passo Fundo: Clio livros, 2008. p. 32.

⁷¹ Sobre a continuação do comércio transatlântico de escravos, ver: LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998. Capítulos 4 e 7.

“um estudioso do tráfico escravista britânico do século XIX recentemente concluiu que os produtos manufaturados, principalmente de origem britânica, compreendiam pelo menos 80% das cargas utilizadas no escambo de escravos africanos transportados para o Rio de Janeiro nos anos de 1821 a 1843”.⁷²

2.3 - O Rio Grande do Sul na rota do tráfico de cativos

Uma abordagem sobre o comércio de cativos introduzidos no território sul-riograndense é essencial para que, no capítulo 3 – O Rio Grande do Sul até 1860 -, se possa estimar um perfil do trabalhador escravizado sulino. Entretanto, há pouca produção historiográfica atinente a vinda de mão-de-obra cativada ao Rio Grande do Sul.

Santos Berute analisou algumas características do comércio de trabalhadores cativados no Rio Grande do Sul entre 1790 e 1825, utilizando como fontes as guias de transporte de trabalhadores escravizados (1788-1802), os Códices da Polícia da Corte – Códice 390 (1816-1824) e 421 (1809-1824) e o Livro do imposto da Sisa⁷³ dos cativos (1812-1822).

Como será salientado na terceira parte, o Rio de Janeiro foi o principal fornecedor de braços escravizados para a Província. Para realizar a etapa do tráfico interno de cativos, os comissários fluminenses fretavam espaços nas pequenas embarcações (escunas, bergantins e sumacas) que percorriam a costa do Brasil contendo trabalhadores escravizados e outras mercadorias.⁷⁴

Nas guias de transporte se observou que 88% dos cativos que penetraram no Rio Grande do Sul, entre 1788-1809, eram africanos e que 12% eram crioulos; dos africanos, 75% eram *novos*⁷⁵ e 25% eram *ladinos*⁷⁶. Nos despachos e passaportes dos códigos de polícia da corte, consta que entre os 6984 trabalhadores escravizados introduzidos na Província, no período 1809-1825, 6635 eram africanos (95%) e 349 eram crioulos (5%); entre os africanos, 5375 eram *novos* (81%) e 1260 eram *ladinos* (19%).⁷⁷

⁷² CONRAD, Robert Edgar. Tumbeiros. Ob cit. 141-142.

⁷³ Sisa era um imposto cobrado sobre todas as vendas, compras, e arrecadações judiciais dos bens de raiz e de cativos transacionados no Brasil. O valor do tributo era de 10% da transação; para os trabalhadores escravizados esse valor era de 5%. Contudo esse imposto não era cobrado sobre os cativos *novos*.

⁷⁴ Cf. BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro (1790-1825)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 77;

⁷⁵ Cativos *novos* são os africanos recém chegado da África;

⁷⁶ Cativos *ladinos* são aqueles que conhecem o idioma português;

⁷⁷ Cf, *Id ib.* p. 78.

A idade dos trabalhadores feitorizados, registradas nas guias de transporte, que entraram no Rio Grande do Sul foi mencionada pelo historiador Berute:

“[...] considerando como crianças os escravos entre 0-14 anos, adultos os pertencentes à faixa entre 15-49 anos e idosos os que tinham 50 anos ou mais, a partir dos escravos com idades informadas, chegamos às cifras a seguir. No que diz respeito aos escravos importados, entre 1788 e 1802, constatamos que as crianças representavam quase 36%; os adultos pouco mais de 11%; os idosos não chegavam a 1%; e quase 53% deles não tiveram a idade informada”⁷⁸.

Das 1.180 crianças desembarcadas nesse período, 1074 tinham entre dez e quatorze anos.

O historiador Euzébio Assumpção, baseado nos inventários *post-mortem* analisados dos charqueadores, verificou a idade dos trabalhadores escravizados empregados no charque da carne. [Tabela 3]

Tabela 3
Idade dos escravizados pertencentes aos charqueadores (1780-1888)

Idade	Número de cativos	Percentual
0-9 anos	132	6,62%
10-19 anos	155	7,77%
20-29 anos	293	14,70%
30-39 anos	512	25,68%
40-49 anos	492	24,68%
50-59 anos	279	13,99%
60-69 anos	130	6,52%
Total	1993	100%

Fonte: ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Pelotas: Escravidão e Charqueadas (1780-1888). (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PUC/RS, 1995. p. 150, 153 e 155.

No livro do imposto da Sisa (1812-22) era possível indicar o gênero e a origem do trabalhador escravizado introduzido no Rio Grande do Sul. Esses números são estimativas devido ao contrabando que era realizado pelos escravistas para não pagarem o tributo. Dos 1326 cativos registrados, 451 eram crioulos e 875 eram *ladinos* (africanos). Os escravizados ladinos, 74% eram homens e 26% mulheres; entre os crioulos, 62% eram homens e 38% mulheres.⁷⁹

O historiador Santos Berute destaca que, entre 1790-1825, “a população escrava que vivia na região era predominantemente masculina: aproximadamente 77% de homens e 23% de mulheres. Os cativos do sexo masculino representavam 55% dos

⁷⁸ *Id ib.* p. 59 e 61;

⁷⁹ *Cf. Id ib.* p. 95.

crioulos e 76% dos africanos. Quanto a faixa etária, entre os escravos com idade informada, predominavam os adultos (cerca de 62%), enquanto as crianças eram aproximadamente 27% e os idosos, 11%”. A africanidade predominava entre os cativos desembarcados no Rio Grande do Sul, embora os trabalhadores escravizados africanos não fossem a maioria entre os escravagistas sulinos, já que 52% eram crioulos.⁸⁰

Uma hipótese para a predominância crioula da escravaria sul-rio-grandense era o crescimento vegetativo do plantel cativado pelos escravagistas, pois, como visto, o tráfico introduziu mais braços africanos do que crioulos.

As charqueadas acompanharam as estimativas do Rio Grande do Sul no que se refere à presença de homens escravizados. O historiador Euzébio Assumpção salientou que de 1780-1888, do total de 2336 cativos, 86,47% eram homens e 13,53 eram mulheres. No charque da carne, dos 2336 cativos verificados, 780 eram africanos, 607 eram crioulos e, em 951, era desconhecida a origem.⁸¹ O historiador uruguaio Eduardo Palermo verificou a população escravizada no Uruguai e pode constatar que, em Montevidéu, entre 1769-1805 havia um equilíbrio entre os gêneros, o que não foi visualizado nas estâncias do interior, onde a masculinidade atingiu uma média de 2,2 maior.⁸²

As origens dos trabalhadores escravizados que entraram no Rio Grande do Sul, presentes nas guias de trabalhadores feitorizados, analisadas por Santos Berute indica que, entre 1788-1802, da África Ocidental vieram 44 (43 mina e 1 nagô); África Central-Atlântica contribuiu com 2843 trabalhadores escravizados - maioria de Angola (1130) e Benguela (1168); da costa afro-oriental (Moçambique) foram trazidos 7 cativos.⁸³

Os códices de polícia da Corte números 390 e 421 registram que no território sul-rio-grandense entre 1809-1825 dos cativos que foram introduzidos 74% são procedentes da África Central-Atlântica; entre esses destacaram-se os benguela (19%), cabinda e

⁸⁰ Cf. Id ib. p. 80;

⁸¹ Cf. ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. Ob. Cit. p. 150, 153 e 155;

⁸² Cf. PALERMO, Eduardo R. “Como continuación del Río Grande der Sur”: la hacienda sul-rio-grandense esclavista em el norte uruguayo (séc. 19) in: MAESTRI, Mário e BRASIL, Maria do Carmo (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudo sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 113.

⁸³ Cf. BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro (1790-1825)*. Ob. cit. p. 170.

angola (13% cada) e congo (11%). Da África Ocidental vieram cerca de 10% dos africanos escravizados e da costa afro-oriental chegaram 17%.⁸⁴

A procedência dos trabalhadores escravizados africanos *ladinos* que penetraram no Rio Grande do Sul registrados no livro de Sisas (1812-1822) indicam que da África Ocidental vieram 99; da África Central-Atlântica chegaram 500 e da costa oriental da África entraram 29. Segundo o historiador Santos Berute:

“podemos perceber que predominavam os cativos com origem na África central-atlântica (aproximadamente 80%), principalmente os denominados como congo (17,5%), angola (10,7%) e rebolo (8,3%), além de procedências que aparecem com menor frequência. Os escravos da África ocidental são quase 16%, com destaque para os mina, que são pouco mais de 12% do total de escravos com origem identificada. Os escravos com a origem na África Oriental são menos de 5%.”⁸⁵

⁸⁴ Cf. Berute, *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro (1790-1825)*. Ob. Cit. p. 73-74;

⁸⁵ *Id ib.* p. 95.

Capítulo III - Rio Grande do Sul até 1860

3.1 - Origem do nome

Quando a coroa portuguesa decidiu adotar o regime de capitânicas hereditárias no Brasil (1534), organizou uma expedição, sob o comando de Martín Afonso de Souza, para explorar o sul do litoral e conferir as linhas demarcatórias meridionais do tratado assinado em 1494 pelos Ibéricos. O navio que conduzia Martín Afonso naufragou no extremo sul do atual Brasil sendo ele salvo pelo irmão Pero Lopes de Souza, que continuou seu trajeto subindo o rio da Prata.

Em *História do Rio Grande do Sul*, de 2002, o historiador pelotense Mário Osório Magalhães destacou:

“Passara-se mais de um mês quando o comandante e os seus companheiros foram socorridos; de retorno – de volta ao norte –, a expedição prosseguiu, dedicando-se, agora com mais intimidade, à identificação dos acidentes geográficos, que batizava, de preferência, conforme o santo do dia.”⁸⁶

Ao se aproximar de onde hoje é a barra do Rio Grande (encontro entre o oceano Atlântico e a lagoa dos Patos), que os tripulantes julgaram ser um grande e caudaloso rio, o chefe da expedição batizou o lugar de *Rio Grande de São Pedro*, em homenagem ao irmão que o salvara. Essa identificação já apareceu no mapa de Gaspar de Viegas em 1536.⁸⁷

A Coroa lusitana não desenvolveu projeto colonizador no que se refere a esses territórios sulinos, mesmo após impulsionar a ocupação das regiões que a pertenciam pelas determinações do Tratado de Tordesilhas, o mesmo ocorrendo com a Coroa espanhola. Isso se justifica pela ausência de metais preciosos, pela população nativa relativamente escassa, cerca de cem mil habitantes, considerando a extensão territorial, por ser suas terras impróprias ao cultivo de cana e por estar bem afastada do mercado consumidor do Velho Continente.⁸⁸

Pelo rio da Prata passavam os navios vindos do sul da América hispânica, contrabandeando os metais das minas de Potosí. Desde o princípio do século 16, os portugueses realizavam incursões no local a fim de reconhecimento. Essas terras pertenciam à Espanha pela determinação do Tratado de Tordesilhas e a presença

⁸⁶ MAGALHÃES, Mário Osório. *História do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Armazém literário, 2002. p. 15

⁸⁷ Cf. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002. p. 44-45;

⁸⁸ Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Ob cit. p.42-43.

castelhana já se fazia presente, desde 1536, com a primeira fundação de Buenos Aires e, logo após, com a de Assunção, em 1537.

Conforme Mário Maestri mencionou:

“Segundo o Tratado de Tordesilhas (1494) – Capitação da Partição do Mar Oceano –, os atuais territórios sul-rio-grandenses caberiam à Espanha. No sul do atual Brasil, a linha divisória imaginária passava próxima à ilha de Santa Catarina ou à atual cidade de Laguna.”⁸⁹

A criação de gado foi fundamental para inserir essas regiões ao Brasil colonial, sobretudo a partir da descoberta de metais preciosos nas *minas gerais* no final do século 17.

3.2 - Primeiras reduções jesuíticas

Durante o século 16, a prioridade dos espanhóis era a extração de ouro do México e de prata dos Andes. Buenos Aires foi abandonada em 1541, sendo reocupada somente em 1580, e Assunção passou por inúmeras dificuldades, devido ao comportamento hostil de nativos guaranis. Em 1606, o governador do Paraguai, Fernando Árias de Saavedra, solicitou ao rei ibérico a necessidade de domesticar o gentil. Para isso, seria preciso a presença de padres missioneiros de uma nova ordem, a jesuítica.

Criada em 1607, por acordo entre a Coroa espanhola e a Companhia de Jesus, a Província Jesuítica do Paraguai abrangia uma área estimada em quinhentos mil quilômetros quadrados, onde viviam cerca de 100 mil guaranis. Os Inacianos organizaram os nativos em comunidades que se estendiam pelos territórios da atual Argentina, parte da Bolívia, Paraguai, Uruguai, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As reduções tinham também uma função político-militar: barrar o avanço dos portugueses que partiam do litoral em direção oeste, em busca dos nativos para escravizar e de prata.

Atravessando o rio Paraná, os jesuítas expandiram suas iniciativas, atingindo a região de Guaíra, fundando treze reduções. O problema dos missionários era a proximidade de São Paulo, onde os bandeirantes capturavam nativos para escravizá-los. Tal empecilho foi intensificado durante a União Ibérica (1580-1640), quando os holandeses ocuparam possessões portuguesas na África que forneciam mão-de-obra para ser explorada. A consequência foi à destruição das treze reduções, em virtude do

⁸⁹ MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2006. p. 8.

ataque dos bandeirantes. O nativo missioneiro era essencial como mão-de-obra escravizada.⁹⁰

Em 1626, fundou-se a primeira redução missioneira no atual território sul-riograndense. Entre janeiro e maio, padre Roque Gonzáles de Santa Cruz criou o *pueblo* de San Nicolás, no vale do rio Piratini: ele fazia parte das reduções do Tape. Dois anos após, Gonzáles foi trucidado pelos catecúmenos, sendo considerado mártir e beatificado pelo Vaticano em 1934. Mário Maestri apresentou:

“A província do Tape tinha dezoito reduções. A primeira, San Nicolás, foi fundada em maio de 1626, por jesuítas e missioneiros escapados dos ataques paulistas às reduções de Itatim e Guaíra. Logo reduções foram organizadas no vale do Caí, do Jacui, do rio Pardo e do rio Pardinho.”⁹¹

Em 1641, na Batalha de Mbororé, os bandeirantes foram fragorosamente derrotados, em uma verdadeira cruzada da qual participaram padres jesuítas que contaram com a contribuição dos nativos de todas as reduções paraguaias. Mesmo vencedores, os missionários julgaram conveniente a sua retirada, pelo menos circunstancial, para a margem esquerda do rio Uruguai.⁹²

O gado introduzido no Rio Grande do Sul tinha a sua procedência de Assunção. Ele chegou ao Paraguai por meio do contrabando da pecuária vicentina. Os primeiros animais foram trazidos por Martim Afonso de Souza da ilha da Madeira para a sua capitania de São Vivente. Houve certamente diversas outras introduções de animais, com o passar dos anos.

O historiador Mário Osório ressalta:

“[...] em 1555 um capitão espanhol, fugitivo de São Vicente, contratou os irmãos Góis, Cipião e Vicente, para exportarem clandestinamente até Assunção sete vacas e um touro, que a tradição identifica como “as vagas do gaete”, nome do peão que as conduziu na viagem.”⁹³

Alguns historiadores apontam que, a partir de 1569, a chegada de significativo número de bovinos do Peru e, pouco depois, de Corrientes, na Argentina, para compor o rebanho paraguaio. Desde 1629, além de bois, muitas ovelhas, cavalos e mulas, via Buenos Aires ou Assunção, penetraram nas primeiras reduções missionieras localizadas

⁹⁰ Cf. FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. Ob. Cit. p. 88;

⁹¹ MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 10;

⁹² Cf. KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 3.ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. P. 39;

⁹³ MAGALHÃES, Mário Osório. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p. p. 20.

no território do atual Rio Grande do Sul. Em 1641, todo esse gado selvagem ficou disperso na região com o retrocesso dos padres jesuítas.

3.3 - Colônia do Sacramento⁹⁴

Para compreender a fundação da cidadela portuguesa do Santíssimo Sacramento em território espanhol é fundamental inserimos tal fato na conjuntura que Portugal vivia na época.

Em 1680, quando da fundação da Colônia do Sacramento, a economia portuguesa já estava subordinada ao capital britânico, como assinalado no capítulo anterior. Essa dependência portuguesa em relação aos ingleses teria suas origens em 1147, época de formação do Reino de Portugal, e se intensificou após a restauração portuguesa em 1640 (fim da União Ibérica).⁹⁵

Fragilizado política e economicamente depois da dominação Filipina (1580-1640), Portugal precisava de um suporte financeiro para prosseguir sua política colonialista. Em virtude disso, vários acordos e tratados foram assinados entre os governos português e inglês.

A expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro em 1654 acarretou dificuldades econômicas aos portugueses, uma vez que os batavos se deslocaram para o Caribe, onde produziram um açúcar similar ao do Brasil, ocasionando concorrência desfavorável ao da colônia portuguesa. Em 1661, Portugal passou para a Holanda o controle das ilhas Molucas, ricas em especiarias, através do Tratado de Haia.⁹⁶

Com a decadência da lavoura canavieira, a Coroa lusitana resolve aumentar o investimento nas expedições à procura de metais preciosos. Até 1680, os bandeirantes não haviam descoberto grandes reservas de ouro e prata e na serra da Barriga em Alagoas, a confederação dos quilombos de Palmares, fortalecido no contexto da invasão dos holandeses em 1630, preocupava as autoridades lusitanas, pois era um grande reduto de pessoas marginalizadas e ex-escravizadas da região.

A Colônia do Sacramento foi fundada em 1680 nessa conjuntura de crise econômica de Portugal. Como destaca o historiador Fábio Kuhn, em *Breve história do Rio Grande do Sul*, de 2007:

⁹⁴ Sobre a Colônia do Sacramento, conferir: POSSAMAI, Paulo. *A vida cotidiana na Colônia do Sacramento: Um bastião português em terras do futuro Uruguai (1715-1735)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006;

⁹⁵ Cf. MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 17

⁹⁶ Cf. VARNHAGEM, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil: Desde 1624 a 1654*. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2002. P. 247.

“Essa nova colônia portuguesa, fundada em 1680, estava situada estrategicamente na frente de Buenos Aires, do outro lado do rio da Prata, e foi um empreendimento patrocinado, na prática, pelos grandes comerciantes do Rio de Janeiro.”⁹⁷

Em agosto de 1680, sete meses após sua fundação, a Colônia do Sacramento foi atacada pelos espanhóis. Por intermédio do papado, foi devolvida para os portugueses em maio de 1681. Em 1704, Sacramento foi sitiado e resistiu até o dia 15 de março de 1705, quando os lusitanos abandonam a localidade, só a reconquistando em 1715 pelo Tratado de Utrecht.⁹⁸

Em 1682, era evidente a preocupação espanhola em virtude da presença portuguesa na região platina. Para proteger suas rotas, possessões, metais e nativos, os padres jesuítas espanhóis fundaram, consecutivamente, redutos missioneiros onde atualmente é o noroeste do Rio Grande do Sul, os conhecidos Sete Povos das Missões.

Essas sete reduções, chamadas também de “doutrina”, ficaram subordinadas administrativamente a Província Geral do Paraguai. Elas se basearam:

“nas Leis das Índias e nas experiências dos missioneiros em outras regiões da América – Brasil, Peru, México. O projeto jesuítico era o mesmo para todo o Novo Mundo: reunir em uma aldeia diversas comunidades nativas, submetê-las à autoridade colonial e convertê-las ao cristianismo e ao que se considerava como civilização”.⁹⁹

Com o objetivo de povoar mais a região sul, próxima ao rio da Prata, e dar um apoio militar à Colônia de Sacramento, a Coroa portuguesa, através de Domingos de Brito Peixoto, marcou sua presença com a fundação da vila de Santo Antônio dos Anjos de Laguna em 1684.¹⁰⁰

Em 1735, ocorreu um novo sítio espanhol à Colônia. Dessa vez, o armistício foi confirmado apenas em 1750 pelo Tratado de Madri. Refletindo os fatos ocorridos na Europa (Guerra dos Sete anos – 1756-1763), a Colônia foi tomada pelos espanhóis em 1762; entretanto, 25 dias após, através do Tratado de Paris (1763), os portugueses reocupam a região. Enfim, em 1776, a Espanha atacou Sacramento que se rendeu em 31

⁹⁷ KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul* – 3 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. p. 30.

⁹⁸ Cf. FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas portugueses nos séculos XVII e XVIII, in: *História geral do RS: Colônia*. (Coord.) Camargo, F.; Gutfreind, I; Reichel. H. Passo Fundo: Méritos, 2006. P. 93.

⁹⁹ MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 10.

¹⁰⁰ Cf. FRANZEN, Beatriz Vasconcelos. Jesuítas portugueses nos séculos XVII e XVIII, in: *História geral do RS: Colônia*. Ob.cit. p. 93.

de maio de 1777. O Tratado de Santo Ildefonso, no mesmo ano, ratifica sua posse definitiva para os espanhóis.¹⁰¹

O historiador Mário Osório abordou: “Em 1718, com o objetivo de povoar a Colônia, durante a sua terceira ocupação portuguesa, ali aportaram 60 casais, ou 305 pessoas, provenientes das regiões de Trás-os-Montes e do Minho.”¹⁰²

Os casais de portugueses que aportaram em Sacramento, em 1718, expandiram-se pelo atual território uruguaio e suas chácaras e plantações ultrapassaram os limites impostos à Fortaleza pelos acordos diplomáticos entre os ibéricos. Com o intuito de frear o avanço dos minhotos e transmontanos, os castelhanos montaram um acampamento militar no flanco esquerdo da Colônia, o que originou a cidade de Montevideú, fundada em 1726 por Bruno de Zabala.¹⁰³

3.4 - Caminho das tropas

Com a descoberta de metais preciosos nas *minas gerais* no final do século 17, o atual território rio-grandense ganhou uma importância relevante, no que se refere aos seus campos que acolhiam e podiam acolher gados. Seus animais foram utilizados tanto no transporte (mula) como na alimentação, integrando a região à economia colonial luso-brasileira.¹⁰⁴

A partir do século 18 o tropeirismo permitiu a integração econômica do extremo sul ao centro-oeste do Brasil, através de um intenso movimento das tropas que foram sendo conduzidas até a feira de Sorocaba, em São Paulo, e de lá distribuídas para Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais.¹⁰⁵

Inicialmente, essa trajetória foi feita pelo litoral, por ser o único caminho conhecido e devido à segurança, uma vez que tinha menos a presença dos nativos. Passava-se pela lagoa Mirim, dos Patos, pelo Estreito, Bojuru, Mostardas e pelo litoral norte do atual Rio Grande. Ao ser introduzido em Santa Catarina, a estrada esbarrava nos serros de Araranguá, interrompendo-se em Laguna.

¹⁰¹ Cf. REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: *História geral do RS: Colônia*. Ob.cit. p. 48-49.

¹⁰² MAGALHÃES. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 25.

¹⁰³ Cf. KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul – 3ªed.* Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. p. 31.

¹⁰⁴ Cf. BARROSO, Véra Lucia Maciel. O Tropeirismo na formação do sul. In: *História geral do RS: Colônia*. Ob.cit. p. 176.

¹⁰⁵ Cf. FILHO, Arthur Ferreira. *História Geral do Rio Grande do Sul (1503-1957)*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958. P. 31-32.

Essa viagem durava em média de sessenta dias até atingir Laguna e era realizada, desde 1703, pelo roteiro de Domingos de Filgueira. Em 1727, foi que Francisco de Sousa Farias começou a abrir o caminho que ficou conhecido como estrada dos Conventos, partindo de Araranguá e chegando até Lages.

Os tropeiros desciam, arrebanhavam os gados, mas não se fixavam no território. Foi em 1722 que o governador de São Paulo ordenou a Francisco Brito Peixoto, capitão-mor de Laguna, que se trasladasse ao Rio Grande para fundar povoações. Velho e doente Brito transferiu a João de Magalhães, a responsabilidade de organizar a expedição. Em *História do Rio Grande do Sul*, de 1985, o historiador Fidélis Dalcin Barbosa comentou: “João de Magalhães, que se tornou grande comerciante, com estâncias na região de Tramandaí, instalou o primeiro estabelecimento pecuário do norte da barra do rio grande”.¹⁰⁶

3.5 - Fundação de Rio Grande

As disputas pela região intensificavam-se cada vez mais e o controle da Colônia do Sacramento estava, quase que constantemente, sendo ameaçado pela geopolítica espanhola. Em 1735, um novo cerco à Sacramento realizado pelo governador de Bueno Aires dificultou a entrada de alimentos e munições.¹⁰⁷

Nessa circunstância, Gomes Freire de Andrade, governador da capitania do Rio de Janeiro, foi transferido temporariamente para Minas Gerais, sendo substituído interinamente pelo brigadeiro José da Silva Pais. Engenheiro, arquiteto, oficial português, tinha 58 anos e a fama de ser construtor de fortes. Seu desejo, de longa data, era estabelecer uma fortaleza abaixo de Laguna – uma cidadela que servisse de apoio à Sacramento e de defesa estratégica para uma provável investida castelhana a partir de Montevideu ou Bueno Aires.¹⁰⁸

Registrou Guilhermino Cesar:

“No ano de 1736, entretanto, a carta régia de 24 de março confia a Gomes Freire o preparo de uma expedição militar no Prata. Do reino viria uma esquadra, sob o comando de Luís de Abreu Prego, e no Rio de Janeiro embarcaria com suas tropas, como comandante chefe da expedição, o Brig. Silva Paes. Seus objetivos eram estes:

¹⁰⁶ BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: EST, 1985. p. 27.

¹⁰⁷ Cf. KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul* – 3ªed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007. p. 32.

¹⁰⁸ Cf. SANTOS, Corcino Medeiros dos. Importância da capitania do Rio Grande para o Brasil. In: *História geral do RS: Colônia*. Ob.cit. p. 65;

desalojar os espanhóis de Montevideú, levantar o bloqueio da Colônia e fundar o presídio no Rio Grande de São Pedro.”¹⁰⁹

Suas metas foram apenas parcialmente cumpridas, tendo em vista o retorno a Bueno Aires das tropas que ocupavam Sacramento. O terceiro objetivo foi facilitado devido à ajuda do coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que conhecia muito bem os caminhos do sul. Partindo de Santa Catarina por terra, o militar arrebanhou gado para a alimentação dos soldados. Silva Pais partiu com 254 homens em cinco barcos para fortificar o canal que liga a Lagoa dos Patos ao oceano Atlântico, ao verificar que Montevideú estava fortalecida e resguardada.¹¹⁰

Algumas medidas foram tomadas imediatamente, demonstrando a determinação do governo de Portugal, não apenas de ocupar, mas de colonizar, desde então o território. A Coroa portuguesa inicialmente manteve-se uma postura defensiva, para posteriormente organizar a localidade, nos seus aspectos colonizadores, econômicos e administrativos.

Com relação à defesa, Mário Osório propõe:

“[...] a construção de um forte, na praia do desembarque, sob a invocação de Jesus, Maria, José – provavelmente situado onde fica hoje a praça Sete de Setembro, no centro de Rio Grande; a edificação de outro forte, a meia légua, chamado de Santana do Estreito; a fixação de guardas permanentes no passo do arroio Chuí, no Saco da Mangueira e no Taim; a construção do forte de São Miguel – este reconstruído, já no século XX, pelo Serviço de Turismo do Uruguai.”¹¹¹

Casais transmontanos e seus descendentes chegaram da Colônia do Sacramento a Rio Grande – suas propriedades haviam sido praticamente destruídas quando da fundação de Montevideú: aportaram casais do Rio de Janeiro, da Bahia, de Minas Gerais e, possivelmente, alguns açorianos.

Em 1738, entraram em Rio Grande, aproximadamente sessenta alqueires de trigo, vindos da região de Curitiba, originando a triticultura no Rio Grande do Sul. Essa cultura foi essencial para o desenvolvimento da região, pois com os proventos da comercialização do trigo houve a aquisição dos trabalhadores escravizados vindos do Rio de Janeiro.

¹⁰⁹CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p. 28.

¹¹⁰ Cf. BARBOSA, Fidélis Dalcin *História do Rio Grande do Sul* Ob cit p. 31-32z;

¹¹¹ MAGALHÃES. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p. 25p. 29.

Em *História Geral do Rio Grande do Sul*, de 1958, o historiador Arthur Ferreira Filho propôs:

“Deu á nova fundação o caráter de estabelecimento permanente e colonizador e não o de simples presídio, como foi erroneamente chamado. Para garantir o abastecimento de gado e cavahada, fundou, à retaguarda de sua posição a Estância Real de Bojuru, em magníficos campos, situados a 80 Km ao norte do canal do Rio Grande”.¹¹²

No que diz respeito aos aspectos administrativos:

“foi instituída, desde logo, a Comandância Militar do Rio Grande do Rio Grande de São Pedro, designando seus administradores: Silva Pais (1737), André Ribeiro Coutinho (1737-1740), Diogo Osorio Cardoso (1740-1752) e Pascoal de Azevedo (1752-1760). Em 1760, a comandância foi elevada à condição oficial de Capitania do Rio Grande de São Pedro, separada de Santa Catarina, mas subordinada ao Rio de Janeiro”.¹¹³

3.6 -Tratados e disputas diplomáticas

Foi praticamente a partir da fundação da Colônia de Sacramento (1680) que os portugueses e os espanhóis começam a intensificar as disputas militares e diplomáticas pela região. Desde então, houve várias invasões em Sacramento e em outras áreas que hoje compreendem o atual Estado do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai. Foi devido a esse estado quase constante de beligerâncias que se fez a necessidade das discussões dos Tratados Limites.¹¹⁴

Em 1681, um ano após a fundação da Colônia do Sacramento e a invasão espanhola à Colônia, foi assinado na capital portuguesa o Tratado de Lisboa, onde a Espanha reconheceu Sacramento como sendo lusitano, mesmo que em território pertencente aos espanhóis. Em 1715, o Tratado de Utrecht assinado na Holanda pelos portugueses e espanhóis, em virtude da Guerra de Sucessão Espanhola (1701-14), determinou que a Colônia do Sacramento, ocupada pelos castelhanos desde 1705, voltasse para Portugal.¹¹⁵

Um dos mais relevantes tratados assinados entre os portugueses e espanhóis foi realizado em Madri, na metade do século 18. O Tratado de Madri (1750), no que diz respeito às fronteiras da América Meridional, estabelecia que os *Siete Pueblos*

¹¹² FILHO, Arthur Ferreira. *História geral do Rio Grande do Sul*. Ob cit p. 31.

¹¹³ MAGALHÃES. *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit. p.30.

¹¹⁴ Cf. REICHEL, Heloisa Jochims. Fronteiras no espaço platino. In: *História geral do RS: Colônia*. Ob.cit. p. 43 e 44.

¹¹⁵Cf. KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Ob cit. p.30-1;

missioneiros ficariam com Portugal: já os espanhóis ficariam com a Colônia do Sacramento. Na prática, o grande empecilho enfrentado pelos ibéricos foi a negativa dos guaranis missioneiros de abandonarem a região dos Sete Povos das Missões e irem para a margem oeste do Rio Uruguai e para os atuais territórios uruguaios.¹¹⁶

A *Guerra Guaranítica* (1753-1756) ocasionou a união militar dos portugueses e espanhóis para combater e expulsar os guaranis missioneiros, os quais, por viverem com considerável autonomia nessas reduções, se negaram a sair da região. O resultado dessa disputa foi um massacre tanto material, quanto humana dos Sete Povos e de seus originais habitantes. Um dos personagens dessa Guerra foi Sepé Tiarajú, o qual nunca aceitou a entrega das missões aos lusitanos, inclusive chefiando a resistência missioneira até ser assassinado com um tiro desferido, segundo parece, pelo governador de Montevidéu.¹¹⁷

Logo após a assinatura desse tratado, a coroa Lusa incentivou a vinda de casais da ilha de Açores, presentes no Brasil desde 1748, para povoar a região dos Sete Povos das Missões. Devido ao conflito com os missioneiros, esses ilhéus se deslocaram para outras regiões do atual Rio Grande do Sul, contribuindo para a formação de diversas cidades, como Porto Alegre e Rio Grande.¹¹⁸

Em 1750, a sucessão da Coroa portuguesa mudaria os destinos da região sul do Novo Continente. Na época da assinatura do Tratado de Madri, o trono português era ocupado por dom João V, que na ocasião foi representado pelo santista Alexandre de Gusmão, o qual baseado no *uti possidetis* determinou as novas fronteiras. Gusmão era de extrema confiança do rei lusitano, uma vez que, desde 1747, era seu secretário particular.¹¹⁹

Após a morte de João V, assumiu o trono português o déspota esclarecido José I. Seu primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, entre outras medidas adotadas no Brasil, anulou as determinações do Tratado de Madri, através do tratado de El Pardo assinado em fevereiro de 1761, devido inicialmente à destruição que ficou as sete reduções ocasionadas pela Guerra Guaranítica. Outro fato

¹¹⁶ Cf. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Ob cit 137.

¹¹⁷ Cf. GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo: EDIUPF, Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1998.

¹¹⁸ Cf. GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. In: *História Geral do RS: Colônia*. Ob.cit. p. 203-204.

¹¹⁹ Cf. MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p. 22-23.

que contribuiu para a decisão de Pombal foi a importância econômica e comercial que possuía a Colônia do Sacramento.

Conforme Mário Osório:

“Pombal, contrário ao tratado [Madri] - porque, na sua ótica iluminista, predominantemente voltada para os aspectos econômicos, eram mais úteis a Portugal os lucros advindos da Colônia de Sacramento -, num primeiro momento aliou-se secretamente, com os padres espanhóis, tendo como objetivo a imediata anulação do acordo – que não despendia, lógico, só da vontade de Portugal, mas da concordância da Espanha.”¹²⁰

Outra guerra ocorrida na Europa recolocaria os ibéricos em lados opostos. A *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763) entre a Inglaterra e a França causou impactos nas disputas diplomáticas entre os portugueses. Os lusitanos apoiavam os ingleses e os espanhóis, que por questões dinásticas ficaram do lado dos Bourbons franceses. Isso ocasionou o cerco espanhol a Sacramento em 1762 e a invasão do Rio Grande e sua posterior ocupação durante treze anos (1763-1776).

Todavia, Gomes Freire de Andrade, responsável pelas demarcações estabelecidas pelo Tratado de Madri, previu as conseqüências da Guerra Anglo-francesa e teve a incumbência de construir uma nova fortaleza próxima a Maldonado, o Forte Santa Teresa.¹²¹

Pedro de Cevallos, na época governador de Bueno Aires, atravessou de fato o rio da Prata, conduziu um grande exército e estabeleceu, primeiramente, um cerco a Colônia de Sacramento, o qual durou quase um mês; posteriormente, em abril de 1763, atacou o forte de Santa Teresa, cujo comandante, Tomás Luís Osorio não ofereceu resistência. Outro militar espanhol, Afonso de Darrato, tomou o forte de São Miguel. As forças espanholas prosseguiram em direção a Rio Grande e a ocuparam no dia 24 de abril de 1763.

Muitos casais portugueses ou de origem portuguesa foram presos na Colônia do Sacramento e na vila de Rio Grande e conduzidos para as vilas de San Carlos e Maldonado, ou evadiram-se pelo território do atual Rio Grande do Sul, pela zona sul da capitania – Pelotas, Piratini, Canguçu, Jaguarão, Bagé.

Quando Cevallos ficou sabendo da assinatura do Tratado de Paris, pacificando a Guerra dos Sete Anos, devolveu a Colônia do Sacramento aos portugueses, mas manteve em poder dos espanhóis a vila do Rio Grande até 1776. Durante esse período

¹²⁰ MAGALHÃES, *História do Rio Grande do Sul*. Ob.cit.p. 33.

¹²¹ Cf. BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 47

de ocupação espanhola (1763-1776), mais precisamente em 1773, sob a administração de José Marcelino de Figueiredo, a capital se transferiu de Viamão para o porto dos Casais (atual Porto Alegre).

A reconquista de Rio Grande foi organizada pelos portugueses a partir de Rio Pardo, onde se destacou o militar Rafael Pinto Bandeira, primeiro soldado de grande prestígio no território e muito admirado pela rainha Maria I, a qual o salvou de um julgamento por roubo. Contudo, desde 1776, a Espanha, ocupou a ilha do Desterro com o intuito de organizar uma resistência a Rio Grande. Porém, imprevistos ocorreram e os espanhóis acabaram se deslocando para Sacramento, que foi tomada aos portugueses.

Em 1 de outubro de 1777 -, a monarquia portuguesa, em cujo trono se achava, desde 24 de fevereiro de 1776, dona Maria I, formalizou com a Coroa espanhola o Tratado de Santo Ildefonso, pelo qual a vila de Rio Grande, para sempre, era reconhecido como território de domínio português; a Colônia do Sacramento, definitivamente, como território espanhol.¹²²

Pelas determinações do Tratado de Santo Ildefonso (1777), os espanhóis ficariam com os Sete Povos das Missões e com a Colônia do Sacramento. Em contrapartida, para os lusitanos restariam a ilha do Desterro e a vila de Rio Grande. Outra significativa determinação desse acordo foi a criação dos *Campos Neutrais*, ou seja, uma área compreendido entre as lagoas Mangueira e Mirim, de um lado, e a costa marítima de outro, era terra de ninguém, nem portuguesa, nem espanhola. Criados para dificultar o contrabando, a região se transformou no paraíso dos contrabandistas.

Em 1801, a assinatura do Tratado de Badajós, em virtude da Guerra da Laranja, repercutiu nas fronteiras do atual território do Rio Grande do Sul, pois os Sete Povos das Missões passou para os portugueses e a Colônia do Sacramento permaneceu com a Espanha.

3.7 - As charqueadas

A partir de 1780 a produção charqueadora semi-industrial adquirir grande dimensão no território sul-rio-grandense em decorrência de secas ocorridas em 1777, 1779, 1792 na região nordestina, prejudicando comércio de carne-seca . Devido a essa situação, o lisboeta José Pinto Martins deslocou-se para o Sul, vindo a se instalar em São Francisco de Paula, a futura vila de Pelotas, onde se instalou como charqueador. Havia muito que a charqueação era praticada na região, em geral em forma intermitente.

¹²² Cf. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul*. Ob cit p. 199.

O historiador Euzébio Assumpção, observou a importância da localização de Pelotas para o desenvolvimento da manufatura do charque, mencionando que o transporte fluvial era mais apropriado, em virtude das dificuldades, do perigo e da demora dos meios terrestres.

“O mais viável era o transporte fluvial. A sua prática, no entanto, determinava que as atividades econômicas se localizassem nos espaços litorâneos para melhor operacionalizar suas atividades. Essa foi uma das razões pelas quais os principais estabelecimentos charqueadores, que foram o carro-chefe das exportações” rio-grandenses “localizaram-se principalmente em Pelotas”.¹²³

Embora a historiografia rio-grandense atribua ao português José Pinto Martins a primazia charqueadora, a história da salgação da carne não corresponde a isso. Em *Sítio charqueador Pelotense*, de 2006, a arquiteta e urbanista Ester Gutierrez apresentou que houve um organização da coroa Lusa para a instalação das charqueadas:

“O abrigo privilegiado, o fácil acesso através da rede de águas do regime das lagoas, a enorme quantidade de vagas errantes nas proximidades dos Campos Neutrais levaram à formulação de, pelo menos, três propostas de ocupação para a sesmaria do Monte Bonito”.¹²⁴

A primeira proposta foi elaborada pelo arquiteto militar João Francisco Roscio; a segunda foi, escrita em 1778, de Muniz Barreto intitulada “Observações relativas a agricultura, comércio e navegação do Continente do Rio Grande de São Pedro no Brasil”; a terceira, feita no mesmo ano da segunda, foi elaborada por um ex-secretário da Junta da Fazenda do Rio Grande do Sul, Sebastião Francisco Battamio, com o título de “Notícia particular do Continente do Rio Grande”.¹²⁵

Em princípio, as instalações de Pinto Martins eram simples: varais, galpões de palha e alguns tachos de metal para tirar a gordura dos ossos através do fervimento d’água. Na localidade, o lusitano tinha trinta e quatro trabalhadores escravizados. Os cativos desenvolviam atividades de carneadores, salgadores, sebeiros, entre outras.¹²⁶

O uso dos trabalhadores escravizados na produção charqueadora era generalizado, representando eles um importante investimento de capitais dos

¹²³ ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. A produção charqueadora e a mão-de-obra servil. In: *História geral do RS: Colônia*. Ob.cit. p. 189;

¹²⁴ GUTIERREZ, Ester J. B. *O sítio charqueador pelotense*. In: *História geral do RS: Império*. V.2. Passo Fundo: Méritos; 2006. p. 237;

¹²⁵ Cf. *Id ib.* p. 237

¹²⁶ Cf. MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*: Ob. cit p. 82;

charqueadores.¹²⁷ Gutierrez destacou outras atribuições aos “senhores do charque”:
“Além de possuírem essas propriedades, e, às vezes, outras posses rurais, os charqueadores emprestavam dinheiro a juros e eram donos de imóveis urbanos e de ‘iates’.”

Segue a arquiteta e urbanista:

“Os barcos levavam o charque e seus subprodutos, principalmente, ao porto de Rio Grande, onde trocavam para embarcações de maior porte e atingiam o oceano Atlântico, com destino ao Rio de Janeiro, às províncias do Sudeste e do Nordeste e a Cuba, onde a carne salgada era consumida por multidões de trabalhadores escravizados, que labutavam na cultura do açúcar, depois do café, produtos energéticos que aumentavam as forças dos trabalhadores livres na Revolução Industrial e na consolidação das nações que se processavam nos países do hemisfério Norte”.¹²⁸

Normalmente, em média, uns sessenta escravos trabalhavam nas unidades charqueadoras, podendo esse número chegar a cem. Em 1877, o barão de Butuí, em seu saladeiro, possuía 158 trabalhadores escravizados. Portanto, fica claro que a charqueada foi dinamizada pelo cativo, ensejando uma associação evidente entre trabalho escravizado / charqueada.

Sobre a necessidade do trabalho escravizado, Mário Maestri propõe em *O escravo gaúcho*, de 1993:

“Após a expulsão ou o massacre das comunidades nativas, eram abundantes as terras bravias. Para o escasso trabalhador livre, era preferível viver como ‘vagabundo’ ou ocupar precariamente uma nesga de terras a trabalhar sob tais condições.” E o autor prossegue a respeito do trabalho compulsório nas charqueadas: “No Brasil e no Rio Grande do Sul, como vimos, não havia ainda abundantes populações livres desprovidas de terras e, portanto, obrigadas a trabalharem por salários aviltantes. Historicamente, para o charqueador, o trabalho compulsório do negro escravizado era a melhor – se não a única – alternativa”.¹²⁹

A produção de charque exigia um trabalho pesado, prolongado e intenso e as condições para que ela se desenvolvesse, eram muito duras. Em uma jornada de

¹²⁷ Cf. FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUFPEL, 2002. p. 46;

¹²⁸ GUTIERREZ, Ester. A arquitetura pelotense: charqueada e cidade. In: MAESTRI, Mário e ORTIZ, Helen (org.). *Grilhão negro: Ensaio sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. P. 206;

¹²⁹ MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: Universidade-UFRGS, 1993. p. 40-41.

geralmente dezesseis horas diárias, em prática sazonal (de novembro a maio), a charqueação do gado era realizada. Segundo Maestri: “Motivados” pelos capatazes e por goles de *água ardente*, os trabalhadores escravizados desfaleciam de cansaço, de sono e de fome em seus postos de trabalho, sendo levados para as senzalas ou, dependendo do caso, para os barracões pulgentos de doentes. Esses locais eram chamados de ‘hospitais’. Lá, eles dormiam até que o ‘Bacalhau’ dos feitores viesse buscá-los, assim acabando com sua ‘vagabundagem’.¹³⁰

Acompanhemos um caso interessante a respeito do tratamento recebido por um trabalhador escravizado em Pelotas:

“[...] essas duras condições de trabalho e existência determinavam relações inter-humanas extremamente violentas. No início dos anos 20 do século 19, um cativo charqueador pelotense, ao estender uma manta no varal, tocou com a carne no chão; foi repreendido pelo capataz que, a seguir, deu-lhe um forte retalho, quando o negro lhe respondeu com um resmungo. No ato, o cativo justiça mortalmente o capataz com uma facada e fugiu”¹³¹.

Nos primeiros saladeiros, os investimentos eram relativamente baixos, em relação aos tempos que se seguiram, já que não se necessitavam de grandes capitais para se erguer uma charqueada, à exclusão dos trabalhadores cativos, é claro, sempre caros e numerosos. Com instalações muito simples, os animais eram abatidos nos campos, sendo guardados logo após em telheiros rudimentares. Esse transporte era realizado por mulas bruaqueiras, com o trabalho de apenas alguns negros.

As instalações de José Martins constituíram um notável avanço nas técnicas de produção quanto à exploração primitiva. Com a introdução, em meados do século 19, da máquina a vapor para extração da gordura animal, com a generalização dos galpões em material cobertos de telhas e com canchas em cimento alisado, houve um refinamento na produção charqueadora.

Com o tempo e os avanços empregados nas charqueadas, pouco dos animais era perdido, pois, além do charque, aproveitavam-se couro, graxa, sebo, guampas, crina e cinzas. Esses produtos eram transportados, via porto do Rio Grande, para outros pontos do Brasil, para Cuba e para a Europa. O que não era comercializado dos animais tinha destino à alimentação, como o *mocotó*. Nesse prato eram utilizadas as tripas e tudo aquilo que poderia ser ingerido, como também o tutano e o mondongo (estômago),

¹³⁰ Cf. MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul*. Ob. cit.p.114.

¹³¹ MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho*: Ob cit. p. 41.

possibilitando rica dieta de proteínas e nutrientes e barateando os investimentos na manutenção da escravaria.¹³²

Mesmo existindo várias charqueadas em pontos diversos do Rio Grande do Sul, e em períodos diferentes, Pelotas tornou-se o grande centro charqueador da Capitania e da Província, pois sua localização propiciava-lhe tal feito, próxima ao porto do Rio Grande, assim como às vias fluviais, e aos rebanhos rio-grandense e uruguaiois.

Sobre as conseqüências da instalação das charqueadas em Pelotas, Maestri assim se refere:

“A indústria charqueadora negreira determinou profundamente a sociedade pelotense. A produção do charque ensejou a formação de uma classe de senhores de escravos cuja riqueza e refinamento sem dúvida despertaram ciúmes maledicentes – cujos ecos escutamos até hoje – entre fazendeiros dos arredores, nem tão finos, nem tão cuidados, nem tão perfumados. No Entanto, charque era sinônimo de negro cativo, assenzalado, maltratado, trabalhando duro e vivendo mal. Durante mais de cem anos, a elite charqueadora viveu sobressaltada com a possibilidade do ato de rebeldia – individual e coletivo – do trabalhador negro feitorizado.”¹³³

A historiadora Ana Regina Falkembach Simão, destacou a respeito da labuta nas charqueadas:

“Era muito grande o número de trabalhadores escravizados que trabalhavam nas indústrias do charque pelotense. Tão expressiva era a população cativa que vivia nas charqueadas que chegava a preocupar a classe senhoril, já que a concentração de trabalhadores escravizados num mesmo local poderia facilitar rebeliões. Em vários documentos da época, constata-se inquietação da elite pelotense com relação à multidão de cativos e à possibilidade de insurreição.”¹³⁴

3.8 - Guerra dos Farrapos

No Período Regencial (1831-40), momento instável da história imperial brasileira, onde ocorreram revoltas de norte ao sul do país, eclodiu no Rio Grande do Sul, em 1835, a Guerra dos Farrapos.¹³⁵ Nesse contexto, a economia do Brasil carecia

¹³² Cf. COUTO, Mateus de Oliveira. Uma análise sobre a demografia de crianças escravas em Pelotas e o tráfico interprovincial (monografia). Pelotas: UFPEL, 2004. p. 16;

¹³³ MAESTRI, Mário. O escravo gaúcho: Ob. cit. p. 42;

¹³⁴ SIMÃO, Ana Regina Falkembach. Resistência e acomodação: A escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850). Passo Fundo: UPF, 2002. P. 62.

¹³⁵ Cf. FLORES, Moacyr. A Revolução Farroupilha 4 Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. P. 25.

de um grande produto para gerar proventos para os cofres imperiais, tendo em vista que o ouro das Minas Gerais estava em decadência, sem mencionar o açúcar colonial nordestino que estava em crise desde a expulsão dos holandeses (Insurreição Pernambucana-1645/54).

É bem verdade que na virada do século 18 para o 19, houve um impulso na exportação dos produtos primários da economia do Brasil (Renascimento Agrícola), tendo em vista que a Revolução Haitiana dificultou o comércio do açúcar nessa ilha caribenha, antiga colônia francesa.

Na conjuntura sulina, a atividade charqueadora era o principal pólo econômico e o couro extraído voltava-se para o mercado externo; o charque exportado para Cuba, servia, como alimento dos trabalhadores escravizados nas lavouras escravistas. Entretanto, desde a formação da República Oriental do Uruguai (1828), os estancieiros e os charqueadores rio-grandenses perderam capitais, já que tinham negócios na antiga Província Cisplatina¹³⁶.

Além disso, a economia imperial brasileira não possuía até então leis protecionistas, muito pelo contrário, desde a chegada da Família Real Portuguesa (1808), o Brasil era utilizado pelo liberalismo europeu (notadamente inglês) como ótimo mercado consumido dos produtos industrializados. Com isso, houve uma sobre-taxação do comércio interprovincial, ou seja, os impostos cobrados sobre a produção imperial voltada para abastecer o mercado interno. Isso prejudicava, sobretudo os charqueadores.¹³⁷

Além desse empecilho à economia rio-grandense, havia outros problemas econômicos (imposto sobre a importação do sal e sobre a légua de terras quadrada) e políticos (nomeação pelo poder central dos presidentes da Província). Outro aspecto interessante é quanto às influências externas, essencialmente os ideais do Iluminismo, da independência das Treze Colônias na América do Norte e da Revolução Francesa.¹³⁸ Havia, igualmente, um forte interesse entre os grandes criadores do meridiano sulino de federarem-se com o Uruguai e Entre Rios, formando um enorme Estado pastoril no sul da América.

Essas razões, juntamente com o cenário nacional debilitado geraram um descontentamento na Província, ocasionando a Guerra Farroupilha. Esse Movimento

¹³⁶ Cf. FACHEL, José Plínio Guimarães. Revolução Farroupilha. Pelotas: EGUFPEL, 2002. P. 46;

¹³⁷ Cf. KÜHN, Breve história do Rio Grande do Sul. Ob.cit. p. 30 e 31.

¹³⁸ Cf. FACHEL. Revolução Farroupilha. Ob.cit. p. 43 e 44.

teve características republicanas, federalistas e, no decorrer das circunstâncias, separatistas. Observaram-se de um lado os revoltosos rio-grandenses, proclamando a República Rio-Grandense, em 11 de Setembro de 1836 (Batalha do Seival), colocando a capital, inicialmente, em Piratini; já do lado dos imperiais, notou-se uma preocupação muito grande com essa Revolta que foi uma das maiores guerras civil da história brasileira¹³⁹.

O temor por parte dos revoltosos farroupilhas era com relação à Marinha Imperial, e isso é justificável, pelas alterações na capital da república rio-grandense: Piratini, Caçapava e Alegrete; os farroupilhas se deslocam do litoral e partem para oeste, ou seja, fogem do litoral, em direção à Campanha e à fronteira com o Uruguai, onde possuíam suas grandes estâncias. Não é por acaso que os imperiais ocuparam Rio Grande e Porto Alegre.

Isse receio se insere na derrota dos farroupilhas na batalha da ilha do Fanfa. Nessa ocasião, o líder Bento Gonçalves foi preso e levado para Niterói, sendo logo depois transferido para Salvador. Na capital baiana, Bento encontrou-se com o médico Francisco Sabino e acabou por influenciar a Sabinada, movimento que visava instalar a república enquanto da minoridade de dom Pedro II.

Um fato marcante que mostra a necessidade dos republicanos em obter uma saída para o mar foi a proclamação da República Catarinense em 1839, expandindo o poder revolucionário rio-grandense para a Província de Santa Catarina.

“Os farrapos estavam gastando toda a sua força tentando esmagar Porto Alegre. Mas a geografia da península protegia as tropas imperiais, enquanto que a esquadra garantia as linhas de comunicação e de abastecimento de Rio Grande. O alto comando Farrapo foi o primeiro a perceber a necessidade de uma mudança de estratégia, porque se o governo imperial bloqueasse Montevidéu, a República do Rio Grande do Sul ficaria sufocada.”¹⁴⁰

Outro aspecto importante para inserirmos na conjuntura da Guerra dos Farrapos é a participação dos afro-brasileiros como Lanceiros Negros. Comandados por Teixeira Nunes, esses ex-cativos lutaram no movimento em troca de suas alforrias, após o combate.

¹³⁹ Sobre a Guerra dos Farrapos: FACHEL. Revolução Farroupilha. Ob.cit.; e LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

¹⁴⁰ LEITMAN, Spencer. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro: Graal, 1979. P. 41;

No entanto, já no apagar das luzes, no dia 14 de novembro de 1844, esses guerreiros foram traídos por Davi Canabarro, o qual desencilhou os cavalos e retirou a munição das armas para que os lanceiros fossem exterminados. Curiosamente na exata madrugada desse fato, as tropas imperiais comandadas por Francisco Pedro de Abreu executaram o ataque. Os afro-brasileiros que não foram mortos acabaram conduzidos para a Província do Rio de Janeiro, para serem reescravizados¹⁴¹.

Terminada a Guerra Farroupilha, o Império brasileiro se esforçou para acabar com a memória da República rio-grandense. Em 1847, Bento Gonçalves morreu de pleurisia e os jornais pouco noticiaram o fato. Insatisfeito com a paz negociada, Antônio de Souza Netto retirou-se para suas terras no Uruguai, levando consigo trabalhadores escravizados. Em 1852, poucos anos após o fim da guerra farroupilha, Netto lutaria sob a bandeira imperial, na intervenção contra Oribe e Rosas, em defesa dos latifúndios escravistas dos rio-grandenses, no norte do Uruguai.

Em 1864, novamente, o general Netto pediu auxílio ao Império, já que as autoridades uruguaias estavam prejudicando os interesses dos criadores escravistas no norte daquele país. Na Guerra do Paraguai, ele formou uma Brigada que chegou a contar com cerca de 1500 combatentes, acompanhando as tropas brasileiras. Antônio de Souza Netto morreu em Corrientes, depois de ferido em combate.

3.9 - Rio Grande do Sul após a Guerra Farroupilha

Para a Província, após a anistia, foi um período de reconstrução. Nas charqueadas, localizadas na região de Pelotas, a produção estava comprometida pela escassez de gado, uma vez que eles foram fator significativo para a logística do movimento. Os abates chegavam, aproximadamente, a cem mil cabeças, representando um terço da produção dos anos anteriores a Guerra. As operações de rapina no Uruguai contribuiriam para retomar a produção.

O primeiro governo provincial após a Guerra Farrapa realizou algumas iniciativas relativas à educação, à melhoria das igrejas, aos meios de comunicação, às estradas. Nesse sentido Mário Maestri escreveu:

“Caxias [presidente] determinou obras no caminho do Mundo Novo a Vacaria; mandou abrir nova estrada de Rio Pardo a Cruz Alta; facilitou a construção de cemitérios extramuro em Porto Alegre; os salários dos funcionários públicos foram aumentados.”¹⁴²

¹⁴¹ Cf. FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST, 2004. P. 28;

¹⁴² MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul* Ob. Cit. p. 70.

Na educação, que conhecia situação lamentável, foram realizadas algumas ações. Um ano depois da Guerra, em toda a Província, havia 51 escolas públicas primárias, quinze para meninas e 36 para meninos. A população livre era, praticamente, analfabeta, sendo a educação, quando muito, um privilégio dos filhos das classes proprietárias.

A regularização da vida política começou pela instalação de câmaras municipais em diversas cidades: São Leopoldo, São Gabriel, Bagé, Uruguaiana. Os núcleos urbanos mais populosos passaram a receber alguns melhoramentos, como calçamento, iluminação a gás e hospitais. Em Porto Alegre, por exemplo, começaram a ser construídas as primeiras redes de esgotos.

A navegação na laguna dos Patos foi regularizada com a instalação de faróis, possibilitando a ligação entre o porto de Rio Grande, Porto Alegre e Vale dos Sinos, onde a produção dos colonos alemães se destacava. Até aquela época, era mais freqüente a navegação entre Rio Grande - Montevideu - Buenos Aires, devido às dificuldades de comunicação pela lagoa dos Patos.

Como apresentou Mário Maestri

“Em 11 de novembro de 1845, O Rio Grande do Sul recebeu a visita do imperador e da imperatriz, que visitaram Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo, Santo Amaro, São Gabriel, São José do Norte, São Leopoldo, Triunfo e Viamão. Numa afronta aos liberais, o itinerário praticamente desconheceu a região da Campanha, coração da resistência republicana, recentemente derrotada.”¹⁴³

Após Caxias, seguiram-se outros presidentes provinciais, com mandatos curtos, que pouco atuaram para melhorar a infra-estrutura do Rio Grande do Sul. Mesmo com essa instabilidade política, a economia sulina voltou a se desenvolver, principalmente nas exportações de charque e couro.

A rearticulação econômica sul-rio-grandense foi possível, pois a Revolução Industrial do Velho Continente gerava uma massa operária que consumia café. Para o sudeste do Brasil, área cafeeicultora, se importou milhares de trabalhadores escravizados, consumidores de charque. As mulas eram necessárias para o transporte do café às áreas litorâneas e as economias estadunidense e européia absorviam grande quantidade de couro para matéria-prima.

¹⁴³*Id Ib* p. 71.

A conjuntura uruguaia contribuiu também para a reorganização econômica da província, fundamentalmente após a assinatura dos tratados de 1851. Em ‘Como continuación del Rio Grande do Sur’: la hacienda sul-rio-grandense esclavista en el norte uruguayo (séc. 19), de 2009, o historiador uruguaio Eduardo Palermo ressaltou:

“Los Tratados de 1851 representaron a lo largo de la segunda mitad del siglo 19 la dependencia diplomática y económica de Uruguay frente a los intereses brasileños. Fueron cinco los tratados firmados: Alianza, Límite, Navegación y Comercio, Extradición y Pretación de socorros. Los tres últimos comprometieron la economía Oriental, condenando a industria saladeril, aumentando el endeudamiento externo y condicionaron las relaciones diplomáticas, promoviendo hasta finales de ese siglo la devolución de trabajadores esclavizados fugados de territorio brasileños”.¹⁴⁴

Em 1858, a fundação do Banco da Província, com sede em Porto Alegre, serviu como reflexo desse crescimento econômico do Rio Grande do Sul. Compareceram 57 à assembléia que, em abril de 1854, criou em Porto Alegre o Banco da Província, primeiro estabelecimento de crédito do Rio Grande do Sul, necessário a expansão dos negócios. Embora apoiado pelo governo local, o banco teve que esperar quatro anos devido aos obstáculos impostos pela política centralizadora do Império, só começando a operar em 1858.

Outro elemento que ganhou impulso foi o cultural, tendo em vista que o Teatro 7 de Abril em Pelotas, o qual no período de 1835-45 serviu de alojamento para soldados, tornou-se símbolo da prosperidade do novo período.

O fluxo migratório foi restabelecido após 1845. Desde 1830, quando o governo imperial transferiu à província a tarefa de organizar as colônias, a imigração foi suspensa. Somente depois da pacificação no Rio Grande do Sul é que surgiu a legislação regional referente à imigração.

“Em fins de 1849, o governo provincial, seguindo instruções do governo imperial, fundava sua primeira colônia, na Depressão Central, ao pé da Encosta Inferior do Planalto, ao longo da recém-aberta estrada unindo Rio Pardo e Cruz Alta. Formada por imigrantes alemães, a colônia destinava-se também a ocupar região desabitada e refúgio tradicional de quilombolas.”¹⁴⁵

¹⁴⁴ PALERMO, Eduardo. Como continuación del Rio Grande do Sur’: la hacienda sul-rio-grandense esclavista en el norte uruguayo (séc. 19), in: MAESTRI, Mário e BRAZIL, Maria do Carmo (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 128.

¹⁴⁵ *Id Ib* p. 72.

A localização e a dificuldade de escoar a produção, devido à distância dos principais mercados, levaram os colonos de Santa Cruz a investirem no fumo, o que conduziu a região, no século 20, a ser um dos maiores pólos fumageiros do mundo. Esse cultivo não era novidade no Rio Grande do Sul, pois Hipólito José da Costa forneceu as primeiras sementes ainda no século 18, ocasionando o início das plantações em Rio Pardo. Em São Leopoldo também foi cultivado o fumo por colonos alemães.

Em 1851, a presença germânica foi reforçada no Rio Grande do Sul, uma vez que o governo brasileiro contratou cerca de 1800 soldados mercenários alemães, os *brumers*, para combater Juan Manuel Rosas, governante da Argentina deposto em 1852, como já visto. Todavia, quando eles chegaram ao território deflagrado, o conflito já havia terminado, o que possibilitou manutenção desses alemães na região.

No cenário político nacional, notadamente no fim da década de 1840, marcada por atritos políticos (Revoltas Liberais de 1842) e sociais (Revolução Praieira) e após a criação do cargo de Conselho de Ministro em 1847, houve uma estabilidade política, pois os partidos existentes, liberal e conservador, alternavam-se no poder.

Em *A identidade inacabada*, de 2000, o historiador Newton Luis Garcia Carneiro salienta sobre a política rio-grandense:

“No início dos anos 50, os conservadores enfrentam forte cisão interna, que conduz a um rearranjo político entre facções desse partido e a dissidência moderada do Partido *Santa Luzia* (liberal), fato que resulta na organização da Liga, em 1852. Essa aliança entre Saquaremas e ‘*liberais dessidentes*’ resistira ao encerramento da *Conciliação* promovida por Paraná. A Liga constituiu-se no principal núcleo de organização do Partido Conservador no Rio Grande do Sul.”

E segue o historiador rio-grandense:

“A Contra-Liga, ou Partido Liberal-Progressista, agremiação surgida também no ano de 1852, antecipa no Rio Grande do Sul a aliança entre conservadores moderados e liberais, aliança que no centro do país somente se deu em 1861. No entanto, essas alianças não podem ser confundidas entre si. Ainda que tal aliança significasse, a médio prazo, a reorganização do Partido Liberal no Rio grande do Sul, a confusão partidária manteve-se uma constante nos anos 50, com liberais e conservadores rio-grandenses enfileirados nas duas agremiações”.¹⁴⁶

¹⁴⁶ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p. 124.

Capítulo IV - O afro-sul-rio-grandense

Mesmo que considerável parte da historiografia tradicional tenha proposto que a escravidão tivesse menos expressão que o trabalho livre no território sulino, o trabalho escravizado não foi menos relevante do que em outras regiões do País, tendo o africano escravizado constituído a base da produção de inúmeros e essenciais setores da vida socioeconômica rio-grandense.¹⁴⁷

A presença dos trabalhadores escravizados no Sul é anterior à fundação do presídio Jesus-Maria-José (Rio Grande) em 1737. Desde as disputas envolvendo as coroas ibéricas no rio da prata, com a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, em 1680, houve importante participação dos cativos no Sul. Um dos objetivos de Portugal ao fundar aquela *ciudadela* era a venda de trabalhadores feitorizados aos espanhóis. A expedição que fundou a Colônia de Sacramento foi chefiada pelo governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, que trouxe consigo um significativo número de trabalhadores escravizados: eram sessenta cativos, sendo 48 do próprio governador.¹⁴⁸

Através do contrabando, os colonos localizados nas regiões andinas e do rio da Prata abasteciam-se de cativos. Isso porque, por longos anos, os trabalhadores feitorizados dificilmente penetravam naquela região devido às *licencias*, isto é, autorização da Coroa espanhola para a introdução de trabalhadores escravizados nas possessões americanas apenas pelos distantes portos de Cartagena (Colômbia) e Vera Cruz (México).

Após a União das Coroas Ibéricas (1580-1640), os portugueses perderam a ligação que mantiveram com os mercados espanhóis, sendo substituídos parcialmente pelos holandeses.

“Com a crise da produção açucareira, em meados daquele século, a Coroa Lusitana resolveu institucionalizar o contrabando na América meridional, fundando, em

¹⁴⁷ Cf. VELLINHO, Moisés. *Rio Grande e o Prata: contratos*. Porto Alegre: Globo/IEL/SEC, 1962; *Capitania d'El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970; *Fronteira*. Porto Alegre: Globo/UFGS, 1975; ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e beduínos : a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio/INL/MEC, 1976; FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 1968 ; SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas a margens da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968; DOCCA, Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Simões, 1954; FERREIRA FILHO, Arthur. *História geral do Rio Grande do Sul. 1503-1964*. Porto Alegre: Globo, 1965; ver, sobre o tema: MAESTRI, Mário. “História e historiografia do trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul”..

¹⁴⁸ Cf. DOMINGUES, Moacyr. *A colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina/IEL, 1973.

janeiro de 1680, a feitoria de Sacramento, em território indiscutivelmente espanhol”.¹⁴⁹

No atual território do Rio Grande do Sul, o trabalhador cativado chegou com a expedição de João de Magalhães, em 1725 – portanto, como citado anteriormente, antes da fundação *oficial* de Rio Grande. Segundo Guilhermino César:

“O escravo entrou no Rio Grande como os povoadores da frota de João de Magalhães (1725), que saiu de Laguna e caminhou pelo litoral a baixo, até o canal da Barra, para estabelecer uma recruta de gente de guerra capaz de impedir que os espanhóis, Tapes e Minuanos se introduzissem na Campanha”.¹⁵⁰

O trabalhador escravizado no Rio Grande do Sul desempenhou diversas atividades que contribuíram ao desenvolvimento da acumulação de bens pelas classes proprietárias da Província, destacando-a no cenário regional, nacional e até internacional: nas charqueadas; nas olarias; nas fazendas pastoris; nos meios de transporte fluviais; nas mais diversas atividades urbanas, etc.

Os relatos de viajantes europeus sobre a vida cotidiana no Rio Grande do Sul colaborou para a constatação da importância do afro-descendente para a região sulina, entre eles podemos destacar Auguste de Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, Arselé Isabelle e Carl Seidler.¹⁵¹ Realidade plenamente corroborada pela documentação consultada sobre o Rio Grande do Sul.

O Município de Pelotas é exemplo da amplidão do trabalho feitorizado. A produção charqueadora era uma prática sazonal (novembro a maio) importante, que reunia grande número de cativos, que durante o período da entressafra, desempenhavam outras atividades econômicas. Nos meses de inverno, a mão-de-obra cativada era

¹⁴⁹ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*: Ob.cit. p.40;

¹⁵⁰ CESAR, Guilhermino, *História do Rio Grande do Sul*: período colonial. 3 ed. Porto Alegre: Globo, 2002. p.29;

¹⁵¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-1821). Trad. Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987; DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Globo/IEL, 1961; ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1822-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983; SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins/MEC/INL, 1976. Outros viajantes que estiveram no Rio Grande do Sul no século 19: Conde D’Eu (*Viagem militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981); Daniel Kidder (*Reminiscência de viagens e permanência nas províncias do Sul do Brasil*. Rio de Janeiro e Província de São Paulo. São Paulo: EDUSP, Belo Horizonte: Itatiaia, 1980); Herbert Smith (*Do Rio de Janeiro a Cuiabá*. São Paulo: Melhoramento, 1922); Jean B. Debret (*Viagem pitoresca e histórica do Brasil* – 1808-18. São Paulo: Martins Livreiro/EDUSP, 1975); John Luccock (*Notas sobre o Rio de Janeiro*: e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1975); Joseph Hormeyer (*O Rio Grande do Sul em 1850*: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional. Porto Alegre: Luzzato/EDUNI-Sul, 1986); Paul Baptiste d’Ornano (*Um barão na Província*: apêndice do Relatório Geral – 1863. Porto Alegre: EdiPUC, 1996); Robert Avé-Lallemant (*Viagem pela Província do Rio Grande do Sul* – 1855. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1980).

empregada nas olarias, nas chácaras das Serra dos Tapes e nos trabalhos urbanos, pois os escravizadores deslocavam esses trabalhadores para não sofrer prejuízo, com suas inatividades.¹⁵²

Conforme Ester Gutierrez:

“[...] ao colocarmos em relação o caráter sazonal da salgação da carne; a grande quantidade de propriedades urbanas; a presença quase constante de olarias nas charqueadas e o significativo plantel de escravos, surge como hipótese mais do que plausível a construção de prédios urbanos como atividade alternativa à charqueadora. O processo de produção e organização do espaço se teria verificado desde a fabricação de tijolos e telhas, até o erguimento e manutenção das edificações. Por suposto, esse trabalho, ao mesmo tempo que ocupou os cativos, no período de entressafra da charquia, produziu a cidade”.¹⁵³

Nas pequenas propriedades rurais nos arredores das cidades (as chácaras) o braço feitorizado contribuiu igualmente em forma significativa para a dinâmica econômica, com a plantação de árvores frutíferas, de legumes e de hortaliças, criando galinhas, porcos, etc. para a subsistência e venda. Algumas chácaras possuíam casa em forma de sobrado e divisas com valos, onde se plantavam maricás e outras espécies espinhentas, para proteger as plantações dos animais de criação, além de atafonas para a produção de farinha de mandioca e olarias para o fabrico de telhas e tijolos.¹⁵⁴

O historiador Mário Maestri descreveu algumas das várias atividades do produtor escravizado na fazenda pastoril:

“[...] o beneficiamento dos cereais; a pequena produção de charque; o preparo da farinha; a conservação dos caminhos; as taipas em pedra; o abastecimento em água e lenha; o fabrico de tecidos rústicos, de sapatos, de velas de sebo, de artefato de couro; o serviço doméstico; o trabalho de carreteiro etc. eram atividades, sobretudo dos cativos. Porém, além de trabalhar nas atividades mais penosas, o cativo ocupava-se comumente como campeiro”.¹⁵⁵

Recentes trabalhos foram realizados, principalmente com base em inventários *post-mortem*, enfatizando a essencial contribuição do trabalhador feitorizado nas fazendas pastoris do Rio Grande do Sul ao longo do século 19. Historiadores como

¹⁵² Cf. AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008. p. 45;

¹⁵³ GUTIEREZ, Ester J.B. *Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: EDUFPEL, 2001. p. 79;

¹⁵⁴ Cf. FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 15.

¹⁵⁵ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: Ob.cit. p.75.*

Paulo Zarth, Setembrino Dal Bosco, Leandro Jorge Daronco, Maria Beatriz Chini Eifert e Eduardo Palermo pesquisaram elementos da servidão na pecuária sul-rio-grandense, mesmo quando as propriedades se localizavam no Estado Oriental, já que o norte uruguaio era naquela época, segundo Palermo, um quase apêndice do Rio Grande do Sul, em virtude da presença luso-brasileira sulina.

Em *História agrária do planalto gaúcho*, de 1997, o historiador Paulo Zarth debateu a importância dos trabalhadores escravizados para o desenvolvimento das atividades agrícolas no Rio Grande do Sul e as atividades desempenhadas por eles nas estâncias: “roceiro”, “campeiro” e “doméstico”.¹⁵⁶

O historiador Setembrino Dal Bosco analisou os inventários *post-mortem* dos proprietários rurais de Rio Pardo, Bagé e Vacaria entre 1819-89, certificando-se da presença dos labutadores cativados nessas regiões pastoris. As atividades desempenhadas pelos cativos arrolados nessa documentação foi apontada por Dal Bosco:

“Em relação à profissão dos trabalhadores escravizados, a documentação registrou 173 campeiros (13,7%); 73 roceiros (5,8%); 18 pedreiros (1,5%); 14 oleiros (1,1%); 21 carpinteiros (1,6%); nove marinheiros (0,7%); domésticos (6,8%); seis alfaiates (0,5%); 17 cozinheiros (1,3%); oito domadores (0,6%); dois falquejadores (0,1%); sete sapateiros (0,6%) e seis ferreiros (0,5%). No geral, 440 (34,8%) dos trabalhadores escravizados possuíam algum tipo de especialização registrada na documentação e 830 (65,2%) sem registro”.¹⁵⁷

A região de Cruz Alta se caracterizou pela atividade pastoril e extração de erva mate ao longo do século 19. Jorge Daronco estudou os inventários *post-mortem* do município entre 1834-76 e observou a presença de cativos. Dos duzentos inventários examinados, foram arrolados 669 trabalhadores cativados, em uma média de 3,3 por inventário. Cento e vinte e três inventários (61,5%) apontaram a participação de labutadores escravizados.¹⁵⁸

Botucarai era um antigo distrito do atual município de Soledade situado no norte do Rio Grande do Sul, foi a recorte geográfico trabalhado pela historiadora Maria

¹⁵⁶ Cf. ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho* (1850-1920). Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997, p. 151;

¹⁵⁷ BOSCO, Setembrino Dal. Estâncias das regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria (1819-89), in: MAESTRI, Mário e ORTIZ, Helen. *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 325;

¹⁵⁸Cf. DARONCO, Leandro Jorge. *À Sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos criminais* (1840-1888). Passo Fundo: Editora da UPF, 2006.

Beatriz Chini Eifert; área dedicada ao pastoreio, contou com suor do trabalhador escravizado. Utilizando os inventários *post-mortem* e os processos judiciais atinentes ao local entre 1867-83, Beatriz Chini apresentou:

“Em 1868, no inventário nº 55, de Athanagildo Rodrigues, encontraram-se elencados 17 cativos para uma população livre da fazenda, formada pela família do proprietário, de 14 pessoas. Em 1887, no inventário nº 102, estão registrados seis cativos e treze proprietários, de ambos os sexos.”¹⁵⁹

As condições de trabalho e de sobrevivência dos labutadores feitorizados dedicados as atividades pastoris eram relativamente menos duras do que as dos cativos que trabalhavam em outras atividades, como nas charqueadas. Na alimentação, por exemplo, havia uma riqueza protéica em virtude da ingestão de carne.

De acordo com Mário Maestri:

“O trabalho pastoril era pouco penoso, em relação às outras atividades mercantis. Ele era realizado por trabalhadores montados, em meio semi desabitado. A criação extensiva assentava-se no baixo nível tecnológico e nas boas condições de procriação natural. O essencial da renda pastoril não provinha do sobretrabalho dos poucos trabalhadores, mas da captação de excedente produzido nas outras esferas econômicas, devido ao monopólio da terra.”¹⁶⁰

O trigo, como mencionado anteriormente, foi introduzido no Rio Grande do Sul em 1738, contribuindo fortemente para o desenvolvimento da economia mercantil sulina. A tricultura foi intensificada com a chegada dos casais açorianos nos anos de 1750. Impossibilitados de ocupar a região missioneira, como previsto, os ilhéus fortaleceram ou fundaram povoações no Estreito, no Litoral e ao longo da margem esquerda do Jacuí – Bojuru, Gravataí, Mostardas, Poro Alegre, Santo Amaro, Taquari, Torres e Triunfo. Nas proximidades dessas povoações, foram plantados trigais e gêneros de subsistência. Assim que podiam, os camponeses açorianos adquiriram alguns trabalhadores escravizados para dinamizar as plantações. Com a chegada da família Real Portuguesa e a abertura dos portos às nações amigas em 1808, a tricultura rio-grandense sofreu a concorrência do trigo estadunidense, entrando em crise.¹⁶¹

¹⁵⁹ EIFERT, Maria Beatriz Chini. Os cativos de Botucaraí, in: MAESTRI, Mário e ORTIZ, Helen. *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 235;

¹⁶⁰ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*. Ob. cit. p. 72;

¹⁶¹ Sobre a chegada dos açorianos, Cf. FONTES, João Borges. *Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978; WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no RS*. Porto Alegre: EST, 1979.

Em *A Revolução Farroupilha*, de 2004, o historiador Moacyr Flores apresentou igualmente outras razões para esta crise:

“[...] o calote oficial das autoridades que requisitavam o trigo e não pagavam, a ferrugem, as variações climáticas e a facilidade de os proprietários solicitarem sesmarias, áreas de terra muito maior que a data, fizeram com que o açoriano abandonasse a agricultura e se dedicasse à pecuária, que dava menos trabalho e lucro mais certo”.¹⁶²

Durante todo o tempo que foi submetido ao trabalho compulsório, o cativo resistiu de diversas formas, ativas e passivas, abertas ou encobertas. A fuga e o aquilombamento dos trabalhadores feitorizados foram importantes, mas não exclusivos mecanismos de resistência. Na sua excelente dissertação de mestrado, o historiador Roger Silva pesquisou o envenenamento que cativos e os libertos executavam contra seus escravizadores, utilizando conhecimentos químicos. Essa foi apenas uma forma de justificação dos proprietários e capatazes.¹⁶³ O desamor ao trabalho foi certamente a forma mais geral e significativa da resistência do escravizado.¹⁶⁴

A descoberta de minas de metais preciosos nas *gerais* no final do século 17 e seu desenvolvimento no século seguinte contribuíram para uma maior integração das múltiplas colônias que constituíam o Brasil. Como quem trabalhava na dura extração de ouro e diamantes eram principalmente os cativos, os mineradores necessitavam de carne para alimentá-los e de mulas para garantir o transporte de homens e mercadorias, naquelas regiões e delas e para o litoral.

Com isso, a pecuária do Rio Grande ganhou impulso, não mais apenas pelo couro, mas também pela carne e pelos próprios animais de carga, com destaque para as

¹⁶² FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. Ob cit. p. 16;

¹⁶³ SILVA, Roger Costa da. *Muzungas: Consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*. Pelotas: EDUCAT, 2001.

¹⁶⁴ Sobre resistência na escravidão, cf., entre outros, além dos trabalhos citados: Cf. MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959; LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968; GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/ IHL, 1972; _____. *Da palmatória ao patíbulo*. Rio de Janeiro: Conquista; INL, 1971; FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973; MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982; SILVA, Eduardo & REIS, João. *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; MAESTRI, Maestri. “Catando cipó”. O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações. REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES, 3, Rio de Janeiro, novembro de 2006, pp. 19-32; MAESTRI, Mário. “O ganhador, o alforriado, o bacalhau. Breves considerações sobre o caráter subordinado da escravidão urbana e sobre outros problemas teóricos da historiografia do escravismo brasileiro”. VERITAS. Revista trimestral da PUC - Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.35, n. 140, dez. 1990, pp. 695 – 705; “Em torno ao quilombo”. HISTÓRIA EM CADERNOS. Revista do Mestrado em História da UFRJ. n 2. Rio de Janeiro, 1984:9-19.

mulas, o que ensejou o longo ciclo tropeiro que uniu o Sul à feira de Sorocaba.¹⁶⁵ Em um período posterior, como vimos, se estabeleceria igualmente o ciclo charqueador sulino:

“[...] as grandes secas de 1777, 1779, 1792 dizimaram os rebanhos nordestinos, sobretudo do Piauí e do Ceará, tradicionais fornecedores de carne-seca para as capitanias brasileiras. O recuo da produção nordestina contribuiria para a consolidação da produção do Rio Grande do Sul, que se tornaria o principal centro charqueador da colônia lusa. A seguir, a expansão da prática charqueadora apoiou a ocupação da campanha sul-rio-grandense por fazendas dedicadas à criação animal.”¹⁶⁶

Todavia, essa integração do território rio-grandense no cenário colonial só se tornou possível graças ao trabalho escravizado do africano e do afro-descendente que passou a chegar em maior quantidade ao Sul com o advento das charqueadas e a conseqüente expansão dos “rodeios” na campanha sulina, onde desempenharam igualmente papel significativo. “De forma indiscutível, nas charqueadas, o cativo representou a principal força de trabalho. Foram nelas que se instalaram a mais sólida forma de produção escravista no Rio Grande”.¹⁶⁷

4.1 - Escravo urbano

No Brasil, a população rural superou a urbana até a década de 1950 e, somente a partir de 1930, com a ascensão do rio-grandense Getúlio Vargas (1882-1954), o governo agora nacional passou a direcionar as suas ações para as grandes cidades, do centro-sul, fulcro do processo de industrialização.¹⁶⁸ Até o século 19, as riquezas

¹⁶⁵ Cf. FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998; FONSECA, Ari Veríssimo da. *Tropeiros de mula: a ocupação do espaço; a dilatação das fronteiras*. 2 ed. Passo Fundo: Berthier, 2004; GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961; LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo: ProEditores, 1999; RELATÓRIO caminhos das tropas. Importância do tropeirismo na configuração urbano-espacial de Cruz Alta. S.l: IPHAE/Secretaria da Cultura, [s.d.]; SANTOS, Lucila Maria Sgarbi et al. *Bom Jesus: e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995; TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração e Comunicações, 1992.

¹⁶⁶ MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo:UPF, 2002. p. 20;

¹⁶⁷ SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 36;

¹⁶⁸ Cf. IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: Estrutura social e industrialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965; FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989. GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

produzidas e expatriadas do Brasil foram procedentes, sobretudo do meio rural, com a participação direta dos trabalhadores escravizados. Entretanto, as cidades e vilas brasileiras tinham a sua importância nessa conjuntura econômica, pois foram importantes apêndices do campo, com significativas funções administrativas e de serviços.¹⁶⁹

A presença dos cativos nos espaços urbanos brasileiros foi relevante nas das relações campo-cidade, visto que as atividades econômicas e comerciais desenvolvidas nas áreas urbanas contavam com a participação de cativos.¹⁷⁰

Em *Afro-América: A escravidão no Novo Mundo*, de 1982, o historiador Ciro Flamarion Cardoso caracterizou algumas possibilidades do labutador feitorizado cidadão:

“Os escravos urbanos gozavam pela força das coisas, de maior liberdade de movimento, numa sociedade mais variada que a rural, tendo acesso a atividades de muitos tipos – artesãos, carregadores, escravos de aluguel, vendedores, etc. -, o que em circunstâncias favoráveis facultava a acumulação de pecúlio e a compra de liberdade, além de as condições sociais urbanas abrirem maiores possibilidades aos libertos”¹⁷¹

Em *Da senzala à colônia*, publicado pela primeira vez em 1966, ampliado e corrigido em 1998, a historiadora paulista Emília Viotti da Costa comenta:

“[...] nas cidades e no campo, o trabalho era entregue, ao iniciar-se o século XIX, quase exclusivamente ao escravo, o que dava às paisagens urbana e rural um aspecto característico. A primeira impressão do viajante chegado da Europa era de que estava num país de mestiços e negros”.¹⁷²

Os trabalhadores escravizados urbanos dedicavam-se as mais variadas atividades. Mário Maestri demonstrou que:

¹⁶⁹ Cf. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 451;

¹⁷⁰ Cf. entre outros: FALKEMBACH, Ana R. S. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas: RS. 1820-1850*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. [Malungo, 9]; MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista o caso gaúcho*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001 [Malungo, 1]; MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior: trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2002; WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no RS*. Porto Alegre: Sagra, Editora da UFRGS, 1991; GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: ed. UFPel, 2004; FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936; GATTIBONI, Rita. *A escravidão urbana na cidade de Rio Grande*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1993.

¹⁷¹ CARDOSO, Ciro Flamarion. *Afro-América: A escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.p. 27.

¹⁷² COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4.ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 278;

“[...]era difícil encontrar atividade produtiva urbana que não envolvesse o esforço do cativo, que labutava como aguadeiro, alfaiate, ama-de-leite, carregador, costureira, engomadeira, estivador, ferreiro, jardineiro, lavadeira, mucama, pintor, remador, sapateiro, sombreiro, sangrador, tamanqueiro, tanoeiro, vendedor, acendedor de lampião etc”.¹⁷³

O transporte fluvial foi uma importante atividade desenvolvida pelos cativos, principalmente após o alvará nº 913, de 10 de março de 1800, o qual permitiu a presença de trabalhadores feitorizados na tripulação das embarcações. Nas margens do rio Guaíba e em seus afluentes – Jacuí, Sinos, Gravataí, Cai e Taquari, o trabalho dos remadores escravizados era essencial.¹⁷⁴ Em Pelotas, devido as suas características geográficas¹⁷⁵, o transporte fluvial foi fundamental para a dinâmica das charqueadas, pois fazia a comunicação dos charqueadores pelotenses com Rio Grande e São José do Norte.¹⁷⁶

Outra forma de exploração pelos proprietários das cativas, era a sexual, através da prostituição, já que, pela lógica escravista, o corpo da trabalhadora não a pertencia, mas sim ao seu *senhor*. Os escravistas aproveitavam das suas trabalhadoras escravizadas para explorá-las, mesmo que o título XVIII das Ordenações Filipinas proibisse esse tipo de situação. Não temos pesquisas sobre a exploração dos homens cativados, todavia é plausível igualmente que isso tenha ocorrido.

Nas cidades, os cativos trabalhavam comumente como ganhadores ou alugados. O cativo de ganho ou ganhador pagava ao proprietário uma quantia em dinheiro diária, semanal ou mensal pré-estabelecida e, para isso, passavam o dia inteiro na rua procurando serviço com o intuito de cumprir o exigido. Eventualmente, poderia morar na casa do escravista, realizando, todavia comumente as refeições fora. Em alguns

¹⁷³ MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*: Ob.citp. 88-89; sobre a escravidão urbana, ver, além dos trabalhos citados de Valéria Zanetti, Carmen Castro, Ana Simão, e outros: Cf. MAESTRI, Mário. *O Cativo e o sobrado*: arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho. Passo Fundo: EdiUPF, 2001; ALGRANTI, L. M. *O feitor ausente* : estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988; ANDRADE, M. J. de S. *A mão de obra escrava em Salvador* : 1811-1860. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988; FREYRE, Gilberto. (1900-1987) *Sobrados & mucambos*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996; REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

¹⁷⁴ Cf. ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano*: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860). Passo Fundo: UPF, 2002. p. 75;

¹⁷⁵ Para saber mais sobre as características geográficas do município de pelotas consultar: ROSA, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: EDUFPEl, 1985;

¹⁷⁶ Cf. AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa*: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008. p. 169;

casos, esses cativos recebiam autorização do seu proprietário para morar em um domicílio por conta própria – *sobre si*.¹⁷⁷

A mineira Valéria Zanetti pesquisou os cativos e libertos em Porto Alegre entre os 1840-1860, apresentando alguns dados referentes ao *jornal* de um cativo de ganho extraídos dos inventários do *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul* (APERGS) entre 1830-1860. Com base na análise de 44 inventários de proprietários de cativos de Porto Alegre, a traçou um perfil geral da vida dos ganhadores, enfocando parte da sua informativa análise nas despesas e lucros dos senhores de cativos.

A historiadora obteve informações dos jornais de quarenta trabalhadores escravizados, estimando – em uma projeção diária, semanal ou mensal – o quanto o cativo entregava ao proprietário e quanto ficava para ele, para seu sustento. Seu valioso estudo permite dimensionar o nível geral de exploração do trabalhador escravizado, dedicado ao ganho, em Porto Alegre, na época estudada, dividindo seu ganho em *trabalho necessário*, utilizado na sua subsistência, e *trabalho excedente*, fixo, entregue como renda ao proprietário. Os dados obtidos liquidam as interpretações românticas e apologéticas sobre as condições gerais de existência e trabalho desses cativos.

¹⁷⁸[Tabela 4]

Tabela 4
O jornal de um escravo de ganho

Jornada	Total do jornal escravo	Renda/Senhor (ganho)	Renda/escravo (pecúlio)
P/dia	\$640	\$428	\$211
P/semana	4\$480	3\$000	1\$478
P/mês	17\$920	12\$000	5\$920
total	100%	67%	33%

Fonte: Inventários da APERGS (1830-1860); ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 80.

Assinalou Zanetti:

“[...] é importante lembrar que, do mesmo modo que variava a função do negro de ganho, variava também a cota do proprietário, segundo a ocupação, idade, sexo, saúde do cativo. Portanto, segundo os dados analisados,

¹⁷⁷ Cf. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 455; MAESTRI, Mário. "O ganhador, o alforriado, o bacalhau. Breves considerações sobre o caráter subordinado da escravidão urbana e sobre outros problemas teóricos da historiografia do escravismo brasileiro". VERITAS. Revista trimestral da PUC - Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.35, n. 140, dez. 1990, pp. 695 – 705; SILVA, M. R. N. da. *O negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

¹⁷⁸ Cf. ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano: Ob cit.* p. 80.

em média, um negro de ganho que recebesse 12 mil-réis por mês teria seu pecúlio diário pessoal de 211 réis. Para exemplificar, os únicos objetos possíveis de serem comprados pelo ganhador com 211 réis eram um quatrilho (c. meio litro) de aguardente (\$200); ou uma réstia de cebola (\$240); ou três línguas secas (\$270); ou meia mão de milho (\$200) ou um quilo de charque (\$214). Para alimentar-se diariamente, o cativo deveria escolher uma dessas mercadorias e ainda ficaria devendo ao dono da loja alguns trocados”¹⁷⁹.

A remuneração do trabalho do *cativo de aluguel* era negociada entre seu *proprietário* e o interessado nos seus serviços. A historiadora Ana Regina Simão apontou: “nas cidades, aqueles que possuíam mais escravos do que o necessário podiam alugá-los a terceiros e conseguir um bom rendimento, além de ficar [eventualmente] isentos dos custos que envolviam a manutenção do cativo”¹⁸⁰.

Os escravistas urbanos despreocupavam-se com os gastos com as despesas de subsistência dos ganhadores que, como visto, ficavam com o obtido além do entregue ao proprietário, o *ganho*, para o seu sustento; em geral, a alimentação e o alojamento dos cativos alugados eram de responsabilidade de quem os alugava. Não poucas famílias vivam nas cidades do aluguel de um, dois ou mais trabalhadores escravizados.

Outra categoria relevante nos espaços urbanos e rurais foi a escravidão doméstica. O cativo doméstico servia seus escravistas nas diferentes funções de uma casa, em uma época em que não havia eletricidade, esgoto pluvial e cloacal, água encanada, serviço amplo de distribuição de alimentos, etc. As amplas funções dos cativos domésticos eram lavar, passar, engomar, cozinhar, limpar, transportar, vigiar, ser ama-de-leite entre outras atividades.¹⁸¹

Em *O escravismo colonial*, de 1980, o historiador Jacob Gorender lembrava que

“toda casa empenhava-se em contar com o maior número possível de servidores. É óbvio que, àquela época, faltavam aparelhos, que hoje preenchem inúmeras necessidades domésticas, e, afora isso, serviços públicos, como os de águas e esgotos, se reduziam ao mais sumário e primitivo, muito atrás do já existente nas cidades européias. Mas, a par da satisfação das necessidades efetivas, o número de escravos domésticos constituía indicador de *status* e a forma elementar e geral do conceito social do luxo”¹⁸².

¹⁷⁹ Id ib. p. 80-81;

¹⁸⁰ SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação*: Ob cit. p. 42;

¹⁸¹ Ver nota sobre escravidão urbana.

¹⁸² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1980. p. 462;

Em virtude das baixas temperaturas do extremo sul do Brasil e da umidade das regiões litorâneas, as roupas utilizadas pelos labutadores feitorizados limitavam-se as camisas, camisola e os ponchos rústicos que eram feitos com um tecido artesanal de lã (baetão). Muitas cativas utilizavam lenço na cabeça e camisola branca, vestido de chita e xale encarnado, sendo que algumas colocavam um crucifixo ou lenço no pescoço. A condição dos trabalhadores escravizados praticamente os proibia de usarem calçados. Andar de pé descalço servia igualmente para identificar o cativo. Isso, além de causar feridas e problemas ortopédicos, deixava expostos os pés os cativos às verminoses e bactérias. A *Tunga penetrans*, popularmente conhecida como bicho-de-pé, penetrava nas unhas dos afro-descendentes causando-lhes inflamações.¹⁸³

O tratamento destinado ao afro-descendentes foi observado pelo francês Arsène Isabelle (1807-1888) que esteve no Rio Grande do Sul na década de 1830:

“Cada dia, das sete às oito horas da manhã, pode-se assistir, em Porto Alegre, a um drama sangrento. Ponto de reunião – a praia, ao lado do Arsenal; de frente a uma igreja, diante do instrumento de suplício de um divino legislador; vereis uma coluna erguida num maciço de alvenaria a ao pé[...]uma massa informe, alguma coisa pertencente ao reino animal, mas que não podeis classificar entre *bímanos e bípedes*[...]é um negro! [...]”¹⁸⁴

Havia por parte das municipalidades uma fiscalização muito rígida sobre os cativos e libertos, sobretudo, após o *toque de recolher*, às 21 horas. Em *A negra força da princesa*, de 2008, o historiador Caiuá Cardoso Al-Alam, utilizando o jornal ‘O pelotense’, verificou um elevado número de prisões de pessoas livres ou escravas por estarem a vagar de noite nas ruas do município de Pelotas em horário inadequado. Em janeiro de 1852 foram noticiadas as prisões de três cativos por esse motivo.¹⁸⁵

Submetidos a duras condições de vida e trabalho, os escravizados foram acusados e punidos por atos de diversas naturezas, apresentados como delitos e crimes: assassinato, fuga, bebedeira, furtos e agressões. O principal instrumento usado para cometer esses delitos teria sido a faca, fundamental instrumento de trabalho. Muitos ganhadores, que não conseguiam adquirir o dinheiro para pagar o seu proprietário, recorriam ao roubo e à prostituição, de homens e mulheres cativados, pois,

¹⁸³ Cf. ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 161-162;

¹⁸⁴ ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1822-1834)*. Trad. E notas de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983 p. 69;

¹⁸⁵ Cf. AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008. p. 60.

independente das atividades, o jornal deveria ser entregue no dia e na hora marcados pelos escravistas.

A religiosidade dos cativos, católica ou afro-brasileira, foi forma de integração e sociabilização, entre os cativos e destes com a comunidade livre. As irmandades serviam de apoio aos cativos, constituindo-se também como meio de submissão à ordem escravista. A confraria Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre (1786) se originou por intermédio dos afro-descendentes, muitos deles escravizados – as exigências para participar da Irmandade eram muito rigorosas, não acessíveis a todos os trabalhadores. Os devotos da virgem padroeira tinham que ser católicos, terem boa conduta moral, não ter suspeitos de heresia e, no caso dos cativos, só poderiam participar com a autorização dos seus senhores.¹⁸⁶

A situação de vida de um trabalhador escravizado urbano era muito difícil, mesmo que possa ter desfrutado de maior autonomia do que o cativo rural. A historiadora Valéria Zanetti comentou:

“Variavam as condições de existência dos cativos urbanos segundo as tarefas que realizavam. É incorreto dizer que a maioria conheceu boas condições de vida. Os documentos estudados comprovam que, não raro, mesmo os cativos da tenra idade apresentavam-se com deformidades, aleijões, cegueiras, moléstias e raquitismo produzidos pelas condições servis de existência e trabalho”.¹⁸⁷

4.2 - Um abordagem sobre a demografia dos cativos sulinos

O historiador Manolo Florentino estudou o tráfico transatlântico entre a África e o Rio de Janeiro e salientou:

“passando à distribuição dos africanos a partir do Rio [de Janeiro], comprova-se o papel central do porto carioca para a reprodução [da força de trabalho] do escravismo no Sudeste e mesmo na região Sul. Ao menos no que se refere ao século XIX, há sólidas indicações de que o Rio [de Janeiro] provia por via marítima boa parte dos africanos importados para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. De acordo com a Gazeta do Rio de Janeiro, três de cada vinte embarcações que em 1812 saíam do porto carioca para o Rio Grande do Sul.”¹⁸⁸

O historiador Santos Berute apresentou dados referentes às capitanias que abasteceram em cativos o Rio Grande do Sul, comprovando a conhecida predominância

¹⁸⁶ Cf. ZANETTI, Valéria. *Ob cit.* p. 192;

¹⁸⁷ *Id ib* p. 160.

¹⁸⁸ FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX.* São Paulo: Companhia das letras, 1997. p. 38.

do Rio de Janeiro. Nos dados, é possível constatar outras capitanias fornecedoras de mão-de-obra feitorizada, como a Bahia, Pernambuco e Santa Catarina, realidade registrada igualmente nos *mapas* fornecidos por Antônio Gonçalves Chaves, em suas *Memórias*.¹⁸⁹ O autor apontou que, respectivamente, em 1814 e 1815, foram desembarcados 237 e 30 cativos trazidos diretamente da África, mais precisamente do porto de Cabinda, no norte da costa angolana, para o Rio Grande do Sul.¹⁹⁰

Como a Tabela 5 demonstra, em 1780, o número dos trabalhadores cativos no Rio Grande do Sul era já significativo. A presença da mão-de-obra escravizada expandiu-se à medida que o extremo sul do Brasil ampliou sua produção. Ana Regina Simão assinalou que, no período de 1816 a 1822, entraram no Rio Grande do Sul 6157 cativos, uma média anual de 879,57. Somente em 1822 foram introduzidos 1548 trabalhadores escravizados. Nesse momento, o Uruguai fora incorporado ao Brasil, como província Cisplatina, e os gados orientais eram enviados em grande quantidade para as charqueadas rio-grandenses.

¹⁸⁹ Cf. CHAVES, Antônio Gonçalves. *Memórias Econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.

¹⁹⁰ Cf. BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do Sul: Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul (1790-1825)*. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2006. p. 67;

Tabela 5
População do Rio Grande do Sul (1780-1887)

Ano	Cativos	Total	%
1780	5102	17923	28,47
1798	11740	31644	37,10
1802	12970	36721	35,32
1803	...	36721	...
1808	...	+50000	...
1814	21445	70656	30,35
1819	20611	66665	30,9
1840	40000
1846	30846	147846	20,9
1858	71911	285444	25,19
1859	70880	282547	25,9
1860	76109	309476	24,59
1861	77588	344227	22,54
1862	75721	276446	27,39
1863	77419	392725	19,71
1872	67748	434818	15,59
1874	98450	462542	21,28
1881	81169
1883	62138	700000	8,80
1884	60136
1885	27242
1887	8430	944616	0,89

Fonte: BAKOS, M. *Rio Grande do Sul: escravidão & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.p. 18; BENTO, Cl. M. *O negro e descendentes na sociedade do RS. (1863-1975)*. Porto Alegre: Grafosul, 1976. p. 119; WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS/Sagra, 1991. p.33; CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975. p.346; MAESTRI, Mário. *O Escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e sociedade*. – 3.ed.rev.atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 50.

4.3 - Os trabalhadores escravizados e a Guerra farroupilha

Durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845) houve uma interrupção da chegada dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul, devido à suspensão ao menos parcial do tráfico negreiro. Com o arrolamento forçado ou voluntário dos cativos, notadamente nas tropas farroupilhas e a importante fuga de feitorizados para se aquilombarem na província ou para o exterior, com destaque para o Uruguai, ocorreu uma forte retração nos dados populacionais referentes à população escravizada. Um ano depois da pacificação, em 1846, o número de escravizados diminuiu cerca de 22,88%, em relação a 1840.

O historiador Moacyr Flores pesquisou a importância dos afro-descendentes e sua utilização pelos líderes farrapos em várias funções. “O governo republicano usou

negros e mulatos nos altos escalões, tanto no Exército como na burocracia”.¹⁹¹ Afirmação que se refere a homens livres com alguma ascendência africana, e jamais cativos, sequer elevados ao nível de oficiais comandantes das tropas de ex-cativos.

Em “A traição dos soldados negros farroupilhas na batalha de Porongos”, de 2006, o historiador Euzébio Assumpção comentou:

“Alguns milhares de africanos e afro-descendentes lutaram no conflito de 1835, com o intuito de ganhar a liberdade após o confronto. Entre os farroupilhas e os imperiais, um número desconhecido, mas igualmente significativo de cativos, preferiu tomar o caminho do mato e da fronteira, mais certo e seguro, a arriscar suas vidas em luta que nada tinha a ver com seus interesses. Efetivamente, a instabilidade na região ocasionada pelas idas e vindas dos combates, ocasionou afrouxamento da vigilância, da qual se valeram milhares de cativos para se evadir aos sertões da província ou, segundo parece, mais comumente, para fora dela.”¹⁹²

Em *Buscando a liberdade*, de 2006, o historiador Silmei de Sant’Ana Petiz ressaltou que muitos rio-grandenses optaram por não disponibilizar para os exércitos ou arriscar sua mão-de-obra escravizada com a guerra farroupilha, transferindo parte *desses bens* para além das fronteiras sulinas. Segundo o autor:

“[...] um outro elemento a ser indicado refere-se ao fato de que nem mesmo a promessa de indenização teria entusiasmado os patriotas farroupilhas a entregarem seus escravos de bom grado à causa republicana, tanto que muitos promoveram a transferência dos cativos e de outros bens para o Estado Oriental.”¹⁹³

O célebre charqueador lusitano Antônio Gonçalves Chaves, farroupilha e muito próximo dos principais líderes, transferiu-se com cativos para Montevidéu, onde faleceria por afogamento, segundo parece.

O historiador José Fachel trabalhou as dissidências entre o governo republicano farrapo, constatando, através das falas expressas em artigos jornalísticos, atos administrativos, correspondências, editoriais e informações bibliográficas que alguns membros do grupo da ‘maioria’, liderado Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida, seriam favoráveis à abolição do trabalho escravizado. Porém, o grupo da ‘minoria’, liderado por David Canabarro e Antônio Vicente da Fontoura era contra essa

¹⁹¹ FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha*: Ob. cit. p. 28; ver, também: LEITMAN, Spencer L. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*: Ob cit. 1979.

¹⁹² ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. A traição dos soldados negros farroupilhas na batalha de Porongos. *Revista história & luta de classe*, nº3. ADIA, 2006. p. 66.

¹⁹³ PETIZ, Silmei de Sant’Ana. *Buscando a liberdade*: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851). Passo Fundo:UPF, 2006. p. 49;

mudança sócio-econômica. Entretanto, não houve jamais qualquer iniciativa substancial por parte de qualquer chefe farroupilha, ficando claro no projeto de Constituição da república sulina seu caráter escravista, ao igual que o Império.¹⁹⁴

Episódio polêmico da Guerra dos Farrapos, a batalha de Porongos, em 1844, demonstrou que a república rio-grandense não era abolicionista, pois dos mais de mil soldados que estavam lá, houve cem mortos, 333 prisioneiros e 14 feridos, a imensa maioria afro-descendentes. O historiador Moacyr Flores argumenta:

“[...] a re-elaboração da memória do vergonhoso massacre de Porongos apresenta os lanceiros negros como sendo os únicos mortos, sem referências aos infantes que foram desarmados por ordem de Canabarro e mortos pelos soldados do coronel Abreu”.¹⁹⁵

O historiador Euzébio Assumpção apresentou:

“[...] após Porongos, um outro incidente, no mínimo suspeito, envolveu os lanceiros negros que conseguiram escapar à perfídia de 14 de novembro. A mando do general David Canabarro, Teixeira Nunes com seu corpo de lanceiros foi enviado para missão temerária, em Arroio Grande, onde foi atacado, novamente de surpresa, pelo Moringue [Francisco Pedro de Abreu], que mais uma vez saiu-se vencedor, com a morte de diversos lanceiros negros e de seu comandante máximo”.¹⁹⁶

Segundo as negociações realizadas quando a aceitação da anistia oferecida pelo Império encoberta pela pretensa negociação de Ponche Verde, os proprietários dos escravos seriam indenizados e os combatentes afro-sulinos sobreviventes, entregues ao governo Imperial. Conforme Moacyr Flores, “os negros aprisionados em Porongos foram levados como escravos para a fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro”.¹⁹⁷

Nos dados apresentados na Tabela 5, percebe-se que a importância do trabalhador negro feitorizado estendeu-se até as vésperas da Abolição, em 1888, tendo conhecido um aumento considerável ao longo da primeira metade do século 19. De 1780 até 1846, a média percentual de trabalhadores escravizados presentes no Rio Grande do Sul, em relação à população não cativada, é de 30,50%, considerando os percentuais anuais apresentados. Destaque-se que, ao contrário da população livre, a pirâmide etária da população feitorizada, durante a manutenção do tráfico internacional

¹⁹⁴ Cf. FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Ob cit. p. 51;

¹⁹⁵ Cf. FLORES, Moacyr. *Ob. Cit.* p. 61;

¹⁹⁶ ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. A traição dos soldados negros farroupilhas na batalha de Porongos. *Revista história & luta de classe*, nº3. ADIA, 2006. p. 68;

¹⁹⁷ FLORES, Moacyr. *Ob. Cit.* p. 77.

sobre tradicionalmente forte concentração no relativo à idade produtiva, com pequeno número de crianças e velhos.

Os índices do período de 1858 demonstram uma dilatação significativa do número absoluto de trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul, aproximadamente 133.12%, com relação a 1846. Nos primeiros quatro anos da Tabela 6, 1847, 1848, 1849, 1850, que antecederam a abolição do tráfico internacional, verifica-se entrada de 945 trabalhadores escravizados na barra do Rio Grande, o que representa a volta das importações de cativos pela Província, após o fim da Guerra dos Farrapos, ainda que pouco significativa e decrescente, à exclusão de 1845.

Em 1850, com a lei Eusébio de Queirós, que proibiu efetivamente o tráfico transatlântico, de acordo com a Tabela 6, o Rio Grande do Sul passou a exportar trabalhadores escravizados, desde 1851. Em verdade, esse movimento decrescente anunciava-se desde, no mínimo, 1847.

Tabela 6
Entradas e saídas de cativos na barra do Rio Grande

Ano	Cativos
1847	557
1848	236
1849	146
1850	6
1851	-73
1852	-172
1853	-214
1854	-105
1855	-117
1856	-333
1857	-133

Fonte: Quadro estatístico. Eleutério Camargo (1868). In: MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúchos*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: Educus, 1984. p.100.

Ao analisar as Tabelas 5 e 6 e contextualizá-las, percebe-se que se a população escravizada da Província aumentou e o Rio Grande do Sul passou de importador para exportador de trabalhadores escravizados, a partir de 1851, restando, para a explicação deste fenômeno, as possibilidades mais fortes seriam um crescimento vegetativo do plantel de cativos rio-grandense; entrada de cativos, desde o Uruguai, principalmente das fazendas escravistas do norte daquele país, que havia abolido a escravidão, em 1842, ou, finalmente, erros estatísticos.¹⁹⁸

¹⁹⁸Cf. MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no RS. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 161;

Ana Regina Simão confirmou a hipótese da província de ser fornecedora de mão-de-obra cativada a partir de 1851; contudo, ao trabalhar com os mesmos dados da Tabela 6, porém até o ano de 1863, verificou que, de 1859-63, o Rio Grande do Sul teria importado mais trabalhadores escravizados que exportado.¹⁹⁹ Esse fato seria justificado pelo alto índice de óbitos registrados nas charqueadas de Pelotas, o que iremos abordar no último capítulo.

Nos últimos anos da escravidão no Rio Grande do Sul, como se observa na Tabela 1, houve um decréscimo de 69,05% da população escravizada. Em *RS: escravidão e abolição*, de 1982, a historiadora Margaret Marchiori Bakos pesquisou a abolição do trabalho escravizado no Rio Grande do Sul com base na imprensa e nos partidos políticos rio-grandenses e apresentou que no a partir de 1884 a diminuição foi mais rápida: “O grande número de libertações que nesse ano manteve o trabalhador, embora teoricamente tenha libertado o escravo. Isto porque ele permanece preso ao senhor, mediante a obrigação de cumprir alguns anos a mais de serviço”.²⁰⁰

As cartas de alforrias destinadas aos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul é uma fonte de pesquisa que está na pauta de discussão para alguns historiadores.²⁰¹

Em *Os cativos e os homens de bem*, de 2003, o historiador Paulo Roberto Staudt Moreira salientou que normalmente as alforrias eram condicionadas, a trabalhos ou a alguns serviços especiais, que comprometiam o liberto com os parentes e, sobretudo as mães dos proprietários. Demonstra que as alforrias gratuitas eram geralmente concedidas aos trabalhadores escravizados ‘menores’ ou os ‘maduros’, ou seja, com pouca possibilidade de vingarem ou já sem capacidade produtiva.²⁰² Destaque-se que boa parte das alforrias eram concedidas incondicionalmente aos cativos que compravam a sua liberdade, em geral descapitalizando-se, após longos anos de enormes economias, quando declinava suas forças de trabalho.

Em *Liberdades nas paragens do sul*, de 2009, o historiador Gabriel Aladrén apresentou os tipos de alforrias registradas em Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e

¹⁹⁹ Cf. SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 40;

²⁰⁰ BAKOS, Margareth. *Rio Grande do Sul: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. p. 22;

²⁰¹ ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforrias e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano (1858-1888)*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

²⁰² Cf. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Ob cit. p. 200 e 204;

Viamão entre os anos de 1800-1835, onde foram majoritárias as alforrias pagas, apenas citadas. Os valores dessas concessões variavam de acordo com a idade, sexo e profissão dos cativos. [Tabela 7]

Tabela 7
Tipos de alforrias: pagas, condicionais e gratuitas
Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão (1800-1835)

	Pagas	condicionais	gratuitas	total
Quantidade	343	186	242	771
%	44,5	24,1	31,4	100

Fonte: Cartas de alforrias dos Livros de Registro Diversos dos 1º e 2º tabelionato de Porto Alegre (1800-1835). In: ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforrias e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 46.

4.4 - Origem do trabalhador escravizado rio-grandense

Existem abundantes documentações espalhadas nos arquivos, bibliotecas e cúrias que indicam a origem do afro-sul-rio-grandense, embora se alegue que há muitas dificuldades para determinar a origem dos cativos africanos chegados ao Rio Grande do Sul. Em 1890, Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, mandou queimar os papéis relativos ao cativo para findar os pedidos de indenização dos ex-proprietários que utilizavam, até o ano de 1888, o trabalhador cativado. Mesmo que muitos documentos valiosos tenham sido incinerados, tratou-se apenas de uma muito ínfima parcela dos documentos relativos à escravidão.

Os trabalhadores escravizados que ingressaram no Rio Grande do Sul, nos séculos 18 e 19, vieram, em sua maioria, do Rio de Janeiro. Alguns deles eram *crioulos* (nascidos no Brasil) ou, sobretudo, *novos* ou *de nação* (recentemente chegados da África). Caso tivessem vivido algum tempo no Brasil ou sido *aculturados* nos portos lusitanos do continente africano, conhecendo um pouco de português e algum ofício, recebiam a designação de “ladinos”. Ao contrário, os africanos eram ditos “boçais”.

Como apresenta a Tabela 8, pelo porto do Rio de Janeiro saiu o maior número de cativos para o Rio Grande do Sul entre 1816-1821, acompanhado a distância pelos portos de Santa Catarina, Bahia e Montevidéu, respectivamente.

Tabela 8
Tráfico de cativos para o Rio Grande do Sul – 1816-22

Porto de embarque/ano	1816	1817	1818	1819	1820	1820	1822	total
Bahia	12	55	07	10	102	-	-	186
Espírito Santo	01	-	01	-	-	-	-	02
Montevideú	-	30	06	09	02	-	-	47
Paranhagua	02	-	-	-	-	-	-	02
Rio de Janeiro	620	570	630	789	750	-	-	3359
Santa Catarina	38	810	14	22	08	-	-	892
Santos	11	01	04	05	-	-	-	21
São Sebastião	08	-	-	-	04	-	-	12
Pernambuco	04		03	-	06	-	-	13
Caravelas	-	-	-	01	-	-	-	01
Total Geral	698	1466	665	836	872	861	1548	

Fonte: CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas: sobre a administração pública no Brasil*. Porto Alegre: ERUS, 1978, p. 142-171; MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e sociedade*. – 3. ed.rev.atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.58.

Em *Triste pampa*, de 1997, o historiador maranhense Solimar de Oliveira Lima indicou as origens dos cativos apresentados à justiça rio-grandense entre 1818-1833. Entre os 131 trabalhadores escravizados registrados, 69 eram africanos (59 homens e dez mulheres) e 62 crioulos.

“[...] 13 cativos designaram-se como ‘Mina’. ‘Benguela’, dez, e ‘Congo’, oito. Havia escravos-réus de origem ‘Angola’ (cinco), ‘Cabunda’ (três) e ‘Cassange’ (um). Encontramos, ainda, as designações ‘Cabindá’ (seis); ‘Moçambique’ (três), ‘Rebolo’ (três), ‘Monjolo’ (três), ‘Genge’ e ‘Guiné’ (um, cada) e uma referencia como local de nascimento à ‘Ilha de São Tomé’. As mulheres eram ‘Mina’ (quatro), ‘Benguela’ (duas), ‘Angola’ (duas), ‘Monjola’ (uma) e ‘Rebola’ (uma)”²⁰³

A historiadora Ana Regina Simão pesquisou as cartas de alforrias no município de Pelotas, assinalando a ‘nacionalidade’ dos cativos. [Tabela 9]

²⁰³ LIMA, Solimar Oliveira. *Triste pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciárias no Rio Grande do Sul (1818-1833)*. – 2. ed. – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 38-39;

Tabela 9
Escravos alforriados por substituição de outro em Pelotas (1832-1848)

Escravos alforriados	Nação	Escravos substitutos	Nação
Antônio	Mina	escravo	-
Antônio, preto	Congo	Escravo	Nação
Maurício, preto	Mina/gege	Maurício	Nagama
Antônio cozinheiro	-	Francisco	Moçambique
Joaquina	Jinga	Joana	Moçambique
Joana, preta	Crioula	Isabel	Mina
Maria Luiza, preta	mina	Mônica	Mina

Fonte: Lançamentos Ordinários de Pelotas. Arquivo Público do Rio Grande do Sul; SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 71.

A autora apresentou tabela com os valores das alforrias dos trabalhadores escravizados, com o sexo, cor, profissão, valor e a nacionalidade dos mesmos.

“Em 92 cartas de alforrias constatou-se a ‘nacionalidade’ dos trabalhadores escravizados, o que corresponde a 58,9%. Das manumissões que apontaram esses dados, 39 foram concedidas a crioulos (cativos nascidos no Brasil) e 53, a africanos. Porém, se considerarmos os ‘pardos’ e os ‘pretos’ como pertencentes ao grupo ‘crioulo’, teremos bem mais crioulos do que africanos”²⁰⁴.

Outro documento pesquisado pela historiadora Ana Simão que consta a nacionalidade dos cativos foi os processos-crimes de Pelotas, entre 1832-1849, divididos entre os homicídios e lesões corporais cometidos por trabalhadores escravizados contra a população livre e contra cativos. Nesses dados, há uma forte presença dos trabalhadores cativos vindos de Moçambique e o registro de um oriundo do Maranhão. [Tabelas 10 e 11]

²⁰⁴ SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: Ob. cit. p. 81;*

Tabela 10
Homicídios e lesões corporais cometidos por cativos contra a população livre
(1832-49)

Réu (cativo)	Nação	Vítima	Arma do crime	Local	Observação
Belizário	Mina	Sr. Manuel Sra. Cressência Escravo Lourenço	faca	Na casa dos seu senhor	Facadas mortais em seu senhor e no seu escravo; lesões corporais na senhora
José Pinto	Moçambique	Francisco (capataz)	faca	charqueada	-
Manuel Brás André Simão	Moçambique Moçambique Mina Rebolo	Luis Pinheiro (patrão e sócio do iate)	-	A bordo do iate em frente à barra de Camaquã	Lançaram o corpo do senhor vivo ao mar
Salvador João Bento	Crioulo Crioulo Nação	José Antônio de Almeida (patrão do iate)	Machados espeques ferro para amarrar nos pés	A bordo do iate, junto à baliza do mosquito	Foi atirado ao mar com ferro nos pés

Fonte: Processos-crimes de Pelotas (1832-1849). APRGS; SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 100.

Tabela 11
Homicídios e lesões corporais cometidos por escravos (1832-49)

Réu	Nação	Vítima	Nação	Arma	Local	Motivo
Matheus	Moçambique	Felissiana	-	Faca	Cacimba do mato, subúrbio de Pelotas	-
Miguel	da Costa	Manuel	Rebolo	-	Matos fazenda do barão de Jaguary	O escravo Miguel e a escrava Luiza estavam escondidos no local
José	Cabinda	José	Mina	Faca	Cozinha na casa do senhor réu	Ciúmes de uma crioula
Joaquim	Angola	Pedro	-	Faca	Chácara na serra dos tapes	Ciúmes da negra Maria
Elias	Mina	Antônio	Monjolo	Faca	Na beira do arroio Santa Bárbara	-
Antônio	Crioulo (Maranhão)	Manuel	Benguela	Pau	Açougue	O escravo não quis trocar a carne da vítima
Antônio	Moçambique	João	Banglula	-	Casa de uma forra	Jogo de cartas
Elisário	-	Maria	-	Pancadas na rua		-

Fonte: Processos-crimes de Pelotas (1832-1849). APRGS; SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação*: Ob. cit. p. 101.

Quando os cativos embarcavam nos navios tumbeiros com destino à América, ou eram batizados sumariamente nas praias ou a bordo das embarcações, perdiam seus nomes africanos, passando a ter apenas um pré-nome, ao qual era acrescido, eventualmente, a sua origem ou sua profissão. Acontecia o mesmo com os filhos de escravizadas nascidos aqui no Brasil, que também não possuíam sobrenome, já que a ordem escravista não reconhecia direitos paternos e maternos, todos eles absorvidos pelo proprietário.

Tais procedimentos dificultam a identificação da origem dos cativos que saíram da África, pois o fato de que receberem apenas a sua origem como “segundo nome”

indica-nos simplesmente a região de embarque no continente negro. Esse acontecimento pode representar uma falsa pista de sua real origem.

Com o desenvolvimento do comércio internacional de trabalhadores escravizados, iniciou-se no interior do continente africano uma complexa circulação de pessoas (homens, mulheres e crianças) reduzidas ao cativeiro. Muitas vítimas dessa atividade eram negociadas nas costas da África, longe de seus lugares de origem, após circularem por dias, semanas e meses pelos sertões africanos.

Através dos levantamentos dos inventários dos charqueadores, Euzébio Assumpção caracterizou a presença dos trabalhadores escravizados na salgação da carne entre 1780-1888, apresentando a nacionalidade dos cativos africanos. No período, o historiador observou com maior frequência: ‘Mina’ (120), ‘Congos’(41), ‘Moçambique’ (36), ‘Benguela’ (29), ‘Angola’ (28), ‘Rebolo’ (23), ‘Nagôs’ (22) e ‘Cabindas’ (16). A representação da costa afro-oriental é relevante com 36 cativos trazidos de Moçambique.²⁰⁵

Nesse sentido, Mário Maestri destacou:

“Podemos pesquisar a origem africana do afro-gaúcho a partir de múltiplas fontes. Nos últimos anos, os avanços conhecidos pela genética aplicada permitem inquirir diretamente a origem das comunidades afro-americanas. Tais estudos já começaram a ser realizados no Rio Grande do Sul. Nos próximos anos, com o desenvolvimento dessas técnicas, teremos informações riquíssimas sobre esse domínio”²⁰⁶.

Temos como fontes para tal estudo a documentação histórica, que, como apenas assinalado, indica comumente o nome e o “sobrenome” do cativo trazido ao Sul. Outros recursos que podem eventualmente ser utilizados em forma complementar são os africanismos do falar regional; as religiões afro-gaúchas; as contribuições africanas ao folclore sulino. Associando essas e outras fontes, poderemos conhecer um pouco mais as raízes africanas do rio-grandense.

Um levantamento do primeiro livro de batismo do Rio Grande do Sul foi feito pelo historiador João Machado Ferraz entre 16 de junho de 1738 e 28 de agosto de 1753. Esse trabalho foi lançado sob o título de *Os primeiros gaúchos da América Portuguesa*.²⁰⁷

²⁰⁵ Cf. ASSUMPCÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994. p. 149, 152 e 155;

²⁰⁶ MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Ob cit p. 170;

²⁰⁷ Cf. MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul*: Ob cit p.54;

“Nessa transcrição, temos, como batizados ou pai e mãe de batizados, quase uma centena de africanos vindos de possessões angolanas – ‘congós’, ‘angolas’, ‘maçanganos’, ‘benguelas’, - das possessões moçambicanas – ‘moçambiques’-, da costa da Mina – ‘minas’ – e do Cabo Verde – ‘cabos verdes’. Inicialmente, seriam maciçamente majoritários os africanos trazidos de Angola. Em quase 80% dos casos, as mães dos primeiros afro-gaúchos foram embargadas no atual litoral angolano”²⁰⁸.

Isso não significa, necessariamente, ser “angola” a principal nacionalidade dos africanos transportados para o Rio Grande do Sul. Sob essa designação certamente arrolaram-se diversas comunidades e as sementeiras do tráfico negreiro variaram significativamente através dos anos. A partir de 1815, como visto anteriormente, quando houve a proibição do tráfico transatlântico ao norte da linha do Equador, incrementou-se a chegada de cativos moçambiques, da costa oriental.

Santos Berute mencionou os portos africanos de procedência dos trabalhadores escravizados introduzidos no Rio Grande do Sul e destaca a predominância de 97%, entre 1788-1802, de cativos oriundos da África Central atlântica, identificados geralmente como benguelas e angolas. Nesse período, era insignificante a presença de trabalhadores escravizados trazidos da costa oriental do Continente negro (0,29%). Entretanto, entre 1809-1824, a contribuição da costa oriental da África na origem da mão-de-obra cativado conduzida ao Sul teve um crescimento de aproximadamente de 16%.²⁰⁹

A Tabela 8 assinala que o Rio de Janeiro foi a principal fonte de trabalhadores cativados para o Rio Grande do Sul no tráfico interno. Santos Berute verifica que houve dilatação nos dados na participação da costa afro-oriental entre 1809-1824. Esses elementos convergem com a análise de Manolo Florentino ao constatar que entre 1795-1811 ocorreram quinze expedições a Moçambique e, a partir deste último ano, o número de expedições a esta região chegou a 235, representando um aumento de 1567%.²¹⁰

O historiador Paulo Roberto Moreira propôs que nas primeiras décadas do século 19, intensificou-se o número de trabalhadores escravizados chegados do Golfo da Guiné, primeiramente *minas*, logo após, *nagôs*. Com recurso das cartas de alforria dos trabalhadores escravizados de Porto Alegre, o historiador pode verificar as origens dos

²⁰⁸ MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Ob. cit p. 171;

²⁰⁹ Cf. BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 74;

²¹⁰ Cf. FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. Ob. Cit p. 81;

africanos forros eram: ‘Nagô’ (257), ‘Mina’ (157), ‘Congo’ (38), ‘Moçambique’ (35), ‘Cabinda’ (29), ‘Benguela’ (25), ‘Gege’ (11), ‘Monjolo’ (11), ‘Angola’ (10), ‘Rebolo’ (6), ‘Cassange’ (3), ‘Benin’ (1), ‘Guiné’ (1), ‘Haussá’ (1), ‘Inhaunbam’ (1) ‘Tapa’ (1).²¹¹

Paulo Moreira abordou a apreensão dos cativos do ‘Congo’ desembarcados clandestinamente no litoral norte rio-grandense em 4 de abril de 1852:

“[...] os cativos foram para a Santa Casa de Misericórdia tratados como emancipados ou africanos livres e anos depois, ao serem interrogados sobre o crime de tráfico de escravos, no qual eram ao mesmo tempo provas e testemunhas, falaram com abundância de detalhes de seus companheiros malungos”.²¹²

Em *De Manoel Congo a Manoel de Paula*, publicado em 2006, o historiador rio-grandino Vinícius Pereira de Oliveira apresentou a história de um tripulante desse navio negreiro que aportou clandestinamente em Tramandaí. Verificando a relação nominal dos africanos livres, com suas origens, empregados no serviço da Santa Casa de Misericórdia, apontou: ‘Congo’ (15), ‘Cabinda’ (6), ‘Moçambique’ (6), ‘Benguela’ (5) e ‘Monjolo’ (1).²¹³ Portanto, todos da costa angolana, em um verdadeiro retorno, quando do possível último desembarque, a primeira fonte dos cativos africanos escravizados no Rio Grande do Sul.

No Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, encontram-se três listas sobre o tráfico negreiro do Sul durante os anos de 1802 e 1803, traduzindo a importância dos angolanos na população afro-sul-rio-grandense. A verificação dos números da tabela abaixo, cujos itens delimitam a origem dos africanos escravizados introduzidos no Rio Grande do Sul em 1802-03, mostra-nos que, de um total de 1195 cativos, 1104 eram provenientes do continente africano. [Tabela 12]

²¹¹Cf. MOREIRA, Paulo Roberto. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST, 2003. p. 188.

²¹² Id Ib. p. 193.

²¹³ Cf. OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006. p. 166-7.

Tabela 12**Origem dos africanos escravizados introduzidos no Rio Grande do Sul – 1802-1803**

Nacionalidades	Homens	Mulheres	total	%
Ambaca	-	2	3	0
Angola	214	87	378	34
Benguela	259	150	410	37
Cabunda	17	1	18	2
Cassange	32	8	40	4
Congo	59	10	69	6
Ganguela	6	2	8	0
Manjolo	7	3	10	1
Messambe	4	-	4	0
Mina	46	15	61	6
Mohumbe	3	1	4	0
Quissama	4	6	10	1
Rebolo	58	25	83	8
Songo	3	3	6	1
Total	712	313	1.104	100

Fonte: AHRGS. Antigo Catálogo da Fazenda. Guias Diversos. 1802-1803. Tabela elaborada pelo historiador Mário Maestri. In: *Deus é grande, o mato é maior!* Ob cit. p. 172.

O historiador Silmei Petiz analisou as fugas dos trabalhadores escravizados do Rio Grande do Sul para o Uruguai, conforme a correspondência dos delegados de polícia à presidência da província, em 1850, no contexto da intervenção do Império no Uruguai e na Argentina. [Tabela 13]

Tabela 13**Origens dos escravos fugitivos do Rio Grande do Sul para além-fronteiras**

Nacionalidades	Nº de escravos	Porcentagem
Africanos	289	30,6%
Crioulos	234	24,7%
Cabinda	35	3,7%
Mina	25	2,6%
Moçambique	20	2,1%
Manjolo	11	1,1%
Angola	08	0,8%
Nagô	05	0,5%
Cabo Verde	03	0,3%
Costa da África	03	0,3%
Gege	01	0,1%
São Tomé	01	0,1%
Ussa	01	0,1%
Congo	62	6,5%
Benguela	35	3,7%
Não informados	211	22,3%
Total	944	100%

Fonte: Correspondência dos delegados de polícia (1850). Grupo documental: estatística, maço 1. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteiras (1815-1851)*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006. p. 96.

A historiadora Carmen Lúcia Santos Castro pesquisou o cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre no século 19 e, com base nos registros de batismo das Igrejas Madre de Deus e do Rosário, pode verificar as origens das mulheres cativas. [Tabelas 14 e 15]

Tabela 14
Origens das mulheres escravizadas. Igreja Madre de Deus – Porto Alegre (1850-1864)

Origens	Quantidade
Crioula	339
Africana	265
Minas	28
Moçambique	8
Benguela	13
Cabinda	7
Nagô	4

Fonte: ACMPA. Livro B – Madre de Deus escravos – 1850-1864; CASTRO, Carmen Lúcia Santos. *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: Cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994. p. 153;

Tabela 15
Nacionalidade das mães escravizadas. Igreja do Rosário de Porto Alegre (1850-1870)

Origens	Quantidade
Crioulas	397
Africana	133
Benguela	10
Mina	79
Moçambique	9
Cabinda	10
Congo	12
Nagô	53
Gege	3
Angola	2
Monjolo	3
Cassange	2
Rebolo	1
Calaba	1

Fonte: ACMPA. Livro B – escravos; CASTRO, Carmen Lúcia Santos. *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos* Ob. cit.. p. 161;

O historiador Gabriel Aladrén analisou as cartas de alforria dos trabalhadores escravizados de Porto Alegre, da Aldeia dos Anjos e de Viamão entre 1800-1835 e pode verificar as origens dos cativos libertos [Tabela 16]. Das 662 cartas de alforrias pesquisadas, 224 são de africanos e 438 de crioulos, correspondendo 34% e 66%

respectivamente. Dos 224 cativos alforriados de origem africana, 34 não tiveram a procedência identificada.²¹⁴

Tabela 16
Procedência dos africanos alforriados
Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão (1800-1835)

Região de procedência/Nação	Quantidade
África ocidental	56 – 29%
Calabar	1
Guiné	11
Haussá	4
Jeje	3
Mina	31
Nagô	5
São Tomé	1
África central-atlântica	134 – 71%
Angola	8
Cabundá	3
Camundá	1
Camundongo	1
Cassange	2
Quiçamã	2
Rebolo	20
Songo	3
Benguela	53
Ganguela	5
Mussumbe	1
Cabinda	8
Congo	25
Monjolo	2
Total	190 – 100%

Fonte: Cartas de alforria dos livros de Registros diversos dos 1º e 2º Tabelionatos de Porto Alegre (1800-1835). ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul: Alforrias inserção social de libertos em Porto Alegre (1800-1835)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 67;

O historiador Bruno Stelmach Pessi, com base nos inventários post-mortem, pode averiguar a origem dos trabalhadores escravizados das charqueadas. O autor dividiu sua pesquisa em dois momentos distintos, entre 1846-50 e 1870-74, com o intuito de poder comparar os efeitos do fim do comércio transatlântico de cativos (1850). Dos 17 inventários analisados, oito do primeiro período e nove do segundo, verificou a presença de 127 africanos, com a procedência de 113.²¹⁵

Da África ocidental foram trazidos 68 cativos, 50 entre 1846-50 e 18 entre 1870-74; da África central-atlântica foram introduzidos 42 trabalhadores escravizados, 34

²¹⁴ Cf. ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do Sul*. Ob cit p. 44;

²¹⁵ Cf. PESSI, Bruno Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C.1846-C.1874)*. (Monografia). Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. p. 42;

entre 1846-50 e oito entre 1870-74. A costa afro-oriental teve pouca importância, com três trabalhadores cativados oriundos de Moçambique.²¹⁶

Ester Gutierrez pesquisou a procedência dos africanos baixados na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas entre 1848-88. Segundo a autora:

“Dos 46 africanos, cinco foram chamados de ‘Mina’; dois, de ‘Benguela’; um, de ‘Cabinda’; um, de ‘Beni’ e outro, de ‘Gêge’. Anotaram que quatro tinham vindo de Angola, três, da costa da África e um, de Moçambique. O restante foi registrado simplesmente como africanos”.²¹⁷

Em Estâncias das regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria (1819-89), de 2009, o historiador Setembrino Dal Bosco pesquisou os inventários *post-mortem* dos proprietários dessas regiões e constatou a procedência dos trabalhadores escravizados empregados nas fazendas de Rio Pardo entre 1819-46. [Tabela 17]

Tabela 17
Nacionalidade da escravaria nas fazendas de Rio Pardo (1819-46)

Nacionalidade	Quantidade
Benguelas	28
Angolas	11
da Costa	35
Congos	20
Minas	18
Guinés	9
Rebolos	10
Moçambiques	13
Monjolos	5
Cassangas	4
Calungas	4
Nagôs	3
Crioulos	412
Pardos	102
Mulatos	48
Cabras	27
s/n	512
Total	1264

Fonte: BOSCO, Setembrino Dal. Estâncias das regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria (1819-89), in: MAESTRI, Mário e ORTIZ, Helen. *Grilhão negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 325.

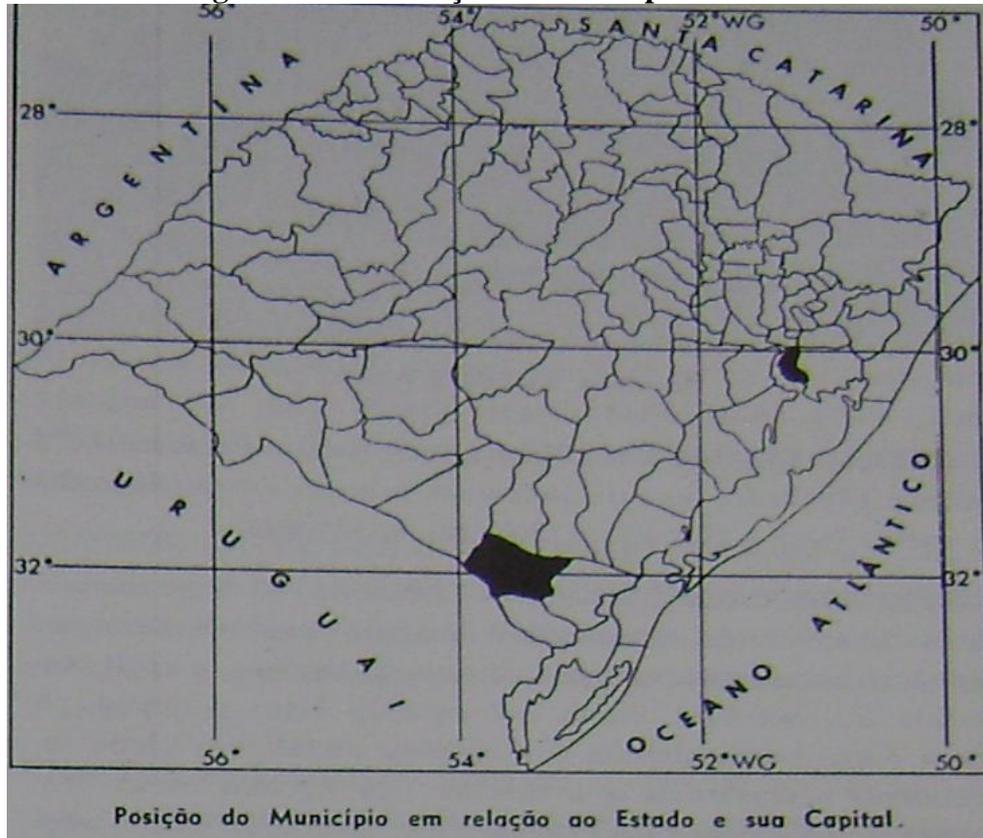
²¹⁶ Cf. *Id ib.* p. 42-43;

²¹⁷ GUTIERREZ, J. B. Ester. *Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: UFPEL, 2004. p. 446.

Capítulo V - Herval

Situada na serra do sudeste, o município de Herval fica distante 387 km da capital do estado do Rio Grande do Sul. Sua Localização é de 32° 01'37" latitude sul e 53° 26' 50" longitude oeste. [Figura 3]

Figura 3 – Localização do Município de Herval



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE, 1959. p.183.

Seus limites geográficos ao norte é Piratini, Pedras Altas e Pinheiro Machado; ao sul, Jaguarão; a leste, Arroio Grande e a oeste Bagé e a República Oriental do Uruguai e sua altitude é de 340 m acima do nível do mar.

Geologicamente, o município de Herval está localizado no Escudo Sul-Rio-Grandense, que abrange 17% do território sulino, com uma área de quase 50 mil m². Nessa região geoecológica, o solo é de origem granítica, rico em cobre, ferro, carvão e chumbo. De acordo com Mário Maestri:

“No Escudo Sul-Rio-Grandense dominam as ondulações das coxilhas e dos coxilhões e as alturas mais abruptas dos cerros, que chegam a ultrapassar 500 metros. Cobertos de pastagens naturais, os coxilhões e as coxilhas da Depressão Central, do Escudo Sul-Rio-Grandense e dos Campos de Cima da Serra constituíram espaço

geoecológico favorável ao desenvolvimento das manadas de bovinos e eqüinos”.²¹⁸

O solo ervalense é formado de silício argiloso e a vegetação, composta por campos nativos, por pastagens e arbustos. Nos anos 1880, o engenheiro alemão H. Rittmann fez um estudo de reconhecimento em minas de carvão da região – foram cavados fossos e extraído minério, enviado para a Alemanha.²¹⁹

O século 18 ficou marcado por disputas territoriais entre Portugal e Espanha envolvendo o atual Rio Grande do Sul. A intensificação dos confrontos tem início ainda no século 17, a partir de 1680, com a fundação da Colônia do Sacramento pelos portugueses, representados pelo militar Manuel Lobo. Ao longo dos 1700, houve algumas negociações diplomáticas e conflitos militares que alteraram as fronteiras da região meridional da América. Esses limites ficaram, *grosso modo*, estabelecidos somente no século 20.

O município de Herval tem suas origens no final do século 18 (1791) quando o rio-grandino Rafael Pinto Bandeira, nascido em 1740, organizou um acampamento militar para dilatar as fronteiras portuguesas estabelecidas pelo Tratado de Santa Ildefonso. Por esse Tratado assinado em 1777, o território do município de Herval ficou do lado espanhol. Porém, Rafael Pinto Bandeira, que ficava encarregado de guarnecer a fronteira estipulada pelas determinações, insistiu em fazer avançar até o Rio Jaguarão o domínio lusitano. Com esse objetivo, em meados de 1791, na margem direita do Arroio do Herval, inicia a construção de uma Igreja, um quartel e um quadro de trincheira.

Em virtude desse estado de beligerância e as disputas pela região entre as nações ibéricas, os instrumentos de trabalho agrícola, como arado, a foice, a enxada, a aguilhada, o laço e as boleadeiras eram trocados pela lança, pelo arcabuz e pela espada.

Em *História do Herval*, de 1980, Manoel da Costa Medeiros observou que:

“O distrito de Herval, antes da fundação das freguesias de Jaguarão e Piratini, isto é, nos fins do século XVIII, devia se alongar por todo o território limitado entre o arroio Grande, Lagoa Mirim e São Gonçalo até a barra do Piratini.”²²⁰

Após alguns conflitos que envolveram os portugueses e espanhóis, os quais invadiram o acampamento militar de Pinto Bandeira, em virtude da violação das

²¹⁸ MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Ob. Cit. p. 33;

²¹⁹ Cf. MEDEIROS, Manoel da Costa. *História de Herval: descrição física e histórica*. Caxias do Sul: UCS, 1980. p.51;

²²⁰ *Id. ib.* p.76;

determinações contidas no Tratado de 1777, o comandante lusitano abandonou a região e dirigiu-se para a Guarda da Lagoa, atualmente município de Jaguarão. Quando as fronteiras já haviam sido asseguradas pelas forças portuguesas, o sesmeiro Antônio Rodrigues Barcelos tentou uma restituição de posse contra os habitantes do povoado. Contudo:

“[...] sob iniciativa de Bonifácio José Nunes, que servira às ordens de Pinto Martins com o posto de sargento, José da Silva Tavares, Francisco Teixeira Pinto, Antônio Francisco dos Santos Abreu e Antônio Madruga Bittencourt, resolveu-se adquirir por compra o terreno e manter a posse de todos os seus habitantes”²²¹.

A Igreja construída por Bandeira foi destruída na ocasião de um incêndio em 1823, sendo outra edificada a cerca de um quilometro da antiga povoação, sob a invocação de São João Batista. Em 18 de Janeiro de 1825, por um alvará Real, tornou-se a 20ª Freguesia da Província com a denominação de São João Batista de Erval.

Economicamente, a triticultura foi uma das primeiras atividades praticadas na região, possibilitando proventos dos seus cultivadores. Já a pecuária, igualmente relevante para o desenvolvimento dos ervalenses, limitou-se na extração do couro, pois o gado passou a ter valor comercial somente após as instalações das primeiras charqueadas no final do século 18. O nome do município deriva da extração de erva, abundante na região.

Manoel da Costa Medeiros salientou os aspectos econômicos dessa localidade:

“A exploração dessas três classes de indústrias, a agrícola, a pastoril e a extrativa, davam ocupação a muitos braços nela empregados. Havia os carneadores (esfoladores) de reses abatidas para se aproveitar o couro, os estaqueadores que se empregavam na seca dos mesmos, os campeiros, os domadores, os trançadores, que fabricavam laços e outros correames de couro cru, necessários aos trabalhos do campo, finalmente os tosquiadores, isto quanto a indústria pastoril; a indústria agrícola tinha os lavradores, os ceifadores, os emedadores e os trilhadores; a indústria extrativa empregava, certamente, a outros artífices que não sei quais fossem, porque dela pouca memória se conserva na tradição popular, talvez porque fosse de monopólio real; os que a exploravam o fizeram descuidosamente, destruindo os ricos ervais em muito poucos anos.” E segue o autor ervalense: “Para todas essas atividades havia os carreteiros que se encarregavam do transporte dos gêneros comerciais, que eram levados para o passo dos Canudos, no São Gonçalo, de

²²¹ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE, 1959. p.181.

onde, baldeados para iates, chegavam ao porto de Rio Grande.”²²²

As mulheres ervalenses teciam algodão, linho e lã, em teares que praticamente todas as casas possuíam, fiados por elas para prepararem as fazendas usadas no cotidiano. Bonifácio José Nunes e Antônio Madruga de Bitencourt, destacados escravistas, foram plantadores de mandioca e fabricantes de farinha em engenhos localizados nas suas propriedades. José Nunes estabeleceu uma olaria de tijolos e telhas, melhorando as construções, já que as casas eram até então de pau-a-pique e cobertas de palha.²²³

Na ocasião da Guerra dos Farrapos (1835-1845) houve uma estagnação da economia, ocasionada pelos embates entre os legalistas, comandados por João da Silva Tavares, filho de José da Silva Tavares e os farroupilhas representados por Félix Vieira.

Em 1881, Herval, que contava com aproximadamente sete mil habitantes, conquistou sua emancipação política de Jaguarão. Fundamental salientar que, originalmente, de um importante ponto estratégico-militar, Herval contribuiu a seguir, essencialmente, com a sua pecuária para o entrosamento dessa região com o restante do Brasil. As suas fazendas pastoris, principalmente com a ovinocultura, geraram matéria-prima para a indústria têxtil, tanto no mercado interno com, principalmente, visando o Velho Continente, uma vez que a sua lã era exportada.

O desenvolvimento das atividades econômicas de Herval contou com a participação do trabalhador escravizado, chegando a ter fazendas que possuíam cem cativos, segundo Manoel da Costa Medeiros. Nesse caso, trataria-se de fazenda com charqueada, olaria, plantações. O tratamento dispensado a esses trabalhadores foi duro, motivando atos de resistência, como o assinalado pelo autor:

“Em 1810, tendo sua esposa [de José Teixeira Maciel] dona Ana Teixeira que certamente seria rigorosa para tratar os seus humildes servidores, mandando dois africanos, um de cada sexo, cortar capororoca num galpão próximo à sua residência para, queimada verde a madeira de tais árvores, produzir a cinza que se preparava a decoada empregada no fabrico do sabão, foi na ocasião da queimada dirigir o serviço a fim de a cinza ficar bem forte, e conseqüentemente, rica em potassa que a madeira daquela árvore produz. Chegada que foi onde trabalhavam os escravos, estes a trucidaram a golpes de machado.

²²² MEDEIROS, Manoel da Costa. *História de Herval* Ob. Cit. p.74;

²²³ Cf. *Id ib.* p. 78;

Consumado o crime, se refugiaram para os domínios do Rio da Prata e nunca mais houve deles notícias”.²²⁴

Em 1846, a população livre de Herval era de 1147 habitantes, 641 do sexo masculino (55,88%) e 505 feminino (44,02%). A Tabela 18, apresenta a população livre de Herval em 1847, por gênero, dividida de dez em dez anos. Notaremos que há um equilíbrio entre os sexos. Se compararmos os anos de 1846 e 1847, temos um aumento da população feminina, em 8,91%, e um decréscimo da masculina, em 9,67% e um decréscimo do total da população livre em 18 habitantes, correspondendo a 1,56%.

Tabela 18 – População livre de Herval em 1846

Idade	Masculino	Feminino
10 anos	192	179
20 anos	82	102
30 anos	124	112
40 anos	87	71
50 anos	58	36
60 anos	11	11
70 anos	13	35
80 anos	6	4
90 anos	6	-
100 anos	-	-
110 anos	-	-
Total	579 – 51,28%	550 – 48,71%

Fonte: FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 61.

Em 1858, a população de Herval era de 3.348 habitante, 1979 livres, correspondendo a 59,10%, 109 libertos ou forros, equivalente a 3,25% e 1260 trabalhadores feitorizados, representando 37,63%.²²⁵ De 1847 a 1858, a população livre cresceu em 75,28%, o seja, 850 habitantes. A taxa de natalidade da população livre de Herval entre os anos 1859 foi de 61,64, tendo em vista que foram efetuados 122 batismos nesse ano. Ainda em 1858, a taxa de mortalidade da população livre foi de 17,68, em virtude dos 35 óbitos apontados.

A história de Herval, ao longo do século 19, foi marcada pela beligerância, em decorrências das disputas territoriais envolvendo Portugal e Espanha, inicialmente, entre o Império, o Uruguai e a Argentina, a seguir. Assim sendo, as principais personalidades da sociedade ervalense de então eram militares.

²²⁴ Cf. *Id ib.* p.77;

²²⁵ CF. FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Ob Cit. p. 66.

5.1 -- Os registros de batismo – Igreja São Batista (Herval)

Nos dados demográficos do município de Herval, realizados na Igreja São João Batista, constam 724 registros de batismo, entre 1844-1859, e 182 registros de óbito, entre 1847-1859. Ao contextualizar os batismos e óbitos na conjuntura provincial e imperial, é possível entrever alguns elementos significativos do trabalhador escravizado sul-rio-grandense. Ao comparar o número de batismos com os de óbitos, a partir de 1847, percebe-se que a população escravizada registrada em Herval cresceu em 445 cativos. Ou seja, em 35,31 % com relação a população cativada de 1858. Destaque-se que os batizados são praticamente todos nascidos no município. Os mortos, ao contrário, em parte, eventualmente trazidos de fora do mesmo.

A distribuição dos registros de batismo ao longo do período pesquisado está exposta na Tabela 19. Em um registro não constava a data de batismo.

Tabela 19
Cativos de ambos os sexos batizados na Igreja São João Batista
Herval (1844-1859)

Ano	Cativos
1844	22
1845	55
1846	20
1847	30
1848	35
1849	43
1850	41
1851	26
1852	35
1853	63
1854	79
1855	43
1856	57
1857	77
1858	46
1859	51
Total	724

Fonte: Livro de registros de Batismo – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas

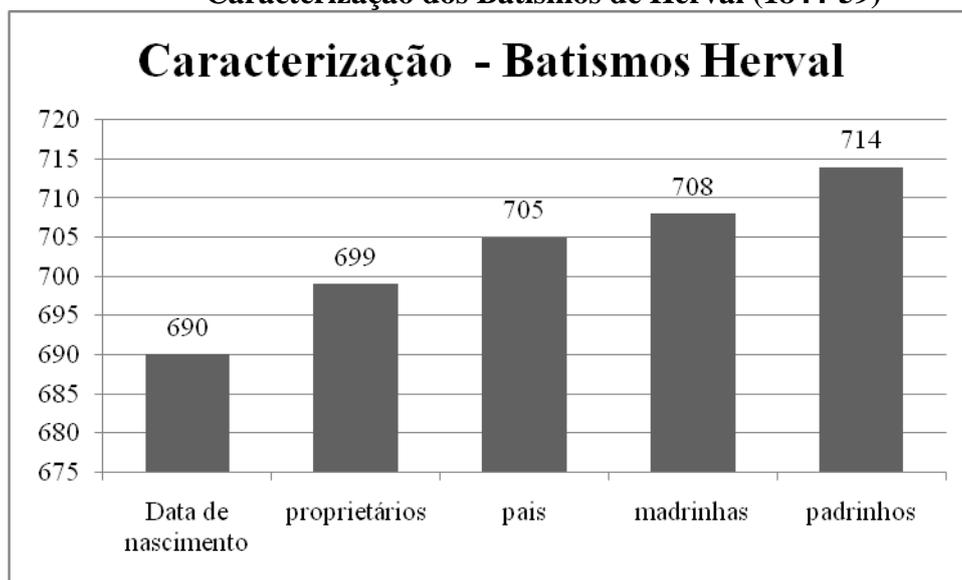
A quantidade de batismos 724, em uma média anual de 45,25 cativos durante o período pesquisado. Na comparação entre a média anual de óbitos (14), os dados atinentes aos batismos são de 3,44 para uma mortalidade.²²⁶ A população escravizado

²²⁶ Essa média é calculada a partir de 1847, pois não há registros de óbito anteriores há este ano.

de Herval em 1858 era de 1260, correspondendo a 37,63% e com os 46 batismos realizados nesse ano, a taxa bruta de natalidade foi de 36,50.

Conforme a Figura 4, dos 724 registros de batismo, 690 (95,30%) constam a data do nascimento; em 705 (97,27%), a indicativos de pais; em 699 (96,54%), o nome do proprietário; em 714 (98,61%), os padrinhos e, em 708, (97,79%), as madrinhas. Todos os registros apresentam as datas de batismos e não foi apresentado o número de proprietários dos padrinhos, já que esse dado depende da condição dos padrinhos.

Figura 4
Caracterização dos Batismos de Herval (1844-59)



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Nota-se na Figura 4 que o número de proprietários de batizados é superior apenas à data de nascimento. A causa desse dado, não comprovada nos registros de batismos, pode ter sido a contemplação na pia batismal da liberdade ao recém-nascido. A caracterização dos registros de batismo de Herval comprova a considerável frequência dos elementos destacados na Figura 1, sendo todos superiores a 95%.

Segundo os nomes dos 724 batizados, 327 (45,47% dos legíveis) são do sexo feminino e 392 (54,52% dos legíveis) do sexo masculino. Em cinco registros os nomes são ilegíveis. Há, portanto, desequilíbrio de dez por cento em favor do sexo masculino. [Figura 5]

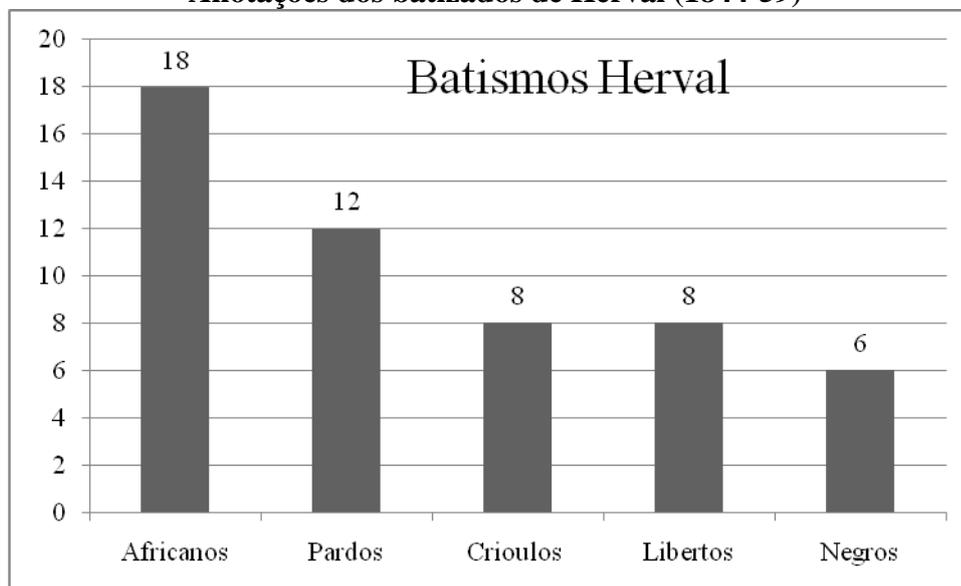
Figura 5
Divisão Sexual dos Batizados de Herval (1844-59)



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A Figura 6 apresenta as informações contidas junto ao nome dos batizados: dos 724 registros de batismo, tem-se dezoito africanos; doze “pardos”, seis “negros”, oito “crioulos” e oito “libertos”.

Figura 6
Anotações dos batizados de Herval (1844-59)



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas

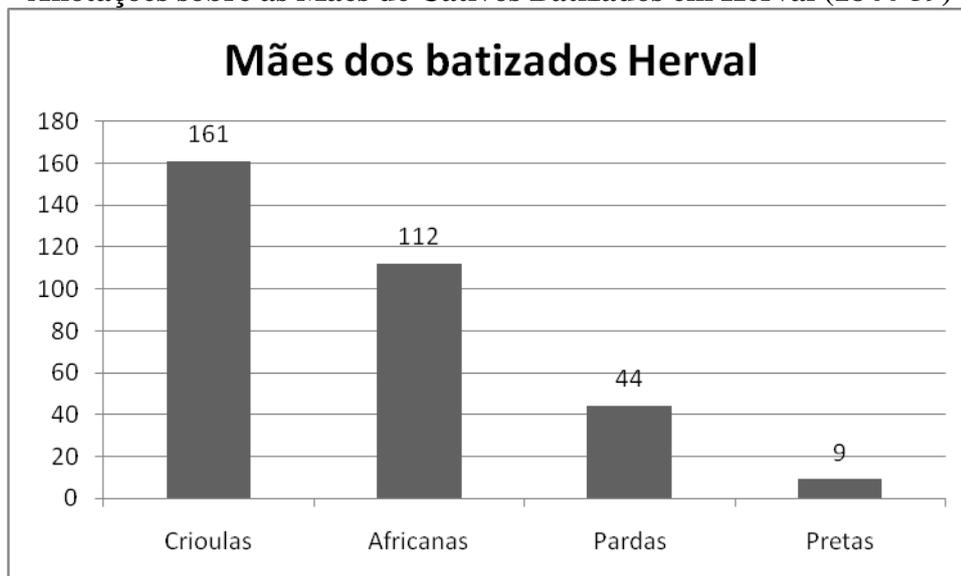
Dos 724 registros, 51 (7,04%) apresentou informação adicional ao nome do batizado, o que impede generalizações considerarmos que há dezoito africanos registrados e que 690 registros mostram a data de nascimento (Figura 4), próxima ao registro de batizado, pode-se inferir que, no geral, os batizados que não possuem

caracterização são cativos crioulos – 706. Os *pardos* são crioulos e, por *negros*, em geral, se indica cativos. Os oito trabalhadores cativados libertados na pia batismal foram arrolados estão incluídos como crioulos.

Vimos que a procedência dos africanos sugere apenas a região de origem, ao indicar o porto de embarque. Dos dezoito trabalhadores escravizados vindos do continente negro, um foi assinalado como *moçambique*, outro como *mina*, cinco da *costa* [da África] e onze apenas como “africanos”. Os “africanos” foram batizados até 1851, ano do fim do tráfico transatlântico de cativos. É pouco crível que cativos africanos eventualmente introduzidos no RS após esse ano não estivessem já batizados. Em 97,37% dos registros de batismo (705), temos a referência ao mínimo a um dos pais.

Em 22 registros, consta a paternidade e a maternidade. Nos 683 restantes, registra-se apenas o nome da mãe. Mesmo não havendo consultado o registros de casamento, parece-nos que esses dados sugerem uma muito baixa taxa de legalização de uniões de cativos. No registro das mães, nove são *pretas*; 44 são *pardas*; 112 são africanas e 161 crioulas. Destaque-se, portanto, a importância das africanas escravizadas, importadas antes de 1850-1. (Figura 7)

Figura 7
Anotações sobre as Mães de Cativos Batizados em Herval (1844-59)



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

No registro de dezessete africanos – dos dezoito africanos batizados (Figura 5) – não consta o nome da mãe. Possivelmente fossem adultos. Nos 706 registros restantes, apenas em dois, de crioulos, não contêm dados sobre os pais.

Na Tabela 20, apresentamos a origem das mães africanas. Em sete registros pode-se constatar a predominância específica das mães escravizadas africanas, pois nos 110 restantes a denominação é genérica, não determinando o porto de embarque.

Tabela 20
Origens das mães dos batizados – Herval

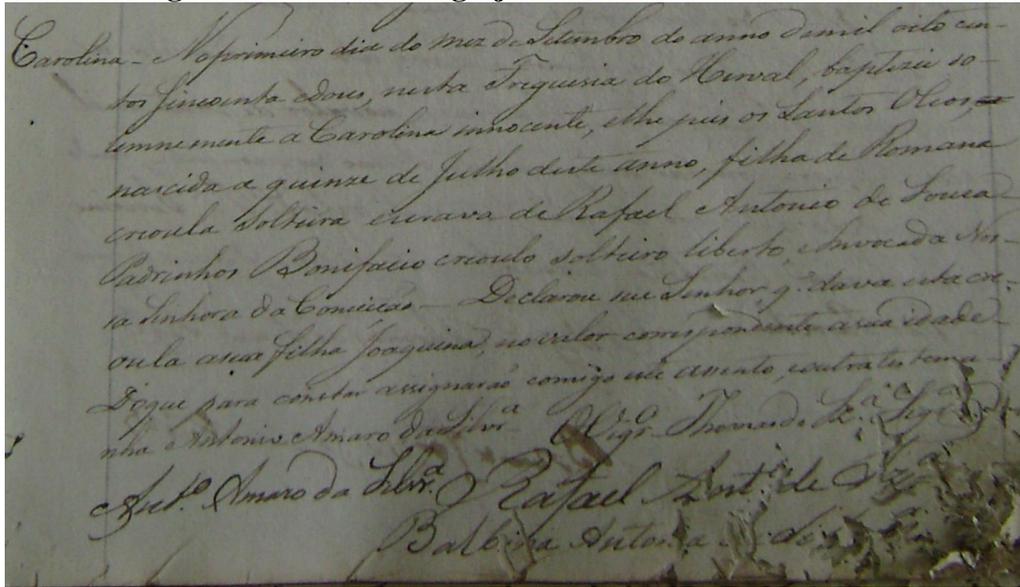
Pais	Quantidade
Africanas	98
Mina	6
Costa	1
Nação	6
Benguela	1

Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A caracterização das mães como de *nação* e da *costa*, não indica o local de embarque. *Mina* designa africano oriundo do castelo de São Jorge da Mina e a denominação *benguela* indica porto ao sul de Angola. Temos quatro registros de duas mães com libertas e duas falecidas. Foram 482 mães para 705 registros, gerando uma média de 1,46 filhos por mãe.

Temos 699 registros de escravistas – em 686 vezes são proprietários dos batizados e das mães. Em vinte registros, o proprietário do batizado não é o mesmo da mãe. Isso ocorreu possivelmente porque, na pia batismal, o batizado foi doado ou vendido. Nos batismo de Herval, há um registro de venda de cativa [Figura 8].

Figura 8
Registro de Batismo – Igreja São João Batista - Herval



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

“No primeiro dia do mes de Setembro do ano de mil oitocentos e cinqüenta e dois, nesta freguesia do Herval, batizei solenemente a Carolina innocente, nascida a quinze de julho deste anno, filha de Romana crioula solteira escrava de Rafael Antônio de Souza. Padrinhos: Bonifácio crioulo solteiro liberto e Invocada Nossa Senhora da Conceição. Declarou seu senhor que dava esta crioula para sua filha Joaquina no valor correspondente a sua idade (...).”²²⁷

Na Tabela 21, estão listados os escravistas proprietários que registraram a partir de cinco trabalhadores escravizados.

²²⁷ Livro de registros de Batismo *Id. Ib.*

Tabela 21**Proprietários que registraram a partir de cinco cativos – Herval (1844-59)**

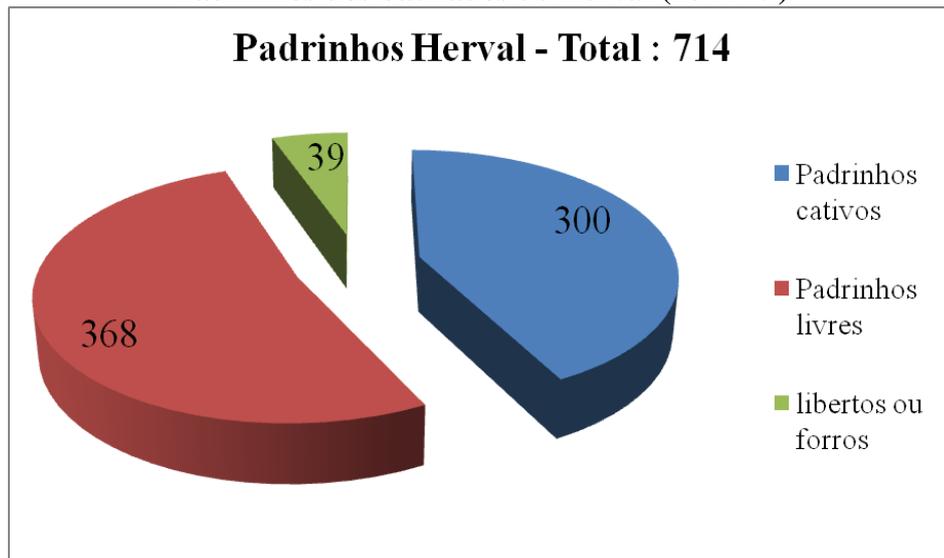
Escravistas	Número de cativos registrados
José Ignácio de Medeiros	13
Maria Antônia Muniz	13
Bonifácio José Nunes	13
Serafim Dias de Oliveira	11
Antônio Silveira da Terra	10
Joaquim Francisco dos Santos Abreu	10
Alexandre Rodrigues Barcellos	8
Pedro de Quadros das Neves	8
Joaquim José Leite	7
Manoel Teixeira Mello	7
Tenente coronel Camilo Campelo dos Santos	7
Astrogildo Pereira da Costa	6
D. Anna D'avila	6
Francisco Gonçalves de Souza	6
Perpetua Nunes Cardozo	6
Salvador silva	6
Abel Bernardino da Porciúncula	5
David Fernandes Soto	5
Israel Amaro da Silveira	5
José Ferreira Gonçalves	5
José Gomes Moraes	5
Luciana Gomes Moreira	5
Manoel Pereira de Moraes	5
Renato Pereira da Costa	5
Serafim da Silva Tavares	5
Vasco Madruga Bitencurt	5
Total	187

Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

As mães escravizadas de 26 escravistas – que registraram mais de cinco crianças batizadas – tiveram, em média, sete filhos batizados – 187 crianças, em quinze anos. Uma taxa muito baixa, considerando-se que uma mulher fértil pode ter, no limite, quinze filhos nesse período. Entre 1844-59 foram apontadas 482 mães, em uma média geral de 1,46 filhos por mãe.

Os padrinhos marcaram participação nos registros de batismo de Herval. Conforme o Figura 4, dos 724 registros de crianças escravizadas batizadas, 714 tinham padrinhos e 708 tinham madrinhas. Portanto, quase todos tinham padrinho e madrinha. Esses padrinhos poderiam ser escravizados, cativos libertos/forros ou livres. Na figura 9, vemos que, dos 714 padrinhos, 300 eram cativos, 39 eram libertos ou forros e 368 eram livres. Havia oito registros ilegíveis. Portanto, um desequilíbrio em favor dos livres e forros [407] em relação aos cativos [300].

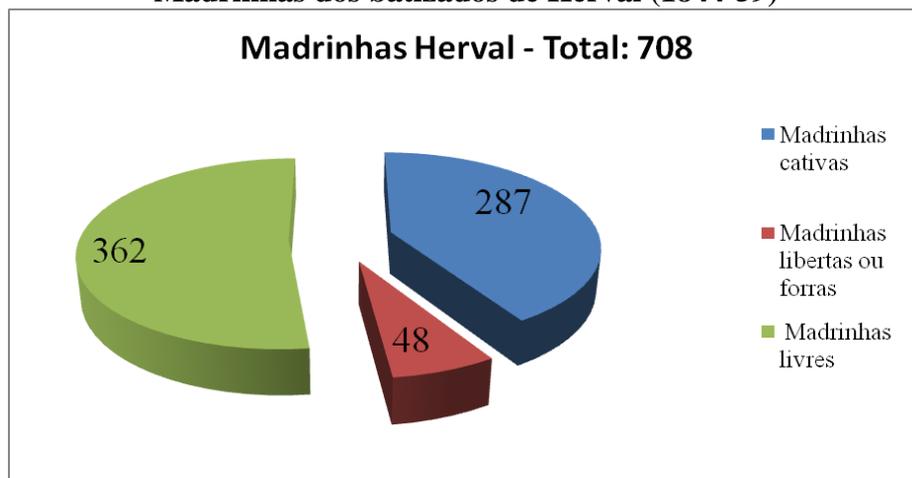
Figura 9
Padrinhos dos batizados de Herval (1844-59)



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A Figura 10 apresenta madrinhas. Das 708 madrinhas registradas, 287 eram feitorizadas, 48 libertas ou forras e 362 livres. Onze registros eram ilegíveis. Ou seja, 409 eram livres, contra 287 escravizados. Novamente uma preferência em favor aos livres. É arriscados grandes deduções desses dados, porque não sabemos até que ponto as mães tinham autonomia para designar livremente os padrinhos de seus filhos e, em que medida, essa escolha criava realmente relações inter-pessoais efetivas e duradouras.

Figura 10
Madrinhas dos batizados de Herval (1844-59)



Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Das 287 madrinhas escravizadas, 136 tinham o nome de seus proprietários anotados nos registros. Desses 136 escravistas, 22 eram também proprietárias das mães e 21 dos batizados. Havia, portanto, forte escolha de padrinhos e madrinhas entre os

cativos de outros proprietários. Por outro lado, 54% dos proprietários das madrinhas eram também dos padrinhos.

Conforme a Tabela 22, em 261 casos, os padrinhos e as madrinhas eram ambos escravizados; em 14, os padrinhos eram libertos/forros e as madrinhas feitorizadas; em 28 registros, padrinhos eram cativos e as madrinhas, libertas/forras; em 18, os padrinhos e as madrinhas eram libertos/forros; em oito, somente o padrinho era cativo e a madrinha livre; em sete, apenas os padrinhos eram libertos ou forros e as madrinhas livres; em 11, somente as madrinhas eram escravizadas e os padrinhos eram livres e, em uma vez apenas, as madrinhas eram libertas/forras e os padrinhos livres.

Tabela 22
Características dos apadrinhamentos

Cruzamentos	Frequência
Padrinhos e madrinhas feitorizados	261
Padrinhos Libertos/forros e madrinhas escravizadas	14
Padrinhos cativos e madrinhas libertas/forras	28
Padrinhos e madrinhas libertos/forros	18
Apenas padrinhos feitorizados	8
Apenas padrinhos ou forros	7
Apenas madrinhas cativa	11
Apenas uma madrinhas libertas/forras	1

Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Na Tabela 23, temos os nomes dos batizados mais freqüentes: João (22), Maria (17), Manoel (17), José (12), Joana (11), Francisco (dez), Eva (oito), Antônio (oito), André (oito) e Adão (oito). Portanto, nomes comuns e habituais também entre a população livre.

Tabela 23
Nome mais freqüente entre os batizados

Nome	Quantidade
João	22
Maria	17
Manoel	17
José	12
Joana	11
Francisco	10
Eva	8
Antônio	8
André	8
Adão	8

Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Os nomes mais comuns das mães estão na Tabela 24: Maria (88), Joana (28), Joaquina (27), Thereza (18), Luzia (16), Eva (15), Mariana (13), Izabel (12), Gertrudes (11) e Josepha (11). Há forte proximidade entre os nomes mais comuns das crianças de sexo feminino – Maria (17), Joana (11), Eva (oito) – e de suas mães. Destaque-se que as crianças e as mães não possuíam praticamente nunca dois pré-nomes. Não há igualmente pré-nomes restritos aos proprietários.

Tabela 24
Nomes mais freqüentes entre das Mães

Nome	Quantidade
Maria	88
Joana	28
Joaquina	27
Thereza	18
Luzia	16
Eva	15
Mariana	13
Izabel	12
Gertrudes	11
Josepha	11

Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Nos nomes mais encontrados entre os proprietários que batizaram seus cativos em Herval prevaleceu o masculino com oito e os femininos com dois (Tabela 25). Foram 402 nomes diferentes, sendo 298 masculinos e 104 femininos.

Tabela 25
Nome dos escravistas – Batismo Herval (1844-59)

Nome dos escravistas	Quantidade
Manoel	41
José	34
Antônio	29
Serafim	27
João	22
Maria	21
Francisco	16
Joaquim	15
José Ignácio	13
Maria Antônia	13

Fonte: Livro de óbitos de escravos 1 (1823-60) – Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Capítulo VI - Os registros de óbito – Igreja São João Batista (Herval)

Os números contidos dos registros de óbito não permite inferir epidemias ou mortandade entre 1847-1859. Foram registrados os decessos de 113 do sexo masculinos e 67 do feminino, com dois registros ilegíveis. Entre os 182 registros, 27 eram africanos e 155 crioulos. Entre os africanos, três eram libertos e 24 escravizados. Entre os crioulos, cinco eram libertos e 150 feitorizados. Segundo estes dados, os africanos seriam favorecidos na emancipação, o que contradiz os resultados de pesquisas chegados por outros autores, como Ana Simão, Gabriel Aladrén e Paulo Roberto Staudt Moreira, por exemplo, para zonas urbanas e Jorge Euzébio Assumpção para as charqueadas pelotenses.

A cidade de Porto Alegre foi analisada pelos historiadores Paulo Moreira, entre 1858-88, e Aladrén, de 1800 a 1835. Moreira salientou que das 3427 manumissões, em 2228 (65%) constou a procedência do cativo, 952 africanos (42,72%) e 1276 crioulos (57,27%).²²⁸ Aladrén, abordou as cartas de alforrias em Porto Alegre, Aldeia dos Anjos e Viamão e constatou que das 662 libertações, 224 eram de africanos (34%) e 438 (66%) eram de crioulos.²²⁹ Nas charqueadas pelotenses, o historiador Euzébio Assumpção mencionou que dos identificados, 804 eram africanos e 864 crioulos.²³⁰ Quanto à cor dos crioulos, havia seis “pretos” e nove “pardos”.

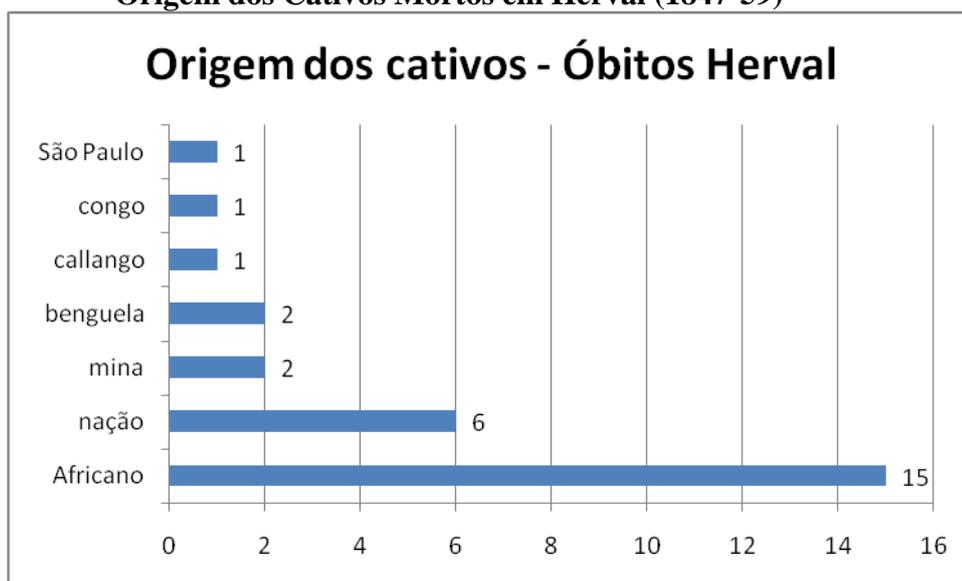
À exceção dos crioulos, quanto à origem dos trabalhadores escravizados registrados no obituário da Igreja São João Batista, quinze eram *africanos*, seis de *nação*, dois *mina*, dois *benguela*, um *callango*, um *congo* e um da província de São Paulo. [Figura 11]

²²⁸ Cf. MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem*. Ob. cit. p. 188;

²²⁹ Cf. ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul*. Ob. cit. p. 44;

²³⁰ Cf. ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: charqueadas e escravidão*. Ob. cit. p. 292.

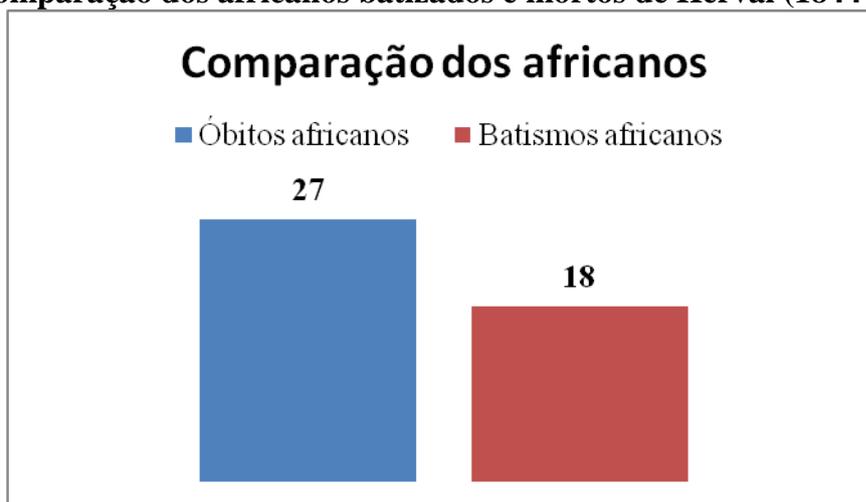
Figura 11
Origem dos Cativos Mortos em Herval (1847-59)



Fonte: Livro de registros de Óbitos de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Os registros de óbito da mão-de-obra cativada africana foram feitos na década de 1850. Entre os africanos que foram batizados em Herval, nenhum foi registrado nos óbitos. Comparamos o número de africanos registrados nos batismos, 18, e nos óbitos, 27. Por razões óbvias, era população em extinção. [Figura 12]

Figura 12
Comparação dos africanos batizados e mortos de Herval (1844-59)



Fonte: Livros de registros de Óbitos e Batismo de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Tabela 26
Registros anuais de óbito – Igreja São João Baptista – Herval

Ano	Número de cativos
1847	5
1848	4
1849	18
1850	6
1851	4
1852	5
1853	18
1854	19
1855	18
1856	20
1857	19
1858	20
1859	25
Total	181

Fonte: Livro de registros de Óbitos de escravo I(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A Tabela 26 apresenta a divisão anual dos óbitos de Herval. Em um registro não consta a data do registro. A média anual de mortalidade em Herval é de 14. Porém, nos seis primeiros anos, de 1847 a 1852, os óbitos se mantêm estável, com quatro a seis mortes, com a exceção de 1849, com dezoito mortes.

Nos últimos sete anos, de 1853 a 1859, o número de mortes se manteve constante, 18 a 20, com um acréscimo em 1859, para 25. Nos batizados, houve uma elevação da média anual durante o mesmo período. Ou seja, de 1847-52, a média foi de 35 batizados por ano e, de 1853-59, ela elevou-se para 59,42.

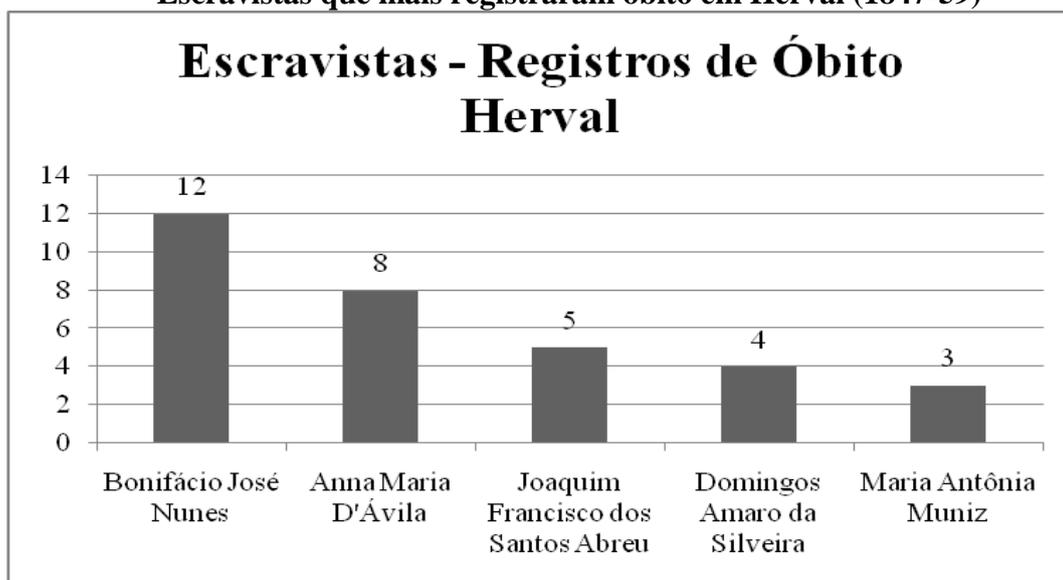
É lícito, portanto, trabalhar com a hipótese que houve um aumento da população escravizada, no segundo período, com conseqüente maior número de nascimento e mortes. A taxa bruta de mortalidade dos cativos de Herval em 1858 eram de 15,87, enquanto a de natalidade, como já assinalado era de 36,50 no mesmo ano.

Em 54 registros de óbito constava indicação de pais. Desses, apenas um apresentava o nome do pai, sem o nome dos proprietários. Das mães dos falecidos, quatro eram africanas e cinquenta eram crioulas. A apresentação de pais de falecidos era baixa nos registros de óbito, sendo freqüente, ao contrário, a presença dos proprietários, em 92,30% dos registros – 168. Mais um registro de que a real paternidade na escravidão era a propriedade.

A comparação dos dados dos maiores proprietários sugere que havia aqueles que: tinham mortes e não tinham nascimentos; tinham muitas mortes e menos nascimentos; tinham muitos nascimentos e muitas mortes; tinham muitos nascimento e

poucas mortes. Esses dados parciais registram, porém, um crescimento claro da população, nesses maiores plantéis, devido a um maior número de nascimento do que de mortes. Destaque-se que o caso de Domingos Amaro da Silveira, irmão de Manuel Amaro do Silveira pode registrar escravista trabalhando apenas com cativos do sexo masculino. (Figura 13)

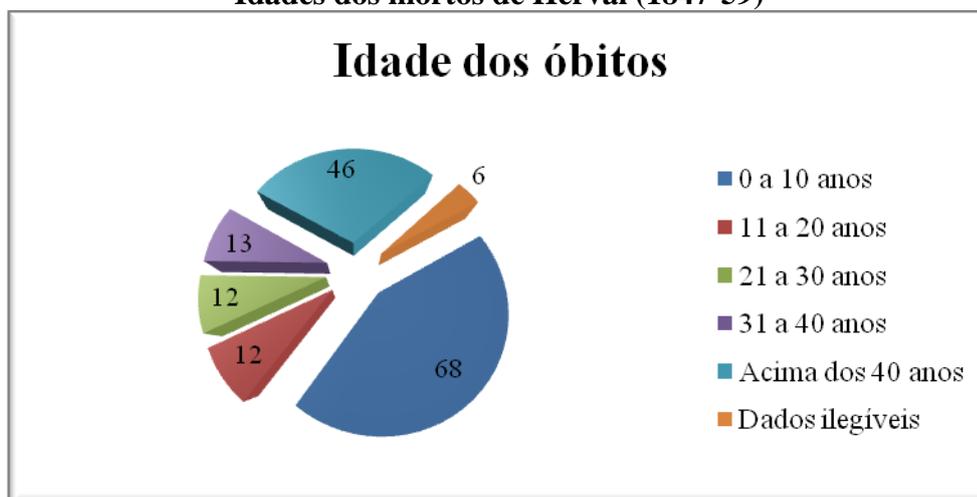
Figura 13
Escravistas que mais registraram óbito em Herval (1847-59)



Fonte: Livro de registros de Óbitos de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

No total, 157 cativos tiveram suas idades registradas no obituário. Devido à quantidade dos registros, [dividimos os dados por dez anos. [Figura 14] De zero a dez anos, consideramos criança e acima de 40 anos, idosos.

Figura 14
Idades dos mortos de Herval (1847-59)



Fonte: Livro de registros de Óbitos de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

É muito relevante o número de crianças escravizadas que morriam, de um a dez anos – 43,31% dos registros que apresentam idade.²³¹ Entretanto, não são numerosos se comparados aos batizados – 724. Mesmo se considerando que os natimortos e mortos antes de serem batizados não tiveram registros. Os idosos estão representados com aproximadamente 30%. Entre 11 e 40 anos, faixa etária mais produtiva da mão-de-obra cativada, temos 23,56% dos registros.

As enfermidades registradas nos óbitos não indicaram surto endêmico entre a população feitorizada. Dos 182 registros, as causas das mortes constavam em 134, sendo um deles ilegível. Na Tabela 27 registramos as doenças aparentemente responsáveis pelas mortes em Herval. Dois registros eram ilegíveis.

Tabela 27
Causas das mortandades – Herval

Quantidade	Causas de morte
1	afogado; apoplexia fulminante; ataque espasmódico; ataque repentino; cancro no útero; chagas na cabeça; desintéria; hidropezia; enforcada; espasmo; de repente; febre lenta; febre maligna; foi socorrido com sangramento da penitência e extrema unção; horopezia do peito; hidrotorax; indigestão; inflamação; inflamação nos bofes; inflamação no estômago; inflamação no útero; inflamaria dos pulmões; laringites; lombrigas; moléstia; moléstia contagiosa; moléstia de urina; morreu a rastro de um cavalo; morte espontânea; ozagre; pacalexia; paralisia; pneumonia; picada de cobra; pontada de pleuris; quebradura; soropezia; suicídio.
2	alucinação mental; desastre; doença interna; efermidade interna; eferminada crônica; febre; hidropezia; ignorada; mal de sete dias; morte natural; parto; pleuria; tétano; tosse coqueluche.
3	ataque da garganta; decrepta; efermidade; pasmo; queimada; velhice.
4	Moléstia natural.
6	Constipação.
8	Tosse.
14	Moléstia interior.
16	Enfermidade natural.

Fonte: Livro de registros de Óbitos de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

²³¹ Foram consideradas crianças oito registros que indicaram inocente.

Foram apontadas oito mortes causadas por fatores externos, o que representa 6,06% das 132 registradas; suicídio [dois], a rastro de um cavalo [1], enforcamento, afogamento, picada de cobra e três queimaduras. Das doenças *endógenas*, as do aparelho respiratório destacam-se, com 25 casos. Enfermidade natural e moléstia interior atingiram 22, 72% do total das doenças –, entretanto não permitem apontar doenças específicas. Dois acidentes foram relacionados a animais, uma picada de cobra e outro com problemas em o cavalo, morrendo “a rastro de um cavalo”.

Ter dois suicídios entre as 134 causas dos decessos dos cativos em Herval em treze anos (1847-59) é um índice alto, equivalente a 1,49% das enfermidades apontadas. Em comparação com Pelotas, segundo pesquisa de Ana Simão, foram seis atos autôcidias entre 1832-49, sendo que 50% dos casos não ocorreram as mortes. Em cinco suicídios, foram utilizados instrumentos cortantes, possivelmente por ser a faca instrumento de trabalho na produção charqueadora, embora o enforcamento seja a recurso mais freqüente usado pelo suicidas.²³²

A historiadora Zanetti abordou os autôcidios:

“Nos suicídios, deve ser analisada a real autoria da morte. Por razões óbvias, a causa do decesso podia ser ocultada. O monopólio da denúncia do autôcidio pelo senhor deve ter sido utilizado por escravistas que eventualmente eliminaram propositalmente ou não, um cativo. As notícias da imprensa periódica registram estranhas evidências. Em alguns casos, ao se proceder ao exame de corpo de delito dos suicídios, verificaram-se marcas de castigos e maus-tratos.”²³³

Uma análise comparativa entre os escravistas com cativos arrolados nos registros de batismo e óbito é importante para verificar-se a possibilidade de crescimento vegetativo entre a mão-de-obra escravizada. Já fizemos tal comparação aos principais escravistas. Houve um crescimento populacional dos trabalhadores escravizados em Herval, já que foram 724 batismos e 182 óbitos.

A Tabela 28 mostrará os proprietários registrados nos batismos que não constaram nos óbitos, o número de batismos e a variação dos pais.

²³² Cf. SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação*. Ob. cit. p. 109;

²³³ ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano*. Ob. cit. p. 209.

Tabela 28
Escravistas somente dos registros de Batismo (1844-59)

Nº de batizados	Escravista	Nº de Mães	Média de Filhos por Mãe
11	Serafim Dias de Oliveira	3	3,7
7	Joaquim José Leite	3	2,4
7	Manoel Teixeira de Melo	3	2,4
6	Perpétua Nunes Cardoso	2	3
6	Astrogildo Pereira da Costa	3	3
5	Abel Bernardino da Porciúncula	2	2,5
5	José Ferreira Gonçalves	3	1,7
5	José Gomes Moreira	4	1,3
5	David Fernandes Soto	2	2,5
4	Adeodato de Faria Santos	1	4
4	Antônio Teixeira Maciel	1	4
4	Camilo Machado de Souza	2	2
4	Campello Severino dos Santos	1	4
4	Henrique Francisco das Chagas	3	1,4
4	Virgílio Amaro da Silveira	1	4
4	Zeferino Amaro da Silveira F.	2	2
4	Serafim Teixeira de Melo	3	1,4
3	Cândida Maria de Melo	3	1
3	Cândida Antônia Valim	1	3
3	Cândida Gomes Dias	2	1,5
3	Clara Antônia Valim	1	3
3	Clara Teodora Silveira	1	3
3	Estevão Jorge Chaves	1	3
3	Fortunato Alves da Costa	1	3
3	Francisco da Cruz Piegas	1	3
3	João Amaro da Silveira	3	1
3	João Bazílio de Araújo	1	3
3	João Gomes da Silva	1	3
3	João Mendes de Arruda	2	1,5
3	Joaquim Francisco das Chagas	2	1,5
3	Roza Joaquina de Jesus	2	1,5
3	Manoel Antônio Barboza	1	3
3	Manoel Joaquim Bitencurt	3	1
3	Teodolino Francisco de Souza	1	3
2	Dionízia Thomázia de Souza Amaro	1	2
2	Dionízio Amaro da Silveira	1	2
2	Faustino Correia	1	2
2	Felicia Medeiros	1	2
2	Ignácio Antonio de Souza	1	2
2	Inácio Luiz da Cunha	1	2
2	Izidro Pacheco	1	2
2	João Pereira Damaseno	1	2
2	João Rodrigues Lucas	2	1
2	João Silveira de Azevedo	2	1
2	Justino Pereira da Costa	1	2
2	Luciana Maria de Carvalho	1	2
2	Marcelino Machado	1	2
2	Marcos Jorge Chaves	1	2
2	Rafael Antônio de Souza	1	2
2	Roza Joaquina Mendes	1	2
2	Manoel de Freitas Amaro	1	2
2	Manoel Zeferino Xavier	1	2
2	Maria Magdalena Pinto	1	2
2	Maria Pereira	1	2
2	Serafim Gregório de Borba	1	2
2	Tristão Nobre de Oliveira	1	2
2	Vicencia Garcia	1	2
191		91	115,5

Fonte: Livros de registros de Óbitos e Batismo de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista –
Cúria Metropolitana de Pelotas.

Em dezesseis anos, 91 mães tiveram 191 filhos. Ou seja, 2,1 filhos por mãe. Se estimamos a fertilidade feminina escravizada em trinta anos, daria 4,2 filhos por mãe, uma taxa bastante elevada.

Entre 1844-59, Serafim Dias de Oliveira registrou dez trabalhadores escravizados e uma forra, de três mães; Maria crioula (quatro), Maria *parda* (quatro) e Fermina (três); no dia 15 de maio de 1850, ele libertou Marcolina Geralda, nascida a 18 de janeiro de 1850. Dos 11 registros, dois foram na década de 1840 e nove foram nos anos de 1850.

Joaquim José Leite registrou seis cativos e uma liberta entre 1844-58, de três mães – Carlota (três), Cândida (uma) e a Joana (três); no dia 6 de novembro de 1844, alforriou Joaquina parda na pia batismal.

Manoel Teixeira de Melo registrou sete trabalhadores feitorizados entre 1844-48, de três mães, Eva (quatro), Benigna (duas) e Jacinta (uma); ele registrou sete cativos em quatro anos e a cativa Eva ganhou quatro filhos em quatro anos.

Perpétua Nunes Cardoso registrou seis trabalhadores cativados entre 1844-59, de duas mães, Michaela (cinco) e Izabel (uma). Três registros foram feitos em 1844 e três em 1859; a cativa Michaela, pelos registros, teve um filho em 1842, 1843, 1857 e 1858.

Astrogildo Pereira da Costa registrou seis cativos entre 1847-57, de três mães – Maria Roza (duas), Paulina (duas) e Virgolina (uma); um desses batismos é de Dométrio, africano realizado no dia 29 de setembro de 1847.

Abel Bernardino da Porciúncula registrou cinco trabalhadores escravizados entre 1849-58, de duas mães – Esméria (quatro) e Jacinta (uma). No dia 31 de julho de 1849, foi batizado José, trabalhador feitorizado de Abel Bernardino da Porciúncula e de Anna de Mello.

David Fernandes Soto apontou cinco cativos entre 1849-53, sendo quatro deles registrados em 1849, de duas mães – Joaquina (quatro) e Eva (uma). Dos escravistas que não registraram óbito, David Fernandes Soto foi o que mais registrou trabalhadores cativados nos anos 1840.

Adeodato de Faria Santos apontou quatro trabalhadores escravizados em seis meses, de dezembro de 1853 a julho de 1854; a trabalhadora feitorizada Eva teve os quatro filhos, entre 1848-53.

Antônio Teixeira Maciel proprietário da cativa Jacinta registrou quatro trabalhadores escravizados, em oito anos, todos na década de 1850. Campello Severino dos Santos escravista de Maria Africana, registrou quatro trabalhadores escravizados

entre 1852-58. Virgílio Amaro da Silveira, entre 1850-56, registrou quatro trabalhadores escravizados da cativa Maria.

Nos óbitos dos trabalhadores feitorizados registrados na Igreja São João Batista – Herval, encontra –se proprietários que constam nos registros de batismo. A Tabela 29 apresenta os proprietários de cativos presentes com maior frequência nos batismos do que nos óbitos.

Tabela 29
Escravistas presentes nos registros de Batismo e Óbito – Herval (1844-59)

Proprietário escravista	Registro de batismo	Registro de óbito
Maria Antônia Muniz	13	3
José Ignácio de Medeiros	13	1
Bonifácio José Nunes	13	12
Antônio Silveira da Terra	10	2
Joaquim Francisco dos Santos Abreu	10	5
Alexandre Rodrigues Barcellos	8	3
Pedro de Quadros das Neves	8	2
Camilo Campelo dos Santos	7	1
Francisco Gonçalves dos Santos	6	1
Israel Amaro da Silveira	5	1
Luciana Gomes Moreira	5	1
Manoel Pereira Moraes	5	1
Renato Pereira da Costa	5	1
Serafim da Silva Tavares	5	1
Vasco Madruga Bitencourt	5	1
Bernardino Gomes de Araújo	4	1
Domingos Amaro da Silveira	4	4
Estácio de Freitas Nascente	4	1
Felisberto Antônio de Borba	4	1
José Gonçalves de Araújo	4	1
Manoel Madruga de Bitencourt	4	1
Maria de Freitas	4	1
Serafim José da Costa	4	1
Serafim Pereira das Neves	4	2
Manoel Saraiva do Amaral	3	1
Roza Quadrada de Souza	3	1
Senhorinha Correia do Nascimento	3	1
Zeferino Pereira das Neves	3	1
Alberto Luís de Souza	2	1
Antônio Almeida	2	1
Antônio Bruno Rodrigues	2	1
Antônio Francisco dos Santos Abreu	2	1
Clara Maria de Souza	2	1
Joaquim Pereira da Silva	2	1
Luis de Matos da Silva	2	1
Manoel Antônio D'Ávila	2	1
Manoel Vergara de Oliveira Bitencourt	2	1
Maria Amalia Dutra	2	1
Maria Silveira da Conceição	2	1

Fonte: Livros de registros de Óbitos e Batismo de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Maria Antônia Muniz batizou 13 trabalhadores escravizados entre 1845-58, sendo que dois desses cativos receberam a liberdade na pia batismal. Cinco batizados, incluindo os dois forros, eram filhos legítimos e verificou-se seis mães, Ana (duas), Angélica (duas), Antônio (uma), José (três), Maria Roza (uma) e Umbelina (uma). Essa escravista registrou três óbitos, entre 1856-58, sendo um cativos de 40 anos com problemas pulmonares, outro de mais de 70 anos e um recém-nascido.

Maria Antônia Muniz era casada com Manuel Amaro da Silveira, possivelmente o mais escravista entre os estancieiros de Herval. Em 1824, no seu inventário foram arrolados 54 trabalhadores escravizados, 17400 reses, vinte bois, quatrocentas éguas, trinta potros, trezentas ovelhas e seis imóveis.²³⁴

José Ignácio de Medeiros batizou 13 trabalhadores feitorizados, entre 1845-59, de cinco mães – Ana (duas), Isabel (duas), Merenciana (duas), Lúcia (duas) e Thereza (cinco). Esse escravista registrou o óbito de Prudência, que morreu em 1847 com um ano. Ao comparar os registros de batismo e óbito, José Ignácio de Medeiros foi o escravista que mais batizou e que menos registrou óbito de seus trabalhadores cativados.

Bonifácio José Nunes foi o escravista que mais registrou óbito (12) e batismo (13) na Igreja São João Batista. Entre esses cativos estão Justo, Maria Josepha, Francisco (dois) e Mariana, que foram batizados e menos de um ano mais tarde haviam falecido. Os 13 batizados ocorreram entre 1841-59, de sete mães, Cristina (três), Felipa (três), Fermina (duas), Francisca (uma), Joana (duas) e Maria e Mariana (uma cada).

No único registro verificado em 1841, a cativa Helena, registrada dia 31 de maio, filha de Mariana africana, foi vendida pelo valor de 20 mil réis por Bonifácio José Nunes a sua filha adotiva Flora Benvinda.

Joaquim Francisco dos Santos Abreu batizou dez trabalhadores feitorizados entre 1845-58, sendo a cativa Dorotheia, nascida em 5 de dezembro de 1848, recebeu a carta de alforria em 8 de dezembro do mesmo ano – dois desses registros eram de filhos legítimos. Todos os registros de óbito feitos entre 1848-49 e os cativos tinham mais de 70 anos ou mais.

Antônio Silveira da Terra batizou dez trabalhadores escravizados entre 1844-59, de três mães, Inocência (uma), Ignácia (três) e Vicência (seis). Registrou-se dois óbitos

²³⁴ Cf. GUTIERREZ, Ester J. B; MOLET, Claudia G. M; LUCKOW, Daniele B. e NEUTZLING, Simone R. Estâncias fortificadas. In: MAESTRI, Mário e BRASIL, Maria do Carmo (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudo sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009. p. 203.

no nome de Antonio Silveira da Terra, porém, em 1859, ano do batizado da cativa Maria do Rozário e do óbito da trabalhadora escravizada Ignácia, esse escravista já falecera, sendo nos dois registros mencionada “escrava do finado”.

Alexandre Rodrigues Barcellos batizou oito trabalhadores cativados entre 1845-57, de quatro mães, Lúcia (quatro), clemência (duas), Laura e Imiana (uma cada). Nos três óbitos registrados, observou-se que os cativos que morreram tinham menos de dois anos.

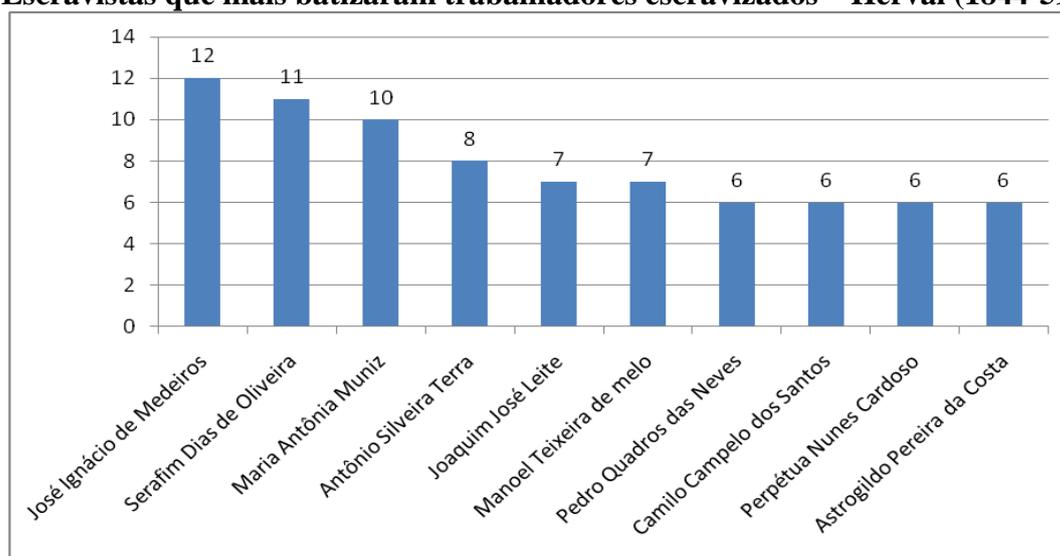
Pedro de Quadros das Neves batizou oito trabalhadores escravizados entre 1848-59, de três mães – Carlota (duas), Leonarda (duas) e Rosaria (quatro). Os dois óbitos foram de Anselmo, batizado em 29 de abril de 1849, filho da Carlota e Esmeria batizada em 8 de dezembro de 1857, filha de Leonarda. As datas dos óbitos foram 3 de setembro de 1849 e 6 de fevereiro de 1858, respectivamente.

Camilo Campelo dos Santos batizou sete cativos entre 1852-59, de duas mães, Gaudência (cinco) e Juliana (duas). Um óbito foi registrado por Camilo Campelo, da trabalhadora feitorizada Angélica, filha de Juliana que morreu em 28 de fevereiro com dois anos e seis meses.

Francisco Gonçalves de Souza batizou seis cativos entre 1848-57, de duas mães, Maria (cinco) e Ignês (uma). Esse escravista registrou um óbito do trabalhador cativado Leonardo, de 12 anos, no dia 8 de maio de 1853, que morreu devido a problemas respiratórios.

Israel Amaro da Silveira, neto de Manuel Amaro da Silveira, batizou cinco cativos entre 1851-57, sendo que desses um era africano; de uma mãe, já que a cativa Rita teve quatro filhos. O óbito do cativo Adão, de três anos, que morreu de indigestão foi registrado em 14 de janeiro de 1855.

Conforme verificado nos registros de batismo e óbito, a Figura 15 salienta os escravistas e o número de batismos a mais do que os de óbito dos trabalhadores escravizados no município de Herval entre 1844-59.

Figura 15**Escravistas que mais batizaram trabalhadores escravizados – Herval (1844-59)**

Fonte: Livros de registros de Óbitos e Batismo de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A Tabela 30 destaca os proprietários que mais registraram trabalhadores escravizados filhos de uma cativa, caracterizando forte expansão reprodutiva.

Tabela 30**Escravistas que registraram mais trabalhadores escravizados filhos da mesma mãe em Herval (1844-59)**

Escravista	Trabalhadora escravizada	Número de filhos
Antônio Silveira da Terra	Vicência	6
Camilo Campelo dos Santos	Gaudência	5
Francisco Gonçalves dos Santos	Maria	5
José Ignácio de Medeiros	Thereza	5
Perpétua Nunes Cardoso	Michaela	5
Adeodato de Farias Santos	Eva	4
Alexandre Rodrigues Barcellos	Lúcia	4
Antônio Teixeira Maciel	Jacinta	4
Campelo Severino dos Santos	Maria	4
David Fernandes Soto	Joaquina	4
Abel Bernardino da Porciúncula	Esméria	4
Serafim Pereira das Neves	Vitória	4
Serafim Dias de Oliveira	Maria	4
Manoel Teixeira de Mello	Eva	4
Pedro Quadro das Neves	Rosaria	4
Israel Amaro da Silveira	Rita	4
Virgílio Amaro da Silveira	Maria	4

Fonte: Livro de registros de Batismo de escravo 1(1823-60) - Igreja São João Batista – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Capítulo VII – Pelotas

O nome do município de Pelotas tem ligação com uma canoa de couro utilizada pelos nativos para atravessar os rios batizada de *Pelota*. Todavia, outra justificativa assegura que a pelota tem origem no Marrocos e que era desconhecida dos índios. Independente da origem, o nome do arroio Pelotas foi devido às embarcações que o atravessavam. Posteriormente, com o desenvolvimento das charqueadas na *Costa de Pelotas* (terras a margem do arroio) o nome Pelotas passou a designar genericamente a região.²³⁵ Em 1835, quando a vila de São Francisco de Paula foi elevada a cidade de Pelotas.

Em trabalho de 2010, a geógrafa Fernanda Sampaio da Silva abordou aspectos referentes à localização do município:

“Com uma área de 1.609 km², Pelotas é um dos maiores municípios do Rio Grande do Sul, em extensão territorial e suas coordenadas são: Latitude 31°46’ 19” sul e longitude 52°20’33””; limita-se ao norte pelos municípios de Turuçu e São Lourenço; ao sul pelo Canal São Gonçalo, municípios de Rio Grande e Capão do Leão; a oeste pelos municípios de Pedro Osório, Morro Redondo e Canguçu e a leste pela Lagoa dos Patos”.²³⁶

O relevo da região é marcado pela posição do município no trecho inferior da encosta oeste da serra dos Tapes, nas últimas ondulações que se estendem em direção do canal São Gonçalo e da lagoa dos Patos e pela presença de uma faixa de planície. Conseqüentemente, a paisagem pelotense é composta pela serra, nas pequenas propriedades rurais, e pela planície, na parte urbana, nas charqueadas e nas grandes propriedades. A maior parte do município tem altitude inferior a cem metros e a zona mais elevada, possui de cem a trezentos metros.²³⁷

Em virtude dessas características geográficas, os trabalhadores escravizados fujões deslocavam-se comumente para a serra dos Tapes, para a formação de comunidades quilombolas, se afastando da planície.²³⁸

²³⁵ Cf. MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradição da cidade de Pelotas*. – 2.ed. – Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1981. p.11;

²³⁶ SILVA, Fernanda Sampaio da. *A destinação final dos resíduos sólidos industriais gerados no município de Pelotas, RS, com ênfase nas lâmpadas fluorescentes*. (Monografia). Pelotas: UFPEL, 2010. p. 12;

²³⁷ Cf. ROSA, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 1985. p. 55-57;

²³⁸ MAESTRI, Mário. *Pampa negro: Quilombos no Rio Grande do Sul*. In: REIS, João José e Frávio dos Santos Gomes (org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

Os solos pelotenses foram originados por rochas graníticas, sendo assim, são geralmente ácidos, dificultando a produção agrícola. Na zona de planície, à pequena profundidade, possui camada de argila, prejudicando a sua permeabilidade, tornando o solo raso para a agricultura, o que limita o cultivo de plantas com raízes curtas, como é o caso da soja e do arroz.²³⁹

A hidrografia é outro aspecto geográfico importante do desenvolvimento de Pelotas, possibilitando escoar a produção econômica e permitindo a ligação com outras regiões. A geógrafa Sampaio da Silva salientou:

“Um dos principais aspectos da hidrografia de Pelotas é que o município está situado às margens do Canal São Gonçalo, o qual liga as Lagoas dos Patos e Mirim, as duas maiores do Brasil, e cujas bacias contribuintes recebem 70% do volume das águas fluviais do Rio Grande do Sul.”²⁴⁰

Em *Pelotas: um dos melhores municípios brasileiros para investimentos*, de 2002, Leon Carlos Schwonke Ribeiro apontou elementos do clima municipal:

“O clima de Pelotas é subtropical. Por se localizar na região do litoral gaúcho – portanto, não longe do oceano –, por receber, quase sempre, ventos do quadrante leste – que vêm do Atlântico –, Pelotas apresenta, no seu clima, forte influência marítima, sendo a atmosfera geralmente úmida. Além disso, a proximidade do mar também regulariza o clima, evitando um verão muito quente e um inverno muito frio”.²⁴¹

Por se situar parte na Encosta da serra do sudeste e parte na Planície Costeira, o município de Pelotas possui duas grandes paisagens vegetais naturais – o “campo”, que caracteriza a zona baixa e plana, e a “mata”, atinente à zona ondulada e não muito alta.

A ocupação da área do atual município de Pelotas foi anterior a sua elevação a Freguesia. Em 1763, os espanhóis ocuparam Rio Grande e o Rincão de Pelotas foi o refúgio dos portugueses.

Em *Retomando a história*, de 1991, Edgar José Curvelo mencionou a ocupação da região do atual município de Pelotas, anterior a sua elevação a Freguesia em 1812:

“Elevada à condição de freguesia em 1812, Pelotas já se havia feito embrião desde antes de 1763. A essa época, devido às marchas e contramarchas das disputas

²³⁹ ROSA, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 1985. p. 68;

²⁴⁰ SILVA, Fernanda Sampaio. *A destinação final dos resíduos sólidos industriais gerados no município de Pelotas, RS, com ênfase nas lâmpadas fluorescentes*. Ob. Cit. p. 12;

²⁴¹ RIBEIRO, Leon Carlos Schwonke. *Pelotas: um dos melhores municípios brasileiros para investimentos*. Pelotas: Educat, 2002. p. 31;

nas demarcações de fronteira, o Rincão de Pelotas deu abrigo a ilhéus açorianos e madeirenses e a portugueses-brasileiros tangidos que foram esses da Colônia do Sacramento e da Vila do Rio Grande de São Pedro.”²⁴²

Em 1758, o capitão geral das capitanias do Sul e governador do Rio de Janeiro, Gomes de Andrade, doou à Tomás Luís Osório, tenente-coronel de dragões, a primeira das sete estâncias que ocuparam as regiões correspondentes à atual cidade de Pelotas.

As sete sesmarias, que deram origem a estas sete estâncias, correspondem ao 3º. Distrito da Comandância Militar. A cidade e o Sitio Charqueador ficaram na do Monte Bonito; na de Pelotas, grandes propriedades dos herdeiros de Isabel Francisca da Silveira, que fizeram os empreendimentos que deram origem ao Santo Antônio, o Valverde, o Barro Duro. Isso foi um presente dado à Osório em virtude da sua atuação nas guarnições do continente de São Pedro, inclusive conduzindo a construção da fortaleza de Santa Teresa.²⁴³

Entretanto, Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco, viúva de Luís Osório vendeu esses lotes de terras, em 1779, ao capitão-mor Manuel Bento Rocha e sua esposa, Isabel Francisca da Silveira.

“Denominado Rincão de Pelotas, o terreno vendido abrangia igualmente a região do Laranjal, correspondendo ao município homônimo. Porém, o espaço geográfico onde surgiu a cidade situava-se na ‘coxilha limitada pelo canal São Gonçalo e o Arroio Santa Bárbara’. Denominadas de Monte Bonito, essas terras pertenceram ao tenente-de-dragões Manuel Carvalho de Souza, que as vendeu logo. A partir de então, elas começaram a ser retalhadas, multiplicando-se o número de donos.”²⁴⁴

Com a morte de D. Isabel, já viúva, o Rincão de Pelotas foi partilhado em estâncias – Patrimônio, Graça, Galatéia, Laranjal e Palma.

“Houve vendas, negócios, transações, loteamentos. Os descendentes mantêm-se como os grandes proprietários dessa área. Conservam estâncias, possuem granjas de arroz, loteamentos urbanos, nas margens do arroio Pelotas, e nas praias do Laranjal, na laguna dos Patos.”²⁴⁵

²⁴² CURVELLO, Edgar José. *Pelotas: Retomando a história*. Pelotas: Famma, 1991. p. 39;

²⁴³ Cf. GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: Um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ed. Pelotas: Ed. UFPEL, 2001. p. 71;

²⁴⁴ SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 53-54;

²⁴⁵ GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: Ob. cit.*. p. 71;

Em 1781, na sesmaria do Monte Bonito, no encontro das águas do S. Gonçalo comas do Pelotas, houve uma segunda divisão de terras, foram doadas 19 datas de terras, Essas, deram origem ao sítio charqueador e depois a freguesia.²⁴⁶

A origem da história do município de Pelotas está intimamente relacionado com o desenvolvimento da fabricação saladeiril. A Freguesia de São Francisco de Paula, como era chamada na época, fundada em 7 de julho de 1812 era pertencente a Vila de Rio Grande e recebeu essa denominação em virtude de ser o dia 7 de abril [de 1776] a data da expulsão dos espanhóis de Rio Grande; como nesse dia era de São Francisco de Paula, o santo ficou com padroeiro para proteger a nova freguesia.²⁴⁷

Segundo Ester Gutierrez:

“Na sesmaria do Monte Bonito, os saladeiros apresentavam dois ou mais terrenos: o terreno da charqueada, propriamente dita, tinha as instalações destinadas à fabricação da carne salgada e à produção de tijolos e telhas, além do conjunto reservado à residência do charqueador, com prédios de apoio e um pomar; os outros terrenos serviam a criação de gado. Configurava-se, mais uma vez, a tipologia do complexo saladeiril, composto por um trinômio que compreendia, principalmente, as funções de criação, de produção de charque e de elementos cerâmicos.”²⁴⁸

Conforme a dilatação do número de trabalhadores escravizados e livres, o desenvolvimento urbano impulsionou-se. Com a prosperidade das charqueadas, vários moradores da região que enriqueceram com a comercialização da carne charqueada construíram luxuosos imóveis na localidade, onde residiam principalmente no período da entressafra das charqueadas, ou seja, de maio a outubro.²⁴⁹

“Em 1810, partiu para o Rio de Janeiro o padre Felício Joaquim da Costa Pereira Furtado de Mendonça, irmão de Hipólito da Costa, levando consigo uma petição de moradores de Pelotas. Diziam que o elevado número de famílias e de fábricas de carne salgada (cada uma destas ocupando mais de cem pessoas) espelharam o progresso da região e justificavam a criação de uma nova freguesia. No requerimento não determinaram, porém, um lugar certo para a sede: tanto poderia ser no Capão do Leão, onde havia o oratório de Nossa Senhora da Conceição,

²⁴⁶ Cf. Id. Ib. p. 95;

²⁴⁷ Cf. MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradição da cidade de Pelotas*. – 2.ed. – Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1981. p. 18-19;

²⁴⁸ GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias*: ob cit. p. 71;

²⁴⁹ Cf. SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 62;

como na costa de Pelotas, onde existia a capela de Nossa Senhora dos Prazeres.”²⁵⁰

Em dezembro de 1830, a freguesia de São Francisco de Paula recebeu a condição de vila, sendo formalmente constituída em 1832. “Por decreto de 1830, a Freguesia de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de vila, sob o mesmo título. Só seria instalada, porém, dois anos depois – no dia 7 de abril, data nacional [expulsão de D. Pedro I em 1831], - levantando-se pelourinho na praça como símbolo da autonomia do município.”²⁵¹

Em 27 de julho de 1835, a vila de São Francisco de Paula foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Pelotas; seu desenvolvimento foi atrelado à produção charqueadora em considerável escala e possibilitou o enriquecimento da sociedade local, assim como nos seus aspectos urbanístico, arquitetônico e cultural.

O processo de urbanização de Pelotas está relacionado com o desenvolvimento e consolidação das charqueadas. Em *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano*, de 1994, Eduardo Arriada destacou:

“O processo de urbanização pelotense, que teve início nas margens do arroio Pelotas e São Gonçalo, ao atingir as primeiras décadas do século XIX – momento histórico favorável à exportação do charque – passa a sofrer uma mudança bastante forte, já que o produto passa a representar a grande riqueza da Província na época.”²⁵²

“Em reunião da Assembléia Legislativa, destinada à escolha de nome, um deputado propôs que se conservasse a denominação antiga. Aberta a discussão, Francisco Xavier Ferreira mandou à mesa uma emenda, em que alterava o nome para Cidade de Pelotas. Depois de vários títulos propostos, prevaleceu a idéia de Xavier Ferreira, apoiada e justificada por Domingos José de Almeida como homenagem a região onde adviera a riqueza do município.”²⁵³

Com a instalação dos órgãos administrativos, novas determinações e valores passam a guiar a incipiente população que paulatinamente vai adquirindo aspectos urbanos. São tomadas medidas referentes às características citadinas, como a demarcação do perímetro urbano, cobrança da décima predial, locais para a construção de obras públicas. Com a instalação da Vila em 1832, passa a funcionar uma câmara

²⁵⁰ MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradição da cidade de Pelotas*. – 2.ed. – Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1981. p. 18.

²⁵¹ *Id Ib.* p. 21

²⁵² ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém literário, 1994. p.79;

²⁵³ MAGALHÃES, Mário Osório. *História e tradição da cidade de Pelotas*. Ob. cit. p. 21-22;

que por meio de código de Postura disciplinar a vida municipal. O mundo urbano se projeta sobre o modo de vida rural.

Segundo o viajante Francês Arsene Isabelle quando esteve no Rio Grande entre novembro de 1833 e julho de 1834:

“São Francisco de Paula é uma encantadora cidadezinha que não tem mais de dez anos de existência e que já rivaliza com Porto Alegre pela atividade de seus habitantes, a importância de suas transações comerciais e grande número de prédios que diariamente se constrói.

É fácil de prever que, em poucos anos, está será a segunda cidade da província e talvez também a mais comercial; porque toda a parte sul, desde *São Gabriel* (ao centro) até o prata, e mesmo a fronteira nordeste da Banda Oriental, são abastecidas por São Francisco de Paula.”²⁵⁴

As casas comerciais estabelecidas na vila em 1832 proviam boa parte de sua arrecadação. Esses estabelecimentos estavam assim discriminados: vinte e sete lojas de fazendas, nove sapatarias, oito ferragens, sete alfaiatarias, seis salas de bilhares públicos, quatro lojas de seringueiros, três boticas, três lojas de miudezas, três mercenarias, três funelarias, três lojas de ourives, duas de lombilhos, duas de mascates, uma tamancaria, uma carpintaria, uma casa de pasto, uma tanoaria, uma fábrica de licores. Os comerciantes pagavam quatrocentos réis por ano.²⁵⁵

A população de Pelotas de 1811-72 vai aumentar em 903,20%, passando de 2119 para 21258. [Tabela 31]

²⁵⁴ ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1822-1834). Trad. E notas de Dante de Laytano. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983. p. 80;

²⁵⁵ Cf. ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano* (1780-1835). Ob. cit. p. 124.

Tabela 31
População de Pelotas (1811-1872)

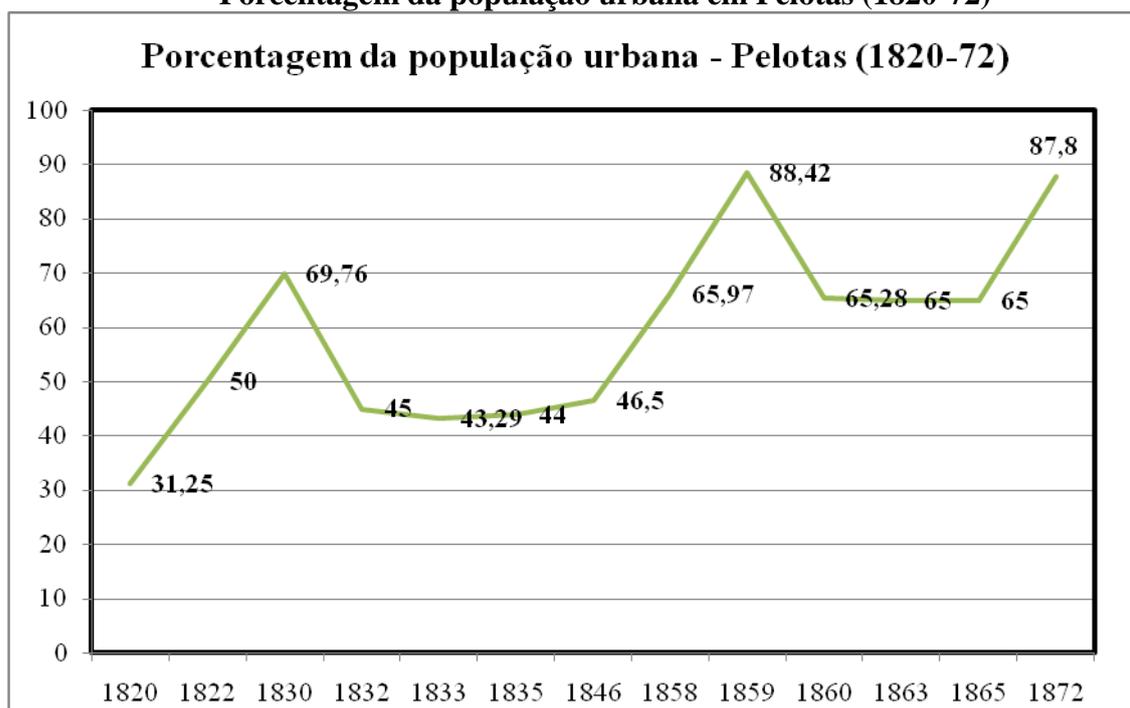
Ano	Habitantes	Zona urbana
1811	2119	-
1814	2419	-
1820	3200	1000 (mais de)
1822	3400	1700
1830	4300	3000
1832	8444	3800
1833	10873	4707
1835	12425	5467
1846	11244	5229
1858	10757	7000
1859	12893	11401
1860	13537	8838
1863	13846	9000
1865	15384	10000
1872	21258	18666

Fonte: ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém literário, 1994. p.155;

A Figura 16 mostra a porcentagem da população urbana no município de Pelotas. Uma característica marcante dessa análise foi a oscilação entre os anos do século 19. Em 1814, a população atingiu 2419 habitantes – 1226 escravizados (50,68%), 712 brancos (29,43%), 232 livres (9,59%), 144 recém-nascidos (5,95%) e 105 nativos (4,34%).

Em 1820 foi o ano que a população mais se concentrou no meio rural (68,75%) e, em 1859, ano onde a produção charqueadora havia se reestruturado após guerra Farroupilha (1835-45), foi de maior participação da população na cidade, 88,42%. Nos dados referentes aos anos de 1846-1858-1859, a população pelotense aumentou em 14,24% e a sua presença na cidade aumentou em 118,03%.

Figura 16
Porcentagem da população urbana em Pelotas (1820-72)



Em 1846, dos 11244 habitantes, 6428 eram livres, correspondendo a 57,16% e 4816 de trabalhadores cativos, representando 42,83%. O decréscimo populacional de 1181 habitantes, equivalente a 9,50% foi, conforme Eduardo Arriada em virtude da guerra farrapa, findada em 1845.

Em 1847, o censo de Rio Grande do Sul verificou que, entre os quatro distritos de Pelotas – São Francisco de Paula, Santo Antônio da Boa Vista, Nossa Senhora da Conceição do Serro da Buena e Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão - havia 6416 livres, 3493 do sexo masculino (54,44%) e 2923 do feminino (45,55%).²⁵⁶

No censo organizado pela Fundação de Economia e Estatística, foi apontado a população da Província de São Pedro em 1858, dividida por municípios e esses pelos seus distritos. A Tabela 32 menciona índices atinentes a Pelotas, que totalizou 12893 habitantes.

²⁵⁶ FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 61.

Tabela 32
População de Pelotas em 1858

Pelotas	Livres	Libertos ou forros	Cativos	Todos
1° distrito	3977	154	2213	6344
2° distrito	1319	59	1333	2711
3° distrito	1060	66	576	1702
4° distrito	1407	63	666	2136
Total	7763	342	4788	12893

Fonte: FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 66;

Em 1858, no primeiro distrito de Pelotas, São Francisco de Paula – corresponde ao centro da cidade atualmente - 62,68% da população era livre; 2,42% eram os forros ou libertos; 34,88% eram de escravizados. A população do primeiro distrito representava 49,20% do total do município.

No mesmo ano, a população do segundo distrito de Pelotas, Santo Antônio da Boa Vista, era de 2711 habitantes – 21,02% do total do município. Foram 1319 livres (48,65%), 59 livres ou forros (2,17%) e 1333 trabalhadores feitorizados (49,17%). O distrito da Boa Vista foi o único que os trabalhadores cativados superaram a população livre, possivelmente por estar localizado o Sítio Charqueador Pelotense.

Ainda em 1858, em Nossa Senhora da Conceição do Serro da Buena, terceiro distrito de Pelotas, a população era de 1702 habitantes, 13,20% do total do município. Localizado na Serra dos Tapes; inicialmente, havia datas de matos; depois, empreendimentos coloniais, venda de terras a imigrantes que começou neste período. Foram arrolados 1060 livres (62,27%); 66 libertos ou forros (3,87%); 576 labutadores cativados (33,84%). Percentualmente, no terceiro distrito, foi registrado o maior número de libertos ou forros com relação a população cativada – 11,45%.

Sempre em 1858, no quarto distrito, Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão – hoje compreende o município de São Lourenço do Sul -, foram arrolados 1407 habitantes livres (65,87%); 63 libertos ou forros (2,94%); 666 escravizados (31,17%). A população total do distrito representou 16,56% do total do município.

Naquele ano, a população livre total de Pelotas, 7763, correspondeu a 60,21% do total de habitantes. No distrito de São Francisco de Paula, havia 51,23% dos livres (3977), 45,02% (154) do total de libertos ou forros e 46,21% (2213) do total de cativos.

No município de Pelotas os 342 libertos ou forros representaram 2,65% da população em 1858. Os 4788 trabalhadores feitorizados apontados foram equivalentes a

37,13%. Percentualmente, no segundo distrito, foi registrado o maior índice de cativos, 1333, representando 49,17% do total da Boa Vista.

No censo populacional atinente a 1859 foram notificados os dados populacionais de Pelotas em uma divisão etária de cinco em cinco anos. Os números referentes a população livre e liberta ou forra de Pelotas estão nas Tabelas 33 e 34, respectivamente. A estimativa da totalidade de habitantes de 1859 foi mesma de 1858.

Tabela 33
População livre de Pelotas em 1859

Idade	Masculino	Feminino	Total
5 anos	680	623	1303
10 anos	592	562	1154
15 anos	445	469	914
20 anos	296	455	751
25 anos	310	373	683
30 anos	341	311	652
35 anos	233	274	507
40 anos	293	248	541
45 anos	174	111	285
50 anos	191	149	340
55 anos	138	54	192
60 anos	119	79	198
65 anos	39	24	53
70 anos	42	49	91
75 anos	14	10	24
80 anos	19	20	39
85 anos	3	5	8
90 anos	5	3	8
95 anos	2	-	2
100 anos	6	2	8
Total	3942	3821	7763

Fonte: FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 66;

A população livre até dez anos de idade foi de 2457 pessoas, correspondendo a 31,65%. Dos dez aos cinquenta anos, faixa etária que possibilitava produtividade, foram 4673 representando 60,19%. Os 633 restantes, acima de cinquenta anos foram equivalentes a 8,15%. Até os cinquenta anos de idade a população livre feminina (3575 – 93,56% do total) era superior a masculina (3555 – 90,18% do total).

As taxas de natalidade e de mortalidade da população livre de Pelotas em 1859 foram de 52,29 e de 25,24 respectivamente, já que se verificou 406 batismos e 196 óbitos. A taxa de fecundidade das mulheres livre de Pelotas ainda em 1859 foi de 0,16, visto que haviam 2390 entre quinze e cinquenta anos.

A tabela 34 mostra os dados atinentes a população liberta ou forra de Pelotas em 1859.

Tabela 34
População liberta ou forra de Pelotas - 1859

Idade	Masculino	Feminino	Total
5 anos	23	27	50
10 anos	19	17	36
15 anos	13	17	30
20 anos	6	11	17
25 anos	9	6	15
30 anos	5	14	19
35 anos	2	5	7
40 anos	13	26	39
45 anos	4	7	11
50 anos	16	18	34
55 anos	4	5	9
60 anos	15	15	30
65 anos	4	2	6
70 anos	6	3	9
75 anos	4	1	5
80 anos	9	2	11
85 anos	1	2	3
90 anos	4	-	4
95 anos	2	-	2
100 anos	3	2	5
Total	162	180	342

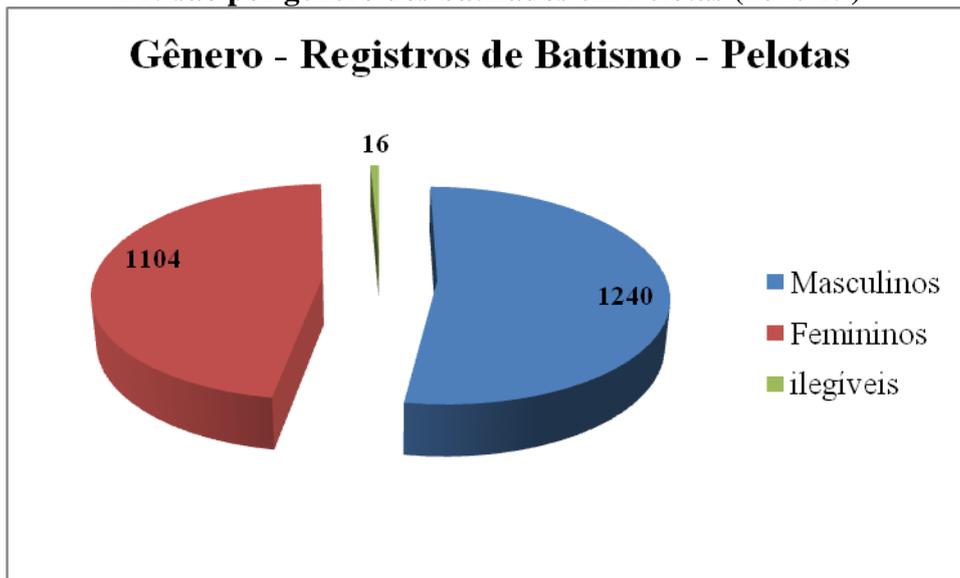
Fonte: FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 66;

A população liberta ou forra feminina (180 – 52,63%) foi superior a masculina (162 - 47,36%) em 18 alforrias. Até os trinta anos, 92 do sexo feminino (51,11%) e 75 do masculino (46,26%) haviam sido contemplados com a liberdade. Após os trinta anos, foram 88 femininas (48,88%) e 87 masculinas (53,70%), ou seja, proporcionalmente alforriou-se mais do sexo masculino do que do feminino após os 30 anos.

7.1 - Registros de Batismo – Igreja São Francisco de Paula

Os dados demográficos da Igreja São Francisco de Paula do município de Pelotas apontam que foram registrados 2360 batismos, 1237 do sexo masculino e 1102 do sexo feminino [Figura17].

Figura 17
Divisão por gênero dos batizados em Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

A Tabela 35 apresenta a divisão anual entre os batizados em Pelotas; nos anos 1840 foram batizados 816 cativos e nos anos 1850 foram arrolados 1544 registros. A diferença entre o número de batizados da década de 1840 para 1850 pode estar relacionado com o aumento dos preços dos trabalhadores escravizados, sobretudo após a lei Euzébio de Queirós.

Tabela 35**Batismos de ambos os sexos da Igreja São Francisco de Paula – Pelotas (1840-1859)**

Ano	Número de cativos
1840	29
1841	20
1842	27
1843	26
1844	88
1845	63
1846	127
1847	131
1848	104
1849	201
1850	146
1851	179
1852	155
1853	156
1854	169
1855	163
1856	141
1857	165
1858	135
1859	135
Total:	2360

Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

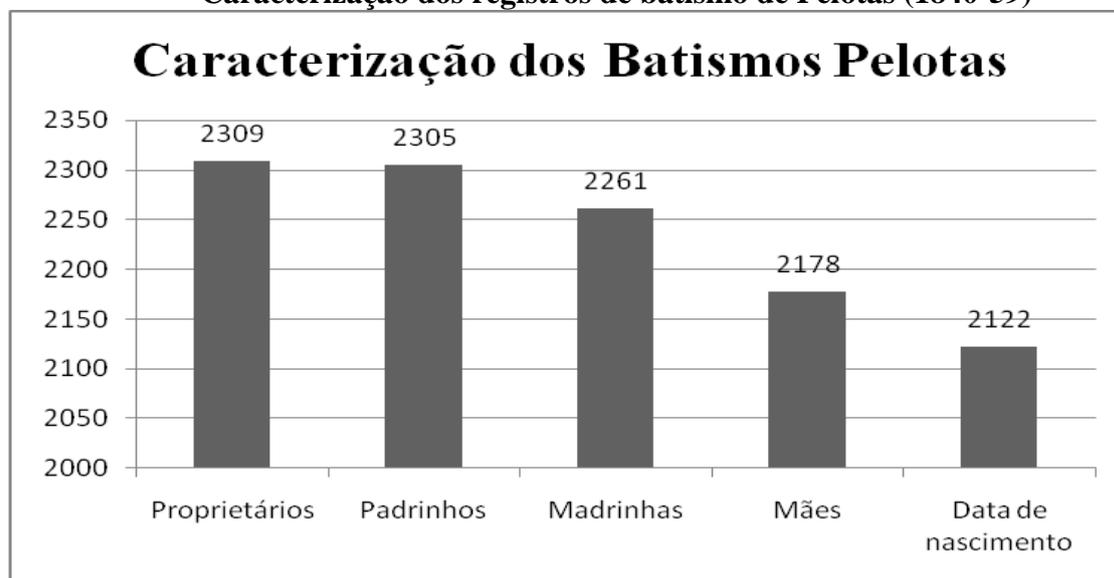
A média anual entre 1840-1859 foi de 118 trabalhadores cativados registrados na Igreja São Francisco de Paula. A média de década de 1840 foi de 81,6 batizados; até 1845, foram apontados 253 cativos batizados, em uma média de 42,16; Entretanto, a partir de 1846, a média de batizados até o fim dos anos de 1840 foi de 140,75. Essa dilatação nos números de batismos pode ser atinente ao fim da Guerra dos Farrapos (1835-45). Em 1849 foram verificados 201 batismos, o que pode estar vinculado à necessidade de mão-de-obra servil nas atividades ligadas a charqueação da carne em Pelotas.

Na década de 1850 a média nos registros de batismos foram de 154,4 trabalhadores feitorizados. O ano que teve menos foi 1856 com 141 e o ano que teve mais foi 1851 com 179 registros. A diferença nas médias das décadas de 1840 (81,6) e 1850 (154,4) pode estar relacionada, como visto anteriormente, com a característica exportadora de trabalhadores escravizados que a Província adquiriu a partir de 1851.

As características presentes nos registros de batismos e sua quantificação estão na Figura 18. Os proprietários estão salientados em 97,83% dos registros, as mães em

92,28%, a data do nascimento em 89,91%, os padrinhos em 97,66% e as madrinhas em 95,80%.

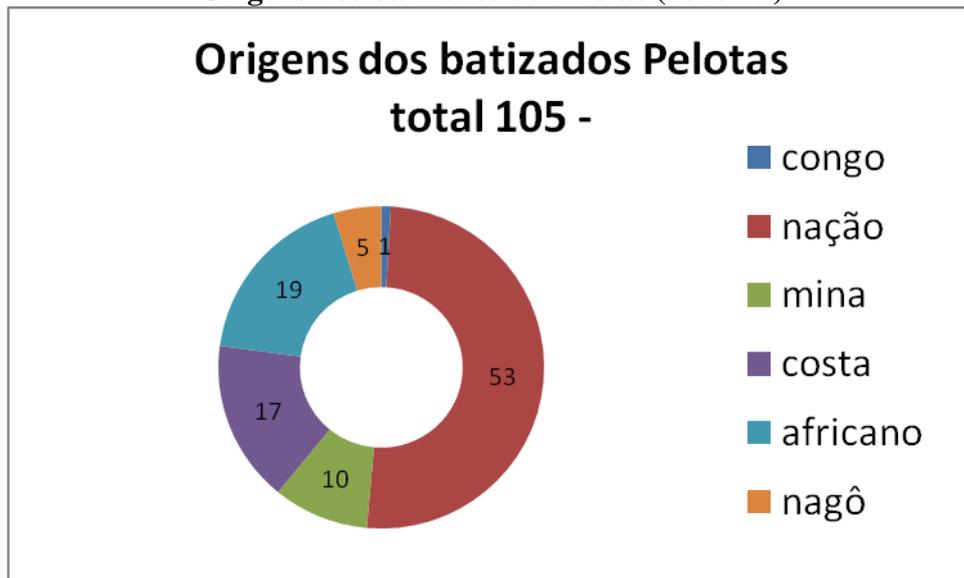
Figura 18
Caracterização dos registros de batismo de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Dos 2360 batizados, 105 eram africanos e 2255 crioulos. Conforme a Figura 19, a procedência dos africanos foi especificada em 16, um *congo*, cinco *nagô* e dez *mina* [Figura 19]. Os demais africanos foram caracterizados de nação (53), africano (19) e da costa (17). Esses africanos, 99 foram registrados na década de 1840 e seis no ano de 1850. Esse dados podem estar relacionados com o fato da Província importar mais cativos até 1850.

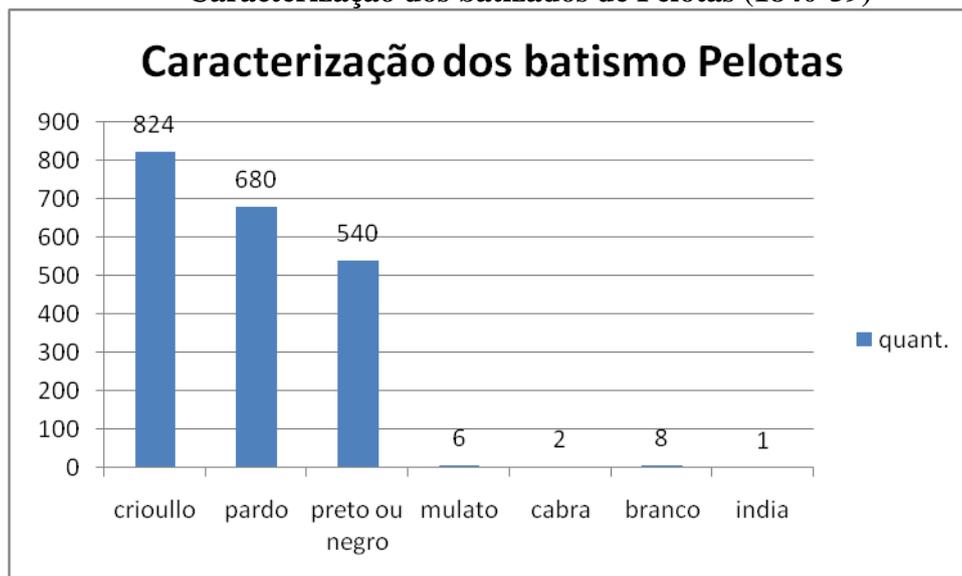
Figura 19
Origens dos batizados de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Os crioulos (2255) batizados, foram qualificados por *pardos* (680 – 30,15%), *negros* (540 – 23,94%), crioulos (824 – 36,54%), mulatos (seis), cabras (dois), brancos (oito) e índia (uma); 8,60% (194) dos crioulos apresentaram apenas o nome do batizado.[Figura 20] Os oito brancos foram registrados no livro de cativos, mas não constavam os nomes dos escravistas.

Figura 20
Caracterização dos batizados de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Entre os batizados, oito receberam a liberdade na pia batismal, porém três dessas alforrias eram condicionais do mesmo escravista, Felipino José da Silva.

“Aos vinte e dois de Dezembro de mil oitocentos e quarenta e oito nesta matriz de São Francisco de Paula de Pelotas, batizei e pus os santos óleos a Domingos, nascido a dois de agosto do corrente ano, filho natural da parda Maria, ambos escravos de Felipino José da Silva, o qual declarou que o dito innocente Domingos será cativo somente durante a vida de sua mulher Francisca Eulália da Silva”²⁵⁷.

Dos 2360 batismos da Igreja São Francisco de Paula, 32 eram de filhos legítimos (constava pai e mãe), quatro apresentou apenas o registro de pai e em quatro as mães eram libertas ou forras, uma delas tinha a sua procedência do *Congo*.

Os escravistas estavam arrolados em 2309 registros e em 39 batismos os proprietários não eram das mães. As doações e o nome do escravista beneficiado ficava registrado no documento de batismo. Foram arrolados 1267 proprietários e os que batizaram mais de dez cativos na Igreja São Francisco de Paula estão apresentados na Tabela 36.

Tabela 36
Escravistas que batizaram mais de dez cativos – Igreja São Francisco de Paula

Escravista	Número de trabalhadores cativados
João Jacinto de Mendonça	39
Cipriano Rodrigues Barcellos	30
Heliodoro de Azevedo Souza	27
Henrique Teixeira Machado	19
José Ignácio da Cunha	19
Francisco Xavier de Farias	18
Manuel José Rodrigues Valadares	16
Alexandre Vieira da Cunha	13
Antônio de Moraes de Figueiredo Vizeu	12
José Marques de Carvalho	11
José Teixeira Pinto Ribeiro	11
Vicente José Pinto/João Nunes Baptista	11

Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

João Jacinto de Mendonça registrou 31 cativos entre 1844-1858. 16 trabalhadores escravizados adultos (no dia 21 de janeiro de 1844) e 12 desses foram batizados em quatro registros. Os filhos naturais foram de 14 mães - Minerva (quatro), Esperança (três), Benedicta (dois), Constança (dois), Cristina (dois), Margarida (dois),

²⁵⁷ Fonte: Livros de Batismos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Clara (um), Esméria (um), Generosa (um), Genoveva (um), Júlia (um), Hedwirges (um), Lucinda (um) e Rufina (um). A média foi de 1,64 filhos por mãe.

Os apadrinhamentos nos registros de batismo dos cativos de João Jacinto de Mendonça apresentaram 11 padrinhos escravizados, três forros e nove livres; as madrinhas feitorizadas eram 14, três forras e seis livres.

Cipriano Rodrigues Barcellos apontou 30 batismos de 1844 a 1859, cinco adultos registrados no dia 5 de março de 1848, quatro filhos legítimos (três de Gaspar e Inocência e um de João e Luzia) e 17 filhos naturais de onze mães; Gaspar e Inocência (três), Angela (três), Catharina (três), Faustina (três), João e Luzia (um), Bárbara (um), Angélica (um), Maria Ignácia (um), Sebastiana (um), Justina (um), Fábria (um), Fabiana (um) e Flora (um). A média foi de 1.92 filhos por mãe.

Nos apadrinhamentos dos batizados dos trabalhadores escravizados de Cipriano Rodrigues Barcellos verificou-se 22 padrinhos cativados, dois forros e seis livres; as madrinhas cativas foram 15, as forras cinco e as livres cinco.

Heliodoro de Azevedo Souza registrou 27 trabalhadores feitorizados entre 1846-59, três filhos legítimos (Ventuca e Catharina dois e Boaventura e Catharina um), um adulto e 23 filhos naturais, variando doze mães. Francisca (quatro), Maria (três), Catharina (três), Virgolina (três), Joana (três), Eva (dois), Thereza (dois), Virgínia (dois), Carolina (um), Febrona (um), Vitória (um) e Izabel (um), em uma média de 2,16 filhos por mãe.

Nos batizados dos trabalhadores feitorizados de Heliodoro de Azevedo Souza contou-se que foram 20 padrinhos cativados, cinco forros e dois livres; as madrinhas escravizadas foram 19, forras seis e livres duas.

Henrique Teixeira Machado batizou 19 trabalhadores cativados de 1846 a 1859, variando cinco mães. Francisca (oito), Thereza (cinco), Bonifácia (quatro), Cristina (um) e Luiza (um). A cativa Francisca teve oito filhos em dez anos e a média de filhos por mãe foi de 3,8.

Não se observou nos apadrinhamentos dos cativos de Henrique Teixeira Machado a presença de forros; foram cinco padrinhos feitorizados, 13 livres; cinco madrinhas cativadas e 13 livres.

José Ignácio da Cunha registrou 19 cativos entre 1846-58, alternando nove mães; Urbana (quatro), Simiana (três), Narciza (dois), Marcolina (dois), Lianor (dois), Rosa (um), Bárbara (um), Joana (um) e Fimônia (um). A média foi de 2,11 filhos por mãe.

Os batizados dos trabalhadores cativados de José Ignácio da Cunha registraram dez padrinhos cativos, um foro e nove livres; as madrinhas feitorizadas foram sete, forras três, livres sete e duas madrinhas foi invocação a Nossa Senhora.

Francisco Xavier Farias batizou 18 trabalhadores escravizados de 1844 a 1859, entre seis mães; Marcolina (seis), Ana (quatro), Rosa (três), Marcelina (dois), Sabina (um) e Izadora (um). Um dos cativos era adulto e foi registrado em 30 de dezembro de 1844. A média foi de 2,83 filhos por mãe. Nos apadrinhamentos observou-se quatro padrinhos cativados, três forros, oito livres e duas invocações à São Francisco de Paula; as madrinhas cativas foram nove, forras duas, sete livres e duas invocações a Nossa Senhora da Conceição.

Manuel José Rodrigues Valadares registrou 16 trabalhadores feitorizados entre 1844-55, alternando oito mães; Clemencia (cinco), Rosa (três), Hilóia (dois), Joaquina (dois), Francisca (um), Sofia (um), Eufrázia (um) e Janaina (um). A média de filhos por mãe foi de dois.

Nos batismos dos cativos de Manuel José Rodrigues Valadares, se visualizou três padrinhos feitorizados, um forro, 11 livres e uma invocação a São Francisco de Paula; as madrinhas escravizadas foram quatro, uma forra, dez livres e uma invocação a Nossa Senhora da Conceição.

Alexandre Vieira da Cunha batizou 13 trabalhadores cativados entre 1846-58, variando quatro mães; Felicidade (seis), Maria Joaquina (dois), Maria Magdalena (um) e Maria (um). Um cativo era adulto batizado em 4 de junho de 1849. A média foi de três filhos por mãe. Nos apadrinhamentos dos trabalhadores feitorizados de Alexandre Vieira da Cunha se apontou oito padrinhos escravizados, dois forros e três livres; as madrinhas cativadas foram sete, forras três e livres duas.

Antônio de Moraes de Figueiredo Vizeu registrou 12 cativos entre 1847-59, variando sete mães. Áurea (três), Felicidade (três), Páscoa (dois), Roza (um), Galdina (um), Sérgia (um) e Demétria (um); a média de filhos por mãe foi de 1,71.

Os apadrinhamentos nos registros de batismo dos trabalhadores feitorizados de Antônio de Moraes de Figueiredo Vizeu, se apontou dez padrinhos cativados, um forro e um livre; as madrinhas cativas foram oito, uma forra e uma livre.

José Marques de Carvalho registrou onze trabalhadores escravizados de 1845 a 1859, alternando quatro mães; Dorotéia (quatro), Maria Paula (quatro), Maria Rosa (um) e Veridiana (um). No dia 23 de abril de 1848 o cativo Raimundo, de 23 anos, foi batizado. A média foi de 2,25 filhos por mãe.

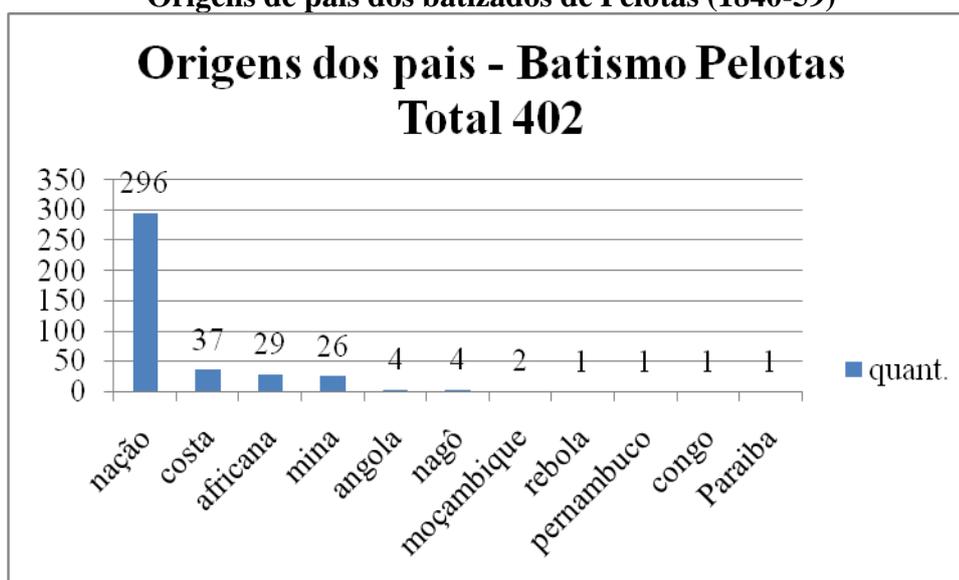
Nos registros de batismo dos cativos de José Marques de Carvalho foram observados três padrinhos escravizados, dois forros e seis livres; as madrinhas cativas foram cinco, forras uma e livres cinco.

José Teixeira Pinto Ribeiro batizou, no dia 4 de fevereiro de 1849, oito trabalhadores cativados adultos e africanos e três cativos crioulos da cativa Joaquina, que teve esses filhos em dez anos. Desses africanos não foram indicados nos registros de batismo as suas procedências. Nos registros de batismo dos trabalhadores cativados de José Teixeira Pinto Ribeiro se constatou cinco padrinhos cativos e seis livres; as madrinhas escravizadas foram dez e livre uma.

Vicente José Pinto e João Nunes Baptista batizaram oito trabalhadores feitorizados adultos africanos no dia 4 de julho de 1847; os padrinhos desses cativos eram trabalhadores cativados e não constavam madrinhas. Vicente José Pinto, registrou dois cativos filhos de Umbelina em 1851 e 1855 e um cativo adulto; os padrinhos eram livres, sendo uma madrinha livre e outra a nossa senhora.

As mães forma apresentadas em 2178 registros e os pais em 32, caracterizando o batizado como filho legítimo. A procedência das mães forma verificadas em 402 registros, todavia a origem específica das trabalhadoras feitorizadas foram apontadas em 40; *Mina* (26), *Angola* (quatro), *Nagô* (quatro), *Moçambique* (duas), *Rebola* (uma), *Pernambuco* (uma), *Congo* (uma) e *Paraíba* (uma). [Figura 21]

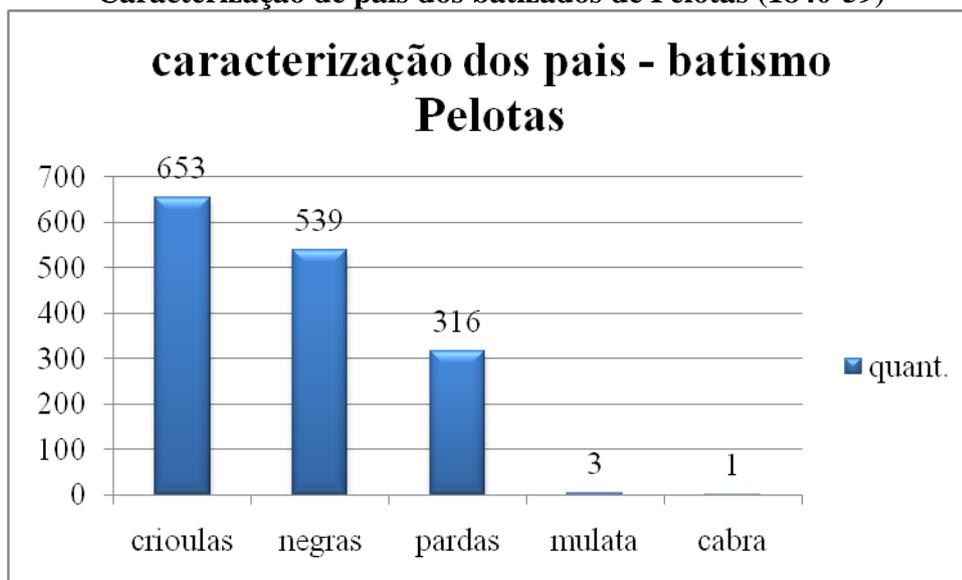
Figura 21
Origens de pais dos batizados de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

As 1776 mães restantes, 1512 foram qualificadas como crioulas (653 – 36,76%), negras (539 – 30,34%), pardas (316 – 17,79%), mulatas (três – 0,16%) e cabra (uma – 0,05%). 264 (12,12% do total) mães não apresentaram nenhuma caracterização (Figura 22). Dos 2178 registros que indicaram a presença de pais, 21 eram ilegíveis e constatou-se 1420 mães, em uma média de 1,51 filhos por mãe.

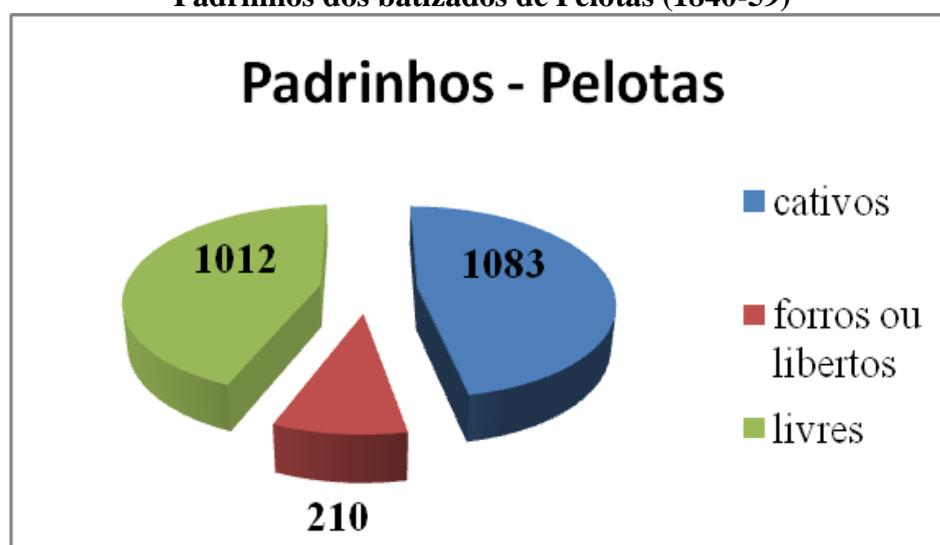
Figura 22
Caracterização de pais dos batizados de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Os padrinhos foram salientados em 2305 batizados, 1083 trabalhadores escravizados (46,98%), 210 forros ou libertos (9,11%) e 1012 livres (43,90%) [gráfico 6X]. Dos padrinhos cativos, 920 constavam os proprietários. [Figura 23]

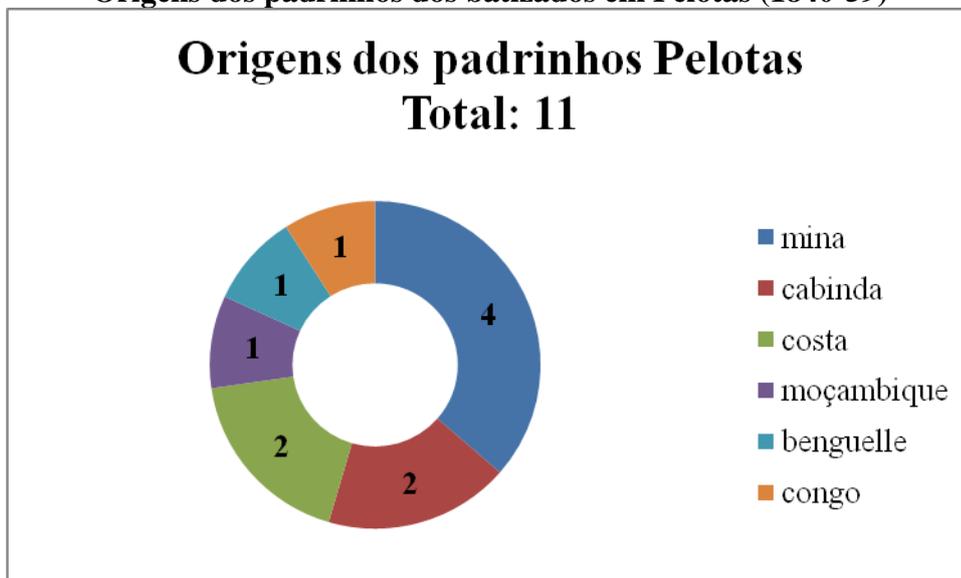
Figura 23
Padrinhos dos batizados de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Dos trabalhadores feitorizados que foram padrinhos, onze eram africanos e dez apresentaram sua ‘nacionalidade’; *Mina* (quatro), *Cabinda* (dois), *Moçambique* (um), *Benguella* (um) e *Congo* (um). [Figura 24]

Figura 24
Origens dos padrinhos dos batizados em Pelotas (1840-59)

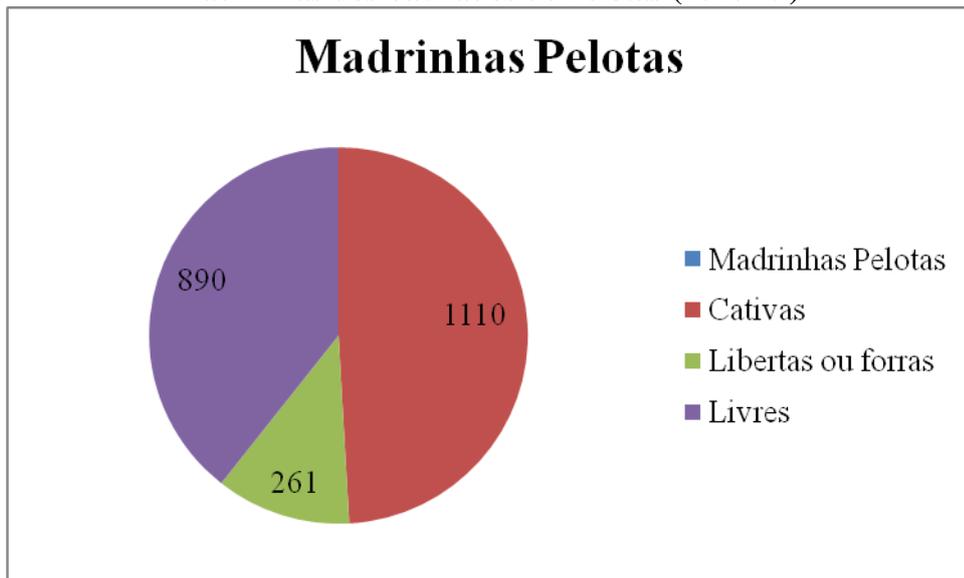


Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

São Francisco de Paula, que como já foi observado, tem vínculo com Pelotas, por dar nome a freguesia, aparece em 32 apadrinhamentos, relacionado entre os padrinhos livres.

As madrinhas compreenderam 2261 registros (95,80%), 1110 trabalhadoras cativadas (49,09%), 261 libertos ou forros (11,54%) e 890 livres (39,36%) (Figura 25). Das trabalhadoras escravizadas madrinhas, 950 apresentava o escravista.

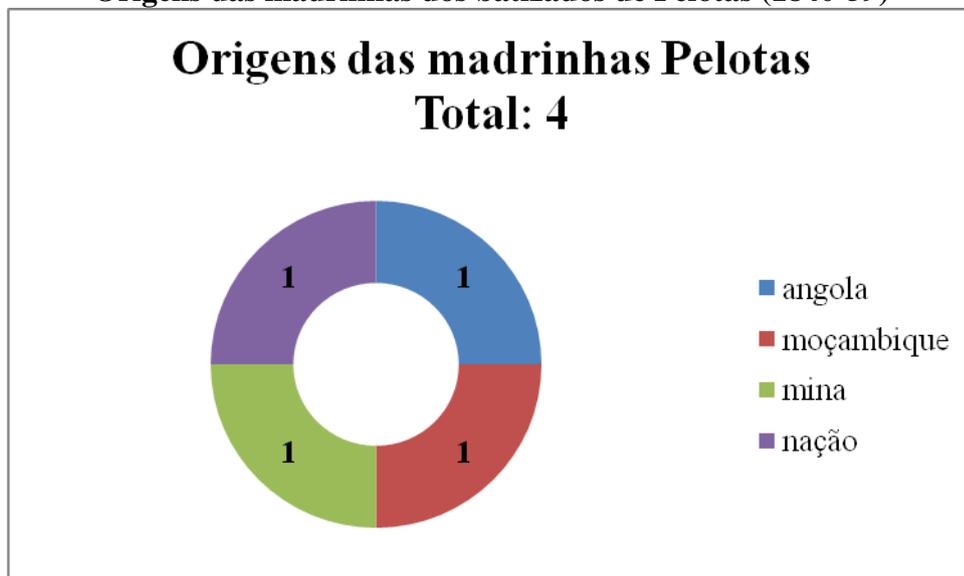
Figura 25
Madrinhas dos batizados de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Das madrinhas cativas, conforme o Figura 26 quatro tinham indicação de ser africanas (0,17%) e duas apontavam a ‘nacionalidade’, *Mina* (uma) e *Moçambique* (uma).

Figura 26
Origens das madrinhas dos batizados de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Entre as madrinhas livres, 64 são religiosas. Nossa Senhora da Conceição (invocação a virgem Maria) aparece em 59 registros; a invocação a Nossa Senhora do Rosário está registrada em três batismos e Nossa Senhora das Dores em dois.

O cruzamento dos apadrinhamentos, Tabela 37, em 847 ocasiões os padrinhos e madrinhas eram ambos escravizados; em 104 vezes os padrinhos cativos eram libertos ou forros e as madrinhas feitorizadas; em 148 registros que os padrinhos eram cativados e as madrinhas eram libertas ou forras; em 91 batismos os padrinhos e as madrinhas eram ambos libertos ou forros; em 88 documentos o padrinho era cativo e a madrinha livre; em sete 15 vezes os padrinhos eram libertos ou forros e a madrinha livre; em 159 registros as madrinhas eram escravizadas e os padrinhos livres e em 22 as madrinhas eram libertas ou forras e os padrinhos livres.

Tabela 37
Características dos apadrinhamentos

Cruzamentos	Frequência
Padrinhos cativos e madrinhas feitorizadas	847
Padrinhos Libertos ou forros e madrinhas escravizadas	104
Padrinhos cativados e madrinhas libertas ou forras	148
Padrinhos libertos ou forros e madrinhas libertas ou forras	91
Apenas padrinhos feitorizados	88
Apenas padrinhos libertos ou forros	15
Apenas madrinhas cativadas	159
Apenas madrinhas libertas ou forras	22

Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

A Tabela 38 apresenta os nomes mais freqüentes arrolados entre os batizados; Maria (157), João (66), Manoel (60), Francisco (54), José (54) Antônio (38), Pedro (34), Joana (30), Adão (27) e Rosa (25); Assim como em Herval, foram nomes freqüentes como na população livre, mas em Pelotas foi verificado entre os nomes, três femininos: Maria, Joana e Rosa; não ocorreu pré-nomes entre os mais freqüentes.

Tabela 38
Nome mais freqüente entre os batizados – Pelotas

Nome	Quantidade
Maria	157
João	66
Manoel	60
Francisco	54
José	54
Antônio	38
Pedro	34
Joana	30
Adão	27
Rosa	25

Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Entre os nomes mais freqüentes das mães, foi constatado que não havia pré-nomes e que eram comuns às batizadas e entre a população livre. Maria (214), Joana (82), Joaquina (69), Rosa (63), Rita (58), Francisca (50), Thereza (50), Luiza (49), Felicidade (42) e Isabel (34). [Tabela 39]

Tabela 39
Nomes mais freqüentes entre as mães dos batizados – Pelotas

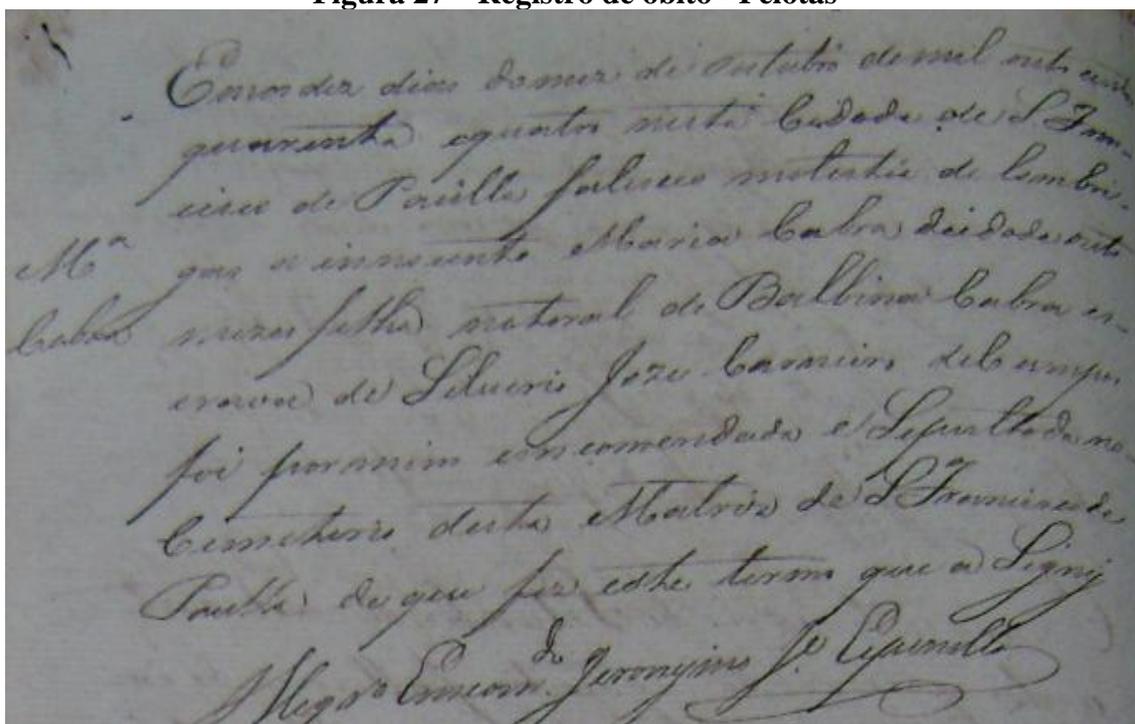
Nome	Quantidade
Maria	214
Joana	82
Joaquina	69
Rosa	63
Rita	58
Francisca	50
Thereza	50
Luiza	49
Felicidade	42
Isabel	34

Fonte: Livros de Batismos de escravos – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

Capítulo VIII - Os registros de óbito – Igreja São Francisco de Paula (Pelotas)

Os registros de óbito de trabalhadores escravizados podem apresentar como exemplifica a Figura 27, nome, alguma estimativa de procedência e cor, data do óbito, referência de pais, o nome do escravista, indicação de idade e causa da mortalidade.

Figura 27 – Registro de óbito - Pelotas



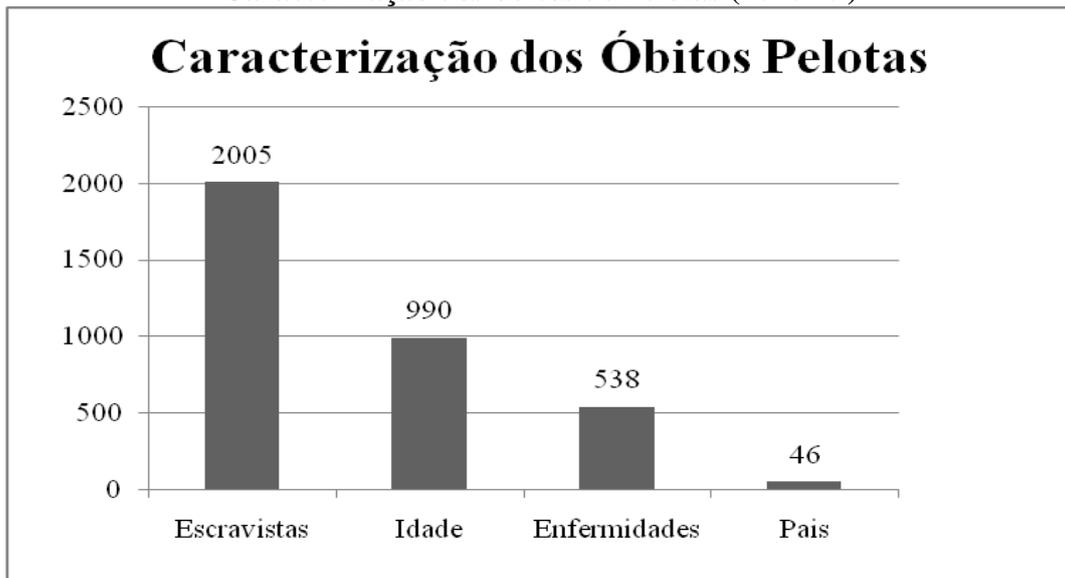
Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos 1 (1812-46) – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas

“Nos dez dias de outubro de mil oitocentos e quarenta e quatro nesta cidade de São Francisco de Paula, faleceu de moléstia de lombriga a innocente Maria cabra de idade oito meses, filha natural de Balbina cabra escrava de Silvério Jozé Carneiro de Campos[...]²⁵⁸

Os 2038 óbitos de trabalhadores cativados da Igreja São Francisco de Paula, entre 1840-1859, apresentaram 46 registros de pais; 2005 de escravistas; 990 com as idades; 538 com as enfermidades ou causas que causaram os decessos. [Figura 28]

²⁵⁸ Livro de registros de Óbito 1 (1812-46) – Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Figura 28
Caracterização dos óbitos de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

No obituário de Pelotas, como mostra a Figura 28, foram registrados 2038 óbitos: 557 nos anos 1840 e 1466 nos anos 1850. Um total de 1279 (62,75%) do sexo masculino e 759 (37,24%) do feminino. Assim como nos registros de batismo, a predominância no obituário da Igreja São Francisco de Paula foi de cativos do sexo masculino. Entretanto, ela ultrapassa, de longe, à dos nascimentos.

O historiador Euzébio Assumpção pesquisou os inventários das charqueadas, constatando que nas na salgação da carne os escravizadores serviam-se quase exclusivamente de trabalhador feitorizado do sexo masculino. A mão-de-obra servil feminina apareceu em pequena proporção, demonstrando o desinteresse dos saladeiros em manter núcleos familiares.²⁵⁹

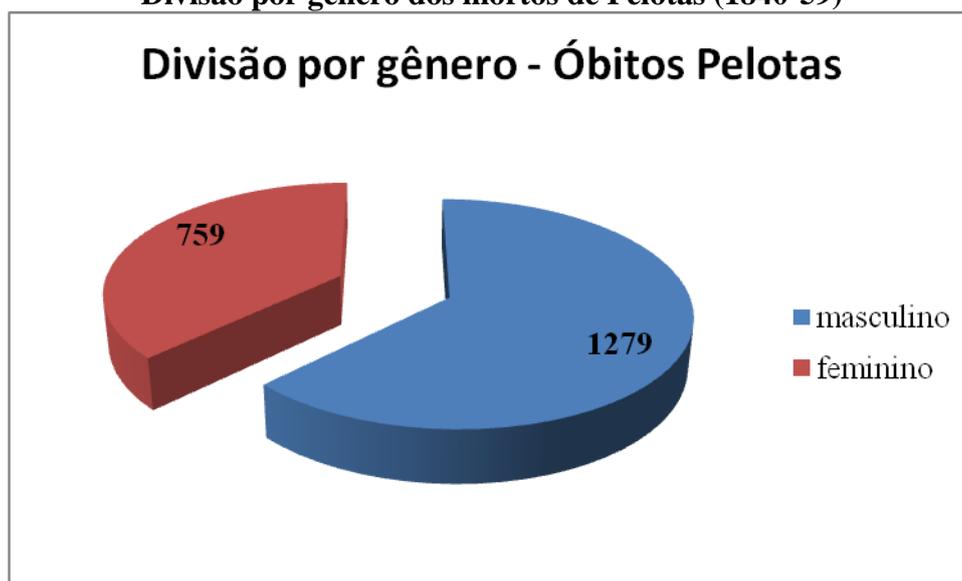
A historiadora Ana Regina Simão registrou a existência de poucos casamentos entre os cativos – 28 enlaces entre 1821-45, em uma média de 1,16 casamentos por ano. Esse dados são referenciais, já que não registram as uniões estáveis e semi-estáveis de fato.²⁶⁰

A Figura 29 apresenta a divisão por gênero dos óbitos de Pelotas, 1279 do sexo masculino (62,75%) e 759 do feminino (37,24%).

²⁵⁹ Cf. ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. *Id. ib.* p. 157;

²⁶⁰ Cf. SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação*. *Id. Ib.* p. 117-18.

Figura 29
Divisão por gênero dos mortos de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A Tabela 40 apresenta a divisão anual dos registros de óbito da Igreja São Francisco de Paula [em 15 registros não constaram a data do óbito]. Os registros de óbito da década de 1840 foram 557 e nos anos 1850, 1466.

Tabela 40
Registros de óbito - Igreja São Francisco de Paula (Pelotas)

Ano	Número de cativos
1840	7
1841	2
1842	-
1843	1
1844	92
1845	80
1846	49
1847	62
1848	140
1849	124
1850	140
1851	107
1852	144
1853	150
1854	157
1855	256
1856	187
1857	107
1858	107
1859	111
Total:	2023

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A praticamente inexistência de registros em 1840-43 deve-se à guerra Farrroupilha. Nessa época, os republicanos controlavam a Campanha e, no geral, os imperialistas o litoral, interrompendo a charqueio em Pelotas. O aumento de 63,05% dos registros de óbito de Pelotas, em 1855, em relação ao ano anterior pode ser justificado pelo surto epidêmico de cólera, que afetou o município entre novembro de 1855 a abril de 1856, ocasionando a baixa de 200 cativos. Destaque-se a importância do golpe da enfermidade, entre a população escravizada.

Nos registros, essa moléstia era designada como *reinante*, ocasionando a morte de 200 cativos, nos anos 1855-56. Sobre a cólera e o trabalhador escravizado, o historiador Jorge Euzébio Assumpção destacou que “As péssimas condições de vida dos escravos fragilizavam sua saúde e os tornavam vulneráveis a surtos epidêmicos, como foi o caso da **cólera morbo**, em 1855, que atingiu os escravos charqueadores, principalmente. Constituíram-se estes a quase totalidade dos óbitos.”²⁶¹

Em *A cidade de Pelotas*, de 1962, o pelotense Fernando Osório abordou a mortandade causada pela cólera em Pelotas:

“Até o dia 24 do dito mês se enterraram 30. Houve uma verdadeira devastação sendo de escravos a quase totalidade dos óbitos (devido à acumulação dos homens de cor [sic] nas charqueadas). A mortalidade foi de 6% (não devendo exceder de 9.000 almas a população da cidade). Só na charqueada da Graça o terrível Flagelo fulminou 62 pessoas - de 15 a 21 de dezembro de 1855”²⁶².

A arquiteta e urbanista Gutierrez apontou em 2004:

“No dia 8 de novembro de 1855, a cólera entrou em Pelotas, Nos primeiros dois meses, matou uma média de 40 pessoas por dia.

Nesse momento de terror, abriam-se as sepulturas com urgência, e a toda pressa, no cemitério do Fragata. No dia 23 de novembro de 1855, enterraram o primeiro colérico naquele cemitério. Nesse dia, a terra cobriu a cova rasa do escravo negro Benedicto, 24 anos, solteiro, oleiro, nascido em Pelotas”²⁶³.

Dos 2038 trabalhadores escravizados arrolados no obituário da Igreja São Francisco de Paula, 265 indicaram a sua origem, correspondendo a 13%. A Tabela 41 aponta essas procedências; “Nação” (170), “Da costa” (31), “africano” (28), “Mina” (dez), “Benguella” (seis), “Congo” (cinco), “Angola” (três), “Bahia” (três), “Cabinda”

²⁶¹ Cf. ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. *Id. ib.*

²⁶² OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Porto Alegre: Globo, 1962. p. 75;

²⁶³ GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: UFPEL, 2004, p. 426;

(três), “Rebolo” (três), “Moçambique” (um), “Nagô” (um), “Babina” (um) e “Monjollo” (um).

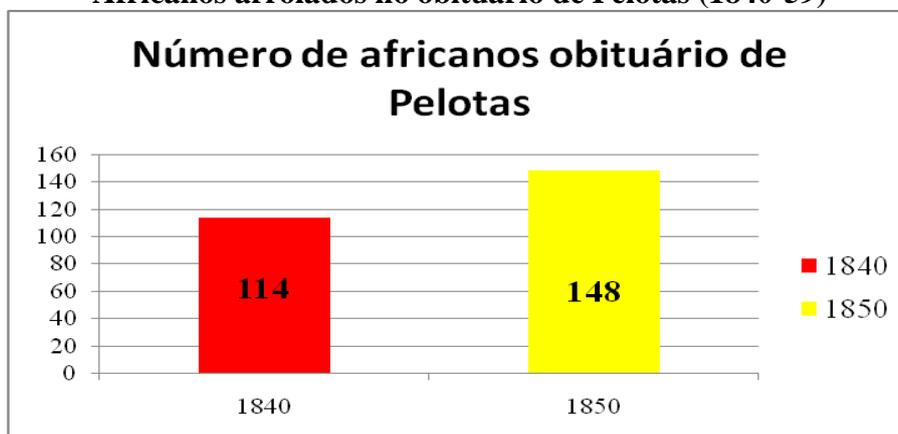
Tabela 41
Procedência dos cativos registrados no obituário – Pelotas

Origem	Número de cativos
Nação	170
Da costa	31
Africanos	28
Mina	10
Benguella	6
Congo	5
Angola	3
Bahia	3
Cabinda	3
Rebolo	3
Moçambique	1
Nagô	1
Babina	1
Monjollo	1
Total:	265

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Dos trabalhadores feitorizados apresentado na Tabela 41, 262 são “africanos” e três vieram da Bahia. Entre os cativos do continente negro, 34 (12,97%) tem sua ‘nacionalidade’ indicada; 31 (91,17%) ‘nacionalidades’ foram constatadas nos registros dos anos 1840 e três (8,82%) na década de 1850. Percentualmente, foram registrados mais trabalhadores cativados africanos nos anos 1840 (20,46% - 114) do que na década de 1850 (10,10% - 148) [Figura 30]. Tratava de uma população em extinção, assim como em Herval, devido ao fim do tráfico transatlântico de trabalhadores, em 1850-51.

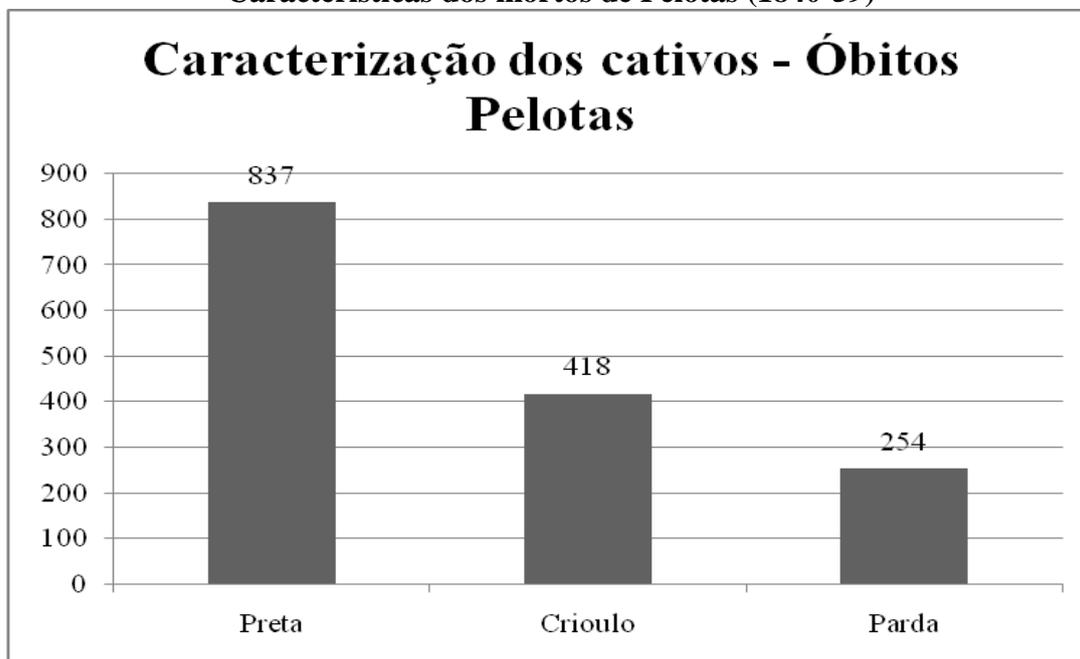
Figura 30
Africanos arrolados no obituário de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Dos 1773 “crioulos” assinalados, 837 (47,20%) eram “pretos”, 418 (23,57%) eram “crioulos” apenas, 254 (14,32%) eram “pardos” (Figura 31), dois eram “mulatos” e um era “cabra”.

Figura 31
Características dos mortos de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

O registro de pai, nos óbito foi de apenas 2,25% - 46. Quatro apresentaram nomes de pai e mãe (filho legítimo); um apenas o pai e 41 de mãe (filhos naturais). Entre as mães, nove tiveram a indicação de “africana”, sete de “crioulas”, duas de “pardas” e uma de “preta”. Diferentemente de pais, os escravistas foram arrolados em 2005 óbitos (98,38%), comprovando que o vínculo legal dominante dos trabalhadores escravizados era com o proprietário.

A Tabela 42 assinala os escravistas que mais registraram óbitos de trabalhadores feitorizados na Igreja São Francisco de Paula (Pelotas), no período estudado: Heliodoro de Azevedo Souza (48), Cipriano Rodrigues Barcellos (39), João Jacinto de Mendonça (30), Manuel José Rodrigues Valadares (29), José Ignácio da Cunha (29), Thomás José dos Campos (27), Boaventura Rodrigues Barcellos (21), Manuel Baptista Teixeira (21), João da Silva Tavares (20), Francisco Xavier de Farias (19), Antônio José da Silva Maia (17), João Rodrigues Ribas (16), João Antônio Moreira (13), Rozária Alves Viana (13), Antônio José Gonçalves Chaves (12), Manuel Joaquim Pimenta Granja (12), Antônio

José da Silva Braga (11), José Vieira Viana (11), Manuel Francisco Moreira (11), Francisco Manuel dos Papos (11) e João Baptista de Figueiredo Mascarenhas (dez).

Tabela 42
Escravistas que registraram a partir de dez óbitos em Pelotas

Escravistas	Número de cativos
Heliodoro de Azevedo Souza	48
Cipriano Rodrigues Barcellos	41
João Jacinto de Mendonça	30
Manuel José Rodrigues Valadares	29
José Ignácio da Cunha	27
Thomás José dos Campos	27
Boaventura Rodrigues Barcellos	23
Manuel Baptista Teixeira	21
João da Silva Tavares	20
Francisco Xavier de Farias	19
Antônio José da Silva Maia	17
João Rodrigues Ribas	17
Antônio José Gonçalves Chaves	14
Rozária Alves Viana	13
José Antônio Moreira	13
Manuel Joaquim Pimenta Granja	12
Antônio José da Silva Braga	11
José Vieira Viana	11
Manuel Francisco Moreira	11
Francisco Manuel dos Papos	10

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

O charqueador Heliodoro de Azevedo Souza registrou 48 óbitos de trabalhadores cativados na Igreja São Francisco de Paula entre 1847-58, em uma média de 4,36 registros por ano. Foram nove (18,75%) da década de 1840 e 39 (81,25%) nos anos de 1850; Em quinze registros foram verificadas indicações de idade, um de dez anos; um de 20; um de 30; um de 50; um de 55; seis “menores de idade”, dois “inocentes” e dois com idade avançada. A “moléstia reinante” (cólera) foi apontada em 11 causas de morte. Foram 28 “pretos”, três “pardos”, quatro “africanos” e dez “crioulos”.

Cipriano Rodrigues Barcellos, charqueador de tradicional família, registrou 41 óbitos de cativos em Pelotas entre 1845-57, em uma média anual de 3,41. Foram dezenove “pretos”, oito africanos, seis crioulos e quatro “pardos”. Na década de 1840, o proprietário apontou doze registros (29,26%) e nos anos de 1850 verificou-se 29 óbitos (70,73%). Havia treze indicações de idade; cinco “inocentes”; três “menores de

idade”, um de 24h, um de 14 anos, um de seis, um de 20 e um de 45. A “moléstia reinante” ocasionou o decesso de seis cativos; um afogamento; um gastro colite; um inflamação nos intestinos; um moléstia no peito e dois “moléstia interior”.

O charqueador açoriano João Jacinto de Mendonça, nascido em 1795, arrolou trinta trabalhadores escravizados no obituário de Pelotas entre 1845-57, em uma média de 2,33 registros por ano. Foram onze “pretos”, oito “crioulos”, quatro “africanos” (um de Moçambique) e dois “pardos”; sete registrados na década de 1840 e 21 na nos anos de 1850. Havia indicações de idade em sete óbitos – um de 80 anos e quatro “menores de idade”, um inocente e um recém-nascido. A “moléstia reinante” causou seis baixas, “apoplexia”²⁶⁴ duas, “febre” uma e “moléstia interior” duas.

O português Manuel José Rodrigues Valadares, proprietário de uma charqueada na margem esquerda do Santa Bárbara, notificou 29 óbitos de trabalhadores feitorizados, entre 1846-56, em uma média de 2,9 por ano. Entretanto, foram apenas três registros na década de 1840 e, em 1855-56, 17 óbitos. A indicação de idade foi visualizada em 11 registros, quatro “menores de idade”, quatro “inocentes”, um recém-nascido, um de seis meses e um de nove anos. A “moléstia reinante” foi a enfermidade de 13 decessos e a “moléstia interior” uma.

José Ignácio da Cunha registrou 27 cativos no obituário da Igreja São Francisco de Paula, entre 1844-59: sete nos anos 1840 e dezenove na década de 1850; um óbito não apresentou data. Dezesesseis registros ocorreram entre 1855-56, ocasionados, principalmente pela “moléstia reinante”, que causou a mortandade de doze trabalhadores cativados; “tétano” (duas) e a “moléstia interior” (duas) igualmente foram mostrados. Os indicativos de idade foram verificados em quatro registros: dois meses (um), 20 anos (um), 32 (um) e 50 (um). Foram dezoito “pretos”, três africanos, dois “pardos” e um crioulo.

Ignácio da Cunha era charqueador, proprietário de terras no Uruguai – departamento de Taquarenbó -, onde possuía cinco imóveis urbanos, três terrenos na área rural de Canguçu e, nos anos 1860, 109 trabalhadores escravizados empregados no charque da carne.

Thomás José dos Campos apontou 27 óbitos em Pelotas entre 1844-57: quatro nos anos 1840 e 23 na década de 1850; somente em 1856 foram registrados oito óbitos, seis deles causados pela “moléstia reinante”, a qual afetou dois cativos em 1855. Em

²⁶⁴ Apoplexia: Afecção cerebral que se manifesta de súbito, com privação dos sentidos e do movimento.

três óbitos foram observadas as idades: 56 anos (uma), 60 (duas), apontadas em 1844, originários de “moléstia interior”. Foram quatorze “pretos”, sete africanos, dois crioulos e dois “pardos”. José dos Campos adquiriu junto ao comendador Francisco Xavier uma charqueada de 81,7 hectares, limitada a sudoeste pelo São Gonçalo.

O charqueador Boaventura Rodrigues Barcellos arrolou 23 óbitos entre 1844-59: foram dez africanos (um congo), dez “pretos” e um crioulo. Sete registros nos anos 1840 e dezesseis na década de 1850. Três decessos foram de cativos com idade madura ou avançada: um de 35 anos, um de 50 e um de 70. Foram apontados duas causa de mortandade: uma “velhice” e uma “inflamação no cérebro”.

O charqueador Manuel Baptista Teixeira, sendo seu estabelecimento localizado a margem direita do São Gonçalo, notificou 21 trabalhadores feitorizados no obituário da Igreja São Francisco de Paula entre 1848-56, em uma média de 2,62 cativos por ano. Em 1855, houve onze baixas (52,38%), oito causadas pela “moléstia reinante”. Foram dez africanos (um *congo*), dez “pretos”, dois “crioulos” e um “pardo”. Um cativo tinha 25 anos e um era recém-nascido.

O militar José da Silva Tavares, natural de Herval, apontou vinte óbitos em Pelotas entre 1848-56, em uma média de 2,5 por ano. Foram oito “crioulos”, cinco “africanos”, quatro “pardos” e três “pretos”; três nos anos de 1840 e dezessete na década de 1850. A “moléstia reinante” causou o decesso de dois cativos; cinco eram “menores de idade”, um “inocente”, um com seis dias, um com sete dias, um com 25 anos, um com idade entre 20-30 anos e um de 50 anos.

Francisco Xavier de Farias, charqueador dono do segundo saladeiro a contar do “Passo dos Negros”, arrolou dezenove registros de óbitos entre 1848-58, três nos anos de 1840 e dezesseis na década de 1850. Foram 11 “pretos”, cinco “pardos” e dois “crioulos” e não teve indicação das causas dos decessos. Dos dados referente a faixa etária, foram seis “inocentes”, um “menor de idade”, um de dez meses, um de dois anos e um de 90.

Charqueador do São Gonçalo, Antônio José da Silva Maia registrou dezessete trabalhadores cativados no obituário da igreja São Francisco de Paula entre 1848-58, em uma média de 1,7 por ano. Cinco registros foram dos anos de 1840 e doze da década de 1850; foram onze “pretos”, dois “africanos”, um crioulo e um “pardo”. A “moléstia reinante” afetou dois cativos, apoplexia um e um foi assassinado. Um tinha dezoito meses, um três meses, um era inocente e um 30 anos. No inventário de Silva Maia, elaborado em 1884, sua escravaria se dividia do seguinte modo: cinco libertos, todos

com mais de 48 anos, 61 com prestação de serviços, sendo que dois cativos eram do sexo feminino e uma mulher com cláusula de seus anos de trabalho cativado.

Esse escravista continha 43 casas entre prédios térreos e sobrados, oito terrenos urbanos, duas chácaras, um terreno no Capão do Leão e outro na estrada do Fragata. Um casa central (atual rua Félix da Cunha), onde estava localizada uma fábrica de sabão e velas e um terreno na estrada das Três Vendas, onde estava situada uma olaria. Tinha um iate e ações de seguradoras pelotenses.

O charqueador João Rodrigues Ribas apontou dezessete registros de óbito na Igreja São Francisco de Paula entre 1844-59, oito nos anos 1840 e nove na década de 1850. Foram sete “pretos”, cinco “pardos” e cinco “crioulos”. A “moléstia interior” abalou cinco trabalhadores escravizados, problemas na bexiga um, “cólera” um e problemas no parto uma. A idade foi indicada em seis registros: dois de quatro meses, um ano, dois “menores de idade” e um inocente.

O charqueador José Antônio Moreira que tinha seu estabelecimento na descida do arroio Pelotas, em direção ao canal São Gonçalo, dono na fazenda da Palma, arrolou treze óbitos em Pelotas entre 1844-59, três nos anos de 1840, dez na década de 1850. Foram sete “pretos”, três “africanos” (um *Mina* e um *Monjolo*), dois “pardos” e um crioulo. A “moléstia reinante” (um) e gastro-enterite (um) foram as enfermidades encontradas. A indicação de idade foi verificada em cinco registros: “inocentes” (dois), 30 anos (dois) e “menor de idade” (um).

Antônio José Gonçalves Chaves, filho de Antônio José Gonçalves Chaves o charqueador luso-pelotense, conhecido autor de *Memórias econômico-política*, sobre quem Auguste de Saint-Hilaire deixou elogiosos registros em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul* e que faleceu em Montevidéu em 1839, registrou quatorze óbitos de trabalhadores cativados em Pelotas entre 1844-56: nove na década de 1840 e cinco nos anos de 1850. Foram sete “africanos” (um *Benguela*, um *Mina* e um *Congo*), seis “pretos”; visualizamos três indicações de idade, um de dois meses, um de 60 anos e um de 62.

Esposa do charqueador José Vieira Vianna, Rozália Alves Viana notificou treze trabalhadores feitorizados no obituário da Igreja São Francisco de Paula entre 1853-59: uma média de 2,1 por ano. Foram onze “pretos” e um “africano”. A “moléstia reinante” causou o decesso de oito cativos e nos indicativos de idade encontramos um recém-nascido e um inocente.

Manuel Joaquim Pimenta Granja apontou doze óbitos em Pelotas, entre 1846-57: dois nos anos 1840 e doze na década de 1850. Foram seis “pardos”, cinco “pretos”, um “crioulo” e um “africano”. As enfermidades que causaram as mortalidades foram apresentadas em dois registros: duas disenterias. A estimativa de idade foi encontrada em seis óbitos: “inocente” (três); “menor de idade” (um), dois anos (um) e 18 anos (um).

Antônio José da Silva Braga arrolou onze registros no obituário de Pelotas, entre 1849-59: dois na década de 1840 e nove nos anos de 1850. Foram cinco “pardos”, quatro “crioulos”, um “preto” e um “africano”. O indicativo de idade foi observado em nove registros: “menor de idade” (cinco), “inocentes” (dois), 20 anos (um) e um de cinqüenta. nos que morreu de hepatite.

José Vieira Viana, proprietário de uma charqueadas - situada junto a margem direta do Canal Santa Bárbara – onde possuía uma olaria e uma fábrica de Sabão, de registrou onze trabalhadores cativados no obituário da Igreja São Francisco de Paula entre 1844-52: oito nos anos de 1840 e três na década de 1850. Foram cinco “pretos”, três “africanos” (um *Benguela* e um *Congo*), um “pardo” e um “crioulo”. As causas dos decessos foram mostradas em três registros, um “moléstia interior”, um por ferimento e um por problemas intestinais. As idades foram estimadas em seis óbitos: um de nove anos, 16 anos, 40 anos, 50 anos, 60 anos e 70 anos.

Manuel Francisco Moreira, herdeiro da charqueada mais próxima do arroio Pelotas, casado com Maria da Conceição Jacinto de Mendonça, notificou onze registros de óbitos dos trabalhadores feitorizados em Pelotas entre 1845-56: dois na década de 1840 e nove nos anos de 1850: foram cinco “pretos”, três “africanos” e dois “crioulos”. A “moléstia reinante” afetou cinco cativos, “menor de idade” (dois) e um de 60 anos.

O boticário Francisco Manuel dos Papos apontou dez registros de trabalhadores escravizados no obituário da Igreja São Francisco de Paula entre 1851-59; foram quatro “pretos”, quatro “crioulos” e dois “pardos”. As estimativas de idade foram observadas em oito registros: três “inocentes”, três “menores de idade”, um de 17 anos e um de 80 anos.

As indicações de idade foram notificadas em 990 registros de óbito na Igreja São Francisco de Paula entre 1840-1859, representando 48,57%. A Tabela 43 e a Figura 32 apresentam a divisão etária dos trabalhadores cativados em Pelotas. De zero a cinco

anos²⁶⁵, 691 – 69,79%; de seis a dez anos, 31; de 11 a 15, 19; 16 a 20, 50; 21 a 25, 12; 26 a 30, 40; 31 a 35, dez; 36 a 40, 35); 41 a 45, 19; 46 a 50, 23; 51 a 60, 18; 61 a 75, 15; 80 a 90, cinco; e idade avançada ou velho, 32.

Tabela 43
Divisão etária dos óbitos de cativos em Pelotas (1840-1859)

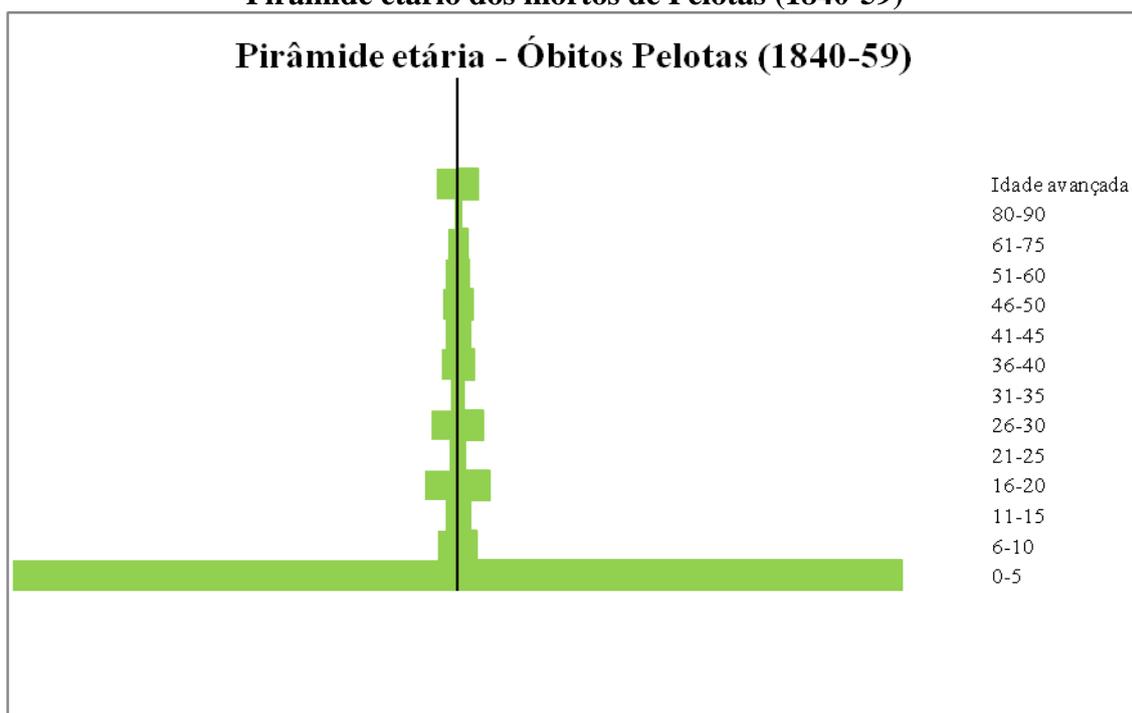
Divisão etária	Número de cativos
0 a 5 anos	691
6 a 10 anos	31
11 a 15 anos	19
16 a 20 anos	50
21 a 25 anos	12
26 a 30 anos	40
31 a 40 anos	10
41 a 45 anos	25
46 a 50 anos	19
51 a 60 anos	23
61 a 75 anos	18
80 a 90 anos	15
Idade avançada ou velho	32
Total:	990

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A eventual ausência de cuidados, a falta de higiene das moradias dos cativos e o escasso desenvolvimento da medicina, etc. ocasionaram a mortandade de 691 cativos de zero a cinco anos (69,79% das idades indicadas). A Figura 32 apresenta a divisão etária dos óbitos de Pelotas.

²⁶⁵ Consideramos de zero a cinco anos os cativos “inocentes”, recém-nascidos e “menor de idade”.

Figura 32
Pirâmide etário dos mortos de Pelotas (1840-59)



Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

As principais enfermidades que causaram os decessos de trabalhadores escravizados em Pelotas estão na Tabela 44. “moléstia reinante” (200), “moléstia interna” (88), afogamento (14), moléstia do peito (13), gastro colite (13), Pneumonia (13), velhice (11), tétano (dez), “hidropisia” (sete), mal dos sete dias (seis), assassinato (seis), moléstia cerebral (seis), tosse (seis), hepatite (cinco), tísica (cinco), apoplexia (quatro), constipação (quatro), desastre (quatro), desinteria (quatro), espasmo (quatro), febre (quatro), repentina (quatro), convulsão (três, diarréia (três), espontaneamente (três), inflamação (três) e parto (três).

Tabela 44
Principais enfermidades dos óbitos de Pelotas (1840-59)

Número de decessos	Enfermidades
200 – 37,17%	“moléstia reinante” (cólera)
88 – 16,35%	Moléstia interna
14 – 2,60%	Afogamento
13 – 2,41%	Moléstia do peito; gastro colite e pneumonia
11 – 2,04%	Velhice
10 – 1,85%	Tétano
7	“hidropisia”
6	Mal dos sete dias; assassinato; problemas cerebrais; tosse.
5	Hepatite; tísica.
4	Apoplexia; constipação; desastre; desintéria; espasmo; febre; natural; repentina.
3	Convulsão; diarréia; espontaneamente; inflamação; parto.

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

A “moléstia reinante” (cólera) matou duzentos cativos de novembro de 1855 a abril de 1856; a “moléstia interior” (88) não especifica as doenças. A historiadora Ana Regina Falkembach Simão abordou as mortandades em Pelotas entre 1822-46 e descreveu a respeito moléstia interna:

“Das doenças registradas, a que foi comum em todas as idades e que mais ocasionou óbitos foi a moléstia interna, compreendida como doença em geral grave e sem manifestações aparentes. Tal descrição revela grande ignorância a respeito dos males em questão e, logicamente, do seu tratamento. Em geral, os cativos eram encaminhados para tratamento hospitalar quando as doenças se encontravam em avançado estágio de desenvolvimento – doenças hepáticas, renais, etc. -, com poucas possibilidades de cura.”²⁶⁶

Todavia, para aqueles cativos que geravam mais proventos para os seus escravistas, o senhor arcava com as despesas de internação, pois tinha um retorno assegurado. O afogamento foi registrado em quatorze óbitos. A forma muito alta de mortes por tal motivo provavelmente se relaciona com o estuário hidrográfico de Pelotas, assim como a localização das charqueadas, às margens do canal São Gonçalo e de seus afluentes, o que facilitou esta forma de resistência, já que afogamento sem água é impossível.

Os digestivos e a pneumonia causaram a baixa de treze trabalhadores feitorizados; possivelmente, a má alimentação, a umidade e as condições de existência dos cativos contribuíram para a que os mesmos adquirissem essas enfermidades.

²⁶⁶ SIMÃO, Ana Regina Falkembach. *Resistência e acomodação. Id. ib.* p. 139.

O tétano foi uma doença que causou a morte de dez cativos, na década de 1840 (nove), “hidropisia” (sete) e assassinato (seis). A “hidropisia” era a retenção de líquidos nos tecidos e órgãos do corpo. Sobre o “mal de sete dias”, que levou à morte seis trabalhadores cativados. Segundo a historiadora Simão era uma “infecção do umbigo proveniente do corte do cordão umbilical com objetos não esterilizados.”²⁶⁷

A Tabela 45 apresentara as enfermidades que mataram mais cativos de zero a cinco anos entre 1840-59. A “moléstia interior” se destacou com 29 registros (38,15%), a “tosse” e o “mal dos sete dias” com seis cada (7,89%).

Tabela 45

Enfermidades que causaram decessos de cativos entre zero a cinco anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
“moléstia interior”	29
Tosse	6
Mal dos sete dias	6
Moléstia reinante	3
Moléstia do peito	3
Inflamação	3
Gastro enterite	3
Moléstia dos dentes	2
Morte repentina	2
Febre	2
Morte cerebral	2
Ferimento	1
Disenteria de sangue	1
Morte natural	1
Febre escarlatina	1
Sarampo	1
Inflamação no estomago	1
Enfermidade do peito	1
Moléstia de lombriga	1
Cólica	1
Tétano	1
Espasmo	1
Gastro colite	1
Verminose	1
Diarréia	1
Irritação intestinal	1
Hidrofia abdominal	1
Hidrocéfalo	1
Gangrena	1
Queimadura	1
Moléstia venérea	1
Pulmonite	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

²⁶⁷ *Id. Ib* p. 139.

As causas das mortes dos trabalhadores escravizados de seis a dez anos foram apontadas em nove registros, correspondendo a 30%. Duas baixas de “moléstia interna”, uma febre, uma disenteria, uma moléstia no cérebro, um problema pulmonar, uma tísica (tuberculose), um desastre e um afogamento. [Tabela 46]

Tabela 46
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de seis a dez anos (1840-59)

Enfermidade	Número de cativos
moléstia interior	2
Febre	1
Desistiria	1
Moléstia cerebral	1
Problema pulmonar	1
Tísica (tuberculose)	1
Desastre	1
Moléstia reinante	1
Afogamento	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

As enfermidades que originaram óbito entre os trabalhadores escravizados de 11 a 15 anos estão na Tabela 47. Dos 19 registros no obituário de Pelotas, cinco apresentaram as moléstias. Uma inflamação, um afogamento, um espasmo, uma tísica e uma encefalite.

Tabela 47
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 11 a 15 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
Cólera	2
Inflamação	1
Afogamento	1
Espasmo	1
Tísica	1
Encefalite	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Dos 50 registros de trabalhadores cativados de 16 a 20 anos registrados no obituário da Igreja São Francisco de Paula, em 42 não se constatou enfermidades. Oito apresentaram as moléstias, sendo que dois óbitos eram ilegíveis. Conforme a Tabela 48 notificou-se e moléstias internas, uma constipação, uma colite e uma disenteria.

Tabela 48
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 16 a 20 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
Moléstia interna	3
Constipação	1
Colite	1
Desintéria	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

De 21 a 25 anos foram arrolados doze óbitos, sendo sete sem causa de morte; um registro era ilegível. De acordo com a Tabela 49, observou-se uma “hidropisia”, um afogamento, um tétano e uma gastroenterite.

Tabela 49
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 21 a 25 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
Hidropisia	1
Afogamento	1
Tétano	1
Gastroenterite	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

De 26 a 30 anos, foram registrados 40 óbitos, sendo que 50% mostraram as enfermidades. A tabela 50 verifica as 20 moléstias. Quatro moléstias no peito, dois tétano, duas espontâneas, uma “moléstia interior”, um espasmo, uma pancada, um afogamento, um por problemas na bexiga, uma tuberculose (tísica), um desastre, uma gastrite, uma constipação, uma morte natural, uma pneumonia e uma lesão orgânica.

Tabela 50
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 26 a 30 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
Moléstia do peito	4
Tétano	2
Espontaneamente	2
moléstia interior	1
Espasmo	1
Pancada	1
Afogamento	1
Problemas na bexiga	1
Tísica	1
Desastre	1
Gastrite	1
Constipação	1
Morte natural	1
Pneumonia	1
Lesão orgânica	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Foram notificados dez registros de óbitos dos trabalhadores feitorizados de 31 a 35 anos, três sem causa de morte e duas moléstias ilegíveis. A Tabela 51 observa as enfermidades que afetaram esses cativos.

Tabela 51
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 31 a 35 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
Afogamento	1
Reumatismo crônico	1
Moléstia interna	1
Pleuris	1
Diarréia	1
Lombriga	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

As moléstias que levaram aos óbitos dos trabalhadores escravizados de 36 a 40 anos em Pelotas são apresentadas na Tabela 52. Foram 25 registros, nove sem causa de morte e uma enfermidade ilegível.

Tabela 52
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 36 a 40 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
Moléstia interna	5
Moléstia do Peito	2
Afogamentos	2
Morte espontânea	1
Hepatite	1
Morte natural	1
Hemorragia	1
Asfixia	1
Problema cerebral	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

No obituário da Igreja São Francisco de Paula foram registrados 19 trabalhadores cativados de 41 a 46 anos. Três enfermidades foram apontadas, uma moléstia crônica, uma “moléstia interior” e uma moléstia do peito.

Vinte e três trabalhadores escravizados de 46 a 50 anos foram arrolados nos óbitos de Pelotas, treze sem causa de morte. A tabela 53 verifica as enfermidades que afetaram esses cativos.

Tabela 53
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 46 a 50 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
moléstia interior	2
Paralisia	1
Espasmo	1
Pleuris	1
Constipação	1
Morte natural	1
Hepatite	1
Cancro uterino	1
Diarréia	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

De 51 a 60 anos foram apontados dezoito cativos nos óbitos de Pelotas; seis registros sem causa de mortandade. A tabela 54 demonstra as enfermidades que causaram as baixas esses trabalhadores feitorizados.

Tabela 54
Enfermidades causadoras de óbitos de cativos de 51 a 60 anos (1840-59)

Enfermidades	Número de cativos
moléstia interior	4
Assassinato	1
“hidropisia”	1
Moléstia do peito	1
Constipação	1
Moléstia do intestino	1
Sangramento	1
Problema cerebral	1
Pneumonia	1

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

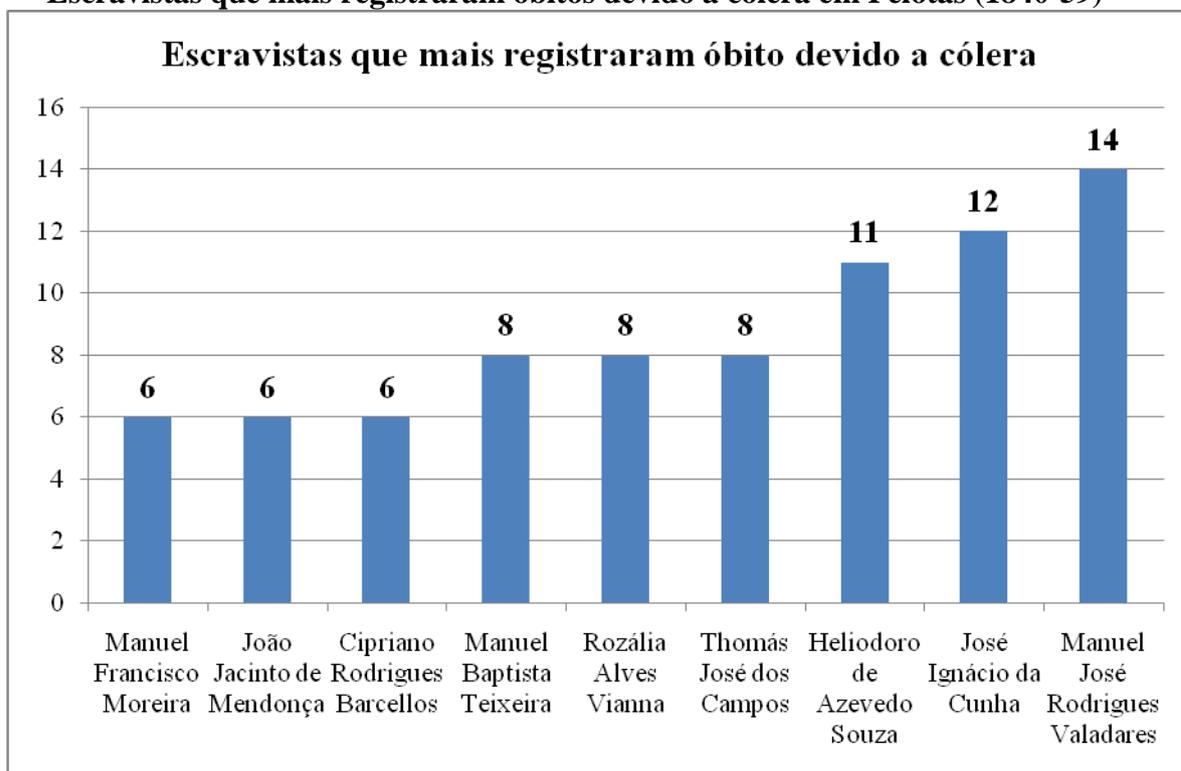
Foram arrolados 15 registros de óbitos dos trabalhadores cativados de 61 a 75 anos, onze sem causa de morte, duas velhice, uma hepatite e uma morte repentina. De 80 a 90 anos, foram apontados cinco óbitos, dois sem enfermidades, uma apoplexia, uma pneumonia e um bronco gastro enterite. Os 32 registrados foram caracterizados com idade avançada ou velhos, não apresentando moléstias.

Nessas caracterizações das idades com as enfermidades dos trabalhadores escravizados não constou a “moléstia reinante”, pois quase não ocorreram registros dessa doença com indicativa de idade.²⁶⁸ A “moléstia reinante” afetou duzentos

²⁶⁸ Cinco registros de cólera foram caracterizados com as idades, dois “inocentes”, um menor, um de 11, 12 e 13 anos.

trabalhadores feitorizados, correspondendo a quase 70% do total das enfermidades apontadas. A Figura 33 verifica quais os escravagistas que mais registraram decessos devido à cólera e constata que todos eram charqueadores.

Figura 33
Escravistas que mais registraram óbitos devido à cólera em Pelotas (1840-59)



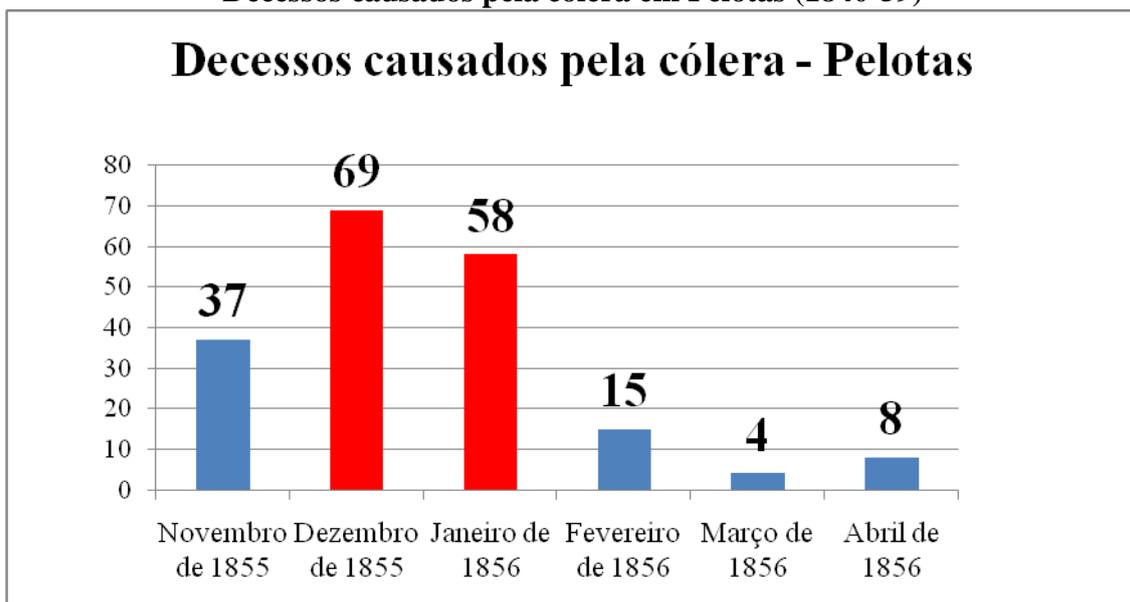
Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Dos cativos coléricos registrados no obituário da Igreja São Francisco de Paula não havia a presença de “africanos”; foram 180 “pretos”, 14 “pardos” e cinco “crioulos”.

Percentualmente, os escravistas que mais registraram óbitos em Pelotas em virtude da “moléstia reinante” foi Rozália Alves Vianna que dos treze cativos no obituário, oito foram devido a cólera, representando 61,53%, e Manuel Francisco Moreira que apontou onze óbitos, seis em razão da “moléstia reinante”, correspondendo a 54,54%.

A Figura 34 apresenta a divisão mensal das mortalidades causadas pela “moléstia reinante” (cólera). Nos três primeiros meses, novembro e dezembro de 1855 e janeiro de 1856, foram registrados 165 cativos coléricos.

Figura 34
Decessos causados pela cólera em Pelotas (1840-59)



Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Na análise comparativa entre os registros de batismo e de óbito da Igreja São Francisco de Paula chegamos a uma diferença positiva de 322 batismos, deixando evidente as precárias e insalubres condições de sobrevivência dos trabalhadores escravizados empregados no município de Pelotas. Essa diferença se acentuou na década de 1850, em virtude, como já verificado, do surto de cólera entre novembro de 1855 a abril de 1856.

Os cinco escravagistas que mais registraram óbitos em Pelotas eram charqueadores e foram afetados pela cólera. [Tabela 55]

Tabela 55
Relação dos escravistas que mais registraram óbitos, seus batismos e a cólera Pelotas (1840-59)

Escravista	Batismos	Óbitos	Moléstia Reinante (cólera)
Heliodoro de Azevedo Souza	27	48	11 – 22,91%
Cipriano Rodrigues Barcellos	30	41	6 – 14,63%
João Jacinto de Mendonça	39	30	6 – 20%%
Manuel José Rodrigues Valadares	16	29	14 – 48,27% %
José Ignácio da Cunha	19	27	12– 44,44% %

Fonte: Livro de registros de Óbito de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

Heliodoro de Azevedo Souza registrou 48 óbitos, 11 causados pela cólera, o que representa 22,91% das mortandades. Nos batismos esse proprietário notificou 27 registros, ocasionando uma diferença de 21 óbitos a mais.

Cipriano Rodrigues Barcelos apontou 41 óbitos, seis em virtude da “moléstia reinante”, correspondendo a 14,63% das mortalidades. Nos batismos foram verificados 30 registros, resultado uma disparidade superior de 11 óbitos.

João Jacinto de Mendonça batizou 39 cativos e arrolou 30 registros no obituário da Igreja São Francisco de Paula, seis por ocasião da cólera (20%). Dos escravistas citados na Tabela 30, João Jacinto de Mendonça foi o que, proporcionalmente, registrou mais batismos (nove).

Manuel José Rodrigues Valadares registrou 27 óbitos de trabalhadores feitorizados em Pelotas, 14 em decorrência da “moléstia reinante”, representando 48,27%. Proporcionalmente, Rodrigues Valadares notificou 13 óbitos a mais.

José Ignácio da Cunha observou 27 registros de óbito em Pelotas, doze devido à cólera, correspondendo a 44,44%. Como esse proprietário batizou 19 trabalhadores cativados, proporcionalmente, se verificou oito óbitos a mais.

O escravista Henrique Teixeira Machado apontou 19 registros de batismo, como apresentamos anteriormente, e não registrou trabalhadores escravizados no obituário da Igreja São Francisco de Paula entre 1840-59. Esse proprietário foi o único que batizou considerável número de cativos e que não notificou óbito.

A Tabela 56 compara os registros de óbito e batismo de Pelotas entre 1840-59. Podemos perceber que em cinco anos (1844-50-52-53-54) houve um equilíbrio entre os registros, tendendo nesses casos para os batismos. Entretanto, em 1855-56 observamos que ocorreram mais registros de óbito do que de batismo, ocasionado pelo surto de cólera no município. Em 1855 foram 107 decessos de cativos coléricos e em 1856 foram 83, correspondendo a 41,79% e 44,38% respectivamente²⁶⁹. A distinção de percentuais pode ser justificada por serem em 1855 dois meses e em 1856 quatro meses.

²⁶⁹ Nove registros de óbitos não apresentaram data.

Tabela 56
Comparação entre os registros de batismo e óbito – Pelotas (1840-59)

Ano	Batismo	Óbito
1840	29	7
1841	20	2
1842	27	-
1843	26	1
1844	88	92
1845	63	80
1846	127	49
1847	131	62
1848	104	140
1849	201	124
1850	146	140
1851	179	107
1852	155	144
1853	156	150
1854	169	157
1855	163	256
1856	141	187
1857	165	107
1858	135	107
1859	135	111
Total:	2360	2023

Fonte: Livros de registros de Óbito e Batismo de escravos Igreja São Francisco de Paula – Cúria Metropolitana de Pelotas.

De acordo com a Tabela 57, em 1859 a população feitorizada de Pelotas era de 4788, 3095 do sexo masculino (64,64%) e 1693 feminino (35,35%). De zero a dez anos foram 968 (20,21% do total), 492 do sexo masculino (50,82%) e 476 feminino (49,17%), em um equilíbrio sexual, que foi percebido até os 25 anos, com 981 masculino e 960 feminino.

Esses dados apontam um predomínio do sexo masculino, mesmo que eles tivessem sido registrados mais nos óbitos do que nos batismos. Entretanto, um ponto de convergência é com relação as idades indicadas nos óbitos entre 1840-59 e a população cativada de 1859, pois morreram menos trabalhadores escravizados na faixa etária mais produtiva (onze aos quarenta anos) e na população foi a maior com 2714 (56,68%), 1733 do sexo masculino (63,87%) e 981 do feminino (36,14%).

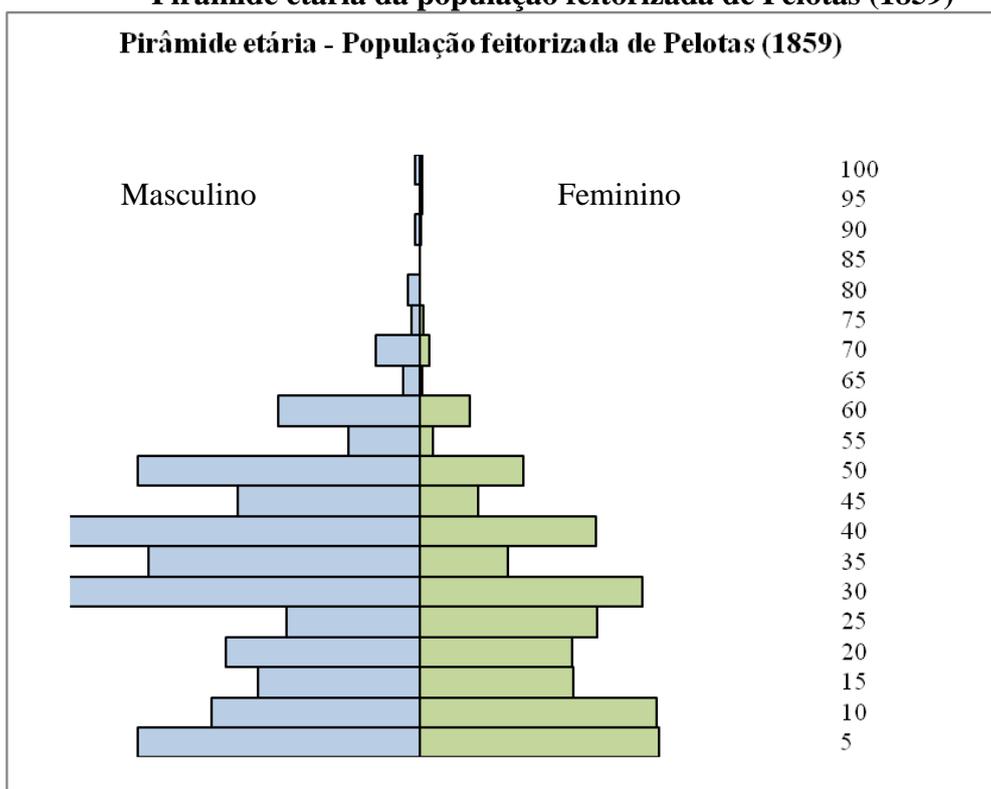
Tabela 57
População feitorizada em Pelotas – 1859

Idade	Masculino	Feminino	Total
5 anos	283	239	522
10 anos	209	237	446
15 anos	162	154	316
20 anos	194	153	347
25 anos	133	177	310
30 anos	556	223	789
35 anos	272	88	360
40 anos	416	176	592
45 anos	182	58	240
50 anos	283	104	387
55 anos	71	13	84
60 anos	142	50	192
65 anos	17	2	19
70 anos	44	10	54
75 anos	9	4	13
80 anos	12	-	12
85 anos	-	-	-
90 anos	5	1	6
95 anos	-	2	2
100 anos	5	2	7
Total	3095	1693	4788

Fonte: FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 66;

O equilíbrio entre a população escravizada de até 25 anos e o predomínio masculina de 11 a 40, pode ser percebida na Figura 35.

Figura 35
Pirâmide etária da população feitorizada de Pelotas (1859)



Fonte: FEE: De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – censo do RS (1803-1950). Porto Alegre, 1981. p. 66;

Esses 56,68% de cativos (2714) entre 11 e 40 anos, podem se relacionar com os óbitos dessa faixa etária, em equilíbrio com as baixas acima de 40 anos (23,53% as duas), e em desvantagem com relação aos 691 de zero a cinco anos (69,79%).

A taxa de natalidade na população escravizada em Pelotas em 1858-59 foi de 28,19 e a de mortalidade foi de 22,34 em 1858 e de 23,18 em 1859. A taxa de fecundidade das mulheres cativas em 1859 foi de 0,11, por que ocorreram 135 batismos e haviam 1133 trabalhadores entre quinze e cinquenta anos.

Conclusão

O trabalhador escravizado sulino foi empregado nas mais diversas atividades econômicas no território sul-rio-grandense, contribuindo para o crescimento econômico da província como sociedade de classe e para a sua inserção no cenário nacional. Sua presença marcante, sobretudo a partir de 1780 com o advento das charqueadas, e a expansão da produção pastoril, foi crescendo, principalmente ao longo do século 19.

Seja no mundo rural ou nos centros urbanos, o cativo procurou adaptar-se à dura realidade de labuta e buscou os meios para sobreviver. Na charqueada, na fazenda pastoril e de plantação, nas cidades como ganhadores ou alugados, expressaram sua resistência consciente, semi-consciente e inconsciente diante da realidade que viviam, mesmo quando procuravam acomodar-se a ela. A resistência e o descontentamento aberto ou surdo fizeram parte do seu cotidiano. Fugas, aquilombamentos, agressões, sabotagem, apropriação, desamor ao trabalho, etc. foram algumas formas que expressaram essa realidade.

Os africanos introduzidos no Rio Grande do Sul chegaram, em forma geral, através dos grandes portos do Brasil. Houve importações diretas, como as duas embarcações chegadas de *Cabinda*, em 1814 e 1815, trazendo 267 trabalhadores cativados. O Rio de Janeiro se destacou como o maior fornecedor de trabalhadores feitorizados para o Sul e esse comércio alterou, na sua intensidade, os índices demográficos da população sulina, em geral, e escravizada, até 1850.

Herval e Pelotas foram dois municípios com características econômicas diferentes, que contaram, como todos os outros da província, em maior e menor número, com o braço feitorizado para sustentar desenvolvimento que jamais usufruíram na medida de seus esforços. A atividade pastoril em Herval foi o principal eixo do desenvolvimento econômico da região.

São comuns na historiografia sulina as reconstruções apologéticas sobre a escravidão no pastoreio, por um lado, e a ignorância quase absoluta da conformação tendencial das condições gerais de vida existência pelas determinações dos modos de produção. São indiscutíveis as melhores condições médias relativas de existência dos cativos operando e vivendo nas fazendas pastoris, do que nas plantações, charqueadas, olarias, construções, transportes, etc. – alimentação, jornada de trabalho, forma de produção, etc. Por múltiplas razões, eram igualmente duras as condições médias de vida e produção servis em meio urbano.

O município de Pelotas, principal pólo charqueador do Rio Grande do Sul no século 19, apoiou o desenvolvimento de sua economia, de suas artes, de suas finanças e de sua sociedade, sobretudo no suor do trabalho escravizado. Os casarões ao redor da praça coronel Pedro Osório, de refinada arquitetura eclética, o mercado público, o prédio do atual o museu da Baronesa, as ricas instalações da Santa Casa de Misericórdia, o teatro Sete de Abril foram levantados em grande parte com a renda produzida e com o suor vertido pelo trabalhador afro-sul-rio-grandense escravizado.

As charqueadas funcionavam nos meses de verão, úmido, de outubro/novembro a abril/maio, devido às exigências da produção. Na entressafra, os cativos não abatiam os braços, labutando, entre outras atividades, com destaque, nas olarias e construção civil, onde se desempenhavam nas tarefas mais duras e mais sujas. Os inventários dos charqueadores registram invariavelmente olarias em seus saladeiros e importantes propriedades imobiliárias, na cidade, para moradia e aluguel.

Os registros de batismo e óbito de trabalhadores escravizados da Igreja São João Batista permitiram-nos discutir elementos atinentes a dinâmica econômica e social de Herval. Nos 724 batismos coletados entre 1844-59, constaram 327 registros de cativas, o que representa 45,47% e 392 de trabalhadores do sexo masculino, correspondendo a 54,52%. Essencialmente com o fim do tráfico negreiro internacional, em 1850, tendeu a estabelecer-se equilíbrio sexual entre a população escravizada, antes desfavorável às mulheres, importadas em significativo menor número.

Os dados dos batizados apresentaram que dezoito eram africanos (2,48%) e que todos esses labutadores foram registrados até 1851, ano em que a província adquiriu a característica de exportadora de cativos. A inexistência de registros de batismos na década de 1850 de trabalhadores do continente negro evidencia que essa população se encontrava em processo de extinção, devido ao envelhecimento e à interrupção do tráfico. Desses africanos, um tinha a sua procedência de *Moçambique* e outro era identificado como *Mina*.

De todos os batizados, apenas oito, ou seja, pouco mais de um por cento, receberam a liberdade na pia batismal. Considerando-se a alta mortalidade infantil,

registra-se que essa não era, apesar da retórica não raro construída sobre ela, uma saída tradicional da escravidão, na época assinalada.

O predomínio nos batizados, entre 1844-59, da Igreja São João Batista foi de crioulos com 706 registros, correspondendo a 97,51%, e data do nascimento estava registrada em 690. A média foi de 45,25 batismos por ano.

As indicações de pais, em forma quase exclusiva mães, foram encontradas em 705 registros, representando 97,27%. O novo do pai foi assinalado em apenas em 22 registros, caracterizando o filho de legítimo. Ou seja, em apenas três por cento dos casos. Tal fato não registre a inexistência, em número desconhecido, de casais de fato, estáveis, semi-estáveis ou transitórios, e os conteúdos reais que assumiam: registra porém os duros laços de *paternidade sociológica* do proprietário, no relativo ao nascido.

Das 112 mães africanas as procedências foram observadas em sete registros – seis *Mina* e uma *Benguela*. Nesse período, 482 mães tiveram seus filhos registrados, com uma média de 1,46 filho por mãe. Para termos expansão demográfica, cada mãe deve ter, no mínimo, 2,1 filhos criados.

Mesmo sendo possivelmente a esperança média de vida da população escravizada tendencialmente menor do que a da população livre, com destaque para a proprietária, possivelmente o período de realização da fertilidade feminina daquela comunidade fosse maior, devido à mais ampla liberdade de exercício do mesmo, em vista da inexistência tendencial de laços construtivos postos por questões de matrimônio, de descendência, de subsistência, etc. Realidade possivelmente contrastada pela forte mortalidade infantil, com destaque para a população servil, atos de infanticídio, abortivos, etc. Sobre essas realidades, fundamentais para a compreensão geral dessas dinâmicas, sabemos ainda muito pouco.

Os escravistas foram apontados em 699 batizados (97,27%). Entre os proprietários que mais registraram trabalhadores escravizados estavam Bonifácio José Nunes (13), José Ignácio de Medeiros (13), Maria Antônia Muniz (13), Serafim Dias de Oliveira (11), Antônio Silveira da Terra (dez) e Joaquim Francisco dos Santos Abreu (dez). O apadrinhamento foi outro elemento arrolado nos batismos – 714 (98,61%) padrinhos e 708 (97,79%) madrinhas. Dos padrinhos, trezentos eram cativados (42,01%); 368 livres (51,54%); 39 forros ou libertos (5,46%). Das Madrinhas, 287 eram feitorizadas (40,53%); 362 livres (51,12%) e 48 forras ou libertas (6,77%).

Os nomes mais comuns encontrados nos registros de batismo da Igreja São João Batista, entre os batizados, as mães e os proprietários foram feminino Maria com 126 e

masculino foi Manuel com 58. Fica registrado, como em outros estudos, que não houve pré-nomes dedicados privilegiadamente aos cativos e cativas batizados no RS.

Nos registros de batismo de Herval, o vínculo dos trabalhadores cativados era forte com os escravistas, com as mães e, eventualmente, com os padrinhos. Nos registros 182 de óbito de 1847-59, 54 indicavam as mães – 29,67% – e 92,30% (168) os escravizadores. Das 54 indicações de pai, uma era de paternidade e sem o nome do proprietário. Das 54 mães, quatro eram africanas e cinquenta eram crioulas.

Entre os escravistas que mais registraram seus trabalhadores feitorizados na Igreja de São João Batista estavam Bonifácio José Nunes (doze), Anna Maria D'ávila (oito), Joaquim Francisco dos Santos Abreu (cinco), Domingos Amaro da Silveira (quatro) e Maria Antônia Muniz (três).

Entre os cinco proprietários que mais registraram seus trabalhadores cativados nos óbitos estavam três que mais registraram batismos, Bonifácio José Nunes, Maria Antônia Muniz e Joaquim Francisco dos Santos Abreu.

Dos 182 óbitos de Herval, 113 eram de mão-de-obra masculina (62,08%) e 67 de feminina (36,81%), registrando forte desproporção em relação aos homens, em boa parte devido ao perfil sexual da população escravizada na época. Na comparação entre batismo e óbito, percentualmente apontou-se mais cativas nos batismos e mais do sexo masculino nos óbitos. Entre número de batismo e óbito, a partir de 1847, a população escravizada em Herval cresceu em 627, ou seja, um crescimento de pouco mais de 52 cativos por ano. Registro, portanto, de uma neta expansão demográfica, caso não tenha ocorrida exportação de cativos para fora do município.

Todos os 27 africanos (14,82%) registrados no obituário da Igreja São João Batista datavam a década de 1850. Dos 155 crioulos (85,16%), cinco eram registrados como libertos nos óbitos. A média foi de quatorze registros por ano.

Das 157 indicações de idade nos registros de óbito de Herval, os cativos de zero a dez anos aparecem com 43,31% (68), e os *idosos* com 29,29%, correspondente a 46. Registra-se, portanto a forte mortalidade entre recém-nascidos e crianças escravizadas. Entre onze a vinte e de 21 a trinta anos foram notificados 12 registros e de 31 a 40 foram 13. De onze a 40 anos, faixa etária mais produtiva, foram registrados 37 trabalhadores feitorizados, equivalente a 23,56%.

As enfermidades causadoras das baixas da escravaria de Herval foram mostradas em 134 registros, representando 73,62% dos óbitos, não sendo constatado nenhum surto epidêmico no município durante o período analisado. As moléstias que mais afetaram os

labutadores escravizados de Herval estão ligadas ao aparelho respiratório, a tosse (oito) e a constipação (seis). O inverno na região é frio e úmido.

Como vimos, Pelotas conheceu verdadeira mortandade, entre a escravaria, devido à *cólera morbus*. O fato de que a enfermidade não tenha atingido os cativos e a população livre do município de Herval, deve-se possivelmente às condições de existência de grande parte daquela população escravizada, dispersa nas fazendas pastoris, plantações, etc.

Os dados de Batismo da Igreja São Francisco de Paula, do município de Pelotas entre 1840-59 foram de 2360, 1104 femininos (47,09% dos legíveis) e 1237 masculinos (52,77%). Nos anos 1840, foram 816, em uma média de 81,6 por ano. Na década de 1850, foram 1544, em uma média anual de 154,4 registros. Essa elevação da média nos anos de 1850 tem certamente relação, ainda que possivelmente não exclusiva, com o fato da reconstituição da economia do município, após a guerra Farroupilha [1835-1845], impulsionada pelo saque dos rebanhos orientais, após a intervenção do Império em 1851, que transformou o Uruguai em um quase protetorado do Brasil.

Há que se investigar que, junto com o gado roubado ou introduzido livremente, foram trazidos também cativos afro-orientais. Por outro lado, considera-se igualmente maior preocupação dos escravistas com a descendência servil, a partir da década de 1850, devido ao crescimento do preço. A média dos 20 anos pesquisados (1840-59) foi de 118 registros por ano.

Dos 2360 cativos batizados em Pelotas, 105 eram africanos, representando 4,44% e 2255 eram crioulos, correspondendo a 95,55%. Todos os cativos que vieram da África receberam os santos óleos na pia batismal até 1850. Entre os africanos, dez tinham a 'nacionalidade' *Mina*, cinco *Nagô* e um *Congo*. Dos 2255 restantes, 824 eram *crioulos* (36,54%), 680 *pardos* (30,15%), 540 *pretos* (23,94%), oito *brancos*, seis *mulatos*, dois cabras e uma índia. Os oito brancos foram registrados no livro de cativos, mas não constavam os nomes dos escravizadores. A soma dos pardos, mulatos, cabras, *brancos* e *índio* registra uma muito forte miscigenação no município, salvo engano ainda não abordada pela historiografia regional.

Oito trabalhadores feitorizados receberam na pia batismal a liberdade, sendo três condicionais, registrando a *economia* dos escravizadores pelotenses no que diz respeito à essa liberalidade, ao igual que em Herval. Trinta e dois cativos eram filhos legítimos e ocorreram 39 doações no ato do batismo, constando no registro o nome do escravista beneficiado.

Foram apontados 2178 registros de mães, equivalente a 92,28% dos batismos, sendo que quatrocentos eram africanas, correspondendo a 18,36%. Destaque-se a forte porcentagem da cativas procedentes da África, entre elas, *Mina* (26), *Angola* e *Nagô* (quatro), *Moçambique* (duas), *Rebola* (uma) e *Congo* (uma). Uma mãe era de Pernambuco e uma da Paraíba. Foram notificadas 1420 mães, em uma média de 1,51 filhos por mãe, apenas superior à de Herval, de 1,46 filhos por mãe. Em Pelotas, havia grande quantidade de mulheres escravizadas dedicadas às múltiplas atividades domésticas, sendo as charqueadas e os trabalhos na construção atividades praticamente masculinas.

Os escravistas foram arrolados em 2309 registros, correspondendo a 97,83%. Dos proprietários que mais registraram seus trabalhadores cativados, destacaram-se João Jacinto de Mendonça (39), Cipriano Rodrigues Barcellos (30) e Heliodoro de Azevedo Souza (27).

Os padrinhos foram verificados em 2305 batismos (97,66%), sendo que 1083 eram escravizados (46,98%), 1012 eram livres (43,90%) e 210 eram forros ou libertos (9,11%). As madrinhas foram observadas em 2261 registros (95,80%): 1110 cativas (49,09%), 890 eram livres (39,36%) e 261 eram forras ou libertas (11,54%).

Dados muito próximos aos dos de Herval, sugerindo, portanto escolhas rígidas por determinações que não podemos ainda aferrar suas razões plena, assim como suas conseqüências mais amplas. Assim como em Herval, o nome feminino mais encontrado entre os batizados e as mães foi Maria (371). O nome masculino dos batizados foi João (66).

Semelhante aos registros de Herval, os batismos da Igreja São Francisco de Paula apontaram um vínculo freqüente entre as mães, proprietários e padrinhos dos batizados. Entretanto, a desvinculação verificada nos óbitos dos cativos e seus pais em Pelotas foi superior aos de Herval, já que apenas 46 registros constam a indicação de as mães. (2,25%).

No obituário de Pelotas foram registrados 2038 trabalhadores feitorizados entre 1840-59, sendo 1279 do sexo masculino (62,75%) e 759 feminino (37,24%), registrando o forte desequilíbrio sexual da população escravizada. Na comparação com os batismos, 2360, foram registrados mais óbitos da mão-de-obra masculina (1279) do que batismos (1237); já os registros das cativas, prevaleceu os batismos (1104) em detrimento aos óbitos (759). Em praticamente vinte anos, a diferença entre batizados e mortos foi de 322. Ou seja, um crescimento positivo de dezesseis cativos por ano, enquanto Herval

contava com uma expansão anual de pouco mais de 52 cativos! A desproporção dos dois padrões aumenta ao considerar-se que a base da expansão de Herval era de 482 mães, enquanto em Pelotas, 1420. No período estudado, as cativas de Pelotas garantiram expansão demográfica endógena absoluta (mortos menos nascimentos no município) de 0,15 crianças, enquanto as de Herval de 1,3: quase dez vezes superior!

Foram apontados 557 registros de óbitos nos anos de 1840 (27,53%) e 1466 na década de 1850 (72,46%). A média anual dos óbitos, entre 1840-59, foi de 101,9 registros. O aumento do número óbitos registrados em Pelotas entre as décadas de 1840 e 50 pode ser justificado surto de cólera que abalou o município de novembro de 1855 a abril de 1856. Nesse período, foram apontados 200 decessos de trabalhadores cativos coléricos, sendo 153 do sexo masculino e 47 do feminino.

O aumento das baixas em 1855 (256) com relação a 1854 (157) foi de 99, representando 63,05%. Os meses de dezembro de 1855 (69) e janeiro de 1856 (58) foram os mais críticos da moléstia reinante, representando 37,17% das 538 enfermidades apontadas.

Os escravizadores que mais registrou óbito de cativos devido a moléstia reinante (cólera) foi Manuel José Rodrigues Valadares com quatorze, correspondendo a 48,27% do total de 29 decessos. Percentualmente, os proprietários que mais notificaram trabalhadores feitorizados coléricos foram Rozália Alves Vianna com oito, correspondendo a 61,53% das 29 baixas e Manuel Francisco Moreira com seis, equivalente a 54,54% dos onze falecimentos.

Entre os 2038 trabalhadores escravizados arrolados no obituário da Igreja São Francisco de Paula, 262 eram africanos, representando 12,85%, sendo 114 apontados nos anos de 1840 e 148 na década de 1848; dez *Mina*, seis *Benguela*, cinco *Congo*, três *Angola* e três *Cabinda*.

Os escravistas foram notificados em 2005 óbitos (98,38%). Os proprietários que mais registraram no obituário de Pelotas foram: Heliodoro de Azevedo Souza (48 – onze coléricos), Cipriano Rodrigues Barcellos (41 – seis coléricos) e João Jacinto de Mendonça (30 – seis coléricos).

As indicações de idade nos óbitos dos cativos foram observadas em 990 registros, sendo zero a cinco anos verificadas 691 baixas (69,79%), registrando mais uma vez a enorme mortandade entre recém-nascidos e crianças escravizadas. As enfermidades responsáveis pelos decessos nessa faixa etária foi “tosse” com seis e “mal

dos sete dias” com seis. A moléstia interna, que não especificava nenhuma doença foi arrolada em 29 óbitos.

Como assinalado, a história de Herval possui um viés militar, pois ocorreu no contexto das disputas territoriais entre as nações ibéricas, sobretudo pelo controle dos campos, dos gados, das rotas comerciais do rio da Prata. Da história de Pelotas, está relacionada com o advento da charqueada (1780).

O trabalho escravizado nas regiões estudadas foi fundamental para o seu desenvolvimento, mesmo que as características econômicas fossem distintas. É indiscutível a presença significativa do cativo na fazenda pastoril e na charqueação. O tratamento dispensado aos trabalhadores feitorizados e as suas condições de sobrevivência foram precárias em Herval e Pelotas, com as fortes diferenças já assinaladas. O comportamento demográfico da população escravizada, entre 1840-59, foi diferenciado, hipotizamos que devido a essa realidade.

A igreja São João Batista do Herval apontou 724 registros de batismos, de 1844 a 1859, e 182 óbitos, de 1847 a 1859, enquanto na igreja São Francisco de Paula foram arrolados 2360 batismos e 2038 óbitos, entre 1840-59. Apenas por esses dados, podemos mencionar que a população cativa de Herval, entre 1847-59, cresceu em 445 e a de Pelotas, 322, entre 1840-59.

Nos batismos de Herval, observamos que foram registrados 18 africanos (2,48%) e 706 crioulos (97,51%) entre 1844-59. Em Pelotas, entre 1840-59 foram apontados nos registros de batismo 105 cativos do continente negro (4,44%) e 2255 crioulos (95,55%). No obituário de Herval, foram registrados 27 africanos (14,83%), entre 1847-59, e, em Pelotas, 262 (12,85%), de 1840 a 1859. Portanto, nos batismos, percentualmente, os africanos foram mais registrados em Pelotas, entretanto nos óbitos, mais em Herval. Esses dados foram condicionados pela população geral cativa desses municípios.

Na igreja São João Batista, dos 724 cativos registrados, 327 eram do sexo feminino (45,47%) e 392, do masculino (54,52%); na igreja São Francisco de Paula, foram 1102 do sexo feminino (46,69%) e 1237 do masculino (52,41%). A média anual dos batismos de Herval foi de 45,25 e a de Pelotas 118.

Nos óbitos, a média de Herval foi de quatorze e a de Pelotas 101,1, sendo que na década de 1850, o foi de 146,6, possivelmente em virtude da enfermidade *cólera morbus*, causou o decesso de 200 trabalhadores feitorizados.

Nos óbitos de Herval constaram 113 do sexo masculino (62,08%) e 67 do feminino (36,81%) e em Pelotas foram 1279 masculinos (62,75%) e 759 femininos (37,24%). Ou seja, em Herval, percentualmente, havia menos cativas do que cativos e, em Pelotas, os do sexo masculino foram registrados mais nos óbitos do que nos batismos.

Os trabalhadores cativos libertos na pia batismal foram mais freqüentes, percentualmente, em Herval (oito – 1,1%) do que em Pelotas (oito - 0,33%). As doações foram verificadas em vinte batismos de Herval (2,76%) e em 39 de Pelotas (1,65%).

Percentualmente, foram registrados mais filhos com pai e mãe em Herval (22 – 3,12%) do que em Pelotas (32 – 1,46%). As indicações de mães arroladas nos batismos de Herval foram de 705 (97,37%): 112 africanas (15,88%) e, em Pelotas, foram 2178 indicações de mãe (92,28%), 405 africanas (18,59%). Percebemos a importância das mães escravizadas da África nos dois municípios.

Em Pelotas, foram 1420 mães registradas, em uma média de 1,51 filhos por mãe; em Herval, a média foi de 1,46 filhos por mãe, sendo notificadas 482. Embora tenham ocorrido casos de escravistas de Herval e de Pelotas que registraram até oito filhos de uma mãe, não podemos afirmar que houve nas regiões um incentivo ao crescimento vegetativo da população cativada.

O vínculo com as mães foi insignificante em Pelotas, já que nos 2038 óbitos, foram registradas 46 indicações de pais (2,25%). Em Herval foi de 29,67%, sendo registrado em 54 baixas.

A idade da mão-de-obra servil arrolada nos óbitos de Herval apontou que 68 registros (43,31%) eram de até 10 anos; de onze a quarenta anos, faixa etária mais produtiva, foi de 39 (23,56%) e, acima dos 40 anos, 46 (29,29%). No obituário da igreja São Francisco de Paula, 691 de até cinco anos (69,79%); 31 de até dez (3,13%); de onze a quarenta 112 (11,31%) e 111 acima dos quarenta.

Percebemos que nas duas regiões os mais freqüentes decessos forma de crianças cativadas (até dez anos), que na faixa etária produtiva (onze a quarenta anos), percentualmente morreram menos em Herval e que em Pelotas, dos onze aos quarenta, e acima de quarenta, tiveram um equilíbrio, com 112 e 111 baixas respectivamente.

As 134 moléstias verificadas como responsáveis pelos registros de óbito na igreja São João Batista não permitiram apontar nenhum surto endêmico. Porém na igreja São Francisco de Paula, das 538 enfermidades, duzentas (37,17%) foram de *cólera morbus*, que dizimou 127 cativos apenas entre dezembro de 1855 a janeiro de

1856. Provavelmente, essa enfermidade deve ter abalado os trabalhadores escravizados de Herval, todavia não há apontamentos de cativos coléricos no obituário da igreja São João Batista.

A razão entre os batismos e óbitos de Herval apontam para 3,44 batismos por óbito. Em Pelotas, esse índice é de 1,15 batismos por óbito, ou seja, em virtude, principalmente da quantidade de óbitos registrados na Igreja São Francisco de Paula, possivelmente a região de Pelotas tenha utilizado o recurso do comércio intermunicipal para suprir as suas necessidades de mão-de-obra servil.

Outros índices que corroboram com a hipótese de comércio intermunicipal de cativos entre Herval e Pelotas foram as taxas de natalidade e de mortalidade da população cativada em 1858-59. Em Pelotas essas taxas foram de 28,19 de natalidade e as de mortalidade foram de 22,34 1858 e de 23,18 em 1859. Em Herval, em 1859, a taxa de natalidade foi de 36,50 e de mortalidade de 15,87. Isso significa que proporcionalmente, morreram menos cativos em Herval e nasceram mais.

Como já foi apontado, a diferença dos índices demográficos dos cativos em Herval e Pelotas pode estar inserida nas condições menos penosas e mais brandas de sobrevivência dos trabalhadores empregados nas atividades pastoris do que a dos dedicados a charqueação da carne.

Os aspectos atinentes a demografia de trabalhadores escravizados são pouco pesquisados pela historiografia rio-grandense. “A pia e a cruz” buscou suprir em parte essa lacuna, abordando a demografia de trabalhadores cativados em Herval e Pelotas de 1840-59, dois municípios com diferentes características econômicas, mas com uma considerável importância para o crescimento econômico da província.

Fontes utilizadas

Cúria Metropolitana de Pelotas

Igreja São João Batista (Herval):

- Livro de registros de batismo de escravos 1 (1823-60)
- Livro de registros de óbito de escravos 1 (1823-60)

Igreja São Francisco de Paula (Pelotas):

- Livro de registros de batismo de escravos 2 (1835-52)
- Livro de registros de batismo de escravos 3 (1852-53)
- Livro de registros de batismo de escravos 4 (1854-62)
- Livro de registro de óbito de escravos 1 (1812-46)
- Livro de registro de óbito de escravos 2 (1846-66)
- Livro de registro de óbito de escravos 3A (1855-59)
- Livro de registro de óbito de escravos 3B (1853-65)

Bibliografia utilizada

- ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: alforrias e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. Rio de Janeiro: FGV, 2009
- ALGRANTI, L. M. *O feitor ausente : estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Demografia e laços de parentesco na população escrava mineira: Mariana 1750-1850*. População e família. São Paulo: Humanitas, v. 1, n. 1, p. 235-260 jan./ jun. 1998.
- ANDRADE, Maria José de Souza. *Mão de obra escrava em Salvador: 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1967.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL – Anais. Porto Alegre. Institutos Estaduais do livro, 1981.
- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. *Pelotas: escravidão e charqueadas (1780-1888)*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1995. (Dissertação, mestrado em História do Brasil).
- ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. A traição dos soldados negros farroupilhas na batalha de Porongos. *Revista história & luta de classe*, nº3. ADIA, 2006. p. 66.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BASSANEZI, Maria Sílvia Casagrande Beozzo e SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Quarenta Anos de demografia histórica*. In: *Revista brasileira de estudos da população*, São Paulo, v. 22, nº 2, 2005.
- BAKOS, Margaret. *Rs: escravismo & abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BARBOSA, Fidélis Dalcin. *História do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Porto Alegre: EST, 1985.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. *Demografia: ciência da população – análise e teoria*. Porto Alegre: A Nação, 1972.
- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro (1790-1825)*. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Afro-América: A escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, F.H., *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: DIFEL, 1962.
- CARNEIRO, Newton Luis Garcia. *A identidade inacabada: o regionalismo político no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. *A monarquia brasileira*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.
- CASTRO, Carmen Lúcia Santos. *Ferro de brasa, tacho de cobre, puxados úmidos: Cotidiano das mulheres escravizadas em Porto Alegre (século XIX)*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
- CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. – 2.ed. – Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

- CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período colonial*. 3 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.
- CHAVES, Antônio Gonçalves. *Memórias Econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978.
- CONRAD, Robert. *Últimos anos da escravidão no Brasil (1850-1888)*. Trad. F. de C. Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.
- CONRAD, Robert. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Editora Brasileiense, 1985.
- CORRÊA, Carolina Perpétuo e PUGSCHITZ, Bruno Lagoa Estanislau. *Um estudo sobre família e demografia escrava: Santa Luzia, Minas Gerais, Século XIX*. FAFICH, UFMG, 2004.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. - 4 ed.- São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *A abolição*. 8 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- COSTA, Iraci Del Nero da (organizadora). *Brasil: História econômica e demográfica*. São Paulo, IPE-USP, 1986.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Apontamentos para a história da demografia histórica no Brasil*. São Paulo, IPE-FEA/USP, 1989.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Nota sobre contribuições metodológicas a demografia histórica brasileira*. _____.
- COSTA, Iraci Del Nero da. Por uma definição de demografia histórica. *Boletim de História Demográfica*. São Paulo, FEA-USP, 1(2), 1994.
- COSTA, Iraci Del Nero da. Demografia histórica: capítulo da demografia e dimensão da história. *Boletim de História Demográfica*. São Paulo, NEHD-FEA/USP, 6(17), 1999.
- COSTA, Iraci Del Nero da. Contribuições metodológicas à demografia histórica brasileira. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 21(1):137-142, 1991.
- COUTO, Mateus de Oliveira. Uma análise sobre a demografia de crianças escravas em Pelotas e o tráfico interprovincial (monografia). Pelotas: UFPEL, 2004.
- CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações: O século XVIII perante a revolução*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- CUNHA, Maisa Faleiros da. *Demografia e família escrava: Franca, São Paulo, Século XIX*. UNICAMP, 2009.
- CURVELLO, Edgar José. *Pelotas: Retomando a história*. Pelotas: Famma, 1991.
- DALLA VECCHIA, Agostinho Mário. *Os filhos da escravidão: Memórias de descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande do Sul*. Pelotas, UFPEL, 1994.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE, 1959.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.
- DOCCA, Souza. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Simões, 1954;
- DOMINGUES, Moacyr. *A colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre: Sulina/IEL, 1973.
- DREYS, Nicolau. *Notícias descritivas da província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: Globo/IEL, 1961.
- EWBANK, Thomas. *A Vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. *Revolução Farroupilha*. Pelotas: EGUFPEL, 2002.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – 10 ed. – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- FIABANI, Adelmir. *Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004]*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FERREIRA FILHO, Arthur. História geral do Rio Grande do Sul. 1503-1964. Porto Alegre: Globo, 1965;

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORES, Moacyr. *A Revolução Farroupilha*. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FLORES, Moacyr. *Tropeirismo no Brasil*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em porongos e farsa em ponche verde*. Porto Alegre: EST, 2004.

FONSECA, Ari Veríssimo da. *Tropeiros de mula: a ocupação do espaço; a dilatação das fronteiras*. 2 ed. Passo Fundo: Berthier, 2004.

FONSECA, Pedro C. D. *Vargas: o capitalismo em construção. 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTES, João Borges. *Os casais açorianos: presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1978;

FORTES, Amyr Borges. *Compêndio de história do Rio Grande do Sul*. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 1968.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados & mucambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21ªed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

GATTIBONI, Rita. *A escravidão urbana na cidade de Rio Grande*. Dissertação (Mestrado em História) - PUCRS, Porto Alegre, 1993.

GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul (1750-1761)*. Passo Fundo:EDIUPF, Porto Alegre:Editora da Universidade – UFRGS, 1998.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1978.

GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/ IHL, 1972.

GOULART, José Alípio. *Da palmatória ao patíbulo*. Rio de Janeiro: Conquista; INL, 1971.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUTIEREZ, Ester J.B. *Negros, Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2 ed. Pelotas: EDUFPEL, 2001.

GUTIEREZ, Ester J.B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*. Pelotas: ed. UFPel, 2004.

GUTIÉRREZ, Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1989.

HEINSFELD, Adelar. *Pensamentos Geopolíticos: da geopolítica clássica às novas geopolíticas*. Passo Fundo: Clio livros, 2008.

História Geral do Rio Grande do Sul: Colônia. Coordenação geral Nelson Boeira, Tau Golin. Diretos dos volumes Fernando Camargo, Ieda Gutfreind, Heloisa Reichel. Passo Fundo: Méritos, 2006.

HENDERSON, W.O. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Verbo/Edusp, 1979,

HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções (1789-1848)*. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do Capital* (1848-1875). 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1996.

HORMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: Descrição da província do RGS no Brasil Meridional*. Porto Alegre: DC Luzzatto: eduni-Sul, 1986.

IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo: Estrutura social e industrialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

ISABELLE, Arsene. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1822-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil* (Rio de Janeiro e Província de São Paulo). São Paulo: Liv. Martins Ed. – Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre:Leitua XXI, 2007.

LEITE, Alfredo Carlos Teixeira. *O tráfico negreiro e a diplomacia britânica*. Caxias do Sul: EDUCS, 1998.

LEITMAN, Spencer L. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LENHARO, Alcir. *As tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa: Resistência e punição em fontes judiciais do Rio Grande do Sul* (1818-1833). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

LOPEZ, Luiz Roberto. *Historia da América Latina*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil Colonial*. 8. ed. Porto Alegre: Novo Século, 2001.

LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Brasil imperial*. 7.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

MAESTRI, Mário e BRASIL, Maria do Carmo (org). *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudo sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

MAESTRI, Mário. *História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006*. Elementos para uma interpretação materialista. Passo Fundo: UPF, 2006.

MAESTRI, Mário. *Servidão negra*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MAESTRI, Mário. *O escravo africano no Rio Grande do Sul*. In: RS: Economia & Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MAESTRI, Mário. *O escravo gaúcho: resistência e trabalho*. Porto Alegre: ed. Universidade/UFRGS, 1993.

MAESTRI, Mário. *Deus é grande, o mato é maior!* Trabalho e resistência escrava no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2002.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Brasil: Império*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MAESTRI, Mário. "Catando cipó". O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações. REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES, 3, Rio de Janeiro, novembro de 2006, pp. 19-32.

MAESTRI, Mário. "O ganhador, o alforriado, o bacalhau. Breves considerações sobre o caráter subordinado da escravidão urbana e sobre outros problemas teóricos da historiografia do escravismo brasileiro". VERITAS. Revista trimestral da PUC - Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.35, n. 140, dez. 1990, pp. 695 – 705; "Em torno ao quilombo". HISTÓRIA EM CADERNOS. Revista do Mestrado em História da UFRJ. n 2. Rio de Janeiro, 1984:9-19.

- MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista o caso gaúcho*. Passo Fundo: EdiUPF, 2001 [Malungo, 1]
- MAESTRI, Mário. *O escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência e sociedade*. – 3. ed.rev.atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- MAESTRI, Mário. *Uma breve história do Rio Grande do Sul: da Pré-história aos dias atuais*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *História do Rio Grande do Sul*. Pelotas: Armazém Literário, 2002.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas, século XIX*. Pelotas: editora Livraria Mundial, 1994.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Pioneira – Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *População e Sociedade: Evolução das sociedades pré-industriais*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARTINEZ, Paulo. *África e Brasil: uma ponte sobre o Atlântico*. São Paulo: Moderna, 1992.
- MARTINS, J.de S. *O cativo da terra*. 2º ed. São Paulo: Lech, 1981.
- MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MEDEIROS, Manoel da Costa. *História de Herval: descrição física e histórica*. Caxias do Sul: UCS, 1980.
- MELLO, Pedro Carvalho de. *Estimativa da Longevidade de escravos no Brasil da segunda metade do século XIX*. Revista de Estudos Econômicos, São Paulo: Edusp, 1983.
- MONTEIRO, Hamilton *Brasil Império*. São Paulo: Ática, 1986
- MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista (1879-1888)*. Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro, 1924.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano (1858-1888)*. Porto Alegre:EST Edições, 2003.
- MOURA, Clóvis. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959.
- MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo*. São Paulo. Tipografia de Costa Silveira, 1838 (reedição literal de *O Estado de São Paulo, 1923*).
- KNOX, Miridan Britto. *Demografia escrava no Piauí*. Revista história e população: estudos sobre a América Latina,_____.
- OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.
- OLIVEN, Ruben George. “*Nação e região na identidade brasileira*”. In: ZARUR, George de Cerqueira Leite. *Região e nação na América Latina*. Brasília: UnB: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e beduínos : a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio/INL/MEC, 1976
- O negro e o gaúcho: estâncias e fazendas no Rio Grande do Sul, Uruguai e Brasil. Mário Maestri (Org). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2008.
- OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*, volume 1, 3º edição, revista. 82 ilustrações. 262 os. Organização e notas de Mario Osório Magalhães. Pelotas, Editora Armazém Literário, 1997.

- PAIVA, Clotilde A. População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX, São Paulo, Tese de Doutorado Apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.
- PARREIRA, Nilce Rodrigues. *Comércio de homens em Ouro Preto no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 1990.
- PESSI, Bruno Stelmach. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C.1846-C.1874)*. (Monografia). Instituto de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- PETIZ, Silmei de Sant'Ana. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para o além-fronteiras (1815-51)*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2006.
- POSSAMAI, Paulo. *A vida cotidiana na Colônia do Sacramento: Um bastião português em terras do futuro Uruguai (1715-1735)*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006;
- PRESTES, Lucinda Ferreira. *A vila tropeira de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba: aspectos socioeconômicos e arquitetura das classes dominantes (1750-1888)*. São Paulo: ProEditores, 1999.
- PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. *Crise e resistência no escravismo colonial: os últimos anos da escravidão na província do Rio de Janeiro*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- PINSKY, Jaime. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o RGS*. I. Porto Alegre: Globo, [s.d.].
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: outro horizonte*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Liv. Martins ed. – Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os magnatas do tráfico negreiro: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- SANTOS, Lucila Maria Sgarbi et al. *Bom Jesus: e o tropeirismo no Brasil Meridional*. Porto Alegre: EST, 1995.
- SARAIVA, José Germano. *História Concisa de Portugal – 24° Ed.*. Lisboa: Europa-América – PT, 2007.
- SILVA, Eduardo & REIS, João. *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SILVA, Elmar Manique da. *Ligações externas da economia gaúcha*. GONZAGA, Sergius; DACANAL, J. H. *RS: Economia & Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na Rua: A nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SILVA, Riograndino da Costa e. *Notas a margens da história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1968
- SILVA, Roger Costa da. *Muzungas: Consumo e manuseio de químicas Poe escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)*. Pelotas: EDUCAT, 2001.
- SIMÃO, Ana Regina F. *Resistência e Acomodação. A escravidão Urbana em Pelotas*. Passo Fundo: Editora UPF, 2002. [Malungo 9].
- SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Martins/MEC/INL, 1976.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática, 1988.

TREVISAN, Leonardo. *Abolição: um suave jogo político?*. São Paulo: Moderna, 1988.

TRINDADE, J. B. *Tropeiros*. São Paulo: Editoração e Comunicações, 1992.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. *História das lutas com os holandeses no Brasil: Desde 1624 a 1654*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército editora, 2002.

VELLINHO, Moisés. *Rio Grande e o Prata: contratos*. Porto Alegre: Globo/IEL/SEC, 1962.

VELLINHO, Moisés. *Capitania d'El-Rei: aspectos polêmicos da formação rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1970; *Fronteira*. Porto Alegre: Globo/UFGS, 1975.

WEIMER, Günter. *O trabalho escravo no RS*. Porto Alegre: Sagra, Editora da UFRGS, 1991.

WERNECK, F.P. de Lacerda. *Memórias sobre a fundação e custeio de uma fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1878.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *A colonização açoriana no RS*. Porto Alegre: EST, 1979.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho (1850-1920)*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)